



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
CURSO DE DOUTORADO ACADÊMICO EM LETRAS:
ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

REGIS JOSÉ DA CUNHA GUEDES

**PERFIL GEOSOCIOLINGÜÍSTICO DO PORTUGUÊS EM CONTATO
COM LÍNGUAS TUPÍ-GUARANÍ EM ÁREAS INDÍGENAS DOS
ESTADOS DO PARÁ E MARANHÃO**

TOMO I

**BELÉM
2017**

REGIS JOSÉ DA CUNHA GUEDES

**PERFIL GEOSOCIOLINGUÍSTICO DO PORTUGUÊS EM CONTATO
COM LÍNGUAS TUPÍ-GUARANÍ EM ÁREAS INDÍGENAS DOS
ESTADOS DO PARÁ E MARANHÃO**

TOMO I

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Letras e Comunicação da UFPA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Letras, na área de concentração: Estudos Linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. Abdelhak Razky

**BELÉM
2017**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –
Biblioteca do ILC/ UFPA-Belém-PA**

Guedes, Regis José da Cunha, 1979-

Perfil geossociolinguístico do português em contato com línguas Tupi-Guaraní em áreas indígenas dos estados do Pará e Maranhão ; Orientador, Prof. Abdelhak Razky. — 2017.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras, Doutorado Acadêmico em Letras, Belém, 2017.

1. Sociolinguística – Pará. 2. Língua portuguesa – Brasil - Dialetologia.
3. Língua tupi-guarani. 4. Geografia linguística. I. Título.

CDD-22. ed. 306.44

REGIS JOSÉ DA CUNHA GUEDES

**PERFIL GEOSOCIOLINGUÍSTICO DO PORTUGUÊS EM CONTATO
COM LÍNGUAS TUPÍ-GUARANÍ EM ÁREAS INDÍGENAS DOS
ESTADOS DO PARÁ E MARANHÃO**

Esta tese foi julgada adequada para a obtenção do título de Doutor em Letras (Área de Concentração: Estudos Linguísticos) e aprovada na sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Letras do Instituto de Letras e Comunicação da Universidade Federal do Pará – UFPA.

Belém, 04 de março de 2017.

Prof. Abdelhak Razky, Dr. (presidente)
Universidade Federal do Pará – UFPA/ Universidade de Brasília – UnB

Prof^a. Ana Suelly Arruda C. Cabral, Dr^a. (membro externo)
Universidade de Brasília – UnB

Prof. Felício Wessling Margotti, Dr. (membro externo)
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Prof^a. Marilucia Barros de Oliveira, Dr^a. (membro interno)
Universidade Federal do Pará – UFPA

Prof^a. Regina Célia Fernandes Cruz, Dr^a. (membro interno)
Universidade Federal do Pará – UFPA

À minha mãe Graça,
meu porto seguro.

AGRADECIMENTOS

Devo agradecer, em primeiro lugar, ao meu Deus e Senhor, que me deu a vida e me conduziu até este momento da minha história, com seu braço forte e sua mão suave.

Em seguida, devo agradecer às muitas pessoas e instituições que me ajudaram a chegar até esta etapa de minha vida acadêmica:

À minha preciosa mãe Graça e ao meu pai José Guedes (intercessor lá do céu);

À minha amada esposa Cleuma, que foi meu suporte indispensável;

Ao meu filho Miguel, razão maior das minhas lutas;

À minha família: Iris e Eder (mais que irmãos), Socorro, Noca e Conceição (minhas outras mães), Socorro e Juscelino (meus outros pais), Luiza e Sthefany (minhas outras filhas) e a todos os mui queridos e amados familiares;

Ao meu orientador Prof. Razky, por acreditar e confiar em mim;

Aos professores e colegas do projeto GeoLinTerm, esse lugar onde aprendi tantas coisas boas: Marilucia, Alcides, Simone, Eneida, Celiane, Marcelo, Carlene e os demais;

À colega [e irmã] Eliane Costa, parceira de viagens e pesquisas de campo, pelo valioso apoio;

Aos professores e outros profissionais de várias instituições que deram sua parcela de colaboração a esta pesquisa: Ana Suely Cabral, Jorge Lopes, Tabita Fernandes, Risoleta Julião, Almires Martins (indígena guaraní), Karleane e Lalako (indígena guajajara);

Aos indígenas das cinco etnias pesquisadas, que participaram tão ativamente dessa grande empreitada como colaboradores, auxiliares e intermediadores na pesquisa de campo, especialmente a: Ikatu e Tymykong Suruí; Puraké e Morosopia Asuriní, Leonardo e Maria Guaraní, Sérgio e Uzu Tembé, Alderico Guajajara e família, e a todos os colaboradores, que, mais do que nos informar, doaram-nos o seu precioso conhecimento;

Aos meus amigos e irmãos da Comunidade Casa da Vitória e do Ministério Som da Graça pelas orações, intercessões e pela compreensão;

Ao Programa de Pós-graduação em Letras do Instituto de Letras e Comunicação da UFPA, nas pessoas de seus coordenadores, diretores e colaboradores;

À Universidade Federal do Pará;

À CAPES e ao CNPq pelo apoio.

A um é dada pelo Espírito uma palavra de sabedoria; a outro, uma palavra de ciência, por esse mesmo Espírito; a outro, a fé, pelo mesmo Espírito; a outro, a graça de curar as doenças, no mesmo Espírito; a outro, o dom de milagres; a outro, a profecia; a outro, o discernimento dos espíritos; a outro, a variedade de línguas; a outro, por fim, a interpretação das línguas.
(I Coríntios 12, 8-10)

RESUMO

A presente tese consiste num mapeamento do perfil geossociolinguístico do português em contato com línguas pertencentes à família Tupí-Guaraní, em áreas indígenas dos estados do Pará e Maranhão, com o propósito de trazer contribuições ao conhecimento dos comportamentos linguísticos dos falantes e da variação fonética do português em contato com cinco línguas indígenas, quais sejam: Suruí Aikewára, Asuriní do Tocantins, Tembé, Guajajára e Guaraní Mbyá. Os pressupostos teórico-metodológicos da Dialectologia e Geografia Linguística (GILLIERON, 1902; NASCENTES, 1953; ROSSI, 1963), da moderna Dialectologia e da Geossociolinguística (RAZKY, 1996; CARDOSO, 1999; AGUILERA, 2008), da Dialectologia Pluridimensional e Relacional (RADTKE; THUN, 1996), e do contato de línguas (WEINREICH, 1953; FISHMAN, 1978; THOMASON, 2001) nortearam a realização deste estudo. O aporte metodológico adotado foi inspirado nos instrumentos desenvolvidos pelo Comitê Nacional do Atlas Linguístico do Brasil – ALiB, especialmente em um de seus instrumentos de coleta de dados: o Questionário Fonético-Fonológico (QFF), que possui 159 perguntas. Esse questionário foi adaptado, incluída a solicitação da correspondência em língua indígena para cada uma das respostas obtidas em português. Além desse instrumento, foi aplicado um QFF Complementar, com 37 perguntas, que objetivou o registro de fenômenos fonéticos específicos do contato do português com essas línguas indígenas, e um Questionário Sociolinguístico de 21 questões sobre comportamentos linguísticos e comentários metalinguísticos/epilinguísticos. Foram previstos dez colaboradores por ponto de inquérito, de ambos os sexos, estratificados em três faixas etárias (1ª: 5 a 10 anos, 2ª: 18 a 37 anos e 3ª: 47 a 75 anos), os adultos foram subdivididos de forma equitativa em duas faixas de escolaridade (1ª: analfabetos ao ensino fundamental e 2ª: do ensino médio ao superior). A análise dos resultados demonstrou que o português falado nessas áreas indígenas ainda apresenta influência do substrato linguístico de origem Tupí-Guaraní, principalmente na fala de uma parcela dos colaboradores mais velhos (3ª faixa etária), enquanto que, de modo geral, a variação dos fenômenos fonéticos estudados parece compor parte de um contínuo de fala em relação às comunidades não indígenas da região (se comparados aos dados do Atlas Linguístico do Brasil – ALiB e do Atlas Linguístico Sonoro do Pará – ALiSPA). Os resultados do mapeamento sociolinguístico apontam para a difusão da língua portuguesa e para um baixo grau de competência linguística em língua indígena entre os colaboradores mais jovens (1ª e 2ª faixas etárias), apesar de haver indicações de um processo de conscientização desses colaboradores acerca da importância da manutenção das línguas indígenas próprias de suas comunidades.

Palavras-chave: Dialectologia Pluridimensional. Geossociolinguística. Contato português/línguas Tupí-Guaraní.

ABSTRACT

The present thesis consists of a mapping of the geosociolinguistic profile of the Portuguese language in contact with languages belonging to the Tupí-Guarani family, in indigenous areas in the states of Pará and Maranhão, aiming at contributing to the knowledge of the linguistic attitudes of speakers and the phonetic variation of Portuguese language in contact with five indigenous languages, which are: Suruí Aikewára, Asuriní from Tocantins, Tembé, Guajajara and Guaraní Mbyá. The theoretical-methodological assumptions of Dialectology and Linguistic Geography (GILLIERON, 1902; NASCENTES, 1953; ROSSI, 1963), Modern Dialectology and Geosociolinguistics (RAZKY, 1996; CARDOSO, 1999; AGUILERA, 2008), Pluridimensional and Relational Dialectology (RADTKE; THUN, 1996), and languages contact (WEINREICH, 1953, FISHMAN, 1978 and THOMASON, 2001) guided this study. The methodological approach adopted was inspired by the instruments developed by the National Committee of the Linguistic Atlas of Brazil (ALiB), especially one of its instruments of data collection: the Phonetic-Phonological Questionnaire (PPQ), which has 159 questions. This questionnaire was adapted, including a request for the correspondence in the indigenous language for each of the answers obtained in Portuguese. In addition to the instrument, a Complementary PPQ with 37 questions was applied, aiming at the registration of phonetic phenomena specific to Portuguese contact with indigenous languages, and a Sociolinguistic Questionnaire of 21 questions on linguistic attitudes and metalinguistic/epilingual comments. Ten respondents per survey point, of both gender, stratified into three age groups (1: 5 to 10 years old, 2: 18 to 37 years old and 3: 47 to 75 years old) had been planned. The adults were divided equally into two levels of schooling (1st: illiterate to elementary school and 2nd: from high school to college). The analysis of the results showed that the Portuguese language spoke in these indigenous areas also showed influence of the linguistic substrate originated from Tupí-Guarani mainly in the speech of a portion of older informants (3rd age group) whereas the realization of the phones studied seem to be part of a speech continuum in relation to non-indigenous communities in the region (compared to Linguistic Atlas of Brazil – ALiB and Linguistic Sound Atlas of Pará – ALiSPA data). The results of the sociolinguistic mapping point to the diffusion of the Portuguese language and to a low degree of linguistic competence in the indigenous language among the youngest informants (1st and 2nd age groups), although there are indications of a process of awareness of these informants about the importance of maintaining indigenous languages from their communities.

Keywords: Pluridimensional Dialectology. Geosociolinguistics. Contact between Portuguese and Tupí-Guaraní languages.

RÉSUMÉ

Cette thèse est une cartographie du profil géo-sociolinguistique du portugais en contact avec des langues appartenant à la famille Tupi-guarani, dans les zones indigènes dans les états du Pará et du Maranhão, avec le but d'apporter des contributions à la connaissance des attitudes linguistiques des locuteurs, et de la variation phonétique du portugais en contact avec cinq langues indigènes, à savoir : Suruí Aikewára, Asuriní do Tocantins, Tembé, Guajajara e Guaraní Mbyá. Les hypothèses théoriques et méthodologiques de la Dialectologie et Géographie linguistique (GILLIERON, 1902; NASCENTES, 1953; ROSSI, 1963), de la moderne Dialectologie et Géo-sociolinguistique (RAZKY, 1996; CARDOSO, 1999; AGUILERA, 2008), de la Dialectologia pluridimensionnelle et Relational (RADTKE ; THUN, 1996), et du contact de la langue (WEINREICH, 1953; FISHMAN, 1978; THOMASON, 2001) ont guidé cette étude. L'approche méthodologique adoptée a été inspirée par les instruments développés par le Comité National de l'Atlas Linguistique du Brésil – ALib, en particulier, l'un de ses instruments de collecte de données: le Questionnaire Phonétique-Phonologique (QFF), qui dispose de 159 questions. Ce questionnaire a été adapté en langue indigène pour chacune des réponses obtenues en portugais. En plus de cet instrument, un QFF supplémentaire, avec 37 questions, a été appliqué pour enregistrer des phénomènes phonétiques spécifiques du portugais en contact avec ces langues indigènes, et un Questionnaire Sociolinguistique avec 21 questions sur les attitudes linguistiques et commentaires métalinguistiques/ épilinguistiques . Un groupe de dix informateurs a été choisi dans chaque point de l'enquête, des deux sexes, stratifiés en trois groupes d'âge (le 1er: 5 à 10 ans, le 2ème: 18 à 37 ans, et le 3ème: 47-75 ans). Les adultes ont été subdivisées également en deux groupes éducatifs (1er: analphabètes à l'éducation primaire, et 2 ème: de l'école secondaire à l'étude universitaire). L'analyse des résultats a montré que le portugais parlé dans ces zones autochtones présente encore une influence du substrat linguistique d'origine Tupi-Guarani, principalement dans le discours d'une partie des informateurs s plus âgés (3ème groupe), alors que, en général, la réalisation des sons étudiés semble composer une partie d'un discours continu par rapport aux communautés non indigènes de la région (quand ils sont comparés aux données de l'ALib et ALiSPA). Les résultats de la cartographie sociolinguistique indiquent la diffusion de la langue portugaise et un faible niveau de compétence linguistique en langue autochtone parmi les informateurs plus jeunes (le 1er et le 2ème groupes d'âge), et un processus de prise de conscience de ces informateurs sur l'importance de maintenir les langues indigènes de leurs communautés.

Mots-clés: Dialectologie pluridimensionnelle, Géo-sociolinguistique, langues en contact, portugais, tupi-guarani.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mesorregiões Político-Administrativas do Pará	35
Figura 2: Atlas Linguístico Sonoro do Pará (ALiSPA): Questão 24 - GIZ	37
Figura 3: Correntes Migratórias	39
Figura 4: Espaço variacional e disciplinas da variação	44
Figura 5: Divisão Dialetal do Brasil (NASCENTES, 1953)	60
Figura 6: Distribuição geográfica da palatalização de /l/ no Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste do Brasil	62
Figura 7: Distribuição da frequência da palatalização de /l/ na região Norte	62
Figura 8: Carta F04 C 2 (ALiB vol. II)	64
Figura 9: Carta F05 C 3 – /S/ em coda silábica interna – ALiB	77
Figura 10: Mapa 110.1 (ALGR)	80
Figura 11: Mapa 11 – Ocorrência de africacão da consoante [d] diante de [i]	82
Figura 12: Carta 43 – Cavalo Bem Novinho – ALiPP	83
Figura 13: Carta Perfil do Informante (REIS, 2013)	85
Figura 14: Carta 021a – PIPA (CARLOS, 2015)	86
Figura 15: Cartograma projeto ALMA	88
Figura 16: Diversidade Étnica na América Latina	91
Figura 17: Tronco Linguístico Tupí	93
Figura 18: Constituição Interna da Família Tupí-Guaraní	94
Figura 19: Constituição Interna do Sub-ramo IV da Família Tupí-Guaraní	95
Figura 20: Área Indígena Sororó – Povo Suruí Aikewára	97
Figura 21: Acesso à Terra Indígena Sororó	98
Figura 22: Festa Tradicional Suruí Aikewára - <i>Sapurahái</i>	99
Figura 23: Grupo de prevenção de Incêndios florestais	100
Figura 24: Habitações na Aldeia Trocará	102
Figura 25: Templo evangélico na aldeia Trocará	103
Figura 26: Escola Warara’awa Asuriní	104
Figura 27: Arte Plumária e Pintura Corporal Asuriní	105
Figura 28: Localização Terra Indígena Alto Rio Guamá	106
Figura 29: Área Central Aldeia Teko-haw	107
Figura 30: Escola M. E. I. F. Indígena Teko-haw	107

Figura 31: Dança Tradicional em Evento na Aldeia Teko-haw	108
Figura 32: Evento escolar na aldeia Teko-haw.....	109
Figura 33: Igreja dedicada a São Benedito na aldeia Teko-haw	110
Figura 34: Principais Rios na área Tenetehára-Guajajára no Maranhão.....	111
Figura 35: Áreas Indígenas Tenetehára-Guajajára no Maranhão	112
Figura 36: Coleta de dados <i>in loco</i> aldeia Cachoeira.....	113
Figura 37: Migração dos Guaraní Mbyá de Nova Jacundá.....	115
Figura 38: Área Central Aldeia Nova Jacundá.....	116
Figura 39: Casa da Religião Tradicional Guaraní na aldeia.....	117
Figura 40: Escola Kariwassu Guaraní (Aldeia Nova Jacundá).....	118
Figura 41: Prática da Caça entre os Guaraní Mbyá.....	119
Figura 42: Localização dos Pontos de Inquérito.....	121
Figura 43: Mapa Base para as cartas linguísticas.....	126
Figura 44: Carta Explicativa – Sociolinguística 1.....	129
Figura 45: Carta Explicativa – Sociolinguística 2.....	130
Figura 46: Módulo de apresentação de comentários metalinguísticos.....	130
Figura 47: Carta Explicativa – Sociolinguística 3.....	131
Figura 48: Cruz de Estratificação Social Simples.....	131
Figura 49: Módulo de Estratificação Social	132
Figura 50: Carta Fonética Explicativa.....	134
Figura 51: Carta <i>perfume</i> ALiSPA (2004) – CD ROM.....	166
Figura 52: Distribuição da frequência da palatalização de /l/ na região Norte.....	176
Figura 53: Variação entre [ʃ] e [s] em <i>caspa</i> – ALiSPA (2004).....	183
Figura 54: Variação entre [ʃ] e [s] em <i>voz</i> – ALiSPA (2004).....	183

LISTA DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS

Quadro 1: Fenômenos Fonéticos Mapeados a partir do QFF.....	23
Quadro 2: Fenômenos Fonéticos Dialinguais Mapeados.....	24
Quadro 3: Eixos de pesquisa do projeto GeoLinTerm	26
Quadro 4: As vogais médias pretônicas num falar do Norte do Brasil	61
Tabela 1: Variantes palatais segundo o contexto subsequente.....	65
Quadro 5: Atlas Brasileiros Monodimensionais.....	73
Quadro 6: Atlas Brasileiros Bidimensionais.....	74
Quadro 7: Atlas Brasileiros Pluridimensionais.....	74
Quadro 8: Atlas Brasileiros Monolinguais.....	75
Quadro 9: Estratificação dos informantes no ALiB – Capitais.....	77
Quadro 10: Estratificação dos informantes no ALiB – Não Capitais.....	78
Quadro 11: Variáveis controladas no projeto ALMA.....	87
Quadro 12: Atlas Brasileiros Dialinguais.....	89
Quadro 13: Constituição da Família Tupí-Guaraní.....	94
Quadro 14: Quadro Sinótico de Dados Geossociolinguísticos – Suruí Aikewára.....	96
Quadro 15: Quadro Sinótico de Dados Geossociolinguísticos – Asuriní do Tocantins.....	101
Quadro 16: Quadro Sinótico de Dados Geossociolinguísticos – Tembê.....	105
Quadro 17: Quadro Sinótico de Dados Geossociolinguísticos – Guajajára.....	110
Quadro 18: Quadro Sinótico de Dados Geossociolinguísticos – Guaraní Mbyá.....	114
Quadro 19: Distribuição Geográfica dos Pontos de Inquérito.....	121
Quadro 20: Perfil dos colaboradores.....	123
Quadro 21: Siglas e significados do módulo de estratificação social.....	133
Tabela 2: Planilha de Sistematização e Quantificação de Dados Linguísticos.....	135
Quadro 22: Quadro Fonético Consonantal do Português.....	142
Quadro 23: Empréstimos do português pronunciados por indígenas Tembê e Guajajára.....	143
Quadro 24: Influências do substrato Tupí-Guaraní registradas no <i>corpus</i>	145
Quadro 25: Substituição de /b/ por [p] ou [m].....	146
Quadro 26: Substituição de /d/ por [t] e [tʃ] e de [ʎ] por [d].....	147
Quadro 27: Substituição de /g/ por [k].....	149
Quadro 28: Variação entre [s], [z], [ʃ], [ʒ], [d] e [dʒ].....	150

Quadro 29: A variação do (s) no Brasil.....	186
Quadro 30: Percepção do colaborador – Competência em Português (Povo Tembé).....	189
Quadro 31: Percepção do colaborador – Competência em Português (Povo Guajajára).....	189
Quadro 32: Percepção do colaborador – Competência em Português (Povo Asuriní do Tocantins).....	191
Quadro 33: Percepção do colaborador – Competência em Português (Povo Guaraní Mbyá).....	192
Quadro 34: Percepção do colaborador – Competência em Português (Povo Suruí Aikewára).....	192
Gráfico 1: QS/05 – Como aprendeu a falar português.....	197
Quadro 35: Percepção do colaborador – Competência na Língua Tembé.....	200
Quadro 36: Percepção do colaborador – Competência na Língua Asuriní do Tocantins	200
Quadro 37: Percepção do colaborador – Competência na Língua Guajajára.....	201
Quadro 38: Percepção do colaborador – Competência na Língua Guaraní Mbyá.....	201
Quadro 39: Percepção do colaborador – Competência na Língua Suruí Aikewára.....	202
Gráfico 2: QS/02 – Como aprendeu a falar LI.....	206
Gráfico 3: Quantificação Geral – Respostas x Não Respostas em LI ao QFF.....	207

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização dos Pontos de Inquérito	36
Mapa 2: Distribuição Diatópica dos Quadros Fonéticos das Vogais Orais das Línguas Indígenas das Comunidades-Alvo	139
Mapa 2.1: Distribuição Diatópica dos Quadros Fonológicos das Vogais Orais das Línguas Indígenas das Comunidades-Alvo	139
Mapa 3: Distribuição Diatópica dos Quadros Fonéticos das Consoantes das Línguas Indígenas das Comunidades-Alvo	140
Mapa 3.1: Distribuição Diatópica dos Quadros Fonológicos das Consoantes das Línguas Indígenas das Comunidades-Alvo	141
Mapa 4: Carta D01 – Denominações registradas em LI para “rato”	152
Mapa 5: Carta D02 – Denominações registradas em LI para “jacaré”	155
Mapa 6: Carta D03 – Denominações registradas em LP para “jacaré”	156
Mapa 7: Carta F01 – Vogal Média Anterior Pretônica [e] e [ɛ] – Diatópica	161
Mapa 8: Carta F01.1 – Vogal Média Anterior Pretônica [e] e [ɛ] – Diageracional	163
Mapa 9: Carta F01.2 – Vogal Média Anterior Pretônica [e] e [ɛ] – Diagenérica	164
Mapa 10: Carta F01.3 – Vogal Média Anterior Pretônica [e] e [ɛ] – Diastrática	165
Mapa 11: Carta F02 – Vogal Média Anterior Pretônica [e] e [i] – Diatópica	168
Mapa 12: Carta F02.1 – Vogal Média Anterior Pretônica [e] e [i] – Diageracional	169
Mapa 13: Carta F03 – Vogal Média Posterior Pretônica [o] e [ɔ] – Diatópica	171
Mapa 14: Carta F03.1 – Vogal Média Posterior Pretônica [o] e [ɔ] – Diageracional	172
Mapa 15: Carta F06 – Palatalização de /l/ – Diatópica	174
Mapa 16: Carta F06.1 – Palatalização de /l/ – Diageracional	175
Mapa 17: Carta F07 – /R/ em coda silábica – Diatópica	178
Mapa 18: Carta F07.1 – /R/ em coda silábica – Diageracional	179
Mapa 19: Carta F07.3 – /R/ em coda silábica – Diastrática	180
Mapa 20: Carta F08 – /S/ em coda silábica – Diatópica	182
Mapa 21: Carta S05 referente à questão 05 do QS	188
Mapa 22: Carta S05.1 – Como fala, entende, lê e escreve em LP	190
Mapa 23: Carta S06.1 – Como aprendeu português – Inf. Crianças	194
Mapa 24: Carta S06.2 – Como aprendeu português – Inf. Menos Escolarizados	195

Mapa 25: Carta S06.3 – Como aprendeu português – Inf. Mais Escolarizados.....	196
Mapa 26: Carta S01 – Competência em LI – Diatópica.....	198
Mapa 27: Carta S01.1 – Como fala, entende, lê e escreve em LI.....	199
Mapa 28: Carta S02.1 – Como aprendeu a falar LI – Inf. Crianças.....	203
Mapa 29: Carta S02.2 – Como aprendeu a falar LI – Inf. Menos Escolarizados.....	204
Mapa 30: Carta S02.3 – Como aprendeu a falar LI – Inf. Mais Escolarizados.....	205

LISTA DE SIGLAS

ADDU – Atlas Diatópico e Diastrático do Uruguai
AFEBG – Atlas Fonético do Entorno da Baía da Guanabara
AFBAM – Atlas dos Falares do Baixo Amazonas
AGeLO – Atlas Geossociolinguístico de Londrina
ALAC – Projeto Atlas Linguístico da América Central
ALAM – Atlas Linguístico do Amazonas
ALECE – Atlas Linguístico do Ceará
ALERS – Atlas Linguístico-etnográfico da Região Sul do Brasil
ALES – Atlas Linguístico do Espírito Santo
ALeSPA – Atlas Léxico Sonoro do Pará
ALF – Atlas Linguístico da França
ALF – BR PY – Atlas Linguístico-Contatual da Fronteira Brasil/Paraguai
ALGR – Atlas Linguístico Guaraní-Românico
ALiAC – Atlas Linguístico do Acre: Cartas Fonéticas da Região do Purus
ALiB – Atlas Linguístico do Brasil
ALiMA – Atlas Linguístico do Maranhão
ALiMAT – Atlas Linguístico do Mato Grosso
ALiN – Atlas Linguísticos Regionais do Norte do Brasil
ALiPA – Atlas Geossociolinguístico do Pará
ALiSPA – Atlas Linguístico Sonoro do Pará
ALiPAI – Atlas Linguístico do Português em Áreas Indígenas
ALiPP – Atlas Linguístico do Município de Ponta Porã, MS
ALiPTG – Atlas Linguístico do Litoral Potiguar
ALiPE – Atlas Linguístico de Pernambuco
ALiRN – Atlas Linguístico do Rio Grande do Norte
ALiRO – Atlas Linguístico de Rondônia
ALiSon-Rio – Atlas Linguístico Sonoro do Estado do Rio de Janeiro
ALMASPE – Atlas Linguístico da Mata Sul de Pernambuco
ALMA-H – Projeto Atlas-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata:
Hunsrückisch

ALMESEMT – Atlas Linguístico da Mesorregião Sudeste de Mato Grosso
ALMS – Atlas Linguístico do Estado de Mato Grosso do Sul
ALPB – Atlas Linguístico da Paraíba
ALPR – Atlas Linguístico do Paraná
ALPR II – Atlas Linguístico do Paraná II
ALS I – Atlas Linguístico de Sergipe
ALS II – Atlas Linguístico de Sergipe
ASLIB – Atlas Linguístico Sonoro das Línguas Indígenas do Brasil
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EALLO – Esboço de um Atlas Linguístico de Londrina
EALMG – Esboço do Atlas Linguístico de Minas Gerais
GEOLINTERM – Geossociolinguística e Socioterminologia
LALLI – Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas da UnB
MaGePAI – Mapeamento Geossociolinguístico do Português em Áreas Indígenas do Pará e Maranhão
Micro AFERJ – Micro Atlas Fonético do Estado do Rio de Janeiro
QFF – Questionário Fonético-Fonológico
QFFC – Questionário Fonético-Fonológico Complementar
QS – Questionário Sociolinguístico
QSL – Questionário Semântico-Lexical
SIL – Summer Institute of Linguistics
SocioTerm – Terminologia e Socioterminologia

SUMÁRIO

RESUMO	6
ABSTRACT	7
RÉSUMÉ	8
LISTA DE FIGURAS	9
LISTA DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS	11
LISTA DE MAPAS	13
LISTA DE SIGLAS	15
1 INTRODUÇÃO	20
1.1 ESTUDOS DIALETOLÓGICOS NO NORTE DO BRASIL	24
1.1.1 Um Atlas Linguístico para as Línguas Indígenas do Brasil	27
1.1.2 Um Atlas Linguístico para o Português em Áreas Indígenas do Brasil	28
1.2 ESTUDOS DIALETOLÓGICOS E A HISTÓRIA DO POVOAMENTO DE UM ESPAÇO GEOGRÁFICO	31
2 REVISÃO DA LITERATURA	42
2.1 REVISÃO TEÓRICO-CONCEITUAL.....	42
2.1.1 A Dialectologia Pluridimensional e Relacional.....	42
2.1.2 Contato Linguístico, Bilinguismo, Competência e Comportamentos Linguísticos .	50
2.1.2.1 Contato entre línguas em comunidades indígenas bilíngues ou plurilíngues.....	54
2.2 REVISÃO DE TEMAS EM ESCOPO.....	58
2.2.1 Variáveis Linguísticas	59
2.2.1.1 Variação da vogal média anterior em posição pretônica.....	59
2.2.1.2 Variação da vogal média posterior em posição pretônica.....	60
2.2.1.3 Palatalização da lateral /l/ diante de [i].....	61
2.2.1.4 Variação do /R/ em coda silábica externa	63
2.2.1.5 Variação do /S/ em coda silábica externa e interna.....	64
2.2.2 Variáveis Extralinguísticas	66
2.2.2.1 Dimensão diatópica	66
2.2.2.2 Dimensão diageracional	67
2.2.2.3 Dimensão diagenérica.....	67
2.2.2.4 Dimensão diastrática.....	68

2.2.2.5 Dimensão diarreferencial.....	69
2.2.2.6 Dimensão dialingual.....	70
2.3 ESTADO DA ARTE DOS ATLAS LINGUÍSTICOS DO BRASIL E DE FRONTEIRA	71
2.3.1 Abordagem Dimensional nos Atlas Linguísticos do Brasil.....	73
2.3.2 Abordagem Mono/Dialingual nos Atlas Linguísticos do Brasil.....	75
2.3.2.1 Atlas Monolínguas.....	75
2.3.2.2 Atlas Dialínguas.....	78
3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-LINGUÍSTICA.....	90
3.1 SITUAÇÃO GEOSOCIOLINGUÍSTICA DAS COMUNIDADES-ALVO.....	93
3.1.1 Os Suruí Aikewára.....	96
3.1.2 Os Asuriní do Tocantins.....	101
3.1.3 Os Tembé.....	105
3.1.4 Os Guajajára.....	110
3.1.6 Os Guaraní Mbyá.....	114
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	120
4.1 DEFINIÇÃO DA REDE DE PONTOS.....	120
4.2 PERFIL DOS COLABORADORES.....	122
4.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	124
4.4 CARTOGRAFIA.....	126
4.4.1 Base Cartográfica.....	127
4.4.2 Cartas Explicativas.....	129
4.5 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS.....	134
4.6 Adaptações metodológicas.....	136
5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	138
5.1 VARIAÇÃO FONÉTICA.....	138
5.1.1 Variação Fonética Dialingual.....	144
5.1.2 Variação da vogal média anterior em posição pretônica (realização de [e] e [ɛ])..	160
5.1.3 Variação da vogal média anterior em posição pretônica (realização de [e] e [i])..	167
5.1.4 Variação da vogal média posterior em posição pretônica (realização de [o] e [ɔ])	170
5.1.5 Palatalização da lateral /l/ diante de [i].....	173
5.1.6 Variação do /R/ em coda silábica externa (presença <i>versus</i> ausência em nomes e verbos).....	177
5.1.7 Variação do /S/ em coda silábica externa e interna (presença <i>versus</i> ausência em nomes e verbos).....	181

5.2 VARIAÇÃO DIARREFERENCIAL	187
5.2.1 Variação Diarreferencial no Português.....	187
5.2.2 Variação Diarreferencial nas Línguas Indígenas	198
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	210
REFERÊNCIAS	214
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	227
ANEXO A.....	231
ANEXO B.....	246
ANEXO C.....	265
ANEXO D.....	280
APÊNDICE A	282
APÊNDICE B.....	286
APÊNDICE C	289
APÊNDICE D	290

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, foram realizados diversos estudos sobre a variação geolinguística na língua portuguesa de Norte a Sul do Brasil, em especial a partir de 1996, com a criação do Comitê Nacional do Atlas Linguístico do Brasil – ALiB. Os projetos de atlas estaduais ou regionais, como o Atlas Linguístico Sonoro do Pará – ALiSPA, o Atlas Léxico Sonoro do Pará – ALeSPA e o Atlas Linguístico do Maranhão – ALIMA, ganharam novo impulso e continuam representando avanços consideráveis nos estudos sobre o português brasileiro, uma vez que registram a língua *in vivo*, desde os centros urbanos às zonas rurais do país, o que tem promovido o registro da diversidade linguística do Brasil, cujas dimensões geográficas e diversidade cultural o constituem rico campo de atuação para pesquisadores interessados na variação linguística.

Os estudos geolinguísticos sobre a variação do português brasileiro têm apresentado resultados que podem contribuir para o conhecimento da língua majoritária do Brasil. Os estudos realizados com o *corpus* do Atlas Linguístico do Brasil (AGUILERA, 2008; MOTA & CARDOSO, 2009; AGUILERA, 2010; ISQUERDO, 2010; RAZKY, COSTA & OLIVERA, 2010; RAZKY, GUEDES & COSTA, 2015, dentre outros), assim como os dois primeiros volumes do ALiB, publicados em 2014, evidenciam o que afirmamos.

A publicação desses primeiros volumes do ALiB representou um marco na história dos estudos dialetológicos dentro e fora do Brasil, uma vez que este passou a integrar a lista dos países nos quais os esforços conjuntos de grupos de pesquisadores culminaram na elaboração de um atlas linguístico de âmbito nacional. Esse fato faz dos pesquisadores contemporâneos testemunhas oculares do desvelamento de fatos linguísticos sobre o português brasileiro, que há muito constituíam hipóteses fundadas em estudos de âmbito restrito, muitos realizados com rigor científico, mas baseados em dados representativos de estados e regiões, como nos casos dos atlas estaduais, regionais¹ ou de pequenos domínios².

Todavia, a metodologia do ALiB não previu a inclusão de áreas rurais de modo geral em sua rede de pontos de inquérito, somente cidades classificadas como capitais e não capitais fazem parte dessa rede. Áreas rurais, remotas e/ou de difícil acesso, como as áreas indígenas brasileiras, não foram contempladas. Assim, os falantes do português pertencentes a grupos étnicos diversos, como: comunidades isoladas de imigrantes, quilombolas e indígenas, não

¹ Como o Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS), único atlas regional do Brasil.

² Que mapeiam dados linguísticos de localidades pequenas, como municípios, zonas de um município ou ilhas.

estão representados nos resultados apresentados pelo ALiB. Nessa perspectiva, o mapeamento do perfil geossociolinguístico das cinco comunidades indígenas estudadas nesta tese representa uma contribuição inédita ao conjunto dos estudos dialetológicos acerca das variedades do português falado no Brasil.

De outro lado, há uma longa tradição de estudos que descreveram diversas línguas indígenas faladas no Brasil. Cumpre citar, neste contexto, o conjunto dessa produção, desde os pioneiros estudos realizados pelos jesuítas no período colonial, até os das diversas instituições que, em diferentes momentos históricos, colaboraram e colaboram com essa produção, como o SIL (*Summer Institute of Linguistics*), a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o Museu Emílio Goeldi, a Universidade de Brasília, a Universidade de Campinas, a Universidade de São Paulo, a Universidade Federal do Pará, dentre outras, que possuem grupos de pesquisa empenhados no estudo e descrição de línguas indígenas faladas no Brasil. Nessas instituições, pesquisadores de renome internacional, como Curt Nimuendajú, Aryon Dall'igna Rodrigues e outros, colaboraram de forma decisiva para a constituição do grande repositório de conhecimento que se tem hoje sobre as diversas línguas autóctones do Brasil, até o momento descritas.

Contudo, há carência no que se refere à realização de estudos geolinguísticos acerca das línguas faladas por indígenas brasileiros, inclusive sobre o português em contato com línguas autóctones no Brasil. Nesse campo, não há ainda uma tradição de estudos. Deve-se destacar aqui o Atlas Linguístico Guaraní-Românico (2009), coordenado pelos professores Harald Thun, Almidio Aquino, Wolf Dietrich e Haralambos Symeonidis, que foi o primeiro estudo de cunho geolinguístico a mapear uma língua indígena sul-americana, o Guaraní. Esse estudo inaugura uma nova etapa dos estudos geolinguísticos, dentro da perspectiva da Geolinguística Pluridimensional e Contatual (THUN, 1998), voltados a mapear as situações de contato linguístico no território brasileiro, seja em comunidades situadas no interior do território, ou nas regiões de fronteira.

Nesta tese, estabelecemos como objetivo mapear o perfil geossociolinguístico do português em contato com cinco línguas pertencentes à família Tupí-Guaraní, faladas por indígenas de cinco etnias dos estados do Pará e Maranhão, com o propósito de trazer novas contribuições ao conhecimento dos comportamentos linguísticos dos falantes indígenas e da variação fonética do português em contato com essas línguas, quais sejam: Suruí Aikewára, Asuriní do Tocantins, Tembé, Guajajara e Guaraní Mbyá. Para isso, objetivou-se especificamente: i. mapear a diversidade fonética do português nos níveis diatópico (geográfico), diagenérico (sexo), diageracional (faixa etária) e diastrático (escolaridade), que

ocorre na fala dos colaboradores indígenas selecionados; ii. confeccionar cartas fonéticas referentes ao português falado pelas etnias investigadas; iii. confeccionar cartas que demonstrem o perfil geossociolinguístico das comunidades-alvo, evidenciando a variação dialingual (línguas em contato) e variação diarreferencial (comentários metalinguísticos/epilinguísticos dos falantes em relação às línguas faladas nessas comunidades); iv. comparar os dados de fala das comunidades indígenas investigadas aos dos não indígenas da região, tomando-se por base os *corpora* dos atlas ALiSPA e ALiB.

Este estudo foi realizado partindo-se das seguintes hipóteses: (a.) no plano fonético, o português falado por indígenas pertencentes a essas cinco etnias reflete um “contínuo regional” com alguns rastros de interferências fonéticas do substrato linguístico de origem Tupí-Guaraní; e (b.) a vitalidade das línguas indígenas nessas comunidades é estratificada no nível diageracional: maior entre os mais idosos e menor entre os mais jovens. Essas hipóteses se amparam no que têm sido demonstrado por estudos isolados na área de Língua Antropológica.

A escolha do tema desta tese foi motivada pelo interesse em mapear as variedades do português falado na zona rural do estado do Pará, campo de estudo a que me detive desde a elaboração do trabalho de conclusão de curso (defendido em 2007), passando pela elaboração da dissertação de mestrado (defendida em 2012), ambos estudos geolinguísticos que mapearam a variação lexical do português falado na zona rural do estado do Pará, elaborados a partir do *corpus* do projeto ALiPA (Atlas Geossociolinguístico do Pará).

A aprovação de apoio financeiro junto ao CNPq para o projeto “Mapeamento Geossociolinguístico do Português falado em Áreas Indígenas nos estados do Pará e Maranhão”, vinculado por sua vez ao projeto “Atlas Linguístico Sonoro das Línguas Indígenas do Brasil” (ASLIB), realizado em parceria com o Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas da UnB (LALLI), proporcionou a realização da coleta de dados em pesquisa de campo nas cinco terras indígenas investigadas, localizadas nos estados do Pará e Maranhão.

A Região Norte do Brasil é um campo diverso para pesquisadores interessados nas línguas faladas por indígenas. Os estados do Pará e do Maranhão comportam diversas terras indígenas pertencentes a etnias diferentes. A configuração geográfica da distribuição desses povos no território é, por sua vez, diversa, pois se trata de uma área com dimensões geográficas continentais, com populações indígenas residindo equidistantemente de forma variada em relação aos centros urbanos (algumas muito próximas, outras muito distantes), sendo esses centros urbanos povoados majoritariamente por não indígenas falantes de

português.

Há necessidade de estudar a situação geossociolinguística dessas comunidades de fala, tendo em vista, particularmente, as situações de contato linguístico. Para tanto, escolheu-se mapear um elenco de fenômenos fonéticos relevantes do ponto de vista da variação do português falado na região. Com o mapeamento desse conjunto de fenômenos, pretendeu-se documentar a situação atual do português de contato nessas áreas indígenas dos estados do Pará e Maranhão, dando ênfase: i) às influências fonéticas do substrato linguístico de origem Tupí-Guaraní na fala dos colaboradores indígenas falantes de português; ii) aos comportamentos linguísticos desses colaboradores ante o contato do português com as línguas indígenas próprias de suas comunidades.

Dentre os diversos fenômenos fonéticos passíveis de análise no *corpus* coletado para a realização deste estudo, elegemos as variantes linguísticas que mais se destacaram a partir da observação do *corpus*, norteando-se essa eleição também pelo elenco de fenômenos mapeados e estudados no ALiSPA (RAZKY, 2004), na obra *Estudos Geo-sociolinguísticos no Estado do Pará* (RAZKY, 2003), e em nossas leituras de pesquisas realizadas sobre o português na zona rural dos estados do Pará e Maranhão, nos âmbitos dos projetos Geossociolinguística e SocioTerminologia (GeoLinTerm)³ e Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). Dessa forma, decidiu-se mapear neste estudo os seguintes fenômenos fonéticos:

Quadro 1: Fenômenos Fonéticos Mapeados a partir do QFF

1	Variação da vogal média anterior em posição pretônica (realizações de [e] e [ɛ], [e] e [i])
2	Variação da vogal média posterior em posição pretônica (realizações de [o] e [ɔ])
3	Palatalização da lateral /l/ diante de [i]
4	Variação do /R/ em coda silábica externa (presença <i>versus</i> ausência em nomes e verbos)
5	Variação do /S/ em coda silábica externa e interna (presença <i>versus</i> ausência em nomes e verbos)

Fonte: O autor

Todavia, o estudo do *corpus* coletado revelou outros fenômenos de ordem dialingual, isto é, oriundos do contato entre a língua portuguesa e as línguas indígenas, que elegemos também como objeto de análise neste estudo, por representarem influências do substrato linguístico de matriz Tupí-Guaraní no português falado nas áreas indígenas investigadas. São eles:

³ Nomeado anteriormente como Projeto ALiPA (Atlas Geossociolinguístico do Pará).

Quadro 2: Fenômenos Fonéticos Dialinguais Mapeados

1	Variação entre [s], [z], [ʃ], [ʒ], [d] e [dʒ]
2	Substituição de /b/ por [p] ou [m]
3	Substituição de /d/ por [t], [tʃ] e de [ʎ] por [d]
4	Substituição de /g/ por [k]

Fonte: O autor

De outro lado, a coleta dos dados foi projetada com a finalidade de possibilitar o mapeamento linguístico sob diversas variáveis extralinguísticas. Entre elas elegemos as seguintes: diatópica (geográfica), diageracional (idade), diagenérica (sexo), diarreferencial (comentários metalinguísticos/epilinguísticos) e dialingual (contato linguístico), privilegiando, portanto, as variáveis que mais se enquadrariam na proposta de mapeamento adotada.

1.1 ESTUDOS DIALETOLÓGICOS NO NORTE DO BRASIL

A região Norte, compreendida por sete estados: Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará e Tocantins, conta com apenas dois atlas linguísticos já concluídos, o Atlas Linguístico Sonoro do Pará (ALiSPA) e o Atlas Linguístico do Amazonas (ALAM)⁴. No estado do Pará, há ainda outro projeto de atlas linguístico em andamento, o Atlas Léxico Sonoro do Pará (ALeSPA)⁵, destinado a descrever a variação lexical do português na zona rural do estado. Ainda no âmbito amazônico, estão vinculados ao Projeto GeoLinTerm, do PPGL da UFPA, os projetos de atlas linguísticos dos estados do Amapá, Acre e Rondônia. Ressaltamos ainda a existência do projeto do Atlas Linguístico do Maranhão (ALIMA), também em andamento, que, apesar de não estar circunscrito à Região Norte do país, abrange a zona de transição entre a Amazônia Legal e o cerrado nordestino.

O estágio atual dos estudos dialetológicos e geolinguísticos no Brasil é muito produtivo. Desde a criação do Comitê Nacional para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil em 1996, houve um avanço considerável nessa área, diversos grupos de pesquisa, como o ALiPA (hoje GeoLinTerm) da UFPA, empenharam-se na construção de atlas estaduais ou regionais. Com isso, desde então, viu-se um movimento ascendente na elaboração de atlas de

⁴ Elaborado como tese de doutorado da professora Maria Luiza de Carvalho Cruz, defendida em 2004.

⁵ Que junto ao ALiSPA integra o projeto Atlas Geossociolinguístico do Pará (ALiPA).

cunho regional e local nos programas de pós-graduação pelo país, especialmente sob as formas de dissertações e teses, em sua maioria “atlas de pequenos domínios” e estudos que mapearam dados geolinguísticos contribuindo com projetos de atlas linguísticos. Esses atlas de pequenos domínios focalizam o registro do português em espaços geográficos mais restritos e dão uma visão pontual e específica da realidade geolinguística do português falado nas comunidades de fala. Essas pesquisas constituem significativas contribuições para o conjunto das pesquisas nacionais no sentido de projetar uma imagem da língua portuguesa no Brasil a partir de realidades geolinguísticas específicas.

O *Atlas Geossociolinguístico do Pará – ALiPA* foi um projeto pioneiro desenvolvido no estado do Pará, na área de Geografia Linguística. O projeto foi motivado pela carência de estudos sobre o português falado no Estado. Deve-se destacar, entretanto, alguns poucos trabalhos realizados sobre fenômenos linguísticos na região, apesar de os mesmos não versarem sobre a variação na dimensão geográfica, são eles: *Aspectos do falar paraense: fonética, fonologia e semântica* (VIEIRA, 1983), trabalho que tratou de elementos fonológicos, lexicais e semânticos presentes na língua portuguesa falada nos municípios paraenses de Alenquer, Itaituba, Óbidos, Oriximiná e Santarém; e *Aspectos da variação fonético-fonológica na fala de Belém* (NINA, 1991), trabalho que procurou descrever a realização das vogais /e/ e /o/ em contextos CVC⁶ na capital paraense.

O Projeto ALiPA foi criado em 1996, tendo por finalidade mapear as variações linguísticas no português falado no Estado do Pará, levando em consideração a diversidade linguística nas dimensões geográfica e social. Atualmente, o projeto de pesquisa passou por um reordenamento de atividades e, agora, o Atlas Geossociolinguístico do Pará, que emprestava o nome ao projeto como um todo, constitui o segundo eixo de pesquisa do projeto Geossociolinguística e Socioterminologia (GeoLinTerm). A reordenação se deu em virtude de as pesquisas realizadas no âmbito do projeto terem tomado proporções que transpuseram os limites estaduais. Estão envolvidos no projeto pesquisadores de diversos Estados do norte do país: Pará, Amapá, Amazonas, Rondônia e Acre. Além das pesquisas em Dialectologia, Geolinguística e Sociolinguística, foram e estão sendo desenvolvidas, atreladas ao projeto, pesquisas no âmbito da Socioterminologia, tendo sido elaborados diversos glossários socioterminológicos em forma de dissertações de mestrado e teses de doutorado.

A publicação mais expressiva vinculada ao projeto GeoLinTerm é o *Atlas Linguístico Sonoro do Pará – ALiSPA* (RAZKY, 2004), trabalho que inovou o quadro das pesquisas em

⁶ Consoante, vogal, consoante.

Geografia Linguística no país, uma vez que foi o primeiro atlas linguístico do Brasil a apresentar uma organização de dados em formato de texto e áudio, apresentado em formato de CD-ROM. Para a elaboração do ALiSPA foram mapeados dados fonéticos de 10 localidades representativas das seis mesorregiões paraenses. Foram entrevistados quatro colaboradores em cada ponto de inquérito, estratificados por faixa etária, sexo, escolaridade e renda. Este trabalho constitui, portanto, o primeiro atlas multidimensional (ou pluridimensional) publicado no Brasil. Na atual organização do projeto GeoLinTerm, o ALiPA constitui um dos eixos de pesquisa, acomodando dois produtos: o Atlas Linguístico Sonoro do Pará (ALiSPA) e o Atlas Léxico Sonoro do Pará (ALeSPA) (em andamento), como pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 3: Eixos de pesquisa do projeto GeoLinTerm

Projeto GeoLinTerm – Geossociolinguística e Socioterminologia		
1º eixo	ALiPA	- ALiSPA (Atlas Linguístico Sonoro do Pará) - ALeSPA (Atlas Léxico Sonoro do Pará)
2º eixo	ALiN (Atlas Linguísticos Regionais do Norte do Brasil)	ALiPA (Atlas Geossociolinguístico do Pará) ALAP (Atlas Geossociolinguístico do Amapá) ALiRo (Atlas Linguístico de Rondônia) ⁷ ALiAC (Atlas Linguístico do Acre) ⁸
3º eixo	ALiB-Norte (Atlas Linguístico do Brasil – Região Norte)	-
4º eixo	SocioTerm (Terminologia e Socioterminologia)	-
5º eixo	ASLIB (Atlas Linguístico Sonoro das Línguas Indígenas do Brasil)	ALiPAI (Atlas Linguístico do Português em Áreas Indígenas)/ MaGePAI (Mapeamento do Português em Áreas Indígenas do Pará e Maranhão)

Fonte: O autor

À época da fundação do projeto ALiPA, enquanto no resto do Brasil (inclusive no âmbito do próprio projeto ALiB) se debatia a necessidade de inclusão de uma dimensão sociolinguística na metodologia tradicional da Dialectologia, no Pará o projeto de um atlas estadual se assentava primeiramente numa metodologia sociolinguística quantitativa, como fica bem evidente no trabalho *O Atlas geossociolinguístico do Pará: abordagem metodológica* (RAZKY, 1998, p. 155).

Todavia, os estudos geolinguísticos realizados no âmbito do projeto GeoLinTerm estavam focados eminentemente nos falares de localidades não indígenas. Como veremos mais detalhadamente na seção 3 desta tese, é na região Norte do Brasil que se concentra a

⁷ Projeto coordenado pela prof^a. Iara Maria Teles (Unir).

⁸ Projeto coordenado pela prof^a. Lindinalva M. do N. Chaves (UFAC).

maior parcela de indígenas brasileiros. Assim, urgia a necessidade de se incluir as línguas faladas por esses indígenas entre as pesquisas desenvolvidas no projeto GeoLinTerm. Em 2014, foi criado um 5º eixo no projeto com essa finalidade.

Esta tese constitui, portanto, o estudo pioneiro neste novo eixo de pesquisas, inaugurando na região norte do Brasil esta área inovadora de estudos, que reverbera o movimento, iniciado por Thun (1998), de uma nova modalidade de abordagem dos estudos geolinguísticos, que considera o conhecimento lateral de uma língua indígena por parte do falante do português brasileiro: a Geolinguística Pluridimensional e Contatual, contudo, mesmo o pioneiro Atlas Linguístico Guaraní-Ronânico (ALGR) não mapeou o português falado em áreas indígenas demarcadas como tais, mas apenas a língua Guaraní em regiões de fronteira com o Paraguai e a Argentina. O presente estudo, tem portanto, o mérito de realizar pela primeira vez no Brasil, um mapeamento geolinguístico do português falado em áreas indígenas brasileiras. Na seção seguinte, apresentamos as atividades desenvolvidas nesse novo eixo do projeto GeoLinTerm, que engloba a pesquisa desenvolvida nesta tese.

1.1.1 Um Atlas Linguístico para as Línguas Indígenas do Brasil

A pesquisa desenvolvida para a elaboração desta tese está vinculada ao projeto Atlas Linguístico Sonoro das Línguas Indígenas do Brasil – ASLIB. Os dados das línguas faladas nas cinco comunidades indígenas investigadas neste estudo irão compor o banco de dados desse projeto. Cabral e Razky (2014) afirmam que o ASLIB foi projetado para ser um instrumento de informação linguística, sociolinguística e cultural das línguas indígenas brasileiras. Por outro lado, ampliou-se o campo de mapeamento do projeto com a inclusão do estudo sobre o português em contato com línguas indígenas nas áreas investigadas. Isso foi feito a partir do projeto, também financiado pelo CNPq: “Mapeamento geossociolinguístico do português em áreas indígenas nos estados do Pará e Maranhão”, que apresentaremos na próxima seção. Ambos os projetos possuem equipes compostas de pesquisadores de duas instituições de ensino superior: a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal do Pará (UFPA).

O projeto ASLIB tem como objetivo a construção de um atlas interativo que deverá representar a diversidade linguística das línguas indígenas do Brasil, ilustrando as diferentes línguas e suas respectivas variedades, ressaltando as grandes áreas linguísticas, os traços linguísticos areais e caminhos de certas palavras que refletem as migrações e contatos entre falantes de línguas aparentadas e entre falantes de línguas geneticamente distintas. Constitui-se também em uma fonte difusora de conhecimento sobre a pré-história das línguas e povos

indígenas do Brasil, na medida em que evidenciará palavras cognatas através das línguas, mudanças sonoras e semânticas, entre outras.

O ASLIB pretende pôr em evidência o Brasil, enquanto país da América Latina com maior número de línguas e diversidade linguística, expressa pela existência de 39 famílias linguísticas, muitas delas com pré-história reconstruível no Brasil (RODRIGUES 2001, 2007; RODRIGUES & CABRAL, 2012), e como a Amazônia é uma das regiões mais ricas em diversidade linguística do mundo, pois também inclui línguas faladas na Bolívia, no Peru, no Equador, na Colômbia, na Venezuela e nas guianas Inglesa, Holandesa e Francesa, espera-se que o ASLIB, assim, estimule a criação de atlas das línguas indígenas faladas nesses países vizinhos, de forma que o conhecimento desse mosaico linguístico se difunda e torne o conhecimento sobre as línguas dos povos ameríndios acessível a todos, indígenas, linguistas, redes de ensino e suas escolas, enfim, que internacionalize esse conhecimento valorizando as línguas e culturas indígenas.

O projeto ASLIB tomou como referência principal o Projeto Atlas Linguístico do Brasil – ALiB (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2003) e atlas regionais do Brasil, como o *Atlas Linguístico de Sergipe* (FERREIRA; ROSSI *et. al.* 1987), o *Atlas Linguístico da Paraíba* (ARAGÃO; MENEZES, 1984) e o *Atlas linguístico do Paraná* (AGUILERA, 1994). Serviram também de referência o *Atlas Lingusitique de la France* (Gillierón 1902-1910), pela sua importância na história dos atlas geolinguísticos das línguas do mundo, e o *Atlas Linguístico Guaraní-Românico* (THUN; AQUINO; DIETRICH; SYMEONIDIS, 2009), por ter sido a primeira iniciativa de um atlas linguístico envolvendo línguas indígenas de áreas adjacentes ao Brasil e geneticamente relacionadas a línguas indígenas deste, consistindo, por isso, em referência a ser considerada na construção do Atlas das Línguas Indígenas do Brasil. Foram também considerados os importantes estudos sobre atlas sonoros desenvolvidos por Razky (2004), por abrirem novos caminhos para a valorização dos dados linguísticos de um atlas de língua.

As primeiras línguas a serem pesquisadas no ASLIB são Tembé e Guajajára, Asuriní do Tocantins, Suruí do Tocantins, Tuparí, Xokleng, Awetí, Kaxinawá, mas objetiva-se incluir outras línguas.

1.1.2 Um Atlas Linguístico para o Português em Áreas Indígenas do Brasil

Esta tese também compõe o projeto *Mapeamento Geossociolinguístico do Português Falado em Áreas Indígenas nos Estados do Pará e Maranhão (MaGePAI)*, este que, por sua vez, é um projeto agregado ao ASLIB, e que vislumbra a elaboração do *Altas Linguístico do*

Português em Áreas Indígenas (ALiPAI). Além da pesquisa realizada para a elaboração desta tese, há outros estudos em andamento no âmbito do projeto GeoLinTerm na forma de dissertações de mestrado e teses de doutorado, que devem, da mesma maneira, colaborar com a elaboração do ALiPAI, são eles: a) *Estudo Geossociolinguístico do Léxico do Português Falado em Áreas Indígenas de Língua Tupí-Guaraní nos Estados do Pará e Maranhão*, projeto de tese da doutoranda Eliane Costa; b) *Mapeamento Lexical do Português Falado pelos Wajãpi no Estado do Amapá: uma abordagem geossociolinguística*, projeto de dissertação da mestranda Doraci Guedes; c) *Estudo Geossociolinguístico do Léxico do Português em Contato com as Línguas Nheengatu, Baniwa e Tucano em São Gabriel da Cachoeira (AM)*, projeto de tese da doutoranda Ivanete Felix. Também constam da lista de áreas indígenas com projetos de dissertações em andamento, voltados ao estudo do português de contato, as terras indígenas dos povos Asuriní do Xingú, Parakanã e Araweté.

O mapeamento do português falado em áreas indígenas ainda é uma temática pouco investigada, isso por que os linguistas que trabalham em áreas indígenas no Brasil estão empenhados, quase que exclusivamente, na documentação e descrição das línguas indígenas ainda faladas por esses povos, que, como é sabido, em sua maioria, estão ameaçadas de extinção.

O ALiPAI é um projeto pioneiro, uma vez que mapeia o português falado em áreas indígenas no território brasileiro, tema que não foi objeto de estudo da Geografia Linguística no Brasil até o presente momento. Os atlas linguísticos estaduais, regionais e de pequenos domínios já elaborados, assim como o Atlas Linguístico do Brasil, não incluíram o mapeamento do português falado em áreas indígenas em seu escopo, seja por opções e/ou restrições metodológicas dos projetos, ou pelas dificuldades de acesso a essas áreas.

O projeto ALiPAI tem a perspectiva do preenchimento dessa lacuna. O projeto MaGePAI, por sua vez, representa uma primeira etapa das pesquisas realizadas da perspectiva do ALiPAI, e é constituído pelo conjunto de duas teses de doutoramento: o presente estudo e o projeto de tese, supramencionado, da doutoranda Eliane Costa. Nessa etapa, objetivou-se identificar, analisar e mapear o português em espaços geográficos de seis comunidades indígenas dos estados do Pará e Maranhão, com vistas à construção de um banco de dados que forneça informações sobre a variação fonética e lexical do português em situações de contato linguístico do português com línguas dos ramos um, quatro e oito da Família Tupí-Guaraní, quais sejam: Guaraní Mbyá, Suruí Aikewára, Assuniní do Tocantins, Tembé, Guajajára e Anambé.

Dessa forma, o projeto *ALiPAI* constitui um primeiro passo, dentre uma série de outros que ainda virão, para conhecer melhor a variação linguística do português no espaço geográfico brasileiro. Por sua natureza teórico-metodológica, este estudo constitui uma interface entre três projetos de atlas existentes, dois de abrangência nacional e um regional: i. o projeto *Atlas Linguístico Sonoro das Línguas Indígenas do Brasil (ASLIB)*⁹, que proveu subsídios para a compreensão de aspectos linguísticos referentes ao contato entre as línguas indígenas e o português no Brasil; o *Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)*, principal referência metodológica adotada; e o projeto *Atlas Geossociolinguístico do Pará (ALiPA)*¹⁰, cujos dados sobre o português falado na zona rural do estado do Pará foram nosso objeto de estudo no âmbito da variação lexical (GUEDES, 2007; 2012; 2015) e que norteou o mapeamento da variação fonética do português nas localidades indígenas investigadas nos estados do Pará e Maranhão.

O projeto MaGePAI tem por objetivo a cartografia da variação fonético-lexical do português falado em áreas indígenas nos estados do Pará e Maranhão, levando-se em consideração o levantamento do perfil sociolinguístico de cada comunidade investigada. A pesquisa tem por base metodológica a Geografia Linguística Pluridimensional e Relacional (THUN, 1998) e fundamenta-se em um tripé básico: a rede de pontos, os colaboradores e os questionários. Do ponto de vista macrossociolinguístico, utilizam-se questionários *in loco* para detectar o perfil de uso em cada comunidade.

A rede de pontos do projeto MaGePAI foi estabelecida considerando-se as línguas indígenas definidas no plano de pesquisa do projeto ASLIB, cuja equipe nos auxiliou com relação ao acesso e ao contato com as lideranças de três das seis comunidades indígenas investigadas.

Tomando-se a existência no Brasil desses dois projetos de âmbito nacional: i. ALiB que tem como objetivo identificar, descrever e mapear a variação geossociolinguística do português brasileiro; e ii. ASLIB, que tem esses mesmos objetivos, mas com relação às línguas indígenas brasileiras, o projeto ALiPAI constitui uma nova perspectiva, que visa ampliar o conhecimento sobre o português falado por colaboradores que possuem domínio lateral de uma ou mais línguas indígenas.

Uma pesquisa desta natureza possibilitará: demonstrar como o português se manifesta em espaços onde há culturas locais nas quais ele convive com línguas indígenas em diferentes

⁹ Uma parceria da Universidade Federal do Pará (Projeto GeoLinTerm) com a Universidade de Brasília (LALLI).

¹⁰ Que engloba o ALiSPA (Atlas Linguístico Sonoro do Pará) e o ALeSPA (Atlas Léxico Sonoro do Pará).

graus de conservação; analisar comparativamente seus resultados com os de outros atlas linguísticos, como o ALiB e o ALiSPA; e construir um banco de dados fonético-lexical por meio do qual será possível o estudo de outros fenômenos fonéticos decorrentes do contato entre a língua portuguesa e as línguas indígenas das comunidades-alvo desta pesquisa.

1.2 ESTUDOS DIALETOLÓGICOS E A HISTÓRIA DO POVOAMENTO DE UM ESPAÇO GEOGRÁFICO

A concepção tradicional de um atlas linguístico, como a de Carreter (1974), que o definia como um conjunto de cartas linguísticas, carece de ampliação, no intuito de dar conta das perspectivas que envolvem um atlas linguístico na atualidade. Para definir um atlas linguístico aos moldes contemporâneos é preciso dizer de sua pluridimensionalidade, uma vez considerada a tendência dos estudos geolinguísticos em mapear fatores extralinguísticos como sexo, escolaridade, nível de estudo, nível de renda dos colaboradores, além do estilo e do contexto de fala: as situações de interação e outras características dos colaboradores, como a sua origem étnica, por exemplo.

Um atlas linguístico é mais do que o produto resultante de uma longa e árdua pesquisa, ele se constitui em uma rica fonte de informações sobre uma ou várias línguas. Não deve, portanto, ser tomado como um construto com fim em si mesmo, mas como repositório de informações linguísticas sobre determinada(s) língua(s), que pode ser acessado, revisitado, servindo de base para análises e comparações sobre os fatos linguísticos nele cartografados com os de outras localidades.

A imagem pluridimensional projetada por um atlas linguístico pode ser observada, estudada, interpretada sob diversos pontos de vista e áreas da Linguística, como a própria Dialectologia, a Sociolinguística Variacionista, a Linguística Histórica, a Lexicografia etc., e, inclusive, por pesquisadores de outras áreas do conhecimento, como a antropologia, a genética, a historiografia, dentre outras.

Por exemplo, Isquierdo (2010) e Aguilera (2012) demonstraram como o mapeamento da variação fonética e/ou lexical de um território constitui-se em um registro histórico do povoamento daquela região. Fazendo-se um balanço das produções de estudos realizados com dados do ALiB, Aguilera (2012, p. 877) afirma que muitos desses estudos dialetológicos demonstram como a história do povoamento de uma região pode ser contada a partir da(s) língua(s) nela falada(s):

As discussões sobre a Metodologia adotada pelo ALiB resultaram em 18 trabalhos desenvolvidos por graduandos de Letras da UFBA, UFMS, UFPA, UFSC e UEL. Além desses, três deles exploraram as Questões de Metalinguística e os demais se

ativeram à prosódia e à análise dos dados fonéticos e lexicais ligados à história social do povoamento das várias regiões do Brasil, com ênfase no papel disseminador da variante provavelmente usada pelos bandeirantes e, posteriormente, pelos tropeiros, que deu origem aos traços caipiras na fala do interior de São Paulo e do Paraná, do sul de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, parte do Mato Grosso, de Goiânia, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Sob essa perspectiva, Isquierdo (2010, p. 511) afirma que pesquisas toponímicas e geolinguísticas têm comprovado a permanência do substrato Tupí na norma brasileira, especialmente em algumas áreas semânticas características do Brasil, como a fauna, a flora, as crenças e os costumes. Segundo a autora, isso se deve ao fato de que, na época do “descobrimento do Brasil”, havia mais de mil etnias indígenas em solo brasileiro, porém, foram as de línguas Tupí as que mais ativamente participaram do processo de colonização e de expansão do território nacional. E isso se deu por vários fatores, entre os quais o fato de esses indígenas terem habitado a costa brasileira, o local de acesso dos portugueses à colônia, além de que esses povos exerciam certa supremacia sobre as demais etnias, sendo a(s) sua(s) língua(s) a(s) mais falada(s), como uma espécie de “língua segunda” de alguns grupos não tupís. Daí o surgimento das Línguas Gerais (paulista e amazônica) usadas mais tarde no comércio e pelos Jesuítas para catequese praticamente em todo o território nacional.

O intento deste estudo, de mapear o perfil geossociolinguístico do português em contato com línguas da família Tupí-Guaraní em áreas indígenas dos estados do Pará e Maranhão, pode, portanto, apresentar um panorama do atual momento histórico do contato entre o português e as línguas indígenas (LI) em questão, possibilitando-nos refletir sobre as influências do substrato linguístico de matriz Tupí-Guaraní no português falado na região, ou, na outra mão dessa via, indicar que o português falado nessas etnias segue um padrão regional trazido por não indígenas advindos de outras localidades, o que pode ser verificado a partir da inter-relação dos dados coletados por nós com dados de outros projetos de atlas que mapearam o português falado na Região Norte, como o Atlas Linguístico Sonoro do Pará (ALiSPA) e o Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), além dos registros historiográficos do povoamento da região.

As áreas indígenas tomadas como *locus* nesta pesquisa estão localizadas nos estados do Pará e Maranhão¹¹. O território que hoje engloba esses dois estados brasileiros guarda similitudes de ordem história, geográfica e social, tendo sido nomeado, ainda no período colonial, como Estado do Grão Pará e Maranhão.

¹¹ Como se pode ver em detalhes na seção 3.1.

O estabelecimento dos portugueses, expulsando os franceses, ingleses e holandeses instalados na região, fundando as capitais São Luís (em 1615) e Belém (em 1616), marca o surgimento de uma nova etapa da ocupação da região Norte do Brasil. Esta que, como exporemos na seção 3, já estava povoada há séculos por diferentes nações indígenas que ali coabitavam. Contudo, em se tratando da língua dos portugueses, iniciava-se, neste momento histórico, uma nova etapa da história linguística do norte do Brasil.

Os portugueses fundaram vilas às margens dos principais rios amazônicos, normalmente em localidades já habitadas por indígenas, como foi o caso da cidade de Belém, fundada a partir de um forte construído às margens da Bahia do Guajará, local anteriormente habitado por índios Tupinambás. No intuito de dominar o território, expulsar europeus de outras nacionalidades, foram sendo fundadas as principais cidades históricas da região, como Óbidos, Cametá, Santarém e outras, além das que viriam a se tornar capitais dos estados: São Luís, Belém e Manaus.

Os cursos do rio Amazonas e de seus principais afluentes foram, pela própria natureza do tipo de transporte utilizado na época (o hidroviário), tornando-se os principais pontos irradiadores da difusão da língua portuguesa na região amazônica. Como já demonstraram amplamente os historiadores, o contato com os nativos foi, por vezes, brutal e avassalador no âmbito social, pois envolveu a escravidão, a propagação de doenças pela questão da ausência de imunidade dos indígenas etc., o que se traduziu em um verdadeiro genocídio. No âmbito do contato linguístico, as perdas não foram diferentes. Nesse âmbito, os estudos em Linguística Histórica e Linguística Antropológica no Brasil testemunham o glotossídio pelo qual têm passado as línguas indígenas brasileiras, desde os primeiros contatos com os europeus.

Desde a difusão da Língua Geral Amazônica (LGA)¹², promovida pelos Jesuítas e utilizada como meio de comunicação para fins comerciais, passando-se pela imposição pombalina do uso da língua portuguesa em território brasileiro em 1757, até os dias de hoje, tem-se um contínuo de ordem político-social que favoreceu a difusão do português e, ao mesmo tempo, o abandono e morte de inúmeras línguas autóctones do Brasil.

Como afirmam Silva e Silva (2008, p.7):

Os fortes militares e as missões de catequese católicas deram início ao processo de colonização do Pará [...] singrando os principais rios da bacia amazônica a partir de sua foz, as regiões oeste e nordeste do Pará foram as primeiras a terem seus recursos naturais explorados pelos colonizadores lusitanos. Na região oeste, para reprimir os holandeses e ingleses que haviam se estabelecido nas proximidades da foz do rio Xingu e no Marajó, os portugueses subiram o Amazonas e fundaram vários fortes

¹² Sobre o que se pode aprofundar em Dietrich e Noll (2016).

militares às margens do grande rio, que deram origem às principais cidades da região: entre elas Gurupá, Óbidos e Santarém. No nordeste do Pará, buscando um caminho terrestre alternativo entre Belém e São Luis, fundou-se Bragança, em 1634. A exploração da canela, especiaria muito apreciada na Europa no século XVII, levou à fundação de Cametá, em 1637, no baixo Tocantins. O barco a vapor, que foi introduzido na Amazônia por Mauá em 1852, ligou Belém a Manaus e aumentou o comércio das drogas do sertão da região oeste do estado, que, desde finais do século XVII, teve em Santarém o principal núcleo de colonização da região.

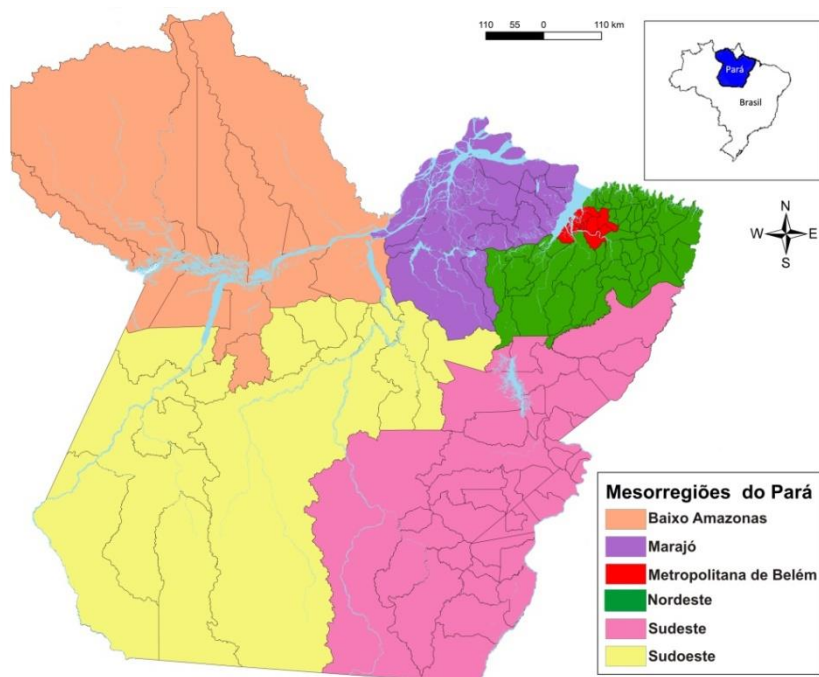
A partir dessa configuração histórica da ocupação lusitana no território amazônico e de nossas conclusões em Guedes (2012) e Razky e Guedes (2015), sobre a variação lexical nos dados do ALeSPA, pode-se dizer que a região irrigada por esses principais afluentes do rio Amazonas, na porção oeste e nordeste do estado do Pará, representou, em tempos passados, uma área dialetal (provavelmente não homogênea) na qual a língua portuguesa preservou determinadas características comuns, que remetem a essa história de ocupação. Ao passo que, segundo Silva e Silva (*op. cit.*):

O sudeste paraense, devido à dificuldade de navegação do Rio Tocantins à montante da atual cidade de Tucuruí, permaneceu quase à margem desse processo de exploração econômica até o século XX.

Esse dado histórico esclarece pelo menos um dos porquês do fato de algumas das etnias indígenas que habitavam o interfluxo dos rios Araguaia e Tocantins, na região sudeste do Estado, terem sido contatadas apenas em meados do século XX, a exemplo dos Suruí Aikewára, de Marabá, ou dos Asuriní do Tocantins, de Tucuruí, que são estudadas nesta tese, como se pode ver mais detalhadamente na seção 3.

A ocupação por não indígenas do território que compreende a mesorregião Sudeste do Pará se deu tardiamente se comparada ao processo ocorrido nas mesorregiões Nordeste, Metropolitana de Belém, Marajó e Baixo Amazonas (figura 1).

Figura 1: Mesorregiões Político-Administrativas do Pará

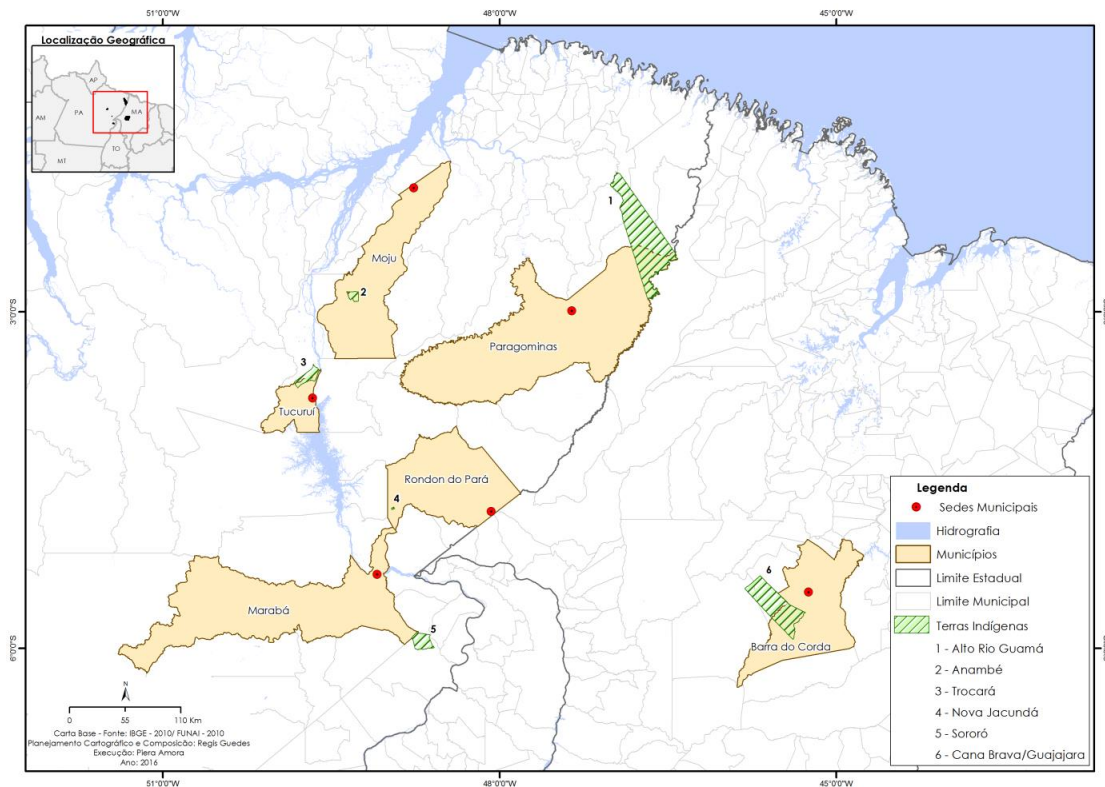


Fonte: O autor

Na mesorregião Sudeste do Pará estão localizadas quatro das terras¹³ indígenas estudadas nesta pesquisa, quais sejam: a) Ponto 1 – Terra Indígena *Alto Rio Guamá* (povo Tembé) no município de Paragominas; b) Ponto 3 – Terra Indígena *Trocará* (povo Asuruní do Tocantins) no município de Tucuruí; c) Ponto 4 – Terra Indígena *Nova Jacundá* (povo Guaraní Mbyá) no município de Rondon do Pará; e d) Ponto 5 – Terra Indígena *Sororó* (povo Suruí Aikewára) no município de Marabá. A comunidade Guajajára pesquisada está localizada na Terra Indígena *Cana Brava/Guajajára*, no município de Barra do Corda no Maranhão, como se pode ver em detalhes no mapa 1:

¹³ O ponto de inquérito 2 de nosso estudo, cuja coleta de dados está prevista para agosto de 2017, não pode ser incluído em nossas análises de dados justamente pelo atraso da coleta de dados em pesquisa de campo. O ponto de inquérito 2, previsto em nosso projeto de tese de doutoramento aprovado pelo PPGL/UFPA e pelo CNPq, era uma aldeia do povo Urubu-Ka'apor, localizada na Terra Indígena *Alto Turiaçú*, na divisa dos estados do Maranhão e Pará. Após longo período de negociações com as lideranças indígenas Ka'apor, obtivemos como resposta final a não recomendação de nossa entrada em área indígena para coleta de dados, o que gerou a necessidade de substituir esse ponto de inquérito em nosso projeto. A motivação da recomendação das lideranças Ka'apor foi a ocorrência de frequentes conflitos agrários com madeireiros da região na Terra Indígena Alto Turiaçú nos últimos anos. As negociações para a liberação da entrada de nossa equipe de pesquisadores com as lideranças dessa etnia consumiram tempo destinado a essa coleta e inviabilizaram a realização da coleta de dados, em tempo, no ponto de inquérito escolhido para substituir a Terra Indígena Alto Turiaçú em nosso projeto de tese. O ponto de inquérito escolhido em substituição ao dos Urubu-Ka'apor, foi a Terra Indígena Anambé, do povo homônimo, localizada às margens do Rio Cairarí, no município de Moju, na mesorregião Nordeste do estado do Pará, conforme o mapa 1.

Mapa 1: Localização dos Pontos de Inquérito



Fonte: O autor

A região Sudeste do Pará está localizada na confluência de três regiões distintas do Brasil: Norte, Nordeste e Centro-oeste, fazendo fronteira ao Sul com o Estado de Mato Grosso, ao Sudeste com o Tocantins e a Leste com o Maranhão.

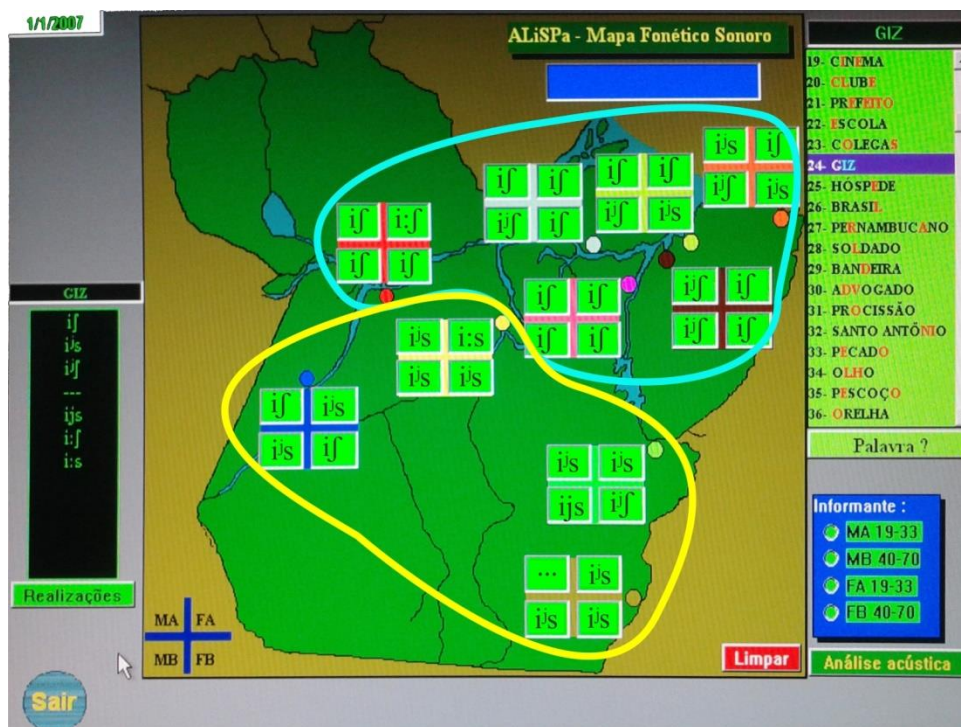
Até a segunda metade do século XX, a região do interfluxo dos rios Araguaia e Tocantins era ocupada essencialmente por povos indígenas diversos, falantes de línguas pertencentes aos troncos Tupí e Macro Jê, e por colonos não indígenas, falantes de português, esses últimos empenhados principalmente na coleta e comercialização da Castanha-do-Pará e na extração de borracha e de madeira (essa desde o período colonial). Contudo, a presença dos não indígenas na região só veio a se tornar densa, como assinalamos anteriormente, a partir da década de 50 do século passado.

Nesse período, a região passou a receber intenso fluxo migratório de pessoas oriundas de outras regiões brasileiras, especialmente do Nordeste e do Centro-Oeste, atraídas por oportunidades de trabalho no garimpo, como em Serra Pelada, nas empresas mineradoras e nas fazendas, estas últimas que se multiplicaram vertiginosamente a partir da política de integração da região amazônica implementada pelo governo brasileiro no referido período: a construção da rodovia Transamazônica, que integrou por terra a região Nordeste do Brasil ao

Sudeste e Sudoeste do Estado do Pará¹⁴, e propiciou a chegada dos imigrantes e o crescimento numérico da população. Em 2014, o IBGE estimou a população só da mesorregião Sudeste do Pará em 1.819.301 habitantes.

O encontro de pessoas (suas línguas e culturas) é uma característica marcante da mesorregião Sudeste do Estado do Pará. Esse processo histórico e socioeconômico da ocupação do território deixou suas marcas na língua portuguesa falada na região. O ALiSPA (RAZKY, 2004) demonstrou a configuração da variação fonética¹⁵ do português falado no estado do Pará, e registrou algumas particularidades fonéticas das mesorregiões Sudeste e Sudoeste do Estado (agrupamentos fonéticos diatópicos), como, por exemplo, a predominância da realização da fricativa alveolar [s] na pronúncia da palavra “giz”, em oposição à palatal [ʃ], esta que, por sua vez, predomina nas demais mesorregiões do Estado (RAZKY; GOMES & GUEDES, 2017), como se pode ver na figura 2:

Figura 2: Atlas Linguístico Sonoro do Pará (ALiSPA): Questão 24 - GIZ



Fonte: ALiSPA (2004) (Adaptado)

¹⁴ Obra de grande porte, que possui 4.977 km de comprimento, ligando Cabedelo, na Paraíba, a Benjamin Constant, no Amazonas, cortando sete Estados brasileiros: Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas.

¹⁵ O que entendemos como “agrupamentos fonéticos diatópicos”, termo cunhado a partir do fenômeno já descrito em nossa dissertação de mestrado (GUEDES, 2012) e em Razky e Guedes (2015): “agrupamentos lexicais diatópicos” observados nos dados do ALiSPA.

Estudos preliminares que mapearam os dados lexicais do ALeSPA, como o de Guedes (2012), Razky e Guedes (2015), Razky, Gomes e Guedes (2017), têm demonstrado a existência de agrupamentos lexicais diatópicos na variação do português falado na zona rural do estado do Pará. Nesses agrupamentos observados a partir do mapeamento de alguns itens lexicais do inventário do ALeSPA, a mesorregião Sudeste destaca-se integrando um agrupamento lexical, hora sozinha, hora em conjunto com a mesorregião Sudoeste do Estado.

A hipótese levantada por nós nesses estudos é de que esses processos linguísticos refletem a realidade extralinguística dessas comunidades de fala, especialmente a história do povoamento da região, que influenciou diretamente a constituição dos falares paraenses. Como apontaram Isquierdo (2010) e Aguilera (2012), a consideração da variação da língua a partir do contexto sócio-histórico de seus falantes é pressuposto da Moderna Dialectologia.

Em Guedes (2012), levantamos a hipótese de que os agrupamentos lexicais diatópicos observados nos dados do ALeSPA estão diretamente relacionados às formas de povoamento da região. Assim, seria possível traçar duas setas imaginárias (figura 3) representativas de correntes migratórias ocorridas para o estado em épocas diferentes, que apresentam dois pontos irradiadores donde partiram os principais fluxos migratórios ocorridos para o Estado: i) (seta vermelha) os fluxos migratórios mais antigos, ocorridos desde o período colonial (século XVI) até as primeiras décadas do século XX, por conta do comércio de especiarias e especialmente pelo ciclo da borracha; ii) (seta azul) os fluxos migratórios ocorridos a partir década de 50 do século XX, em virtude da “política de integração da Amazônia”, realizada pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), e pelos governos militares (1966-1985), por meio da implementação dos chamados “Grandes Projetos” na área de mineração no Sudeste e Sudoeste do Estado, do desenvolvimento dos garimpos e da construção da Rodovia Transamazônica que corta o Estado de Sudeste a Sudoeste.

Figura 3: Correntes Migratórias



Fonte: Guedes (2012) (Adaptado)

Em nossa hipótese (GUEDES *op. cit.*) entendemos que, num passado próximo, teria havido uma divisão do Estado em duas grandes Zonas Isoléxicas, a saber: Zona Norte/Noroeste e Zona Sudeste/Sudoeste. A primeira zona (Norte/Noroeste) estaria representada pelas mesorregiões Nordeste, Metropolitana de Belém e Marajó (figura 2), e, em algumas cartas, tomaria parte da Mesorregião Baixo Amazonas, num fluxo similar ao do curso do Rio Amazonas, no sentido Oceano Atlântico/Baixo Amazonas, e a segunda zona (Sudeste/Sudoeste) seria composta essencialmente pela mesorregião Sudeste, e, em algumas cartas lexicais, comportaria também a Mesorregião Sudoeste e parte do Baixo Amazonas, com fluxo no sentido Sudeste/Baixo Amazonas.

Ao estudar a variação fonética do português falado em áreas indígenas dos estados do Pará e Maranhão, nos encontramos diante da oportunidade de observar se esses fenômenos, constatados nos *corpora* dos Atlas Léxico Sonoro do Pará - ALeSPA (agrupamentos lexicais diatópicos) e do Atlas Linguístico Sonoro do Pará – ALiSPA (agrupamento fonéticos diatópicos, p.ex. a predominância da variante alveolar [s] na pronúncia da palavra “giz”, em oposição à palatal [ʃ]), estão refletidos nos falares dos povos indígenas habitantes da região, tanto os do Pará, quanto os do estado limítrofe, o Maranhão.

Ressaltamos, contudo, que, como se pode verificar em nossos objetivos, este trabalho não objetiva diagnosticar a situação linguística das comunidades-alvo. O que se pretendeu foi, tão somente, mapear a variação fonética e diarreferencial na fala dos colaboradores indígenas das comunidades-alvo e analisar os resultados, comparando-os aos do ALiB e do ALiSPA. O que propiciou uma interessante reflexão sobre como a variação da língua (ou das línguas em contato) de uma comunidade, constitui-se em registros da história do povoamento do espaço geográfico habitado por ela.

Esta tese foi seccionada em dois tomos, o tomo I comporta os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. No tomo II, reunimos as cartas e mapas linguísticos produzidos, apresentando-os em tamanho ampliado no intuito de facilitar a leitura e análise dos mesmos.

O tomo I está estruturado da seguinte maneira: a presente introdução (capítulo 1) é sucedida pelo capítulo 2, constituído de uma revisão da literatura, que, por sua vez, está subdivida em três seções secundárias. Na primeira, apresentamos uma revisão teórico-conceitual, na qual procuramos situar teoricamente este estudo entre a Dialectologia Pluridimensional e Relacional (RADTKE & THUN, 1996) e os estudos sobre contato entre o português e as línguas indígenas brasileiras. Na segunda seção, apresentamos, sucintamente, estudos realizados no norte do Brasil sobre os temas em escopo: as variáveis linguísticas e extralinguísticas mapeadas. Na terceira seção, apresentamos um levantamento atualizado do estado da arte dos atlas linguísticos brasileiros, para o qual propusemos uma nova classificação desses estudos como Monolínguis e Dialínguis, objetivando-se situar contextualmente esta pesquisa entre os estudos geolinguísticos que mapeiam as situações de contato linguístico no interior do território brasileiro, influenciados pelo fazer da Geolinguística Pluridimensional e Contatual (THUN, 1998).

No capítulo 3, compilamos e discutimos informações de ordem histórica, social e linguística, com vistas a propiciar uma visão geral acerca do perfil geossociolinguístico das comunidades-alvo desta pesquisa.

No capítulo 4, descrevemos os princípios metodológicos adotados: rede de pontos de inquérito, perfil dos colaboradores, instrumentos de coleta, tratamento, mapeamento e análise dos dados e as técnicas de cartografia geolinguística utilizadas.

No capítulo 5, apresentamos e discutimos os resultados cartográficos produzidos. Na primeira seção desse capítulo é analisada a variação fonética (e dialingual) do português em contato com as cinco línguas indígenas das comunidades-alvo da pesquisa: Suruí Aikewára, Asuriní do Tocantins, Tembé, Guajajara e Guaraní Mbyá. Na segunda seção desse capítulo, é apresentada e discutida a cartografia da variação diarreferencial (comentários metalinguísticos/epilinguísticos), realizada a partir dos dados sociolinguísticos coletados.

As considerações finais constituem o sexto e último capítulo desta tese, seguidas dos elementos pós-textuais, esses que, por sua vez, encerram o tomo I.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo, apresentamos as linhas teóricas norteadoras deste estudo. Para tanto, inicialmente apresentamos a constituição do aporte teórico acerca da Dialetoлогия Pluridimensional e Relacional (RADTKE & THUN, 1996) e da Geossociolinguística (RAZKY, 1996). Em seguida, referenciamos os conceitos adotados sobre contato de línguas, bilinguismo, competência e comportamentos linguísticos. Apresentamos também uma breve revisão teórica sobre os temas em escopo e, na sequência, um levantamento do estado da arte da produção dos atlas linguísticos no Brasil, dando ênfase aos estudos geolinguísticos realizados a partir da perspectiva da Geolinguística Pluridimensional e Contatual (THUN, 1998), focados nas situações de contato linguístico.

2.1 REVISÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

Nesta seção apresentamos os conceitos essenciais que permeiam a abordagem teórico-conceitual adotada neste estudo, citando-se os principais autores que trataram das correlações entre a Dialetoлогия Tradicional, a Moderna Dialetoлогия e a Sociolinguística no Brasil.

2.1.1 A Dialetoлогия Pluridimensional e Relacional

Esta pesquisa é norteada pelos princípios teórico-metodológicos da Dialetoлогия Pluridimensional e Relacional de Radtke e Thun (1996). Para eles, essa área de investigação linguística resulta da confluência entre a Dialetoлогия e a Sociolinguística.

Sobre isso, Thun esclarece o seguinte:

A Dialetoлогия areal e a Sociolinguística, disciplinas historicamente separadas, confluem em uma geolinguística ampliada que pode chamar-se oportunamente “Dialetoлогия Pluridimensional” e que se entende como parte da ciência geral da variação linguística e das relações entre variantes e variedades por um lado e falantes por outro. [...]. Não deixa de ser uma geolinguística porque a Dialetoлогия Pluridimensional não pode renunciar a variação diatópica e a superfície bidimensional. Seu campo predileto são a superfície e o espaço suficientemente grandes para que apareçam todas as inter-relações. Porém, esta preferência pelas macroanálises não exclui a possibilidade de que a Dialetoлогия Pluridimensional trabalhe em escala menor (em mesozonas e microzonas) (THUN, 1998, p. 704).¹⁶

¹⁶ La Dialectología areal y la Sociolingüística, disciplinas históricamente separadas, confluyen en una geolingüística ampliada que puede llamarse oportunamente “Dialectología pluridimensional” y que se entiende como parte de la ciencia general da variación lingüística e de la relaciones entre variantes y variedades por un lado y hablantes por el otro. [...]. No deja de ser una geolingüística porque la Dialectología pluridimensional no puede renunciar a la variación diatópica y a la superficie bidimensional. Su campo predilecto son la superficie y el espacio lo suficientemente grandes para que aparezcan todas las interrelaciones. Pero esta preferencia por el macroanálisis no excluye la posibilidad de que la Dialectología pluridimensional trabaje en escala menor (em mesozonas y microzonas).

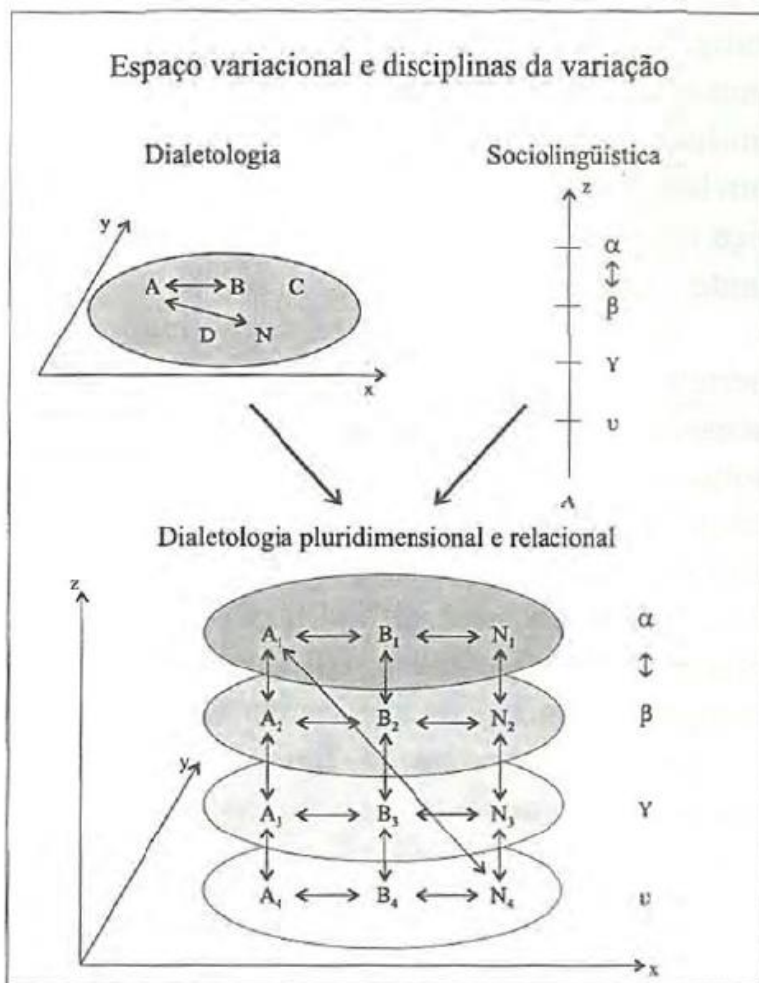
A Dialetoлогия Pluridimensional e Relacional defende uma visão em que todas as dimensões da variação linguística são consideradas, quais sejam: a que se dá em função do espaço (dimensão diatópica), a que se manifesta por meio do sexo (dimensão diagenérica), a que se realiza em decorrência de diferentes faixas etárias (dimensão diageracional), a que ocorre devido ao uso de uma ou mais línguas (dimensão dialingual), a que provém de classes sociais distintas (dimensão diastrática), a que se dá em decorrência da situação de fala (dimensão diafásica), a que se realiza em decorrência da competência linguística do falante (diarreferencial) e outras. Todas elas são perfeitamente analisáveis e comparáveis entre um ponto e outro.

Para Thun (2014), a primeira fase dos estudos geolinguísticos pode ser chamada de Dialetoлогия Monodimensional. Já a Dialetoлогия Pluridimensional e Relacional seria uma segunda fase, e constituiria assim os primeiros passos de uma terceira fase desses estudos sobre a comunicação diagonal. Nessa perspectiva de estudo, a descrição ideal e mais realista do processo comunicativo implicaria em se ter um catálogo de situações diagonais frequentes, por exemplo: analisar a fala do homem e da mulher entre eles, dos filhos com os pais etc.

Thun (*op. cit.*) afirma que a Dialetoлогия é o estudo da variação, podendo assim renunciar à consideração da variante tópica ou areal. Todavia, não se estaria fazendo uma Geolinguística. Poder-se-ia dizer que, nesse caso, estar-se-ia fazendo uma espécie de Sociolinguística. A Dialetoлогия Pluridimensional e Relacional não exclui a monografia local, ela é levada em consideração e é nesse ponto que a Dialetoлогия confunde-se com a Sociolinguística Tradicional.

Thun (2005) demonstra no esquema a seguir (figura 4) a aplicabilidade teórica dessa proposta:

Figura 4: Espaço variacional e disciplinas da variação



Fonte: Thun (1998)

No esquema acima, o autor demonstra que a dialetologia pluridimensional se constitui relacional à medida que estabelece relações de tipos variados, unindo pontos variados da mesma superfície ou os que ligam pontos de um mesmo eixo, além de estudar os vínculos entre os pontos de uma mesma superfície junto a pontos análogos de outra superfície, e a relação entre pontos diagonais, verticais e horizontais, já considerados pela Dialetologia e pela Sociolinguística, demonstrando assim versatilidade de usos e aplicações da metodologia em questão (REIS, 2013).

O Atlas Diatópico e Diastrático do Uruguai (ADDU, 2000) situa-se entre os modelos mais modernos de aplicação do método da Dialetologia Pluridimensional e Relacional em atlas linguísticos, uma vez que esse se mostra pluridimensional no ponto em que seus autores estabelecem a junção de fatores diatópicos e sociolinguísticos num claro cruzamento da superfície diatópica bidimensional, aliada ao espaço tridimensional (REIS, *op. cit.*).

Concomitantemente à difusão das ideias de Radtke e Thun (1996) que advogaram a consideração dos fatores sociais (como sexo, idade, escolaridade etc.) no mapeamento da variação linguística pelos estudos dialetológicos, no Brasil, a herança do advento da Sociolinguística Laboviana também inspirava novas abordagens que ampliaram o campo de estudo da Geolinguística, de modo a considerar outros fatores além do geográfico.

A partir do desenvolvimento dos estudos de Labov na década de 70 do século passado, a Geolinguística ampliou o seu campo de observação, que até então se restringia ao registro da variação diatópica (espacial), passando a controlar variáveis sociais mais complexas, tais como a variação diastrática (classe social/escolaridade), variação diagenérica (sexo), variação diageracional (faixa etária), dentre outras.

Essa nova abordagem adotada nos estudos geolinguísticos na década de 90 do século passado, Razky (1996) nomeou como Geossociolinguística. A expressão foi cunhada unindo-se o prefixo “Geo” (que referencia o tratamento da variante geográfica, tradicionalmente estudada pela Geolinguística) ao vocábulo “sociolinguística” que, como definiu Mollica (2010), é a subárea da Linguística que estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais. Contudo, esse neologismo *Geossociolinguística*, criado por Razky (1996), não significou uma nova área ou subárea da Linguística, mas designa uma conjunção de metodologias (a Geolinguística e a Sociolinguística) que, juntas, podem permitir melhores resultados na investigação da variação linguística.

Uma perspectiva geossociolinguística é necessária, segundo Razky (2010, p. 172), para compensar os limites de cada uma das duas disciplinas: a Sociolinguística, cuja maior parte dos trabalhos no Brasil se detém na dimensão social e local; e a Geolinguística, que se ocupava com o aspecto espacial com uma estratificação social mínima. Dessa forma, em nossa concepção, para a realização de estudos geolinguísticos mais abrangentes, se faz necessário ampliar os campos de observação e análise no que se refere às variáveis sociais: sexo, faixa etária, escolaridade, etc, e essa decisão implica o aumento do número de colaboradores estudados em cada ponto de inquérito.

Nos estudos geolinguísticos tradicionais, adotava-se, por vezes, um informante por ponto de inquérito. Nos estudos dialetológicos modernos, com a inclusão das variáveis sociais: sexo, idade e escolaridade, vimos um aumento para dois ou quatro colaboradores. No âmbito dos estudos da Dialetologia Pluridimensional e Relacional (1996) [e da Geolinguística Pluridimensional e Contatual (THUN, 1998)] estamos presenciando a ampliação dos parâmetros metodológicos, tanto no número de colaboradores, como no caso do presente

estudo, cuja metodologia previu dez colaboradores em cada ponto, quanto na natureza e métodos de entrevista, como apresentamos na seção 4.2.

Essa convergência entre os estudos dialetológicos e sociolinguísticos recebeu ainda outra nomenclatura recentemente. Guy (2012) cunhou a denominação *Sociodialetal*, que, para o autor, consiste da união entre essas duas tendências da ciência e da pesquisa linguística, a Dialetologia e a Sociolinguística, essas que, para ele, são as disciplinas da linguística que se dedicam ao estudo das variedades da linguagem, isto é, as maneiras de falar que encontramos na língua falada. Em nossa avaliação, essa concepção é análoga à da Geossociolinguística de Razky (1996), sendo possível referir-se das duas maneiras ao mesmo referente.

A partir da consideração dessas abordagens dentro dos estudos dialetológicos e sociolinguísticos, a Dialetologia Pluridimensional e Relacional de Radtke e Thun (1996), a Geossociolinguística de Razky (1996) e a Sociodialetal de Guy (2012), cumpre-se revisitar as concepções tradicionais e modernas de Dialetologia e de Sociolinguística, bem como o que se concebe hodiernamente por Geossociolinguística, concepção essa que, por vezes, foi confundida com a de Dialetologia Pluridimensional e Relacional.

Tradicionalmente a Geografia Linguística ou Geolinguística foi concebida como a parte da Dialetologia que se ocupa em localizar e registrar especialmente as variantes das línguas. Sendo considerada um método cartográfico desenvolvido por dialetólogos que objetiva registrar e comparar os resultados das pesquisas linguísticas em localidades diferentes. Nessa perspectiva, foram realizados os pioneiros estudos geolinguísticos, desde o *Atlas Linguísticos da França* (GILLIERON, 1902), passando pelos primeiros estudos dialetológicos brasileiros como: *O Linguajar Carioca* (NASCENTES, 1953), *o Atlas Prévio dos Falares Baianos* (ROSSI, 1963), dentre tantos outros que elencamos na seção 2.3.

Para Thun (2014), a Geolinguística não é apenas um método utilizado pela Dialetologia, mas pode ser entendido como uma disciplina, isto é, como uso coletivo de certos métodos e ideias, que podem mudar com o tempo – “disciplina é organização da ciência”. O que contrasta com a visão de Elizaincín (2010), para quem a Geolinguística não possui o *status* de disciplina, mas configura-se como um método, como veremos adiante.

O termo Geografia Linguística é tido, por Elizaincín (2010, p. 17)¹⁷, como antecessor

¹⁷ [...] la geografía lingüística, hoy geolingüística, no es disciplina que epistemologicamente tenga el status de ella: se trata de un método posible (recomendable) para capturar la variación a través de su sofisticada batería de técnicas de recolección de los datos, ordinamiento y representación cartográfica (metáfora del espacio) de los mismos. De esos datos, cuidadosamente presentados por el geolingüística se sirve privilegiadamente la dialectología, aunque pueda usar también outro tipo de fuentes.

ao que hoje se entenderia por Geolinguística. Além disso, para o autor, a Geolinguística é um método possível e recomendável para capturar a variação do qual a Dialetoлогия se serve, como se pode verificar:

[...] a geografia linguística, hoje geolinguística, não é uma disciplina que epistemologicamente tenha o *status* de tal: trata-se de um método possível (recomendável) para capturar a variação através de sua sofisticada bateria de técnicas de coleta de dados, ordenamento e representação cartográfica (metáfora do espaço) dos mesmos. A dialetoлогия se serve privilegiadamente desses dados cuidadosamente apresentados pela geolinguística, ainda que possa usar também outros tipos de fontes.

Tratando-se dessa relação entre a Dialetoлогия e a Geolinguística, Aragão (2009, p. 71) afirma que: “a moderna Dialetoлогия não é mera Geolinguística, como se considerava até alguns anos atrás, na qual se estudava somente as variações regionais ou diatópicas, o que por sua vez produzia resultados monodimensionais, monostráticos, monogeracionais e monofásicos”. Nesse contexto, a autora, citando Elizaincín e Thun (1992), afirma que “a moderna Dialetoлогия estuda também as causas sociais e estilísticas que determinam as variações regionais, o que implica dizer que um atlas linguístico pode e deve propiciar uma imagem multidimensional da variação”.

Quanto ao conceito de Sociolinguística, Campoy (1993, p. 162)¹⁸ afirma que ela

‘é a parte da Linguística ocupada do estudo da linguagem como fenômeno social e cultural’ (TRUDGILL, 1983, p. 32), e concretamente, dentro dessa, a vertente chamada *Linguística Secular, Sociolinguística Laboviana, Sociolinguística Quantitativa, Sociolinguística Correlacional, além de Sociolinguística Autêntica*, foi concebida em sua origem em estreita relação com a *Dialectologia Tradicional*, e no momento de sua redefinição e reformulação, reconhecendo-se entre ambas uma conexão de evolução natural: ademais da dimensão geográfica, os dialetólogos começaram a incorporar uma dimensão social às suas descrições linguísticas.

Nesse sentido, os dialetólogos do século XIX já faziam uma espécie de Sociolinguística, uma vez que os fatores sociais já eram levados em consideração por trabalhos tradicionais em Geografia Linguística. É o caso do pioneiro *Atlas Linguístico da França (ALF)*, no dizer de Cardoso (2001), cujas variáveis sociais são depreensíveis a partir do exame do perfil dos colaboradores, embora estas não tenham sido registradas nas cartas.

¹⁸ La *Sociolingüística*, “esa parte de la lingüística ocupada del estudio lenguaje como fenómeno social y cultural” (Trudgill 1983a: 32), y concretamente, dentro de ésta, la vertiente llamada *Lingüística Secular, Sociolingüística Laboviana, Sociolingüística Cuantitativa, Sociolingüística Correlacional*, o incluso *Sociolingüística Auténtica*, estuvo concebida en su origen en muy estrecha relación con la *Dialectología Tradicional*, en el momento de su redefinición y reformulación, reconociéndose entre ambas una conexión de evolución natural: además de la dimensión geográfica, los dialectólogos comenzaron a incorporar una dimensión social a sus descripciones lingüísticas.

Obviamente, pode-se dizer que a criteriosa sistematização dos fatores sociológicos controlados na Sociolinguística Quantitativa estava presente nesses trabalhos ainda de forma embrionária.

Thun (1998, p. 702) afirma que a Dialetoлогия areal, monodimensional por tradição majoritária, porém não por necessidade intrínseca, é uma Sociolinguística limitada, já a Sociolinguística, multidimensional por tradição, porém relutante ao espaço, é uma Dialetoлогия limitada. Para ele, a principal limitação da Dialetoлогия monodimensional está na preferência a um só tipo de informante, mas nem por isso esses colaboradores deixam de formar uma totalidade, um grupo social.

Assim, entende-se que a Dialetoлогия e a Sociolinguística são duas perspectivas de observação e análise da língua que não se opõem, mas se encontram e se completam. É o que afirma Callou (2010, p. 33-35), para quem “a metodologia da Dialetoлогия tradicional rural sofreu adaptações para dar conta da análise linguística nos grandes centros urbanos [...] vindo esta dialetoлогия urbana a confundir-se com a Sociolinguística”.

Sobre este aspecto, Campoy (1993, p. 162)¹⁹ afirma que:

Depois da Segunda Guerra Mundial observaram que limitando os estudos dialetais a áreas rurais estavam ignorando a fala da imensa maioria da população, isto é, a fala das grandes áreas urbanas, que não poderiam ser investigadas aplicando os métodos da dialetoлогия tradicional rural. Desse modo, a Dialetoлогия Urbana apareceu combinando uma função tanto linguística como social e uma dimensão sincrônica.

Nessas interfaces entre Dialetoлогия e Sociolinguística emerge, portanto, o que se concebe por uma Geossociolinguística, isto é, uma Geolinguística preocupada em mapear variantes sociais como sexo, idade, escolaridade, renda, dentre outras, além da variante geográfica, tradicionalmente estudada.

Assim, seria possível confundir-se a perspectiva Geossociolinguística (RAZKY, 1996) e a Dialetoлогия Pluridimensional e Relacional (RADTKE; THUN, 1996), uma vez que esta última ocupa-se de estudar tanto a variação diatópica quanto a diastrática. Contudo, para Thun (2014), a Dialetoлогия Pluridimensional não pode ser entendida como Geossociolinguística, uma vez que há fatores como os estilos de fala e a variação diafásica, por exemplo, que não poderiam se encaixar, ou ser classificados como geográficos ou sociais, já o termo

¹⁹ Después de la Segunda Guerra Mundial observaron que limitando los estudios dialectales a áreas rurales estaban ignorando el habla de la inmensa mayoría de la población, esto es, el habla de las grandes áreas urbanas, que no podían ser investigadas aplicando los métodos de la tradicional dialectología rural. De este modo, la Dialectología Urbana apareció combinando una función tanto lingüística como social y una dimensión sincrónica.

Dialetologia seria mais etimologicamente abrangente, *dialectus* (do grego, todas as falas) e Pluridimensional (que abrange diversas dimensões), assim, essa constituiria uma definição mais adequada para um mecanismo de descrição e análise das variáveis linguísticas e sociais imbrincadas no processo de variação linguística.

Pontes (2000, p. 2) demonstra em outras palavras os objetivos e características da Dialetologia Pluridimensional quando afirma:

além da dimensão diatópica, principal parâmetro de variação estudado pelos geolingüistas, e das dimensões diastrática, diageracional, diassexual de certo modo exploradas em algumas pesquisas geolingüísticas no Brasil, tem-se como objetivo investigar também a dimensão diafásica, o saber metalingüístico, entre outros; e, ainda, propõe-se uma subdivisão da dimensão diatópica em topostática e topodinâmica.

Para Radtke e Thun (1996), na Dialetologia Pluridimensional e Relacional o tratamento monodimensional, que restringe a análise ao recorte horizontal da variação diatópica, é substituído pelo enfoque que reúne análise das dimensões horizontal e vertical (social) da variação linguística.

Coexistem sempre o tradicionalismo e as inovações. A Dialetologia Pluridimensional e Relacional é, na atualidade, uma inovação, todavia muitos pesquisadores desejam continuar usando suas metodologias mais tradicionais, o que não pode ser considerado algo negativo (THUN, 2014). Este autor cria ainda uma analogia para ilustrar essa relação. Para ele, poder-se-ia dizer que a Dialetologia Monodimensional considera o mundo como um disco plano. Contudo, afirma que esta não é uma perspectiva inútil. Por outro lado, não é completa. Na metodologia do projeto ALiB, por exemplo, não se pergunta sobre o conhecimento lateral de uma língua indígena, os dados são tratados como se o Brasil fosse um país monolíngue, e não é. Há estimativas de que são faladas dentro dos limites geográficos do Brasil cerca de 180 línguas indígenas (RODRIGUES, 2006), que coexistem em situações diversas de contato.

É justamente neste contexto que o estudo aqui realizado pode ser enquadrado entre os que, influenciados pelos pressupostos teórico-metodológicos da Dialetologia Pluridimensional e Relacional, intenta a descrição das situações de contato linguístico entre o português (língua majoritária em nosso país) e línguas autóctones, faladas por comunidades indígenas tradicionais, situadas em território brasileiro, nesse caso, mais especificamente em áreas indígenas dos estados do Pará e Maranhão. Para tanto, foram mapeadas, além das variáveis diatópica e diastrática, as variáveis dialingual e diarreferencial, que ampliaram o campo de observação sobre o fenômeno da variação, levando-se em conta o perfil geossociolinguístico das comunidades-alvo desta pesquisa.

2.1.2 Contato Linguístico, Bilinguismo, Competência e Comportamentos Linguísticos

O fator geográfico é preponderante no processo do contato linguístico. O deslocamento de pessoas falantes de uma língua para territórios habitados por falantes de outra(s) língua(s) acarreta fundamentalmente situações de contato interlinguístico. Todavia, Weinreich (1970) aponta outra perspectiva para a concepção. O autor concebia contato linguístico somente pela perspectiva do falante bilíngue. Para Weinreich (*op. cit.*), o contato linguístico é um fenômeno individual, ou seja, é no falante que se processam as influências de uma língua sobre outra. Compreendemos, no entanto, que o contato linguístico se dá tanto no nível individual, quanto no interacional, uma vez que os processos são concomitantes, pois mesmo que um único indivíduo bilíngue guarde o conhecimento de uma língua diferente da usada na comunidade em que está inserido, o contato dele com outros falantes da comunidade é constante, o que enfraquece essa percepção individualizada acerca do bilinguismo.

Bloomfield (1933), por sua vez, em uma definição bem genérica, concebe bilinguismo como controle nativo de duas línguas. Numa perspectiva mais ampla, Leclerc (2002) compreende duas formas de sociedades bilíngues, as que implicam coabitação e as que não implicam. No primeiro caso, têm-se duas comunidades com línguas diferentes dividindo o mesmo espaço geográfico, e, no segundo, trata-se de uma única comunidade que faz uso de duas línguas, sendo uma materna e outra veicular, que atenderia às necessidades de comunicação comercial.

Essa perspectiva de Leclerc (*op. cit.*) é a que melhor representa a situação de contato linguístico presente nas comunidades-alvo desta pesquisa. Para compreender a situação do contato linguístico observado nelas é preciso primeiramente ter em mente as relações estabelecidas entre os indivíduos e as línguas faladas na comunidade, enquanto língua materna, ou L1 e L2.

Para melhor compreender esse processo se faz necessário conceituar o que consideramos por bilinguismo. Thomason (2001), conceituando-o de forma bem abrangente, afirma que bilinguismo é o uso de duas línguas no mesmo lugar e ao mesmo tempo, o uso de duas línguas por uma comunidade, ou mesmo, a oficialização de duas línguas por um país.

Macnamara (1969), por sua vez, define como bilíngue qualquer indivíduo que possui uma competência mínima em uma das quatro habilidades linguísticas: compreender, falar, ler e escrever em uma língua diferente da sua língua materna.

Cumprase, também, compreender as diferenças entre bilinguismo e diglossia. Fishman (1978) faz uma diferenciação entre diglossia e bilinguismo. Para o autor os termos

não são equivalentes. A diglossia é a distribuição de uma ou mais variedades linguísticas para cumprir diferentes funções comunicativas dentro de uma sociedade. Dessa forma, é possível se ter bilinguismo com ou sem diglossia, assim como diglossia sem bilinguismo, ou mesmo uma situação na qual não existam nem bilinguismo nem diglossia. Em nossa concepção, nas sociedades indígenas estudadas, tem-se um caso de bilinguismo, ou plurilinguismo com diglossia, uma vez que há diferentes *status* entre a língua portuguesa e as línguas indígenas, estando a língua portuguesa revestida de maior prestígio.

Afinados aos conceitos de Macnamara (1969) e Thomason (2001), adotamos neste estudo a concepção de indivíduo bilíngue que o define como um indivíduo com um grau mínimo de competência (compreender, falar, ler ou escrever) em pelo menos duas línguas: a materna e a língua segunda. Dessa forma, consideramos bilíngue: i. o indígena adulto que aprendeu o português como segunda língua após o contato de sua etnia com a sociedade não indígena; ii. o jovem indígena que usa o português no cotidiano da aldeia, mas que se comunica fluentemente com os mais velhos em língua indígena; e iii. a criança indígena que tem o português como primeira língua, mas compreende a língua indígena falada pelos mais velhos. Em outros termos, o colaborador bilíngue, neste estudo, apresenta diferentes graus de competência linguística, como partes de um contínuo de ordem diageracional²⁰. Por isso, decidimos estudar alguns comportamentos linguísticos²¹ dos colaboradores, no intuito de compreender melhor o perfil dessas comunidades de fala.

Segundo Bem (1973) as atitudes são nossos gostos e antipatias, afinidades e aversões a situações, objetos, grupos ou quaisquer aspectos identificáveis do nosso meio, incluindo ideias abstratas e político-sociais. Esses gostos e antipatias têm raízes nas nossas emoções, no nosso comportamento e nas influências sociais que são exercidas sobre nós. Mas também repousam em bases cognitivas.

Dessa forma, entendemos que as atitudes linguísticas dizem respeito aos gostos, antipatias, afinidades e aversões que o indivíduo tem em relação a uma língua/dialeto, a um estilo de fala, a um grupo de falantes, a um contexto de fala etc.

As atitudes linguísticas, segundo Tarallo (1985, p. 14), “são armas usadas pelos residentes para demarcar seu espaço, sua identidade cultural, seu perfil de comunidade, de grupo social separado”. Neste estudo, optamos por estudar não as atitudes linguísticas em si,

²⁰ Como discutiremos mais aprofundadamente no capítulo 5.

²¹ Falar, entender, ler, escrever, rezar, cantar, xingar, pensar e sonhar; onde, quando aprendeu, com quem fala cada uma das línguas faladas na comunidade, o que pensa sobre cada uma delas etc.

mas os comportamentos linguísticos dos nossos colaboradores ante as línguas faladas em suas comunidades.

Para Krug (2004, p. 3)

o comportamento linguístico é concebido como uma manifestação da interação comunicativa do falante; no entanto, é bem mais que uma simples codificação de uma mensagem. Este comportamento expressa a identificação com o interlocutor com quem estamos interagindo. A intenção comunicativa ultrapassa a interpretação da mera mensagem, pois é através da comunicação que moldamos o que somos perante o outro e vice-versa. Sob esse ponto de vista, podemos dizer que o falante bilíngue transmite não apenas mensagens, mas também, valores e julgamentos.

Foi justamente buscando registrar a variação desses comportamentos linguísticos (valores e julgamentos) dos colaboradores deste estudo, que mapeamos os dados coletados a partir do QS (Questionário Sociolinguístico).

Os estudos no âmbito da Dialetoлогия Pluridimensional e Relacional têm tomado como escopo alguns conjuntos de comportamentos linguísticos e de comentários metalinguísticos ou epilinguísticos²². Essa perspectiva de estudo foi nomeada, nesse contexto, como dimensão diarreferencial da variação linguística, que estuda, portanto, os impactos dos comportamentos linguísticos na variação da (s) língua (s) falada (s) em uma comunidade.

Em comunidades bilíngues ou plurilíngues, como as aqui estudadas, descrever os comportamentos linguísticos, os comentários metalinguísticos/epilinguísticos, é uma atividade relevante, uma vez que, em se tratando das relações de contato linguístico, como as que ocorreram e ocorrem nas comunidades indígenas brasileiras, fenômenos como a diglossia, ou a standardização da língua portuguesa, tendem a fazer com que as línguas minoritárias desapareçam, ao passo que as línguas de colonização sejam difundidas. Nesse processo, faz-se imperativo compreender as nuances da variação diarreferencial, que conduzem às escolhas feitas pelos falantes a respeito dos falares da sua comunidade.

Em se tratando do contato linguístico, para traçar o perfil de uma comunidade de fala é preciso compreender as relações dos falantes com as línguas faladas na sua comunidade. Isso implica conceber o que cada língua representa para as classes de indivíduos que compõem a comunidade de fala.

A comunidade de fala é, por sua vez,

uma entidade social composta por vários falantes que se comunicam relativamente mais entre eles do que com outros, e que compartilham traços linguísticos e normas linguísticas – isto é, atitudes frente o uso da linguagem ou julgamentos sobre que formas são apropriadas a usar em certas situações sociais. Tal comunidade pode ter grande complexidade interna, inclusive sub-comunidades, e um indivíduo é capaz de

²² *Metalinguístico*: relativo à metalinguagem, à língua de especialidade ativada na descrição das línguas. *Epilinguístico*: que refere à reflexão sobre a língua em contexto de uso, isto é, em situações reais de interação comunicativa.

participar em várias comunidades interligadas, mas a comunidade de fala é o campo em que o significado social de um traço, palavra, ou discurso é definido, e é isto que faz a comunidade de fala um elemento central para pesquisa dialetológica e sociolinguística: aquilo que faz um traço ser local ou regional para estudos dialetológicos é a mesma coisa que faz um traço um marcador ou indicador social em estudos sociolinguísticos; em ambos os casos tal traço tem um conteúdo social numa determinada comunidade de fala. E um determinado traço linguístico é capaz de ser encontrado tanto como característica dialetal de uma fala regional, quanto como uma variável sociolinguística dentro duma comunidade (GUY, 2012, p. 44).

Consideramos que uma possível classificação de língua materna ou L1 nas comunidades em questão precisaria ser socialmente estratificada no nível diageracional. Sem nos aprofundar nas implicaturas dos conceitos de língua materna, ou de L1 e L2, considerando os níveis de competência em cada língua falada na comunidade, seria possível afirmar que numa mesma comunidade L1 para os indivíduos mais velhos pode ser diferente de L1 para os indivíduos mais jovens, se L1 dos mais velhos estiver em processo de extinção.

Parece ser justamente esse o caso das comunidades-alvo de nossa pesquisa, nas quais as seis línguas indígenas tratadas são classificadas pela UNESCO (2011) como ameaçadas ou em perigo de extinção.

A configuração do bilinguismo nessas comunidades parece ser bem similar entre si, mas não homogênea. Se tomarmos o conjunto geral de indivíduos observados nas cinco comunidades pesquisadas em nossas incursões a campo, podemos identificar um contínuo de fala, que apresenta, num extremo, indivíduos idosos com pouca ou nenhuma competência em língua portuguesa, dominando eficientemente a língua indígena de sua etnia para se comunicar, e, no outro extremo, crianças com pouca ou nenhuma competência na língua indígena da comunidade, que utilizam somente a língua portuguesa nas situações de interação. No intervalo entre esses dois polos, há indivíduos adultos e crianças com diferentes graus de competência, tanto em língua portuguesa, quanto em língua indígena. Porém, observamos que, entre esses dois extremos do contínuo de fala, coexistem um auge de uma língua e um declive de outra. De um lado, há indivíduos idosos que aprenderam o português como segunda língua, nos quais a competência em relação às línguas indígenas é muito boa. Mais próximo ao outro extremo do contínuo de fala, encontram-se crianças que usam a língua portuguesa na maioria das situações de interação (família, escola etc.) e compreendem parcialmente a língua indígena de sua comunidade, normalmente ouvida nas interlocuções com seus avós ou bisavós.

2.1.2.1 Contato entre línguas em comunidades indígenas bilíngues ou plurilíngues

Thun (1996) assinala que a história (da ocupação e variação) linguística da América Latina, ainda mais nos dias atuais, é acima de tudo uma história de migrações e contatos linguísticos. Paradoxalmente, trata-se de duas dimensões que têm sido comumente negligenciadas pela linguística brasileira e latino-americana, ou tratadas de forma genérica, sem o rigor que as especificidades do objeto de análise exigem.

As comunidades estudadas nessa pesquisa são eminentemente bilíngues ou plurilíngues. Há falantes de línguas da família Tupí-Guaraní (como os Suruí Aikewára, p. e.) que se comunicam facilmente, em língua indígena, com falantes de outras línguas pertencentes à mesma família (como os Asuriní do Tocantins). Especialmente entre as línguas que estão mais próximas dentro da estrutura de parentesco linguístico²³. O plurilinguismo já estava presente na estrutura social dessas comunidades mesmo antes da chegada da língua portuguesa. Com este evento histórico, que aconteceu em momentos distintos para cada uma das comunidades envolvidas neste estudo, houve uma grande e rápida mudança no ritmo de vida dessas comunidades e, conseqüentemente, nas relações de contato linguístico.

A entrada da língua portuguesa nas comunidades indígenas é uma realidade inevitável. Leite e Franchetto (2006, p. 21), ao falarem dos Tapirapé (Tupí-Guaraní), citam alguns fatores que corroboraram essa invasão dela no grupo, dentre os quais destacamos: a luta pela reconquista da terra com suas idas constantes a Brasília, para reivindicarem seus direitos; as viagens aos grandes centros urbanos para a venda mais proveitosa de artesanato; as idas constantes a reuniões intertribais, para tratarem de interesses comuns, de assuntos educacionais e de saúde. Além disso, as autoras explicam que “a entrada na escola e a necessidade do domínio do português reorganizam as relações político-econômicas do grupo e o aproximam do mundo da sociedade envolvente”. Essa realidade, certamente, aplica-se aos demais povos indígenas que, igualmente, lutam pelos seus direitos, tendo como língua veicular o português.

Essa inevitável entrada da língua portuguesa nas aldeias, infelizmente, tem acarretado historicamente uma tendência ao abandono das línguas indígenas. Os estudos no âmbito do contato linguístico em situações de colonização têm demonstrado essa tendência. Calvet (1993, p. 61) afirma que “qualquer situação colonial, tendo posto em presença uma língua europeia e uma língua africana, implica diglossia²⁴”. No caso das línguas indígenas

²³ Ver seção 3.1.

²⁴ Situação linguística em que há diferença de *status* sociopolítico entre as línguas ou dialetos.

brasileiras, a situação não foi e não é diferente. A falta de vontade política em manter vivas as línguas e culturas tradicionais dos povos indígenas, tanto nos primórdios do contato, na época colonial, passando pela imposição legal do Marquês de Pombal no século XVIII, pelas políticas de “ocupação” do território amazônico no século XX, até o atual contexto de contato linguístico nas comunidades indígenas, salvos os casos dos grupos remanescentes de isolados, é a causa do caótico quadro de mortandade das línguas indígenas brasileiras, e da difusão voraz da língua portuguesa nas áreas indígenas brasileiras.

O contato da língua portuguesa com as diversas línguas indígenas ainda faladas no Brasil é um campo pouco estudado. Aqui se ressalta o caráter inovador desta pesquisa, pois, como afirmaram Heye e Vandresen (2006, p. 387),

a maioria dos trabalhos que descrevem as línguas indígenas ou que discutem problemas educacionais dão informações genéricas sobre o grau de bilinguismo e outros aspectos do contato linguístico com o português. Não encontramos, no entanto, nenhum estudo ou projeto de pesquisa avaliando o quadro global de contato linguístico entre as línguas indígenas e o português.

Por isso, realizamos este estudo tendo em vista também o fator “contato linguístico” nas comunidades indígenas selecionadas. Processo esse que ocorre nessas comunidades, desde que os não indígenas chegaram a áreas de difícil acesso no sudeste paraense, nos últimos 70 anos, contactando algumas das etnias cujas línguas são objeto de estudo nesta tese, até os dias atuais, quando esse contato se intensificou, principalmente com o acesso facilitado aos centros urbanos, aos meios de comunicação e à escola.

Diante desse quadro de contato linguístico, evocamos o conceito de *ilhas linguísticas*, descrito por Couto (2009, p. 53), sobre o qual o autor afirma que “após serem quase dizimados [os indígenas brasileiros], o que resta são algumas IL (Ilhas Linguísticas) aqui e ali. De senhores da terra passaram a minorias”.

Em se tratando das línguas indígenas faladas por essas comunidades, e sobre os limites geolinguísticos delas, é preciso ressaltar inicialmente que as seis comunidades selecionadas para esse estudo situam-se em Terras Indígenas demarcadas e/ou reconhecidas pelo Governo Federal, como explicitaremos no capítulo 3 desta tese. Assim, está-se diante de uma realidade que se poderia enquadrar no conceito de Ilhas Linguísticas, cunhado por linguistas alemães, descrito por Couto (2009, p. 165):

[...] **ilhas linguísticas** (IL) são comunidades linguísticas e de assentamento relativamente pequenas e fechadas, que surgem em determinado ponto do território, relativamente maior, de outra língua [...]. Pelo fato de ser um enclave, as IL têm seu espaço delimitado, e sua língua se distingue claramente da língua do entorno. Elas só se mantêm, quando se mantêm, devido a uma forte consciência da própria identidade frente à da sociedade envolvente.

Obviamente, no caso específico, essas comunidades indígenas não surgiram em algum ponto do território de outra língua, mas são comunidades tradicionais que habitam essas terras desde épocas remotas, contudo, viram-se cercados por comunidades falantes de português, num processo crescente e voraz, especialmente nos últimos 70 anos, com a implementação de políticas de integração/povoamento do território amazônico. No dizer do grande antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro (2006, p. 18), essas comunidades

são algumas microetnias tribais que sobrevivem como **ilhas** [grifo nosso], cercadas pela população brasileira. Ou que vivendo para além das fronteiras da civilização, conservam sua identidade étnica. São tão pequenas, porém, que qualquer que seja seu destino, já não podem afetar a macroetnia em que estão contidas.

Por outro lado, em relação ao português falado por essas comunidades, não se pode falar em Ilhas Linguísticas. Nesse caso, a análise do perfil geossociolinguístico dessas comunidades necessita de uma abordagem que demonstre *contínuo de fala*, como preconizou Razky (2013), tomando-se a imanente ruralidade dessas comunidades e a sua relativa distância dos centros urbanos e de povoados circunvizinhos. Tradicionalmente os falares da zona rural eram considerados mais puros e, portanto, tomados como objeto da geolinguística, que tentava registrar as variantes mais preservadas da fala. Com o advento da Moderna Dialectologia (ou Geossociolinguística), observou-se que não havia uma divisão clara dessas fronteiras entre o rural e o urbano, mas, estava-se diante de um contínuo de fala, que se estende entre dois extremos, de um lado os falares urbanos e de outro os rurais.

Altenhofen (2014) afirma que, como língua de colonização, em seu processo de territorialização horizontal, é preciso reconhecer que o português, como toda língua de colonização, sobrepôs-se vorazmente às territorialidades indígenas, que foram drasticamente destituídas ou removidas e, só a duras penas, vêm sendo reconstituídas ou protegidas por meio de leis e demarcações de terras. O reconhecimento e demarcação de terras indígenas representa, aqui, um modo institucionalizado de proteção de territorialidades.

Com relação às populações indígenas que são tomadas como comunidades de fala, cujos falares são objeto deste estudo, é importante ressaltar dois aspectos no que se refere à territorialidade: a) a delimitação de áreas geográficas em que esses povos residem atualmente e b) o nomadismo que foi, por muito tempo, elemento essencial para a sobrevivência dessas comunidades.

É necessário, portanto, considerar o fator político que determina essas Terras Indígenas como áreas protegidas, de acesso restrito e controlado por um órgão governamental, no caso a FUNAI, uma vez que essa restrição de contato pode afetar diretamente a fala dessas comunidades, devendo assim ser considerado do ponto de vista geossociolinguístico. Em

alguns casos de etnias consideradas relativamente isoladas, como os Zoé ou os Wayampí, por exemplo, esse controle freia o processo de contato linguístico com o português, o que não se observa em comunidades indígenas situadas nas proximidades de centros urbanos. Assim, em relação à língua portuguesa, poder-se-ia afirmar que essas comunidades estão inseridas nesse contínuo entre o rural e o urbano. Contudo, há especificidades nesse português das áreas indígenas, em função do contato linguístico com as línguas tradicionais de cada comunidade indígena. Portanto, tomando-se as línguas indígenas de cada uma das etnias aqui estudadas (Suruí Aikewára, Asuriní do Tocantins, Tembé, Guajajara, Guaraní Mbyá e Anambé), poderíamos tratá-las como Ilhas Linguísticas (COUTO, 2009), ao que, em se tratando do português falado nessas mesmas comunidades, está-se diante de um contínuo de fala, que se entende no espaço geográfico entre dois extremos, o urbano e o rural.

Por outro lado, é preciso levar em consideração as peculiaridades das variedades do português falado pelos indígenas, oriundas do substrato linguístico de matriz Tupí-Guaraní, isto é, as marcas outrora descritas por pesquisadores como Cyríaco Baptista (1932) ou Boudin (1966), por exemplo, que ainda estão presentes no português falado por esses indígenas, que tendem, porém, a desaparecer entre as gerações mais novas. O que conduz ao que Couto (2009) chamou de processo de “standardização” de uma língua, seja por influência dos meios de comunicação, aos quais essas comunidades indígenas estão cada vez mais expostas, ou pela própria ação da educação formal nas escolas das aldeias.

Ainda sobre a problemática da compreensão do contato linguístico nas comunidades-alvo dessa pesquisa, é preciso considerar que o nomadismo foi, e de certa forma ainda é, um elemento relevante no estilo de vida dessas comunidades de indígenas. Como afirma Laraia (1967), os povos Suruí Aikewára e Asuriní do Tocantins, assim como outros povos que habitavam a região amazônica, estavam em constante migração dentro de seu território. Era comum que uma aldeia fosse abandonada quando a caça e a pesca na área ficassem escassas, e isso impulsionava o grupo humano a deslocar-se pela floresta em busca de uma área melhor. Esses movimentos sociais propiciavam, por vezes, encontros indesejados com etnias rivais, como os Parakanã ou os Kaiapó. Em alguns casos, nesses contatos humanos acontecia algo bem comum nessas culturas: o rapto de mulheres, o que, sob o aspecto genético, garantia maiores possibilidades de gerações mais saudáveis, já que as relações de consanguinidade tendem a propiciar problemas genéticos. Esse fator parece preponderante também do ponto de vista linguístico, uma vez que se criava também uma condição de contato linguístico. Nesse caso, observa-se nesse fato histórico-social uma tendência ao plurilinguismo nessas comunidades indígenas.

2.2 REVISÃO DE TEMAS EM ESCOPO

Nesta seção, apresentamos as variáveis linguísticas e sociais mapeadas nesta tese. Para determiná-las, foi necessário delimitar o escopo da pesquisa, elegendo-se as variáveis linguísticas e sociais que seriam mapeadas. No que se refere aos fenômenos fonéticos passíveis de análise no *corpus* coletado, não caberia considerá-los todos, pois extrapolariam os limites deste estudo. Por isso, elencamos aqueles que mais evidenciam a delimitação geográfica dos falares nortistas do Brasil. A escolha foi realizada a partir das seleções de itens mapeados no Atlas Linguístico Sonoro do Pará – ALiSPA (RAZKY, 2004), no Atlas Linguístico do Brasil – ALiB, e pelos elencos feitos em estudos no âmbito do projeto GeoLinTerm (UFPA), como os publicados em Razky (2003).

De outro lado, elencamos também, entre as diversas variáveis extralinguísticas atualmente mapeadas pela Dialectologia Pluridimensional e Relacional, as possíveis de serem estudadas nos dados que compõem o *corpus* desta pesquisa, tendo em vista a metodologia adotada na coleta desses dados. Assim, essa seção foi constituída para dar suporte à leitura das cartas linguísticas elaboradas para esta tese, bem como às análises delas.

Iniciamos esta seção discutindo a afirmação de Dietrich e Noll (2016, p. 85-86):

Autores como Teodoro Sampaio (1987 [1901]), Clóvis Monteiro (1926; 1959: 75-136), Aduino Fernandes (1961: 50-51), Plínio Ayrosa (1967), Francisco da Silveira Bueno (1973) e Antônio G. da Cunha (1999:18), para mencionar os mais distintos, insistiram repetidamente num possível substrato tupi para explicar certas peculiaridades da pronúncia brasileira [...] Na intenção de dar resposta à questão exposta [...], temos que começar pela negativa: não há influência tupi nem na fonética, nem na morfologia do português brasileiro. Veremos que as particularidades discutidas que distinguem o português brasileiro do europeu se explicam por evoluções internas, não por influência da língua brasílica. Esta só se reflete no léxico e nos nomes (toponímia, hidronímia, coronímia e antroponímia).

Em se tratando de uma norma do português brasileiro em oposição ao europeu, a assertiva de Dietrich e Noll (*op. cit.*) é perfeitamente considerável. Contudo, a afirmação categórica de que “não há influência tupi” na fonética do português brasileiro é generalizante demais diante do contexto linguístico diverso que se têm no Brasil, em especial, se tomarmos como escopo de análise o português falado em áreas indígenas do Brasil.

De outra parte, seria necessário perguntar-se: “à qual das normas do português brasileiro essa assertiva se refere?”. Entendemos que a afirmação dos autores não se refere especificamente às situações do português de contato, que, aliás, são ignoradas categoricamente por eles ao tratarem da norma do português brasileiro (PB). São ignorados aspectos como a existência histórica dos dialetos de transição em comunidades indígenas

recém-contatadas, bem como as atuais situações de contato linguístico nas áreas indígenas do Brasil. A exemplo do que também acontece, como assinalamos anteriormente, nas especificidades de fala em comunidades de imigração no interior do território brasileiro, especialmente na região sul do país, além dos casos do português de contato nas fronteiras brasileiras, situações nas quais não se pode falar em uma norma única do PB. Dessarte, a afirmativa de Dietrich e Noll (*op. cit.*) carece de ampliação e/ou ponderação no que se refere às outras normas do PB. Para estudar o PB adequadamente, é necessário tratá-lo como português falado por diferentes comunidades de brasileiros.

As variáveis linguísticas que apresentamos a seguir foram eleitas para servirem de base à nossa investigação, no intuito de demonstrar a existência, a permanência ou o desaparecimento de marcas fonéticas que denotem influências do substrato linguístico de matriz Tupí-Guaraní no português de contato, falado nas terras indígenas investigadas.

2.2.1 Variáveis Linguísticas

Nesta subseção apresentamos as variáveis linguísticas controladas neste estudo. Objetivando-se realizar um recorte no grande volume de dados, elencamos fenômenos fonéticos relevantes na variação do português no norte do Brasil. Outro parâmetro adotado foi o elenco dos fenômenos já mapeados e publicados com dados do ALiB (2014), para possibilitar a intercomparação dos dados. Além disso, elegemos fenômenos fonéticos possíveis de apresentarem influência do substrato linguístico de origem Tupí-Guaraní, apontados por Silva (2010) em estudo realizado com as línguas Tembé e Guajajára, que integram o elenco de línguas em contato com o português nas comunidades-alvo desta pesquisa.

2.2.1.1 Variação da vogal média anterior em posição pretônica

Segundo De Paula e Brandão (2012), o sistema vocálico do Português do Brasil vem sendo objeto de estudos em diferentes perspectivas teóricas, quer no que se refere ao seu funcionamento nas diferentes pautas acentuais, quer no que toca, em especial, aos processos que atingem as vogais médias.

Estudando as vogais médias pretônicas /e/ e /o/, em uma cidade do nordeste paraense (Bragança), Freitas (2003, p.114) conclui que há predominância das variantes fechadas, e os resultados probabilísticos apontaram para um processo de assimilação desencadeado pela vogal da sílaba imediatamente seguinte, bem como para um processo de regularização morfológica indicado pela variável social escolaridade.

Mapeando as vogais médias pretônicas nos dados do *corpus* do projeto ALiB sobre os municípios paraenses de Belém, Soure, Almerim, Altamira, Jacareacanga e Marabá, Santos (2014), constatou que, entre as variantes [e], [ɛ] e [i], no Estado de um modo geral, há preferência pela variante média alta em 41% das ocorrências, regra amplamente favorecida pelo processo de assimilação desencadeado pela vogal da sílaba imediatamente seguinte. Porém, nos municípios de Altamira e Jacareacanga predomina a vogal média baixa, e em Marabá a predominância é da vogal média alta.

Acerca da variação das vogais médias pretônicas nos dados do Atlas Linguístico Sonoro do Pará (ALiSPA, 2004), nas cidades de Itaituba, Santarém, Altamira, Breves, Cametá, Abaetetuba, Belém, Bragança, Marabá e Conceição do Araguaia, Razky, Lima e Oliveira (2012) demonstram da mesma forma a predominância da média fechada [e] (42%) em relação à média aberta [ɛ] (35%) e à alta [i] (23%).

2.2.1.2 Variação da vogal média posterior em posição pretônica

O estudo das vogais médias pretônicas tem sido um caminho tomado pelos dialetólogos brasileiros para caracterizar o que se entende por áreas dialetais brasileiras, com vistas a confirmar ou refutar as afirmações de Nascentes (1953) sobre os falares do Norte e do Sul, divisão representada na figura 5 pela linha vermelha.

Figura 5: Divisão Dialeto do Brasil (NASCENTES, 1953)



Fonte: Razky, Lima e Oliveira (2012)

Tratando-se dos falares do Norte, Freitas (2003), afirma que o estado do Pará constitui uma área dialetal que se aproximaria mais do que Nascentes indicou como falares do Sul. Apoiando-se nos estudos realizados por Nina (1991) sobre a variedade de Belém, de Vieira (1983) sobre o Médio Amazonas e o Tapajós, e dela própria sobre dados do município de Bragança (nordeste do estado), Freitas (2003) aponta para uma tendência de maior frequência da realização fechada da média posterior em posição pretônica, como se pode ver no quadro a seguir.

Quadro 4: As vogais médias pretônicas posteriores num falar do Norte do Brasil

[o]	[ɔ]	[u]
39%	36%	26%

Fonte: Freitas (2003) (Adaptado)

Dessa forma, Freitas (2003) afirma que esses resultados apresentados corroboram a proposição de Silva (1989) de que o estado do Pará, em relação aos falares do Norte, constituiria uma “ilha dialetal”.

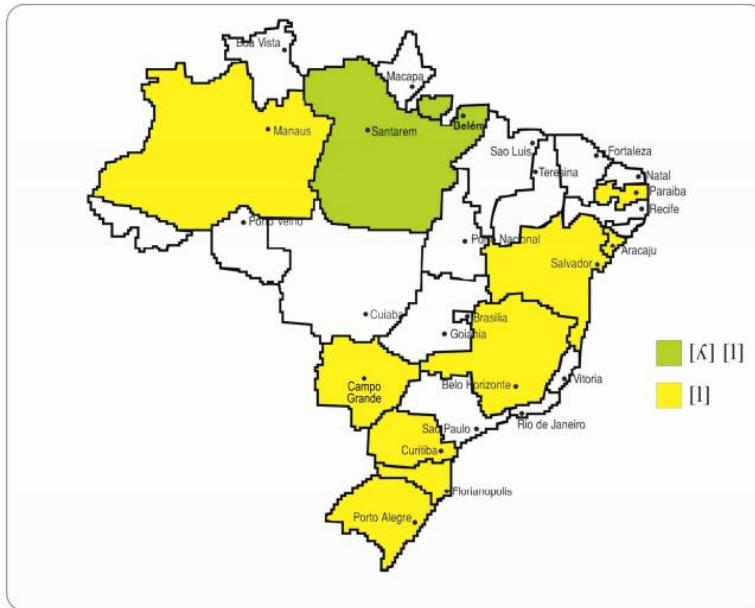
Os dados do ALiSPA (2004), segundo Razky, Lima e Olivera (2012), demonstram da mesma forma a predominância da média fechada [o] (51%) em relação à média aberta [ɔ] (26%) e à alta [u] (23%), o que acentua ainda mais a tendência apontada por Freitas (2003).

2.2.1.3 Palatalização da lateral /l/ diante de [i]

Em estudo realizado com dados de atlas lingüísticos brasileiros²⁵, Oliveira e Razky (2010) (figura 6) mapearam a realização variável de /l/ em posição prevocálica nas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste do Brasil. Esse mapeamento demonstrou o perfil da distribuição de /l/ no espaço brasileiro, como se vê na figura 6, na qual se observa que, no espaço brasileiro, a ocorrência da variante alveolar é superior à da palatal. Apenas na região Norte a variante palatal sobrepõe-se à alveolar.

²⁵ Atlas Prévio dos Falares Baianos (AFPB, 1963), Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais (EALMING, 1977), Atlas Lingüístico de Sergipe (ALS, 1987), que caracterizam os falares baianos, segundo Nascentes (1953), Atlas Lingüístico da Paraíba (ALPB, 1985), Atlas Lingüístico do Paraná (1994), Atlas Lingüístico-etnográfico da Região Sul (ALERS, 2002), Atlas Lingüístico Sonoro do Pará (ALISPA, 2003), Atlas Lingüístico de Sergipe I (ALS II, 2005), Atlas Lingüístico do Amazonas (ALAM, 2004) e Atlas Lingüístico de Mato Grosso do Sul (ALMGS, 2007)

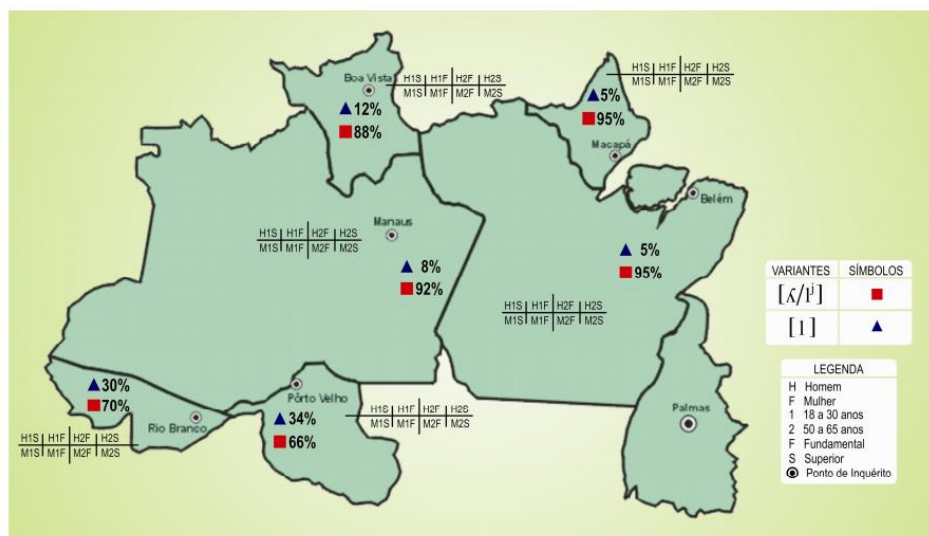
Figura 6: Distribuição geográfica da palatalização de /l/ no Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste do Brasil



Fonte: Oliveira (2007) (Adaptado)

Já os dados do ALiSPA (2004) demonstraram a alta produtividade de palatalização de /l/. Nas localidades consultadas, a não palatalização é que se constitui exceção. A ocorrência da lateral alveolar [l] inexistente quando /l/ encontra-se diante de [j] no Pará, de acordo com o ALiSPA (2004).

Figura 7: Distribuição da frequência da palatalização de /l/ na região Norte



Fonte: Oliveira e Razky (2010)

Como se pode observar na figura 7, o fenômeno da palatalização de /l/ em contextos pré-vocálicos é relevante na região norte. Por isso os autores propõem que essa rota diferenciada que faz o /l/ no falar paraense solicita estudos a partir de dados novos, no sentido de verificarmos se dados recolhidos mais recentemente apontam algum grau de difusão desse fenômeno, pelo menos no Norte, região em que se localiza o Pará. Assim, pretende-se averiguar se o português falado nas áreas indígenas estudadas constitui um “contínuo de fala” em relação aos dados do ALiB e ALiSPA, bem como descrever a situação do fenômeno entre os dados dos indígenas do Maranhão.

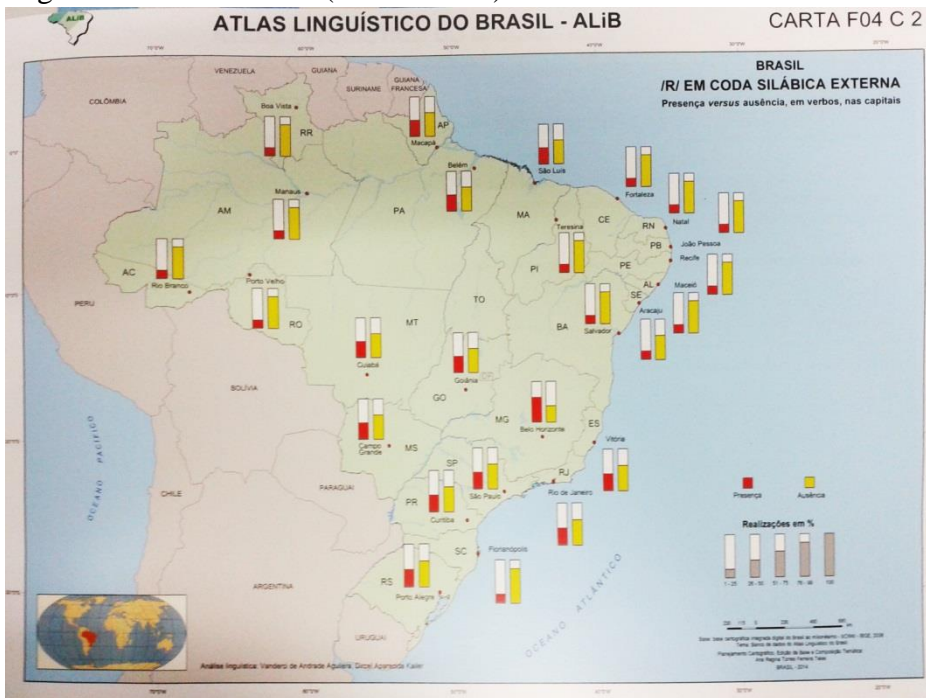
2.2.1.4 Variação do /R/ em coda silábica externa

Segundo Gregio (2012), podem ocorrer as seguintes manifestações fonéticas de róticos na posição de coda silábica no português brasileiro: tepes, vibrantes, aproximantes e fricativas. Estudos como os de Callou *et al* (1996), Silva (2002), Barbosa e Albano (2004) apontam a produção da variante fricativa em falantes de Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG) e cidades da região Nordeste do país, como Salvador (BA) e Recife (PE). Já a variante tepe é encontrada em São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS); a variante vibrante pode ser observada em algumas regiões de São Paulo (SP). A variante retroflexa é verificada na fala de sujeitos de cidades do interior, caracterizando o falar “caipira”.

As variantes fricativas podem ser de articulação velar, uvular ou glotal, ou seja, com constrição parcial entre região posterodorsal da língua e velar, região posterodorsal da língua e região uvular ou entre pregas vocais, respectivamente (CAMARGO *et al*, 2000).

Os dados do ALiB (2014) (figura 8), que mapearam a variação do /R/ em coda silábica no falar de colaboradores das capitais brasileiras, tanto em nomes quanto em verbos, apontam para um predomínio das variantes fricativas velar e glotal nas regiões norte e nordeste do Brasil.

Figura 8: Carta F04 C 2 (ALiB vol. II)



Fonte: ALiB (2014)

Além disso, na carta F04C2 (figura 8) do ALiB, vol. II, sobre a presença *versus* ausência da realização da fricativa em verbos, verifica-se que nos estados do Pará e Maranhão, assim como em todo o território brasileiro, predomina a ausência em detrimento da presença.

No Pará, foram realizados estudos sobre o /R/ pós-vocálico por Lima (2003) na cidade de Cametá e por Oliveira (2003) na cidade de Itaituba. Os resultados de Lima (2003) demonstram que, em contexto interno, o apagamento do /R/ obteve registro de 17%. Já o estudo realizado por Oliveira (2003) demonstrou que em posição pós-vocálica a tendência é o apagamento.

2.2.1.5 Variação do /S/ em coda silábica externa e interna

Segundo Mota (2009, p. 22) a realização alveolar ou palatal das fricativas coronais (/s, z/), em coda silábica é um dos fatos caracterizadores de subáreas dialetais brasileiras, como tem sido observado por diversos pesquisadores. A partir de análises de dados do ALiB, a autora afirma que os fatores que se revelaram mais importantes para a realização palatal do /S/ em coda silábica foram o contexto subsequente e a variação diatópica. Com relação ao contexto subsequente, como já observado em trabalhos anteriores, a presença da oclusiva dento-alveolar /t/, especialmente quando realizada como africada palatal, favorece fortemente

a ocorrência da variante palatalizada. De outro lado, a correspondente sonora /d/, no entanto, favorece a ocorrência das alveolares, como se pode observar na tabela 1:

Tabela 1: Variantes palatais segundo o contexto subsequente

Tabela 1: Variantes palatais segundo a consoante subsequente

Consoantes subsequentes	Variantes palatais		
	Nº/ Total	%	Peso Relativo
/ t / realizado como africada palatal	90/103	87	0,94
/ t / realizado como oclusiva dento-alveolar	473/629	75	0,83
/d/	10/30	33	0,41
/ k /	147/544	27	0,30
/ g /	09/64	14	0,12
/ p /	31/174	18	0,21
/ f /	06/39	15	0,17
/v /	02/44	5	0,04
/ x /	01/02	50	0,56
/ m /	13/91	14	0,12
/ n /	6/44	14	0,17

(Significância= 0,007)

Fonte: Mota (2009)

Verney, citado por Callou (2009), afirma que a palatalização do /S/ em coda silábica deve ter tido início, em língua portuguesa, no final do século XVI e começo do XVII. No português do Brasil, Silva Neto (1956) afirma ser difícil saber se essa pronúncia constitui um fenômeno relacionado ao dialeto padrão de Lisboa ou representa um processo local independente. O fato social e histórico a ser levado em conta é a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, no começo do século XIX, que levantaria a hipótese de a realização palatal representar a adoção de uma norma de prestígio, externa ao falar da comunidade. No norte do Brasil, esse fenômeno é também largamente difundido provavelmente pelas relações comerciais e sócio-históricas entre Portugal e a Província do Grão Pará e Maranhão desde a época da colonização do Brasil.

2.2.2 Variáveis Extralinguísticas

Nesta seção, apresentamos as variáveis extralinguísticas controladas neste estudo, que pode ser classificado como um mapeamento geossociolinguístico de cunho plurilíngue, uma vez que mapeia dados do português em contato com cinco línguas indígenas. Dessa forma, resolvemos mapear a variação dialingual, além da dimensão tradicionalmente estudada, a Diatópica. Seguindo a metodologia da Dialectologia Pluridimensional, opta-se por mapear também as dimensões Diageracional, Diagenérica, Diastrática e Diarreferencial.

2.2.2.1 Dimensão diatópica

A dimensão diatópica ou geográfica foi a primeira que os dialetólogos se ocuparam de mapear. Na realidade, era justamente a delimitação geográfica de falares (línguas, dialetos) o objeto de estudo dos primeiros atlas linguísticos, como o da França e da Alemanha. Esses estudos tradicionalmente buscavam traçar isoglossas sobre os mapas dos territórios cujos falares eram estudados, no intuito de estabelecer-lhes os limites. Os chamados atlas monodimensionais, como veremos adiante, focavam sua cartografia na dimensão diatópica, contudo, isso não quer dizer que a atenção a essa dimensão tenha diminuído, ao contrário, ela foi ampliada, especialmente na abordagem da dialectologia pluridimensional de Radtke e Thun (1996), que passaram a descrevê-la sob as dimensões Topostática e Topodinâmica.

Sobre as dimensões Topostática e Topodinâmica, Pontes (2000, p. 5) afirma:

a topostática e a topodinâmica têm como objetivo abordar, de maneira tradicional, os grupos de falantes fixos à localidade, o segundo, os falantes móveis, cuja existência não pode ser ignorada pela geografia linguística, se esta não quer fechar os olhos à vida moderna. Para dar conta dessas duas subdimensões diatópicas, devem-se inquirir informantes fixos a uma determinada região, tal como se tem feito na geolinguística tradicional, e informantes que tenham morado até certa idade numa região, mas que atualmente vivem em outra região.

Altenhofen (2014, p. 80) chama de topodinâmica a relação entre a língua do ponto de partida e a do ponto de chegada de uma migração. Estudos dessa natureza podem ser muito produtivos em se tratando de comunidades indígenas, uma vez que o nomadismo é ou foi característica própria do estilo de vida dessas comunidades, que migravam com frequência dentro do seu território ou mesmo para outras localidades em função da disponibilidade de caça e pesca, dos conflitos internos nos grupos familiares ou com outros grupos de outras etnias com que havia disputas por terras. Além desses fatores, mais atualmente na história de muitas comunidades houve grande influência na sua topodinâmica os contatos com os não indígenas, como tropeiros, desbravadores, fazendeiros, posseiros que expulsaram muitos indígenas de seus territórios tradicionais em função das riquezas naturais ou da localização

geográfica privilegiada de suas terras. Ressaltam-se aqui os casos das construções de hidroelétricas como a de Tucuruí e a recente e polêmica Belo Monte, que ainda hoje forcem o remanejamento de comunidades de indígenas de suas áreas tradicionais.

No estudo aqui realizado, optou-se pelo mapeamento da dimensão topostática, em função do grande volume de dados já tratados e de outros fatores de ordem prática, como o acesso às terras indígenas. Contudo, ressalta-se que o mapeamento da dimensão topodinâmica da variação do português e das línguas indígenas desses povos aqui estudados constitui campo rico para pesquisas futuras.

2.2.2.2 Dimensão diageracional

A dimensão diageracional se refere à forma como a língua é usada tendo-se como parâmetro a idade dos colaboradores. Considerando a faixa etária, Labov (2008) distingue duas modalidades para se investigar a língua: o tempo aparente e o tempo real, o intuito de verificar as mudanças que as línguas sofrem com a passar do tempo.

Considera-se o tempo aparente por meio da comparação simples entre a fala de colaboradores mais idosos e a dos mais jovens, as diferenças entre elas podem indicar mudanças linguísticas, por exemplo, observando a existência de variantes inovadoras mais presentes na fala dos mais jovens. Contudo, Labov ressalta que é preciso avaliar, a partir do cruzamento de resultados, se essas mudanças não estão sendo influenciadas por outros fatores sociais, como a escolaridade dos colaboradores ou a classe social a que pertencem, por exemplo.

Já o estudo em tempo real é realizado a partir da comparação de dois *corpora* coletados em épocas distintas. Isso pode ser feito a partir de dados geolinguísticos de atlas elaborados em épocas diferentes, ou como assinala Tarallo citado por Romano (2012, p. 45), por meio da análise de documentos históricos que retratem o vernáculo de uma época passada, como cartas de cunho pessoal, diários e textos teatrais que tenham visado, em seu momento de criação, um retrato da fala de diferentes camadas sociais da comunidade. Assim, o pesquisador pode retornar àquela mesma comunidade, decorridos vinte anos ou mais, por exemplo, e efetuar nova coleta de dados.

2.2.2.3 Dimensão diagenérica

A dimensão diagenérica, também conhecida como diassexual, mapeia a variação da fala entre homens e mulheres. Fatores de ordem extralinguística, como papéis e funções sociais distintas e o preconceito linguístico, por exemplo, exercem papel preponderante na

variação da fala entre homens e mulheres. Diversos estudos, como os de Silva-Corvalán (1989) e do próprio Labov (2008), apontam diferenciações entre as falas de ambos os sexos. Alguns estudos indicam uma tendência das mulheres de obedecer mais à norma padrão da língua, já os homens estariam mais distantes dessa preocupação com normas linguísticas e sociais. Obviamente, cada um desses estudos precisa estar muito fundamentado nas realidades sociais e culturais das comunidades de fala.

Entre algumas etnias indígenas, o limiar entre as falas de homens e mulheres é tão acentuado que alguns acabam nomeando o processo como línguas distintas, isto é, haveria a “língua” dos homens e a das mulheres, como no caso dos Kayapós. Obviamente, em se tratando de uma mesma etnia, há intercompreensão entre ambos os sexos, contudo, é o uso de determinadas formas linguísticas estigmatizadas na fala do sexo oposto o que provoca o fenômeno. Há elementos bem ou mal aceitos na fala de colaboradores a depender do sexo. Para os não indígenas, esses processos linguísticos podem parecer, sob certos aspectos, até chocantes, mas, em uma análise mais atenta do português falado no Brasil, constatar-se-á diferenças igualmente estigmatizadas nas falas de homens e mulheres, como, por exemplo, o uso do diminutivo num tratamento carinhoso, que é aparentemente uma marca da fala feminina e, quando usado pelo sexo masculino, gera, via de regra, uma reação negativa por parte de ouvintes.

Em se tratando dos povos indígenas selecionados, cujas “línguas maternas” pertencem à família Tupí-Guaraní, observa-se a distinção de papéis sociais ainda bem diversos entre homens e mulheres, tomando-se como parâmetro de comparação as comunidades envolventes. Assim, esperou-se constatar a relevante influência dessa variável social na variação fonética do português falado por esses grupos indígenas.

2.2.2.4 Dimensão diastrática

A dimensão diastrática é a que estuda a variação que acontece na fala de pessoas de estratos ou posições sociais diferentes. O termo por vezes é também usado para referir-se às variáveis extralinguísticas em geral, opondo-se às variáveis linguísticas. Contudo, neste estudo, essa nomenclatura refere-se ao grau de escolaridade dos colaboradores.

Essa variável social normalmente exerce papel relevante no processo de variação, pois, é consenso que o processo de escolarização no Brasil tem posto em evidência a variante de prestígio, isto é, a norma culta da língua portuguesa, em oposição às demais normas de fala. Por isso, adotou-se para este estudo uma metodologia inspirada nas de importantes Atlas Linguísticos Brasileiros, como o ALiB, o ASLiB e o ALiPA, na qual são controladas duas

faixas de escolaridade: uma primeira que abrange falantes analfabetos até os que possuem o ensino fundamental completo, e uma segunda composta por pessoas que estão cursando o ensino médio até os que possuem o ensino superior completo, como especificamos no capítulo 4.

2.2.2.5 Dimensão diarreferencial

A língua, sendo uma realidade heterogênea, cuja variação no espaço geográfico, na ordem social e em suas funções está relacionada à história, às crenças e valores culturais e ideológicos das comunidades de fala, passa a ter papel preponderante no processo de distinção étnica. Neste sentido, estudar a percepção que os falantes têm da(s) língua(s) faladas em sua comunidade de fala colabora para a compreensão da etnicidade dessas comunidades.

Estudar a variação diarreferencial de uma ou mais línguas dentro de um determinado espaço geográfico implica constituir uma descrição das percepções dos falantes acerca de sua(s) própria(s) língua(s).

O mapeamento da dimensão diarreferencial demonstra a percepção dos falantes em relação à sua fala e à de seus pares. Esse aspecto é tratado neste estudo por meio do Questionário Sociolinguístico – QS, que em sua composição contém questões metalinguísticas que versam sobre a percepção e os comportamentos linguísticos dos colaboradores em relação às línguas conhecidas e/ou faladas por eles. Nesse caso, a língua portuguesa e as línguas indígenas próprias da etnia a que pertencem, ou as línguas irmãs, também pertencentes à família Tupí-Guaraní, ou ainda, outras línguas que os colaboradores por ventura conheçam. O Questionário Sociolinguístico - QS²⁶ utilizado é composto por 21 questões, as de número 1 e 5, por exemplo, foram constituídas no intuito de verificar a percepção de cada indivíduo sobre o seu grau de bilinguismo em relação à língua portuguesa e à língua indígena própria da etnia. Já a questão 6 do QS requer do informante sua percepção acerca da aquisição das línguas que domina. A partir dessas e das outras questões do QS foi possível mapear os comportamentos linguísticos dos falantes em relação às línguas faladas e/ou conhecidas por eles, o grau de bilinguismo dos colaboradores e da comunidade, e se está havendo, ou não, transmissão da língua indígena às novas gerações.

²⁶ Apêndice B

2.2.2.6 Dimensão dialingual

A dimensão dialingual é a que abrange o contato entre línguas em um mesmo território. Os estudos geossociolinguísticos mapeiam esse processo por meio de inquéritos que evidenciem as influências mútuas entre línguas ou dialetos em situação de contato linguístico.

Radtke e Thun (1996) assinalam que é preciso documentar não somente a coexistência de línguas em um mesmo território, mas é preciso evidenciar as influências mútuas entre essas línguas. Essa descrição destaca-se neste estudo principalmente em função da histórica pressão linguística sofrida pelas comunidades indígenas, às quais o português foi imposto, ora por força da lei, ora por força física e ideológica. Assim, evidenciamos as relações atuais de contato, tanto nas influências que o português recebeu da matriz Tupí-Guaraní, quanto nas influências dos sons do português na fala dos colaboradores das cinco línguas da Família Tupí-Guaraní em questão, quais sejam: Suruí Aikewára, Asuriní do Tocantins, Tembé, Guajajára e Guaraní Mbyá.

Objetivando-se observar essas influências mútuas na variação plurilingual dos dados, optou-se por mapear as respostas correspondentes em língua indígena para cada um dos itens lexicais estudados nesta pesquisa, acrescidos de outros itens obtidos nas entrevistas, por meio da aplicação dos demais questionários utilizados (QFF Complementar, QS, Ficha do colaborador e Relatos de Experiência). Dessa forma, pretendeu-se destacar a dimensão dialingual desse estudo, que descreve a situação geossociolinguística de comunidades plurilíngues, nas quais coexistem diversas línguas indígenas além da língua portuguesa.

Para melhor compreender o conjunto de fatores linguísticos tratados nos estudos geolinguísticos na atualidade, decidimos apresentar um levantamento do estado da arte dos atlas linguísticos produzidos no Brasil, destacando-se aspectos metodológicos relevantes dos mesmos, do ponto de vista da Geolinguística Pluridimensional e Contatual.

2.3 ESTADO DA ARTE DOS ATLAS LINGUÍSTICOS DO BRASIL E DE FRONTEIRA

O conjunto da produção de atlas linguísticos do Brasil já foi analisado e classificado em diversos estudos²⁷, quanto ao espaço geográfico: atlas de pequenos, médios e grandes domínios; atlas estaduais, regionais e nacionais; quanto à natureza de seus dados: atlas de primeira, segunda e terceira geração; e quanto às variáveis linguísticas controladas: atlas monodimensionais, bidimensionais e pluridimensionais.

A partir de nossas reflexões e análises acerca das metodologias empregadas nesse conjunto de produtos geolinguísticos, concluímos que há outras possibilidades de classificação a serem feitas sobre ele, a depender dos aspectos metodológicos considerados. Por exemplo, levadas em consideração as técnicas cartográficas que, historicamente, foram utilizadas na produção dos atlas linguísticos, deparamo-nos com os relatos dos autores dos primeiros atlas brasileiros, elaborados parcial ou integralmente de forma artesanal, por meio de escrita, desenhos, recortes e colagens, como testemunhamos recentemente por ocasião das comemorações dos 50 anos do pioneiro Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB). Decorridos esses anos, com o acesso dos pesquisadores brasileiros a variados recursos computacionais e multimidiáticos, testemunhamos a incorporação desses recursos na produção de atlas linguísticos. Hoje, são utilizados na produção dos atlas diversos *softwares* específicos da área de georreferenciamento, como ArcGIS e QGIS, além de *softwares* editores profissionais de imagens, como CorelDraw e Photoshop. Além desses, foram desenvolvidos recentemente os primeiros *softwares*, produzidos por linguistas, para a geração automatizada de cartas linguísticas, como o GeoLing (RAZKY, 2011) e o [JGVCLin] (ROMANO & SEABRA, 2014).

Em primeira instância, vimos a inclusão da policromia na produção dos atlas linguísticos. Tradicionalmente, como no pioneiro Atlas Linguístico da França (ALF), utilizava-se apenas a cor preta nos registros cartográficos, escolha que normalmente está condicionada aos recursos financeiros disponíveis para impressão do atlas. Nesse caso, a identificação dos símbolos e legendas é a forma e não as cores. Sobre esse aspecto metodológico, é possível se fazer uma classificação do conjunto de atlas linguísticos produzidos quanto aos recursos cromáticos utilizados, em atlas monocromáticos e policromáticos.

²⁷ Cardoso (1999), Aguilera (2006), Lima (2006), Altino (2007), Cristianini (2007), Pereira (2007), Encarnação (2010), Sousa (2011), Guedes (2012), Isquierdo (2013), Romano (2013) e Reis (2013).

É possível ainda, levando-se em consideração o suporte material utilizado, classificar os atlas como impressos ou digitais. Os suportes utilizados na cartografia comungam da mesma história dos utilizados na escrita em geral. Na gênese da cartografia, na produção dos primeiros mapas, foram utilizados como suporte de escrita o papiro, o pergaminho e o papel. Em se tratando da cartografia linguística, esta surgiu na “era do papel”, e esse é, até os dias de hoje, o principal suporte utilizado. Contudo, há também os atlas linguísticos nos quais foram adotados recursos computacionais como suportes em sua produção. No Brasil, surgiram os primeiros atlas digitais em 2004. Nesse ano foi publicado o Atlas Linguístico Sonoro do Pará (ALiSPA), primeiro (e até o momento único) atlas brasileiro integralmente digital, que utiliza como suporte o CD-ROM. Formato que permitiu outras inovações, como a disponibilização do som da fala dos informantes (*atlas parlants*), acessado a partir de uma interface interativa, via computador. Além desse, registramos o Atlas Linguístico do Amazonas (ALAM), ainda não publicado, que possui apresentação impressa, visto que foi elaborado como tese de doutoramento em 2004, mas apresenta também uma interface digital, que, segundo Cruz-Cardoso (2016), no momento, está em fase de atualização, em vista de sua publicação. Além desses, tem-se hoje o projeto do Atlas Linguístico Sonoro das Línguas Indígenas do Brasil (ASLIB), cuja metodologia prevê, segundo Cabral e Razky (2014), a apresentação de uma plataforma interativa *on line*, que disponibilizará os dados sonoros, escritos e imagéticos do atlas.

Todavia, entre essas e outras classificações possíveis, nos interessa de modo particular a que propusemos a seguir. Com os avanços dos estudos na área de geolinguística, especialmente a partir da abordagem da Geolinguística Pluridimensional e Contatual (THUN, 1998), alguns atlas e estudos geolinguísticos mapearam situações de contato linguístico em regiões de fronteira e no interior do território brasileiro. No intuito de contextualizar, do ponto de vista teórico-metodológico, o presente estudo, apresentamos neste capítulo um elenco desses atlas e outros estudos geolinguísticos produzidos até o momento, descrevendo sucintamente as suas metodologias.

A partir desse elenco, propusemos uma nova classificação desses estudos, como atlas monolínguas e dialínguas, em vista do conjunto significativo de estudos geolinguísticos, produzidos no Brasil, que mapeiam as situações de contato linguístico e que, portanto, nos obrigam a olhar esses produtos sob a perspectiva da quantidade de línguas mapeadas neles.

Desse elenco de trabalhos considerados nessa classificação, constam atlas linguísticos publicados, projetos de atlas linguísticos e estudos geolinguísticos de cunho monográfico (dissertações e teses) que podem contribuir para a construção de um atlas linguístico,

excetuando-se, portanto, estudos que, embora sejam de natureza geolinguística, focalizaram fenômenos linguísticos específicos de alguma comunidade de fala, sem a natureza de integrar um atlas linguístico.

Inicialmente, apresentamos, em quadros sinóticos, uma revisão atualizada da classificação dos atlas linguísticos brasileiros como: Monodimensionais, Bidimensionais e Pluridimensionais, a partir dos levantamentos elaborados por Altino (2007), Guedes (2012), Romano (2013) e Reis (2013).

2.3.1 Abordagem Dimensional nos Atlas Linguísticos do Brasil

A Dialectologia tradicional estava ocupada da distribuição geográfica dos dialetos, uma das atividades mais correntes era a proposição de isoglossas²⁸ que delimitam dialetos ou falares próprios de uma determinada região. Os primeiros atlas linguísticos publicados traziam em sua metodologia esta preocupação com a dimensão geográfica, apesar de, segundo Cardoso (2001), em alguns deles, como no pioneiro ALF, ser possível depreender as variáveis sociais a partir do exame do perfil dos informantes. Esses atlas, porém, apresentam uma visão monodimensional da variação linguística, uma vez que estavam focados apenas na dimensão diatópica.

Para Thun (1997 e 1998), os atlas monodimensionais estariam focados na dimensão espacial; os atlas bidimensionais, por outro lado, além da dimensão geográfica, contemplariam outra dimensão: diagenérica ou diageracional, normalmente. Já os atlas pluridimensionais focalizam, além da dimensão geográfica, duas ou mais dimensões sociais: diastrática, diageracional, diagenérica, diafásica etc.

A partir dos levantamentos realizados por Altino (2007), Guedes (2012), Romano (2013) e Reis (2013), podem ser classificados como monodimensionais, uma vez que fixaram o interesse cartográfico na dimensão diatópica, os seguintes atlas brasileiros:

Quadro 5: Atlas Brasileiros Monodimensionais

Título	Natureza	Estado	Ano
Atlas Prévio dos Falares Baianos – APFB	atlas	publicado	(1963)
Esboço do Atlas Linguístico de Minas Gerais – EALMG	atlas	publicado	(1977)
Atlas Linguístico da Paraíba – ALPB	atlas	publicado	(1984)
Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil – ALERS	atlas	publicado	(2002)

Fonte: O autor

²⁸ Segundo Ferreira e Cardoso (1994, p. 12), por isoglossa entende-se uma linha virtual que marca o limite, também virtual, de formas e expressões linguísticas.

Classificados como bidimensionais, uma vez que contemplaram, além da dimensão diatópica, a dimensão diagenérica, estão os seguintes atlas:

Quadro 6: Atlas Brasileiros Bidimensionais

Título	Natureza	Estado	Ano
Atlas Linguístico de Sergipe – ALS I	atlas	publicado	(1987)
Atlas Linguístico do Paraná – ALPR	atlas	publicado	(1994)
Atlas Linguístico de Sergipe – ALS II	atlas	publicado	(2002)

Fonte: O autor

Por fim, a partir de uma revisão atualizada de informações publicadas nos estudos supracitados e em bibliotecas digitais na rede mundial de computadores, elaborou-se o seguinte quadro sinóptico dos atlas brasileiros classificados como pluridimensionais:

Quadro 7: Atlas Brasileiros Pluridimensionais

Título	Natureza	Estado	Ano
Atlas Linguístico Sonoro do Pará – ALiSPA	atlas	publicado	(2004)
Atlas Linguístico do Amazonas – ALAM	tese	elaborado	(2004)
Atlas Fonético do Entorno da Baía da Guanabara – AFeBG	dissertação	elaborado	(2006)
Atlas Linguístico do Paraná II – ALPR II	atlas	publicado	(2007)
Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul – ALMS	atlas	publicado	(2007)
Atlas Semântico-lexical da Região do Grande ABC	tese	elaborado	(2007)
Atlas Geolinguístico do Litoral Potiguar	tese	elaborado	(2007)
Micro Atlas Fonético do Estado do Rio de Janeiro – MicroAFERJ	tese	elaborado	(2008)
Atlas Linguístico de São Francisco do Sul	tese	elaborado	(2008)
Atlas Linguístico da Mata Sul de Pernambuco	dissertação	elaborado	(2009)
Atlas Linguístico da Mesorregião Sudeste de Mato Grosso	dissertação	elaborado	(2009)
Atlas Linguístico Léxico-semântico de Iguatu	dissertação	elaborado	(2009)
Atlas Linguístico do Ceará – ALECE	atlas	publicado	(2010)
Atlas Semântico-lexical de Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba – municípios do litoral norte de São Paulo	tese	elaborado	(2010)
Atlas dos Falares do Baixo Amazonas – AFBAM	dissertação	elaborado	(2010)
Atlas Linguístico Semântico Lexical de Capistrano	dissertação	elaborado	(2011)
Atlas Linguístico do Acre: Cartas Fonéticas da Região do Purus – ALiAC	dissertação	elaborado	(2011)
Atlas Semântico-Lexical do Estado de Goiás	tese	elaborado	(2012)
Atlas Linguístico do Centro-Oeste Potiguar	tese	elaborado	(2012)
Atlas Geossociolinguístico de Londrina	dissertação	elaborado	(2012)

Atlas dos Falares do Alto Rio Negro	dissertação	elaborado	(2012)
Atlas Semântico-Lexical da Região Norte do Alto Tietê – São Paulo	tese	elaborado	(2012)
Variação Linguística do Português em Contato com o Espanhol e o Guaraní na Perspectiva do Atlas Linguístico-Contatual da Fronteira entre o Brasil e o Paraguai (ALF-BR PY)	tese	elaborado	(2013)
Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário	dissertação	elaborado	(2013)
Atlas Linguístico do Brasil Vol. I e II	atlas	publicado	(2014)
Atlas Linguístico da Fronteira do Estado do Paraná com o Paraguai	tese	elaborado	(2015)
Atlas Linguístico do Território Incaracterístico (NASCENTES, 1953)	tese	elaborado	(2015)
Atlas Linguístico do Amapá	atlas	publicado	(2017)

Fonte: O autor

2.3.2 Abordagem Mono/Dialingual nos Atlas Linguísticos do Brasil

A classificação aqui proposta utiliza como critério a quantidade de línguas mapeadas no atlas linguístico ou no estudo geolinguístico em análise. Como expusemos anteriormente, a produção de atlas e estudos geolinguísticos tem incluído as áreas em que há contato linguístico, como as regiões de fronteira do Brasil com outros países da América Latina, bem como, outras situações de contato entre o português e outras línguas no interior do território brasileiro, como nos casos das comunidades de imigrantes em várias partes do Brasil, e as comunidades indígenas brasileiras, nas quais o português coexiste com as diversas línguas indígenas ainda faladas, que, como assinalamos na seção 3, são cerca de 180 línguas, conforme Rodrigues (2006).

2.3.2.1 Atlas Monolinguais

Classificamos como atlas monolinguais os atlas que possuem como objeto de descrição as variedades de uma única língua. Analisando-se o conjunto dos atlas linguísticos produzidos no Brasil até o presente momento, apresentamos no quadro sinóptico a seguir os atlas aqui classificados como monolinguais.

Quadro 8: Atlas Brasileiros Monolinguais

Título	Ano
Atlas Prévio dos Falares Baianos – APFB	(1963)
Esboço do Atlas Linguístico de Minas Gerais – EALMG	(1977)
Atlas Linguístico da Paraíba – ALPB	(1984)
Atlas Linguístico de Sergipe – ALS I	(1987)
Atlas Linguístico do Paraná – ALPR	(1994)
Atlas Linguístico de Sergipe - ALS II	(2002)

Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil – ALERS	(2002)
Atlas Linguístico Sonoro do Pará – ALiSPA	(2004)
Atlas Linguístico do Amazonas – ALAM	(2004)
Atlas Fonético do Entorno da Baía da Guanabara – AFeBG	(2006)
Atlas Linguístico do Paraná II – ALPR II	(2007)
Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul – ALMS	(2007)
Atlas Semântico-lexical da Região do Grande ABC	(2007)
Atlas Geolinguístico do Litoral Potiguar	(2007)
Micro Atlas Fonético do Estado do Rio de Janeiro – MicroAFERJ	(2008)
Atlas Linguístico de São Francisco do Sul	(2008)
Atlas Linguístico da Mata Sul de Pernambuco	(2009)
Atlas Linguístico da Mesorregião Sudeste de Mato Grosso	(2009)
Atlas Linguístico Léxico-semântico de Iguatu	(2009)
Atlas Linguístico do Ceará – ALECE	(2010)
Atlas Semântico-lexical de Caraguatatuba Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba – municípios do litoral norte de São Paulo	(2010)
Atlas dos Falares do Baixo Amazonas – AFBAM	(2010)
Atlas Linguístico Semântico Lexical de Capistrano	(2011)
Atlas Linguístico do Acre: Cartas Fonéticas da Região do Purus – ALiAC	(2011)
Atlas Semântico-Lexical do Estado de Goiás	(2012)
Atlas Linguístico do Centro-Oeste Potiguar	(2012)
Atlas Geossociolinguístico de Londrina	(2012)
Atlas dos Falares do Alto Rio Negro	(2012)
Atlas Semântico-Lexical da Região Norte do Alto Tietê – São Paulo	(2012)
Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário	(2013)
Atlas Linguístico do Brasil – Vol. I e II	(2014)
Atlas Linguístico do Território Incaracterístico (NASCENTES, 1953)	(2015)
Atlas Linguístico do Amapá – ALAP	(2017)

Fonte: O autor

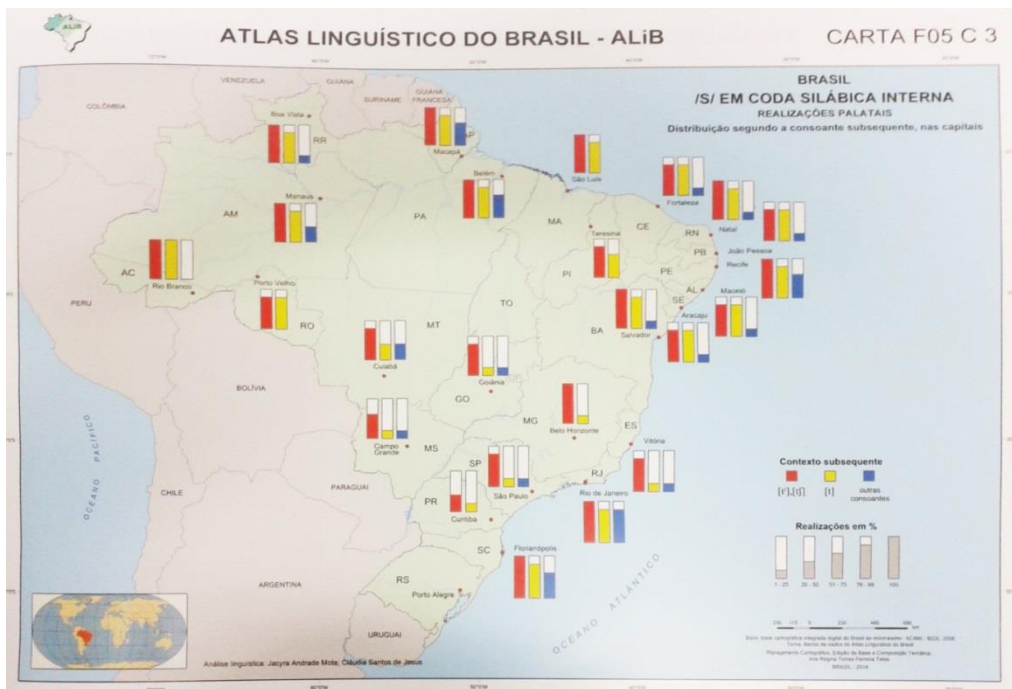
Entre os atlas aqui classificados como monolíngüais, cabe-nos destacar a publicação do Atlas Linguístico do Brasil (Vol. I e II), cuja metodologia inspirou a deste estudo, e cujos dados são referenciados em nossas análises. O ALiB tem o mérito de representar cartograficamente os diversos dialetos ou falares do português brasileiro, dispersos na vasta extensão do território nacional.

O ano de 2014 passou a constituir um marco histórico para os estudos dialetológicos sulamericanos. A publicação dos dois primeiros volumes do ALiB representou não só a “concretização do sonho de Nascentes”, mas dos anseios e do trabalho (uma tarefa hercúlea) de centenas de pesquisadores, inqueridores, transcritores que deram muito de si, percorrendo

mais de 276.853 quilômetros de viagens de coleta de dados, por terra, água e ar, pelo vasto território brasileiro, ou estudando os dados do extenso *corpus* coletado.

Os dois primeiros volumes do ALiB são assim constituídos: o primeiro volume apresenta textos sobre a metodologia e análises das cartas apresentadas no segundo volume. O volume II é composto por 152 cartas linguísticas, sendo 46 sobre fenômenos fonéticos (como o da figura 9) e 106 sobre itens lexicais, registrados nas capitais brasileiras.

Figura 9: Carta F05 C 3 – /S/ em coda silábica interna – ALiB



Fonte: ALiB (2014)

Nas capitais brasileiras²⁹ a metodologia do ALiB previu a realização de entrevistas com oito informantes, estratificados por sexo, em duas faixas etárias, e em dois níveis de escolaridade, como se pode verificar no quadro 9:

Quadro 9: Estratificação dos Informantes no ALiB – Capitais

Código	Perfil
1. AM1	A - 18 a 30 anos / M – Masculino / 1 – Analfabetos até 5º ano (Ens. Fundamental)
2. AF1	A - 18 a 30 anos / F – Feminino / 1 – Analfabetos até 5º ano (Ens. Fundamental)
3. BM1	B - 50 a 65 anos / M – Masculino / 1 – Analfabetos até 5º ano (Ens. Fundamental)
4. BF1	B - 50 a 65 anos / F – Feminino / 1 – Analfabetos até 5º ano (Ens. Fundamental)
5. AM2	A - 18 a 30 anos / M – Masculino / 2 – Ens. Superior
6. AF2	A - 18 a 30 anos / F – Feminino / 2 – Ens. Superior

²⁹ Exceto Palmas, como é sabido, por ser de fundação recente.

7. BM2 B - 50 a 65 anos / M – Masculino / 2 – Ens. Superior

8. BF2 B - 50 a 65 anos / F – Feminino / 2 – Ens. Superior

Fonte: Projeto ALiB

Para os demais pontos de inquérito (as não capitais), a metodologia previu 4 informantes, estratificados por sexo e idade, como se pode verificar no quadro 10:

Quadro 10: Estratificação dos Informantes no ALiB – Não Capitais

Código	Perfil
1. AM	A - 18 a 30 anos / M – Masculino / Analfabetos até 5º ano (Ens. Fundamental)
2. AF	A - 18 a 30 anos / F – Feminino / Analfabetos até 5º ano (Ens. Fundamental)
3. BM	B - 50 a 65 anos / M – Masculino / Analfabetos até 5º ano (Ens. Fundamental)
4. BF	B - 50 a 65 anos / F – Feminino / Analfabetos até 5º ano (Ens. Fundamental)

Fonte: Projeto ALiB

Assim, o banco de dados coletados do projeto ALiB perfaz 250 pontos de inquérito, 25 capitais, 225 não capitais, contabilizando um total de 1.100 informantes.

Na coleta de dados do ALiB, foram utilizados 4 questionários: Questionário Fonético-Fonológico (QFF – 159 questões), Questionário Semântico-Lexical (QSL – 202 questões), Questionário Morfossintático (QMS – 49 questões) e 11 questões de prosódia, 4 questões de pragmática. Além desses, foram utilizados temas para discursos semidirigidos, 6 perguntas metalinguísticas e um texto para leitura (a Parábola dos Sete Vimes).

Os próximos volumes do ALiB tratarão fenômenos fonéticos e itens lexicais ainda não abordados nos dois primeiros volumes. Além de apresentar a cartografia dos dados coletados nas não capitais, que somam 225 pontos de inquérito.

2.3.2.2 Atlas Dialinguais

A crescente expansão dos estudos geolinguísticos, especialmente a partir da perspectiva da *Geolinguística Pluridimensional e Contatual* (THUN, 1998), levou à criação de projetos de atlas linguísticos no Brasil que objetivam o mapeamento de mais de uma língua, como ocorre nas regiões de fronteira e nas comunidades em que há contato de falantes de línguas diferentes no território brasileiro.

Dada a já relevante produção de estudos dessa natureza, apresentamos um levantamento do estado da arte dos atlas linguísticos brasileiros dialinguais. Como supramencionamos, além de atlas linguísticos, esse elenco inclui projetos de atlas e estudos

geolinguísticos que, apesar de não constituírem, por si, um atlas, colaboram ou podem colaborar com a construção de um atlas linguístico contatual ou de fronteira.

D) Atlas Linguístico Guaraní-Românico – ALGR (1996)

O Atlas Linguístico Guaraní-Românico (ALGR) é um projeto que está sendo realizado sistematicamente desde 1996, quando foi iniciado o processo de coleta de dados em pesquisa de campo. O ALGR segue o modelo do Atlas Linguístico Diatópico e Diastrático do Uruguai (ADDU), mas distingue-se de todos os projetos de atlas já implementados no Brasil justamente por incluir, pela primeira vez, o estudo de uma língua indígena sul-americana, o Guaraní.

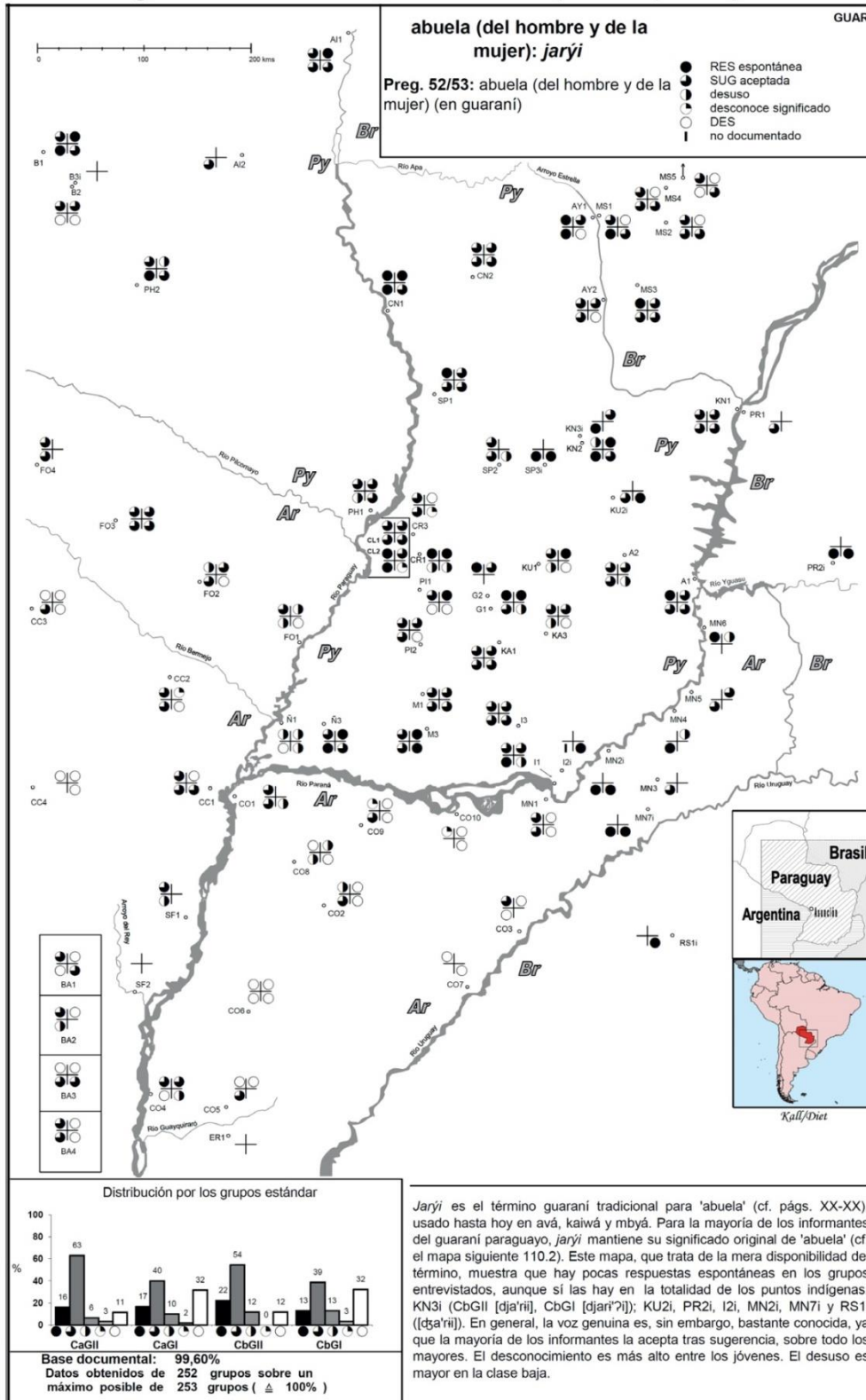
Dietrich (2014, p. 193) afirma que

O objetivo do ALGR é registrar a variação linguística do Guaraní e do Português, respectivamente do Espanhol, e o grau da influência mútua. A variação pode ser de caráter diatópico, diastrático, diageneracional, diasexual e diafásico e refletir, além disso, o grau de competência de cada falante em cada uma das línguas. Geralmente uma delas, ou o Guaraní ou a primeira língua nacional, o Espanhol, respectivamente o Português, é dominante e impõe-se à outra. Foram explorados 77 pontos no total, 37 no Paraguai, 32 na Argentina e 8 no Brasil; da totalidade de 77 pontos, 8 são pontos de exploração indígenas, quase todos de Mbyá.

O projeto é desenvolvido entre duas universidades alemãs, Münster e Kiel. Os diretores do projeto são os professores Harald Thun, Almidio Aquino, Wolf Dietrich e Haralambos Symeonidis. No ano de 2009, foi publicado o primeiro volume do ALGR, nomeado como *Tomo I: Léxico del cuerpo humano*, do qual faz parte a seguinte carta linguística.

Figura 10: Mapa 110.1 (ALGR)

Atlas Lingüístico Guaraní-Románico (ALGR) Mapa 110.1



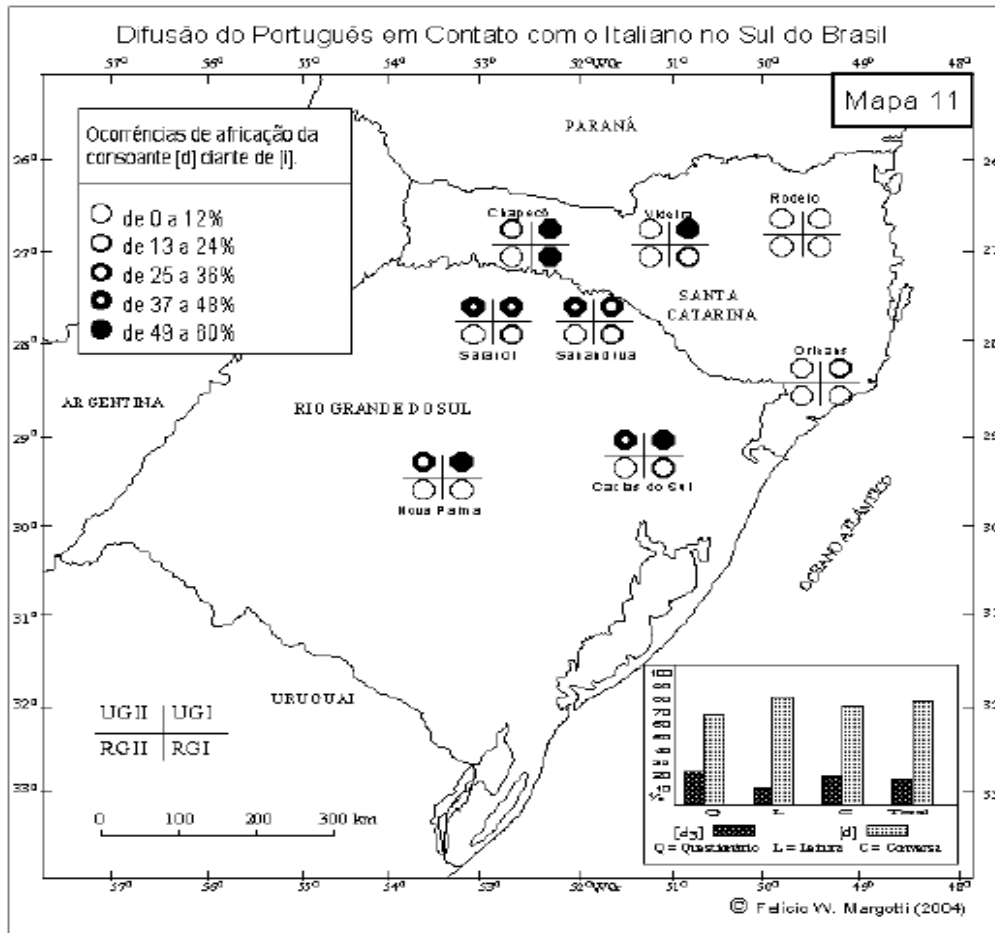
Fonte: Thun et al (2009)

Segundo Dietrich (2009), o ALGR abrange a antiga zona guaranítica, isto é, a zona de influência das missões jesuíticas dos séculos XVII e XVIII. Atualmente esse território compreende todo o Paraguai e as províncias argentinas de Corrientes, Misiones e partes de Formosa, Chaco, Santa Fé e Entre Rios. Do lado brasileiro, compreende Campo Grande e Dourados, no estado do Mato Grosso do Sul, e a fronteira com o Paraguai. Além dessa, integra também a faixa de fronteira dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande de Sul com a Argentina.

II) Difusão Sócio-geográfica do Português em contato com o Italiano no Sul do Brasil (2004)

Este estudo constitui a tese de doutoramento do professor Felício Margotti, integrante do Comitê Nacional do Atlas Linguístico do Brasil, defendida em 2004, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a orientação do Prof. Cléo Altenhofen. O estudo mapeia a difusão do português de contato em 8 comunidades de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sob a perspectiva da Dialetologia Pluridimensional e Relacional. Em cada ponto de inquérito foram entrevistados 4 informantes, perfazendo um total de 32. As entrevistas foram realizadas no modelo de conversas semidirigidas, respostas a questionários e leitura, nas quais foram controladas variáveis sociais e geográficas. As variantes linguísticas estudadas foram a pronúncia da variável do ditongo nasal [ãw̃], do [r] forte, da vogal [a] seguida de consoante nasal, do alçamento das vogais átonas finais [e] e [o], da africacão de [t] e [d] diante de [i] e da realização das fricativas [ʃ] e [ʒ]. No estudo foram analisados 21 mapas elaborados sobre esses fenômenos, como o mapa a seguir, sobre a ocorrência de africacão de [d] diante de [i].

Figura 11: Mapa 11 – ocorrência de africacão da consoante [d] diante de [i]



Fonte: Margotti (2004)

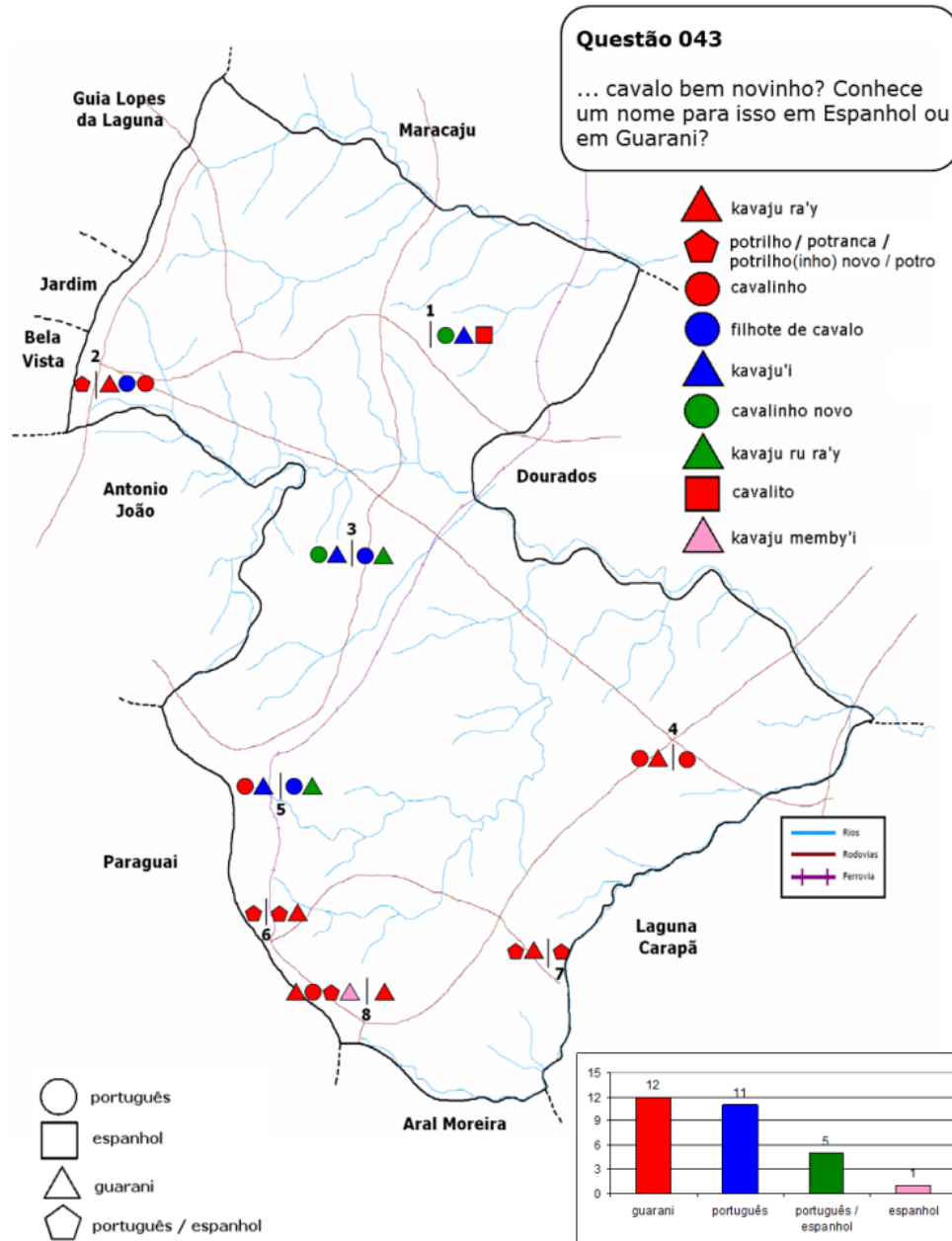
III) Atlas Linguístico do município de Ponta Porã – ALiPP (2006)

O Atlas Linguístico do município de Ponta Porã (MS) foi elaborado como dissertação de mestrado da professora Regiane Reis, sob a orientação da professora Aparecida Isquierdo, defendida na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, no ano de 2006. É um trabalho realizado sob a perspectiva pluridimensional, que objetivou contribuir com a descrição do português nas regiões fronteiriças do Mato Grosso do Sul. Foram tratados dados de oito pontos de inquérito. O questionário utilizado é um recorte do elaborado para o Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul – ALMS, e totalizou 262 questões. Foram entrevistados 16 informantes, dois por localidade, um homem e uma mulher, com idades entre 45 e 70 anos, analfabetos ou com até o 5º ano do ensino fundamental. O diferencial do perfil dos informantes desse atlas está no fato de que todos eles são bilíngues, nascidos na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Dessa forma, foi cartografado o contato entre as línguas faladas na

região: português, espanhol e guaraní. Foram produzidas, no total, 232 cartas lexicais, como a seguinte (figura 12).

Figura 12: Carta 43 – Cavalo Bem Novinho – ALiPP

CARTA 43 – Cavalo bem novinho



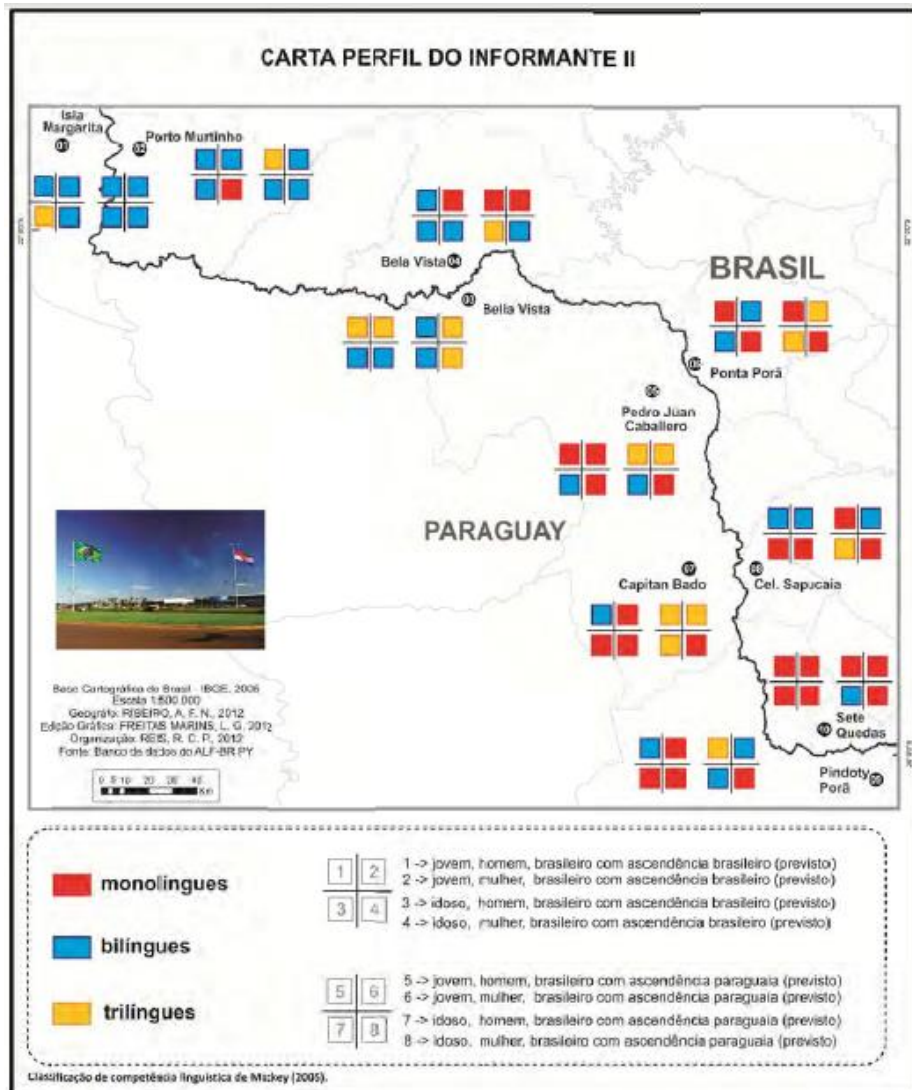
Ocorrências únicas: Fp3 – cavalo pequeno; Fp8 – cria do cavalo

Fonte: Reis (2006)

IV) Variação Linguística do Português em Contato com o Espanhol e o Guaraní na Perspectiva do Atlas Linguístico-Contatual da Fronteira entre o Brasil e o Paraguai (ALF-BR PY) (2013)

Este estudo foi realizado como tese de doutoramento da professora Regiane Reis, sob a orientação da professora Vanderci Aguilera. O estudo objetivou investigar o registro das línguas em contato na fronteira do Brasil, regiões sul-mato-grossenses, com a República do Paraguai. Foram investigados dez localidades: Isla Margarita (Paraguai) divisa com Porto Murtinho (Brasil), Bella Vista Norte (Paraguai) divisa com Bela Vista (Brasil), Pedro Juan Caballero (Paraguai) divisa com Ponta Porã (Brasil); Capitán Bado (Paraguai) divisa com Coronel Sapucaia (Brasil) e, por fim, Pindoty Porã (Paraguai) divisa com Sete Quedas (Brasil). Como objetivos foram propostos: i) descrever a variante diatópica da fala dos habitantes fronteiriços; ii) apresentar a variação da língua portuguesa em contato com o espanhol e o guaraní; III) identificar influências das línguas espanhola e guaraní sobre a língua portuguesa falada na fronteira; v) descrever alguns aspectos lexicais da variante diatópica dos habitantes fronteiriços; vi) demonstrar por meio de cartas linguísticas as marcas de contato para alguns empréstimos linguísticos e/ou culturais que migraram do Paraguai para o Brasil ou vice-versa. Quanto à cartografia dos dados linguísticos, o estudo adotou pressupostos pluridimensionais nas seguintes dimensões de variação: a diatópica (espaço geográfico – Brasil/Paraguai); a dialingual (espanhol-português / guaraní-português / espanhol-português-guaraní / entre outros contatos); a diageracional (jovem-idoso) e a diassexual (homem-mulher). O estudo registrou fatos linguísticos oriundos das línguas em contato na fronteira, com variações e mudanças na dinâmica interna da língua provocada por fatores externos ou sociais. O estudo analisou 18 cartogramas, como o que segue:

Figura 13: Carta Perfil do Informante (REIS, 2013)



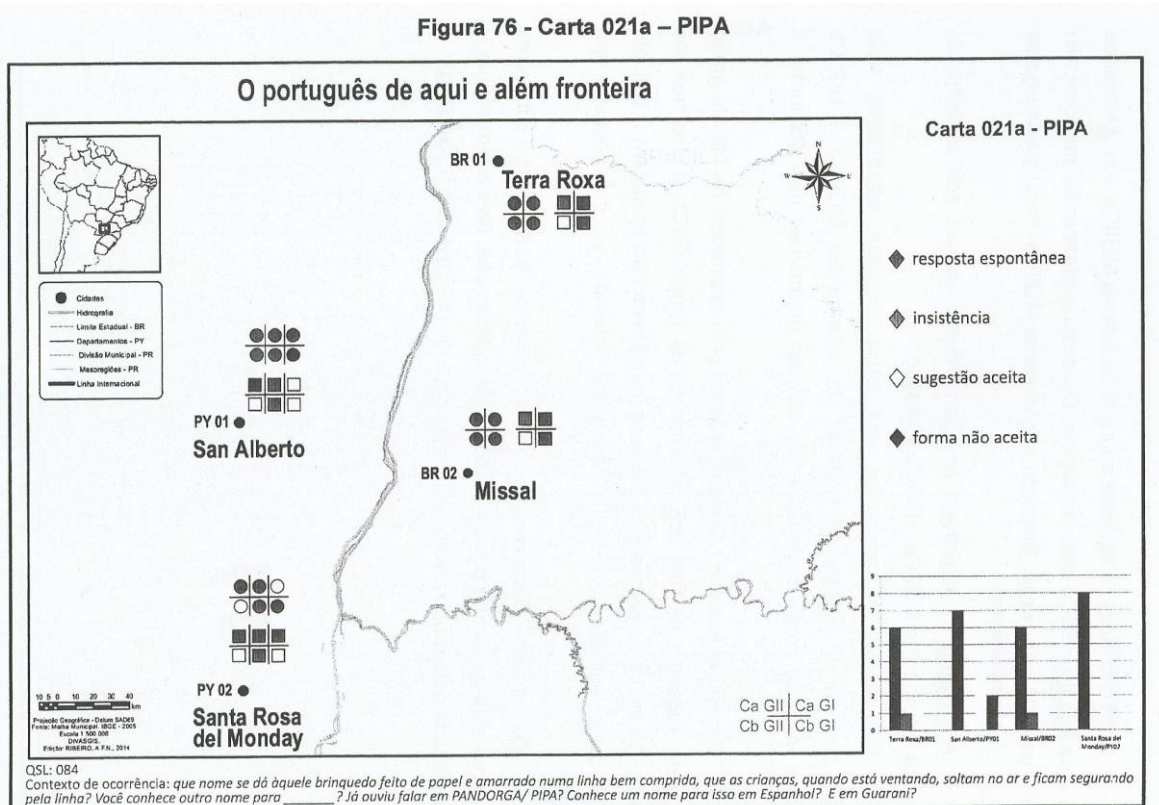
Fonte: Reis (2013)

V) O Português de aqui e além Fronteira – Um estudo das variedades da língua portuguesa em contato em contexto de fronteira (2015)

Este estudo foi elaborado como tese de doutoramento da professora Valesca Gracioso Carlos, defendida na Universidade Estadual de Londrina, sob a orientação da professora Aparecida Insquerdo. A pesquisa teve como objetivo descrever a língua portuguesa na região de fronteira do Brasil com o Paraguai, mais especificamente em duas cidades do Paraná (Terra Roxa e Missal) e duas do Departamento Alto Paraná (San Alberto e Santa Rosa del Monday) do lado Paraguaio. O estudo seguiu os pressupostos teóricos da Dialetologia Pluridimensional e Relacional, abordando as dimensões: diastrática, diasssexual, diageracional,

diatópico-cinética, dialingual, diafásica e diarreferencial. Foram produzidas cartas fonéticas, semântico-lexicais e morfossintáticas.

Figura 14: Carta 021a – PIPA (CARLOS, 2015)



Fonte: Carlos (2015)

VI) Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata (ALMA)

De acordo com Althenhofen (2013), seguindo o modelo teórico da *Geolinguística Pluridimensional e Contatual* (THUN, 1998), o Projeto ALMA valoriza o princípio da pluridimensionalidade da análise da variação linguística.

O projeto controla as variáveis de análise apontadas no quadro a seguir, dentro da perspectiva da Dialectologia Pluridimensional.

Quadro 11: Variáveis controladas no projeto ALMA

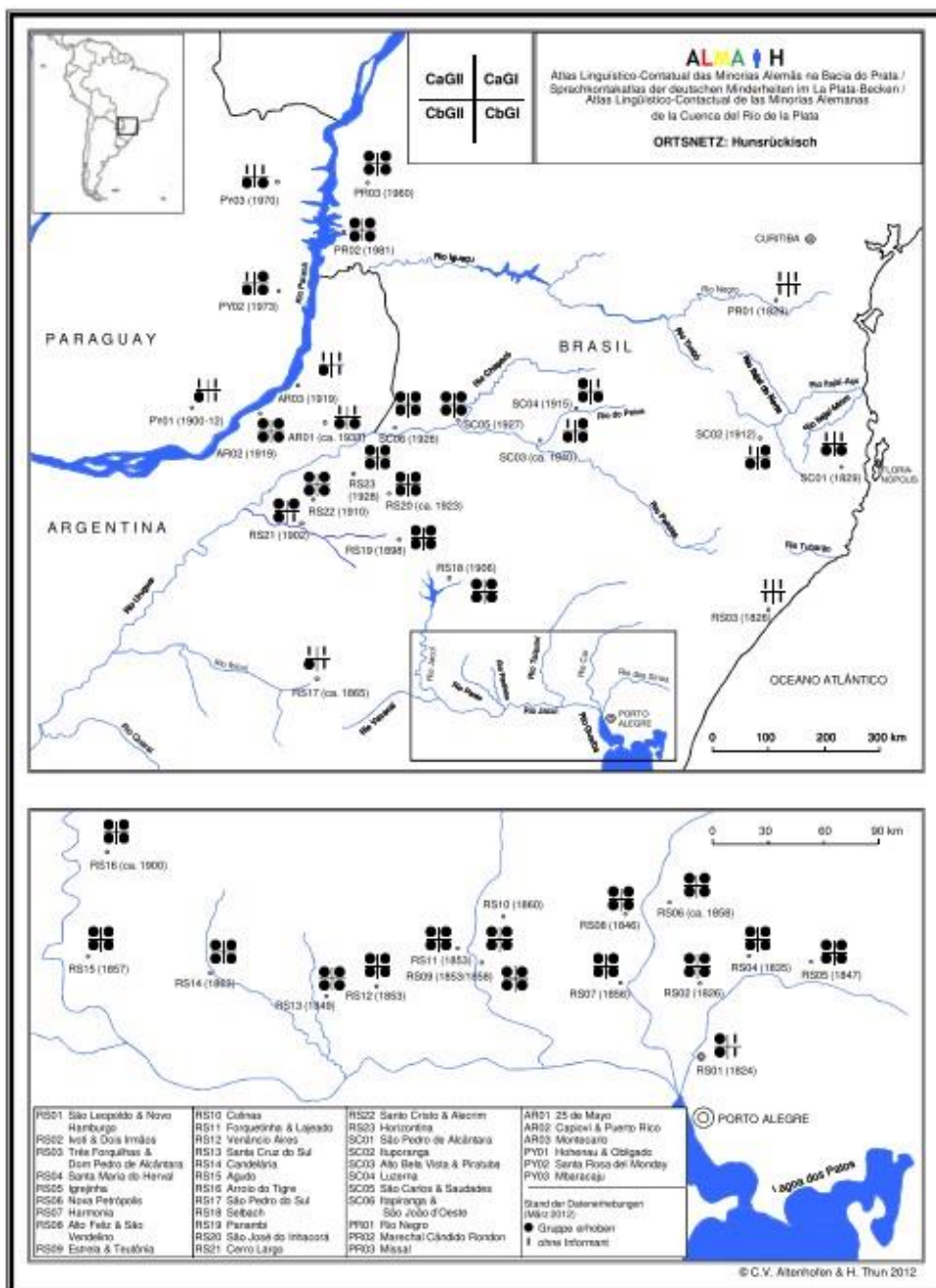
Dimensão	Parâmetro	Critério
Diatópica	Topostático (informantes com domicílio fixo)	41 pontos de inquérito
Diatópico-cinética	Topodinâmico (domicílio fixo e mudança de domicílio – mobilidade espacial)	Em grande parte, relação entre colônias velhas (matriz de partida) e colônias novas (matriz de chegada)
Diastrática	Ca = classe (socioculturalmente) alta Cb = classe (socioculturalmente) baixa	Ca (com formação universitária parcial ou completa) Cb (até ensino médio + profissão que não exija o uso da escrita)
Diageracional	GII (geração mais velha) GI (geração mais jovem)	= acima de 55 anos = 18 a 36 anos
Diassexual	Ho = Homens Mu = Mulheres	
Dialingual	hrs = hunsriqueano (Hunsrückisch) hdt = alemão padrão (Hochdeutsch) pt = Português sp = espanhol	Esta dimensão é complementada com dados dos atlas linguísticos do Português (ALERS e ALiB) para o português
Diafásica	Resp = respostas ao questionário Leit = leitura Tx = conversa livre (etnotextos)	Três estilos de uso da língua
Diarreferencial	Lg = fala “objetiva” MLg = fala metalinguística Língua-objeto vs. metalíngua incluindo língua apresentada	Esta dimensão é estimulada pela <i>técnica de entrevista em três tempos</i> : perguntar (resposta espontânea) – insistir – sugerir
Diarreligiosa	Cat = Católico Lut = Evangélico-Luterano	Tipo de localidade conforme as confissões religiosas presentes
Diamésica	Es cr = língua em meio escrito vs. Fal = meio falado	Coleta de dados em áudio e vídeo (oralidade) e em meio escrito [p.ex. impressos, cartas de imigrantes, inscrições (p.ex. em estabelecimentos comerciais, placas, topônimos, sepulturas)]

Fonte: Altenhofen (2013)

De acordo com informações disponíveis no *site* do projeto ALMA, o projeto mantém, para o levantamento sistemático dos dados, o mesmo paradigma das quatro entrevistas com as mesmas dimensões (diastrática e diageracional) e sua representação em cruz no mapa, como se pode observar na figura 15. Assim como no ALiB: nas capitais o número de oito entrevistados e no interior totalizam quatro informantes, controlando, portanto, as dimensões diageracional e diagenérica. Uma peculiaridade em relação à metodologia adotada é que essa

se distingue da do ALiB, pois neste são entrevistados um único informante para cada célula. No caso do projeto ALMA, a pluralidade de informantes assume papel fundamental, o que propicia maior clareza sobre o conjunto de relações linguísticas e sociais em jogo para determinada variável, permitindo um aprofundamento maior das demais dimensões, como a diarreferencial. Isto se dá por meio da técnica de entrevista em três tempos (perguntar-insistir-sugerir). Segundo Althenhofen (2013), o objetivo é aumentar o poder de explanação dos dados e o controle sobre o significado social e linguístico do espectro de variantes.

Figura 15: Cartograma projeto ALMA



Fonte: <http://www.ufrgs.br/projalma/>

Segundo informações do *site* do projeto, a obtenção de dados para cada uma das dimensões orienta-se pelos seguintes critérios: 1) entrevista sistemática para posterior comparação (dimensões diastrática, diageracional e diatópica); 2) vinculação a parâmetros de outra dimensão por afinidade de traços (como no caso da dimensão diarreligiosa, atrelada à comparação entre pontos com parâmetros distintos, e da dimensão diatópico-cinética, que contrasta a topodinâmica do comportamento linguístico nas migrações e distintas áreas de ocupação); 3) análise de dados não sistematicamente levantados (para o caso p.ex. da dimensão diassexual, em que define *a posteriori*, a partir das entrevistas realizadas, os dados de ambos os parâmetros) e 4) o contraste por meio de instrumentos de coleta de dados distintos. Para a dimensão diafásica, consideram-se p.ex. entrevistas de conversa livre (etnotextos), resposta a questionário e leituras em português e alemão; do mesmo modo, há perguntas específicas para a dimensão diarreferencial.

Em vista do elenco de estudos dialinguais constituído acima, gerou-se o seguinte quadro sinótico.

Quadro 12: Atlas Brasileiros Dialinguais

Título	Ano
Atlas Linguístico Guaraní-Românico – ALGR	1996
Difusão Socio-geográfica do Português em contato com o Italiano no Sul do Brasil	2004
Atlas Linguístico do município de Ponta Porã – ALiPP	2006
Varição Linguística do Português em Contato com o Espanhol e o Guaraní na Perspectiva do Atlas Linguístico-Contatual da Fronteira entre o Brasil e o Paraguai (ALF-BR PY)	2013
Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata	2013
O Português de aqui e além Fronteira – Um estudo das variedades da língua portuguesa em contato em contexto de fronteira	2015

Fonte: O autor

A esses estudos, somam-se a presente tese e os projetos de teses e dissertações em andamento no âmbito do projeto GeoLinTerm da UFPA, que compõem o projeto do Atlas Linguístico do Português em Áreas Indígenas (ALiPAI), além do projeto Atlas Linguístico Sonoro das Línguas Indígenas do Brasil (ASLIB), referenciados na introdução deste estudo (seção 1.1.2).

3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-LINGUÍSTICA

Objetivando-se subsidiar uma visão mais ampla acerca das comunidades-alvo desta pesquisa, apresentamos neste capítulo um levantamento de informações históricas, sociais e linguísticas dessas comunidades³⁰.

Fontes arqueológicas dão conta de que a ocupação humana do território brasileiro começou há mais de 10.000 anos. Quando os europeus chegaram ao território brasileiro na virada do século XVI, havia povos espalhados do Planalto das Guianas ao Pampa Gaúcho, do interior da Amazônia ao Litoral. Embora chamados genericamente de “índios”, eram povos diferentes e a mais evidente prova disso é a sua diversidade linguística. Rodrigues (2006) afirma que neste momento histórico da chegada dos colonizadores eram faladas no Brasil aproximadamente 1.175 línguas indígenas, dentre essas, duas muito semelhantes eram faladas ao longo de toda a costa atlântica, onde se estabeleceram primeiramente os portugueses: o *tupí* no litoral paulista e o *tupinambá* desde o Rio de Janeiro até a desembocadura do Rio Amazonas, o que favoreceu a comunicação em praticamente todo o litoral brasileiro, pois a língua aprendida num ponto servia para comunicação em todo o território litorâneo. Por outro lado, esse contexto linguístico desfavoreceu a adoção imediata do português como língua geral de comunicação, desfavorecendo também o surgimento de *pidgins* e crioulos.

Desse ponto de vista, pode-se afirmar que estudar as línguas indígenas brasileiras ajuda a entender não apenas a sua origem comum ou não, mas também os caminhos que esses povos percorreram para se espalhar pelo território e a história da conformação da língua portuguesa como língua majoritária no Brasil. À época da chegada dos portugueses, um dos grupos de maior população e extensão territorial era o dos povos que se convencionou chamar de Tupí-Guaraní, que se espalhavam desde a atual Argentina até a Guiana Francesa, e do litoral brasileiro até a Amazônia Peruana (KNEIP; MELO, 2013).

Segundo o Atlas Sociolinguístico de Povos Indígenas na América Latina (2009), somente na Amazônia os povos indígenas totalizam 316 com uma população estimada em 1.400.000 pessoas, tomando-se o Brasil, com referência ao ano de 2000, o atlas indica um total de 0,4% da população.

Tomando-se a América Latina, o Brasil é o território que possui o maior índice de diversidade étnica em termos de povos indígenas, o que se pode observar na figura 16.

³⁰ Objetivando-se complementar essa visão, apresentamos no Anexo B um levantamento de dados histórico-sociais dos estados do Pará e do Maranhão, bem como de cada um dos municípios nos quais estão situadas as terras indígenas investigadas.

Figura 16: Diversidade Étnica na América Latina



Fonte: Atlas Sociolinguístico de Povos Indígenas na América Latina (2009)

Este quantitativo impressionante contrasta com um processo voraz de glotossídio, que, historicamente, dizimou a maior parte das nações indígenas que habitou o território brasileiro.

Os dados do último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 indicaram que 274 línguas indígenas são faladas no país, por 37,4% dos índios com mais de cinco anos de idade. Esse número, entretanto, é impreciso em função da forma como o questionário foi aplicado. Segundo Rodrigues (2006), na realidade, são faladas no Brasil cerca de 180 línguas indígenas.

De acordo com o Censo de 2010, do total dos indígenas brasileiros, seis mil deles falam mais de duas línguas. A fluência em pelo menos uma delas foi verificada em 57,3% dos índios que vivem em terras indígenas reconhecidas. Fora delas, o índice cai para 12,7%. Por sua vez, o português não é falado por cerca de 130 mil pessoas, ou 17,5% do total.

Segundo o levantamento, as regiões com maior percentual de línguas indígenas são a Norte – com maior número de terras indígenas reconhecidas até o dia 31 de dezembro de 2010 – e a Centro-Oeste. A Região Nordeste, com menor número de terras reconhecidas, apresentou menor proporção de falantes de línguas indígenas.

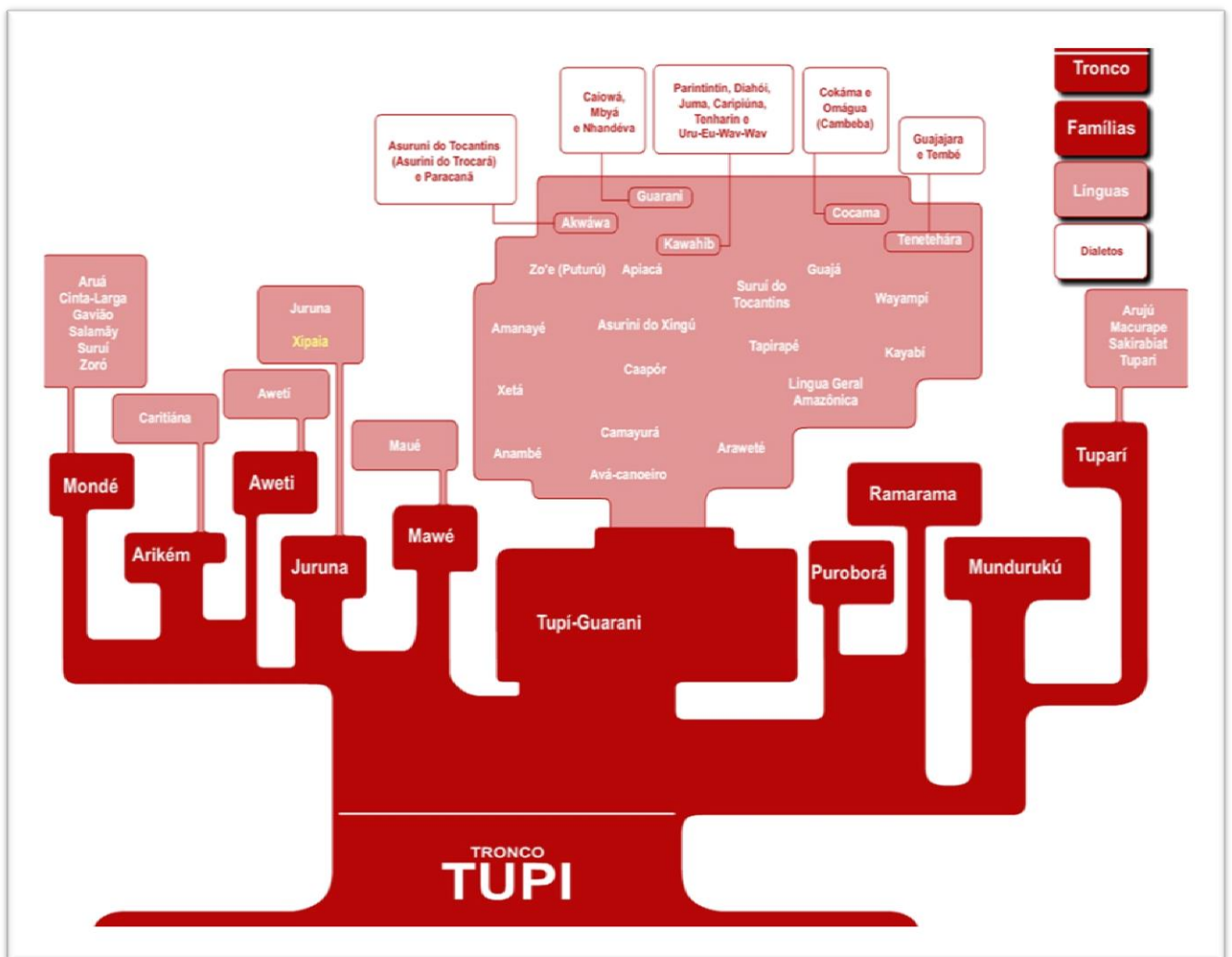
Ribeiro (2006) estima que, à época da chegada dos primeiros colonizadores europeus, a população de indígenas brasileiros era de cerca de 5 milhões de indivíduos. Laraia (1995), por sua vez, estima que, só na região Norte do Brasil, havia uma população de cerca de 15 mil índios distribuídos por 14.966.017 hectares. Esses indígenas estariam divididos em três grandes províncias, uma ao extremo norte, divisa com o Suriname e Guiana Francesa, onde predominam os Karib, outra ao Sudoeste, que é um prolongamento do território Munduruku, cuja maior parte está no território do Amazonas, e a região Sudeste do Estado do Pará, compreendendo os rios Iriri e Xingú, um território tradicionalmente Kayapó, divididos em pequenas sociedades autônomas (Kubenkrankren, Mekranotire, Krokahoro, Kubenkrangnotire, Kararaô), pertencentes à família Jê. A última região indígena do Pará seria a do médio e baixo Tocantins, compreendendo as terras situadas entre este rio e o Xingu. Trata-se de um território constituído por grupos Tupí-Guaraní, como os Araweté, Parakanã, Asuriní do Tocantins e Suruí Aikewára nas proximidades das margens direita e esquerda do Tocantins. Ainda segundo o autor, na região mediterrânea dos dois rios, na altura da serra de Carajás, encontram-se também os Xikrin (Kayapó), que durante muitos anos estiveram em guerra com os Suruí e os Parakanã. Também se encontram na margem direita do Tocantins os Gaviões-Parakatejê, o último grupo Timbira a entrar em contato com os brancos (1956).

Atualmente, além desses grupos citados por Laraia (*op. cit.*), destacamos os grupos Tembé que vivem na Terra Indígena Alto Rio Guamá, às margens do Rio Gurupí, na divisa do Pará com o Maranhão. Como veremos mais detalhadamente adiante nesta seção, os Tembé constituem o braço ocidental do povo Tenetehára, sendo o braço oriental os Guajajára, habitantes de várias terras indígenas no estado do Maranhão. Além desses povos, descrevemos também a situação geossociolinguística da comunidade dos Anambé, que habitam a terra indígena homônima, às margens do rio Cairarí, no município de Moju, Mesorregião Nordeste do Pará, e dos Guaraní Mbyá da Terra Indígena Nova Jacundá, situada no município de Rondon do Pará, na Mesorregião Sudeste do Estado.

3.1 SITUAÇÃO GEOSOCIOLINGUÍSTICA DAS COMUNIDADES-ALVO

Segundo a classificação de Rodrigues e Cabral (2002), as seis línguas indígenas das comunidades selecionadas para este estudo (Suruí Aikewára, Asuriní do Tocantins, Tembé, Guajajára, Anambé e Guaraní Mbyá) pertencem aos ramos I, IV e V da família Tupí-Guaraní (conforme o quadro 11), esta que, por sua vez, está ligada geneticamente ao tronco Tupí, como se pode verificar na figura 17.

Figura 17: Tronco Linguístico Tupí



Fonte: Aryon Rodrigues (<http://folhasp.com.br>)

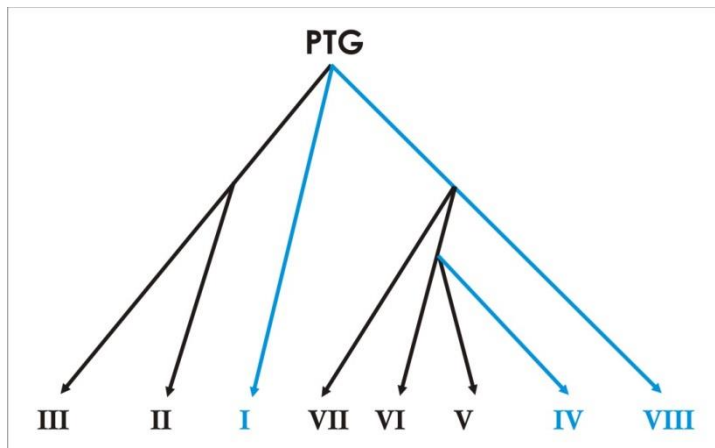
Quadro 13: Constituição da Família Tupí-Guaraní

RAMOS	LÍNGUAS
RAMO I	Guarani Antigo
	Kaiwá (Kayová, Pãï), Ñandeva (Txiripá), Guaraní Paraguaio
	Mbyá
	Xetá (Serra dos Dourados)
	Tapieté, Chiriguano (Ava), Izoceño (Chané)
	Guayaki (Axé)
RAMO II	Guarayo (Guarayú) Sirionó, Horá (Jorá)
RAMO III	Tupí, Língua Geral Paulista (Tupí Austral)
	Tupinambá, Língua Geral Amazônica (f)
RAMO IV	Tapirapé
	Asuriní do Tocantins , Parakanã, Suruí (Mujetire) , Avá-Canoeiro Tembé, Guajajára, Turiwára
RAMO V	Araweté, Ararandewára-Amanajé, Anambé do Cairarí Asuriní do Xingu
RAMO VI	Kayabí, Apiaká
	Parintintín (Kagwahíb), Tupí-Kawahíb (Tupí do Machado, Pawaté, Wiraféd, Uruewauwau, Amondáva, Karipúna, etc.)
	Juma
	Kamayurá
RAMO VII	Wayampí (Oyampí), Wayampípukú, Emérillon, Zoé
	Urubu-ka'apor, Anambé de Ehrenreich
	Guajá
	Awré e Awrá
	Takunhapé

Fonte: Rodrigues e Cabral (2002)

Cabral (2006) apresenta a seguinte configuração da constituição interna da família Tupí-Guaraní. Essa configuração baseia-se nas similaridades e diferenças lexicais, fonológicas e morfossintáticas das línguas em questão.

Figura 18: Constituição Interna da Família Tupí-Guaraní



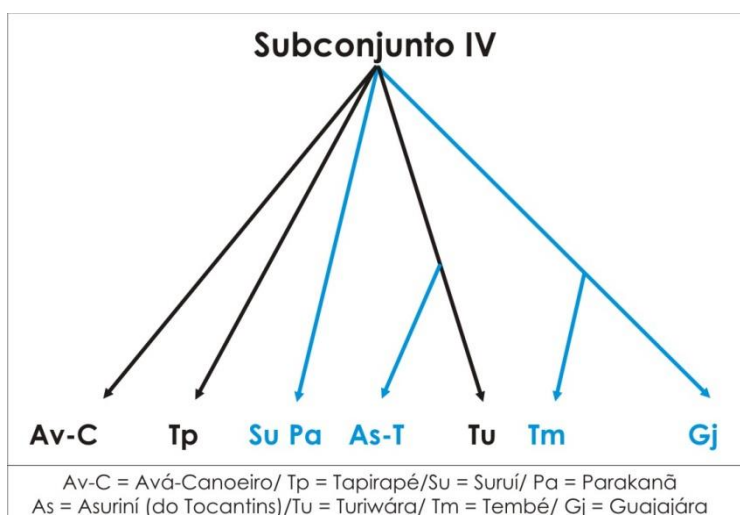
Fonte: Rodrigues e Cabral (2002) (adaptado)

Aquino (2010, p. 41-42), referenciando Cabral (*op. cit.*), afirma que

segundo essa mesma autora, ao subconjunto IV da família Tupi-guarani, associam-se, além do Asuriní do Tocantins, as línguas Parakanã, Suruí, Tembé, Turiwára, Tapirapé e Avá-Canoeiro. Como pode ser observado no modelo arbóreo precedente, os subconjuntos V, VI e VIII são os mais próximos geneticamente do subconjunto IV [...] As similaridades linguísticas compartilhadas pelas línguas desses três subconjuntos, com o subconjunto IV, a localização geográfica de seus respectivos falantes, bem como as informações históricas disponíveis sobre esses, constituem indicações favoráveis à ideia de que a sua diferenciação em agrupamentos genéticos distintos ocorreu na região do interflúvio Xingú-Tocantins, ao longo dos últimos 800 anos.

Nesta mesma perspectiva, para Rodrigues e Cabral (2002), a representação arbórea subsequente ilustra a proximidade entre as línguas do sub-ramo 4.

Figura 19: Constituição Interna do Sub-ramo IV da Família Tupí-Guaraní



Fonte: Rodrigues e Cabral (2002) (adaptado)

Objetivando-se propiciar maior amplitude na compreensão das características históricas, sociais e linguísticas de cada uma das comunidades-alvo da pesquisa, realizamos na subseção seguinte uma descrição da realidade geossociolinguística das seis comunidades estudadas, apresentando os levantamentos dessas características em quadros sinóticos, apontamentos, diagnósticos e referências bibliográficas.

3.1.1 Os Suruí Aikewára

Quadro 14: Quadro Sinótico de Dados Geossociolinguísticos – Suruí Aikewára

Nome da Língua:	Suruí Aikewára
Classificação UNESCO:	Vulnerável
Autodenominação:	Aikewára
População:	Os Suruí Aikewára constituem uma população de aproximadamente 400 pessoas (cf. SESAI, 2012) que habitam a Terra Indígena (TI) Suruí Sororó A Aldeia Sororó é a mais antiga da TI, nela há maior concentração populacional com aproximadamente 370 pessoas, distribuídas em pouco mais de 72 famílias (cf. SESAI, 2012)
Localização Geográfica:	A TI do povo Suruí Aikewára está localizada ao Sudeste do Estado do Pará, entre os municípios de Marabá, São Geraldo do Araguaia e São Domingos do Araguaia. O acesso se dá pela rodovia BR-153, a qual corta a TI. A área da TI é de 26.257 ha e 73.706 km de perímetro (cf. DODDE, 2012). Possui duas aldeias habitadas: Aldeia Sororó e a Aldeia Itahy
Dicionário disponível:	Sim (X) Não ()
Observação:	Dicionário elaborado como tese de doutoramento do professor Jorge Lopes (UFPA/LALI-UnB) defendida em dezembro de 2014
Gramática disponível:	Sim () Não (X)

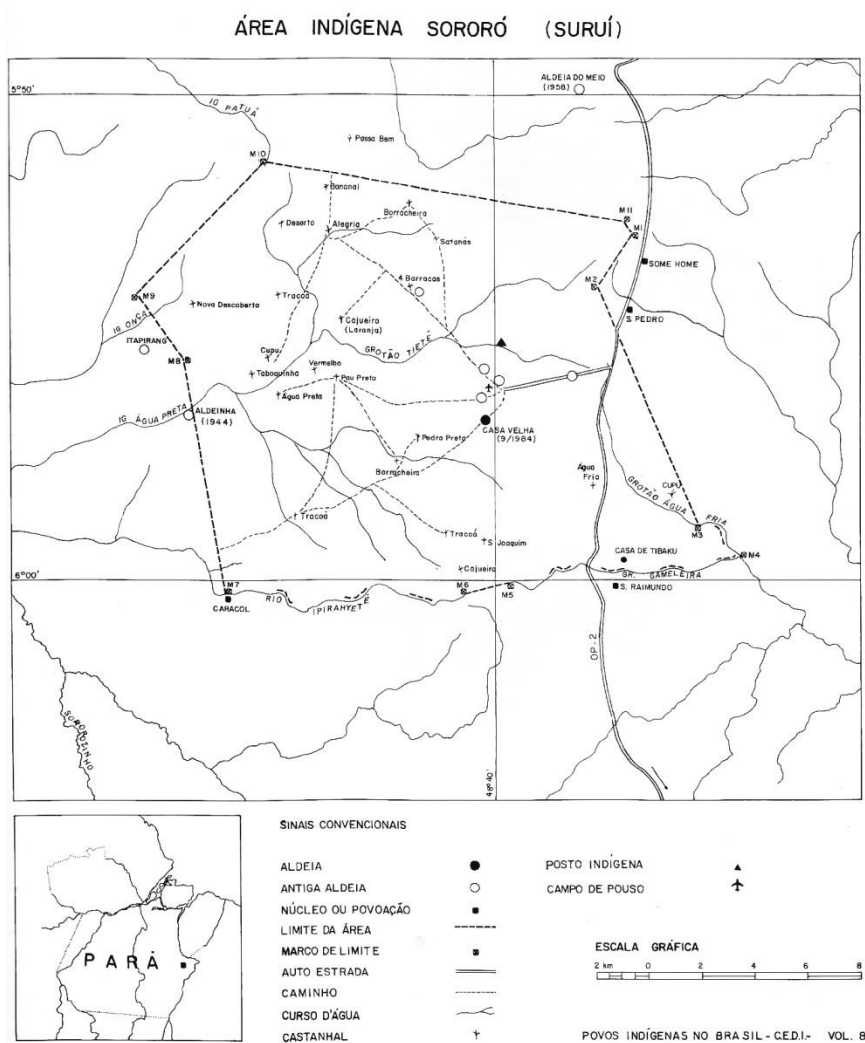
Fonte: LALI-UnB/ PIB Socio-ambiental/UNESCO

Os Suruí Aikewára, também conhecidos como Suruí-Mudjetíre ou Suruí do Tocantins, para diferenciá-los do Suruí de Rondônia, vivem na Terra Indígena Sororó, cortada pela rodovia BR-153, distribuídos em duas aldeias Sororó e Itahy, localizadas no estado do Pará, entre os municípios de São Geraldo do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia, São Domingos do Araguaia e Marabá, na região conhecida como bico do papagaio, próxima à confluência dos rios Tocantins e Araguaia, em região fronteiriça dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins.

Segundo Ferraz (2011), a Terra Indígena Sororó possui 26.257 hectares homologados por meio do Decreto 88.648, publicado no DOU em 31 de agosto de 1983. Segundo o relatório socioambiental coordenado por Ferraz (*op. cit.*), no final da década de 1960 intensificaram-se as invasões dos territórios Aikewára por castanheiros e grileiros. Em 1971, foi criado o Posto Indígena Sororó no período da repressão ao Movimento Guerrilheiro do Araguaia (PC do B) ocorrido naquela região, uma vez que Marabá tornou-se “área de segurança nacional” à época. Os Suruí Aikewára foram requisitados pelo Exército “como guias, batedores e mateiros” em troca de presentes e da promessa feita pelos militares (na gestão do presidente Costa e Silva) de demarcar uma área correspondente ao uso tradicional dos Suruí Aikewára (FERRAZ, 2011). Em 1982, o médico João Paulo Vieira Filho, que prestara pessoalmente assistência aos Suruí Aikewára por mais de uma década, enviou carta

ao então presidente da FUNAI (Paulo Moreira Leal) alertando sobre erros cometidos na demarcação de 1977, quando cerca de 40.000 hectares foram excluídos da área reivindicada, deixando de fora porções significativas do território tradicional dos Aikewára – aldeias antigas, cemitérios, depósitos de argila (para confecção de panelas), áreas de caça e, sobretudo, os preciosos e cobiçados castanhais – que foram excluídos por pressão dos pretensos “donos de castanhais” (foreiros) e políticos locais. Foram excluídos da área também o complexo da Serra dos Martírios/das Andorinhas, além de outras áreas. A chegada de grandes investimentos na região sudeste do estado do Pará, por meio da SUDAM, a instalação pelo INCRA de assentamentos nas áreas circunvizinhas a TI Sororó e o surgimento de grandes áreas de fazendas para criação de gado e agricultura estabeleceram grandes alterações sociopolíticas à realidade dos Aikewára.

Figura 20: Área Indígena Sororó – Povo Suruí Aikewára



Fonte: Lopes (2014)

Figura 21: Acesso à Terra Indígena Sororó



Fonte: Regis Guedes (2014)

A região Tocantins-Xingu é habitada por vários grupos indígenas, entre os de origem Tupí, Arnaud (1989) elenca os seguintes: Akuáwa-Asuriní (Trocará, Tocantins); Suruí-Mudjetíre (Sororozinho – Tocantins); Parakanân (Tocantins – Xingu); Asuriní do Xingu (Piaçaba) e Araweté (Ipixuna – Xingu).

Segundo Laraia e Matta (1967), o povo Suruí Aikewára foi contatado pelo Frei Antônio Sala em meados de 1923. Em 1952, o Frei dominicano Gil Gomes Leitão empreendeu uma expedição no intuito de “pacificá-los”. Sem divergir muito dos demais processos de contato com indígenas ameríndios, esse foi desastroso, tanto pela exploração dos indígenas, quanto pela propagação de doenças como a gripe, que reduziram o grupo a apenas 40 indivíduos. No momento do contato a população era de aproximadamente 120 indivíduos, divididos em seis clãs: Koaci-arúo (coati), Saopakania (gavião), Ywyrá (pau), Pindoba (palmeira) e Karajá. Esse grupo de indígenas sofreu pressões de posseiros e castanheiros que invadiram suas terras, ricas em recursos naturais, principalmente pela existência dos cobiçados castanhais de Castanha-do-Pará (*Bertholletia excelsa* H.B.K.), que era um dos principais produtos de exportação da região na primeira metade do século passado. Em 1960, com a intervenção de Frei Gil, os invasores foram expulsos e os Suruí Aikewára puderam retomar seus costumes e cultura. Laraia (1995) afirma que este grupo esteve envolvido no movimento conhecido como Guerrilha do Araguaia, no início dos anos 70, mas tiveram o

discernimento de apoiar a facção vitoriosa e, por isso, sobreviveram, apesar dos prognósticos pessimistas do autor³¹, conseguiram superar o perigo da extinção.

Hoje, a população é de cerca de 370 indivíduos (SESAI, 2012), que lutam para manter sua língua e cultura vivas, realizando periodicamente várias festas tradicionais como a do *Sapurahái* e a do *Karuára*.

Figura 22: Festa Tradicional Suruí Aikewára – *Sapurahái*



Fonte: <http://aikewara.blogspot.com.br>

Eles ainda mantêm o hábito da caça e trabalham em roças familiares para prover sua subsistência. A coleta da Castanha-do-Pará ainda hoje é uma das principais fontes de renda da comunidade. Alguns indígenas são assalariados pela prefeitura de Brejo Grande (município próximo), trabalhando na escola da aldeia e na prevenção de incêndios florestais.

³¹ LARAIA, R. de B.; MATTA, R. da. **Índios e castanheiros**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

Figura 23: Grupo de prevenção de Incêndios florestais



Fonte: <http://aikewara.blogspot.com.br>

Os Suruí Aikewára são falantes de uma língua homônima, pertencente ao tronco linguístico Tupí e à família linguística Tupí-Guaraní (CABRAL & RODRIGUES, 2002). A língua é conhecida no meio científico como Suruí do Tocantins e está seriamente ameaçada. Foi classificada pela UNESCO (2011) como “vulnerável”. Atualmente é falada predominantemente por indivíduos de mais de 40 anos. O contato dos Suruí Aikewára com os não indígenas dos municípios circunvizinhos é intenso e diário. A comunidade possui ensino regular de Língua Portuguesa na escola Sawara’py Suruí. Os materiais didáticos utilizados são oferecidos pelo governo federal, em função do cadastro da antiga escola da aldeia no INEP. O material fornecido é o mesmo das demais escolas (não indígenas) da região, não contendo qualquer adaptação à realidade da comunidade. O ensino de língua e cultura Aikewára é realizado na escola às sextas-feiras, ministrado por professores indígenas, contudo, os materiais didáticos são limitados, disponíveis no acervo da escola há vários anos. Segundo o gestor da escola, em entrevista concedida no dia 26 de março de 2015, essa atividade é uma iniciativa da própria comunidade que se impôs, exigindo a inclusão do ensino da língua e da cultura Aikewára na escola da aldeia. Há oito professores indígenas que ministram aulas de língua e cultura Aikewára na escola, sendo também o gestor da escola um indígena Suruí. Há participação ativa de professores e funcionários não indígenas na escola, que funciona há quatro anos. Atualmente a escola Sawara’py Suruí possui 199 alunos matriculados, ofertando ensino fundamental (183 alunos) e médio (16 alunos), com turmas modulares e de EJA. Os recursos governamentais que subsidiam o ensino na escola são oriundos do município vizinho de Brejo Grande, e foram pleiteados pela própria comunidade.

As duas aldeias dos Suruí Aikewára possuem fornecimento de energia elétrica cabeada. As famílias possuem acesso à TV com rede gratuita por antena parabólica, e por assinatura via satélite. Também há acesso ao rádio e a um telefone fixo, mas ainda não há acesso à telefonia celular e à internet. Jornais e revistas impressos também chegam à aldeia, mas não há regularidade de acesso a esses meios.

Segundo Ferraz (2011), o convívio dos Aikewára com não indígenas, nomeados por eles genericamente como *kamará*, intensificou-se a partir da década de 1960, com a ocupação da região por pequenos lavradores, expulsos de outras áreas do país (Goiás, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais), de modo que a subsistência indígena passou a depender quase que exclusivamente das trocas realizadas com esses. A situação foi consolidada com a abertura da rodovia Belém-Brasília, cortando seu macroterritório, transformando-o em centro de convergência com a Transamazônica, em meados de 1970, com a abertura da PO-2, hoje BR 153.

Os fluxos migratórios entre as duas aldeias da TI Sororó e os municípios circunvizinhos é diário. Alguns indígenas moram nas aldeias, mas trabalham nesses municípios, locomovendo-se com automóveis (carros e motocicletas). Há frequência de contato também com a presença de não indígenas que visitam as aldeias para vendas de produtos e prestação de serviços

Atualmente, para além dos auxílios governamentais (Bolsa Família e aposentadorias) que propiciam aos Aikewára um recurso mínimo para sua subsistência, a principal fonte de renda da população Aikewára continua sendo a troca, compra e venda de produtos coletados, sobretudo a Castanha-do-Pará.

3.1.2 Os Asuriní do Tocantins

Quadro 15: Quadro Sinótico de Dados Geossociolinguísticos – Asuriní do Tocantins

Nome da Língua:	Asuriní do Tocantins
Classificação UNESCO:	Vulnerável
Autodenominação:	Akuáwa-Asuriní
População:	494 (436 no Trocará e 58 em Ororitawa)
Localização Geográfica:	Estado do Pará, 24 km ao norte da cidade de Tucuruí. Há uma estrada de chão que liga a TI Trocará à cidade
Dicionário disponível:	Sim (X) Não ()
Fonte:	CABRAL, Ana Suelly Arruda Câmara; RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Dicionário Asuriní do Tocantins-Português . Belém: UFPA, 2003
Gramática disponível:	Sim () Não (X)

Fonte: PIB Socioambiental/LALI-UnB/UNESCO

Os Akuáwa-Asuriní, segundo Laraia (1972), estão situados da foz do igarapé Trocará, na terra indígena homônima, distantes 24 quilômetros da cidade de Tucuruí, no estado do Pará.

Foram, por muito tempo, confundidos com os Parakanã, seus vizinhos e inimigos tradicionais. Desde a década de 20, esse grupo se manteve em luta contra os não indígenas. Em 1953, cerca de 190 índios procuraram proteção em um dos postos criados na reserva, dizendo-se perseguidos por outro grupo indígena. Até o final daquele ano, 50 deles já haviam morrido de gripe e desistério, o que fez com que os demais retornassem à floresta. Em 1962, restavam menos de 40 indivíduos.

Tanto os Suruí Aikewára quanto os Asuriní do Tocantins fazem referência a lutas internas que provocaram a divisão do grupo, e ambos mencionam a existência de outros índios iguais a eles em locais imprecisos na mata. A partir de comparações etnográficas, Laraia (1972) chegou à conclusão de que ambos os grupos são parte de um mesmo sistema cultural, tendo sido, portanto, um mesmo povo em tempos passados.

Aquino (2010, p. 16) afirma que os índios Asuriní do Tocantins vivem, em sua maioria, na terra Indígena Trocará, entre os municípios de Tucuruí e Baião, distribuídos em cinco aldeias: *Trocará*, *Ororitáwá*, *Oimutawá*, *Itaraohoa* (“cachoeira grande”) e *Pikiá*.

Figura 24: Habitações na Aldeia Trocará



Fonte: Regis Guedes (2015)

Segundo Laraia (1972), pode-se concluir que

o contato com a sociedade brasileira, para os grupos Tupi do vale do Tocantins, acarretou uma série de graves consequências para a sobrevivência dos mesmos como grupos tribais [...] os índios Akuáwa-Assurini e Suruí viram-se diante de uma situação competitiva, para a qual não estavam preparados. As reações diversas de cada grupo conduziram a um mesmo resultado: o início do processo de extinção.

Outro fator que, segundo Aquino (2010, p. 26), influenciou significativamente a conformação do contexto social do Asuriní do Tocantins foi a implantação da Hidroelétrica de Tucuruí, entre os anos 1975 e 1984. Segundo Andrade, citado por Aquino (*op. cit.*), esse acontecimento causou “efeitos indiretos” ao povo Asuriní, pois provocou intensa transformação socioeconômica na região, com a vinda de grande contingente de trabalhadores e pessoas atraídos pelo empreendimento, causando pressões no território indígena e desequilíbrios ecológicos, como o desmatamento, o que diminuiu a caça, aumentou a poluição do rio e, por conseguinte, diminuiu a pesca, além de propiciar a criação de fazendas que hoje circundam a terra indígena Trocará.

Na terra indígena Trocará, os indígenas têm acesso rápido e fácil à cidade de Tucuruí, que está situada a apenas 24 km de distância, o que propicia um fluxo grande de não indígenas nas aldeias e de indígenas na cidade. A aldeia Trocará possui acesso à energia elétrica e a meios de comunicação como rádio e televisão, além de outros eletrônicos, como computadores. Algumas casas possuem acesso à TV via satélite, além de redes de TV gratuita, sem uso de antena parabólica. Há também acesso à telefonia celular e fixa. A aldeia é composta por construções de alvenaria com água encanada, como casas, posto de saúde e escola, além de duas igrejas evangélicas que são frequentadas por muitos indígenas.

Figura 25: Templo evangélico na aldeia Trocará



Fonte: Regis Guedes (2015)

Desde 1994, funciona na aldeia Trocará a escola Warara'awa Assuriní, que oferta turmas de ensino fundamental e médio. No primeiro semestre de 2015, a escola possuía 245 alunos matriculados. O ensino médio foi implantado na escola da aldeia em 2009, e atualmente possui três turmas: 1º, 2º e 3º ano, mas o processo de escolarização do povo

Assuruni data dos primeiros contatos com os padres católicos, na década de 50 do século passado, passando pelo ensino ofertado posteriormente pelo SPI e pela FUNAI. Na escola Warara'awa Assuriní trabalham professores e funcionários não indígenas que se locomovem diariamente para a cidade. A escola também possui professores indígenas, com formação em magistério, e uma professora que está cursando a faculdade de Letras, esses professores indígenas ministram aulas de várias disciplinas, além da língua e cultura Asuriní. Há também um posto médico que funciona diariamente e um posto da FUNAI, que no momento serve de alojamento para os funcionários da SESAI.

Figura 26: Escola Warara'awa Assuriní



Fonte: Regis Guedes (2015)

Os indígenas da TI Trocará falam a língua Asuriní do Tocantins, que Rodrigues e Cabral (2002) classificaram como pertencente ao ramo IV da Família Tupí-Guaraní, juntamente ao Suruí Aikewára, Parakanã e outras, como apresentamos no quadro 11 (acima). Em entrevistas realizadas *in loco* com indígenas residentes na aldeia Trocará, coletamos algumas impressões pessoais deles quanto ao uso da língua Asuriní do Tocantins, e os mesmos relataram que as gerações mais jovens (crianças e adolescentes) “não falam mais a língua”, alguns ainda sabem algumas palavras e entendem parcialmente a fala dos mais velhos, contudo somente estes últimos ainda dominam a língua.

Figura 27: Arte Plumária e Pintura Corporal Asuriní



Fonte: www.pib.socioambiental.org

Em épocas específicas do ano são realizadas festas tradicionais da cultura Asuriní na aldeia Trocará (figura 27), além da comemoração do dia do índio na escola, que promove jogos internos com o objetivo de preservar alguns elementos da cultura do povo Akuáwa-Asuriní.

3.1.3 Os Tembé

Quadro 16: Quadro Sinótico de Dados Geossociolinguísticos – Tembé

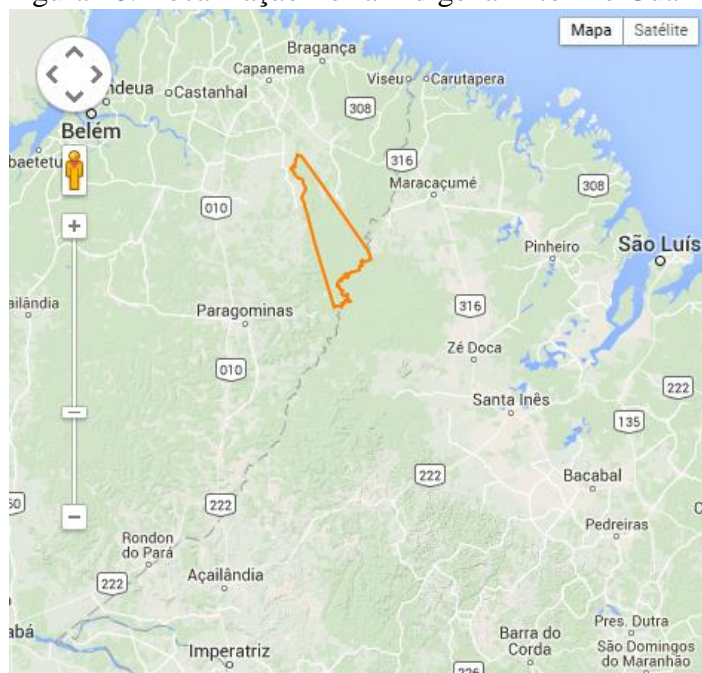
Nome da Língua:	Tembé
Classificação UNESCO:	Definitivamente em perigo
Autodenominação:	Tenetehára
População:	1.502 indivíduos (FUNASA, 2010)
Localização Geográfica:	Constituem o ramo ocidental em relação aos Guajajára, estão no estado do Pará. As aldeias tembé se distribuem em três blocos. A que fica na margem direita do Rio Gurupi (Terra Indígena Alto Turiaçu). Os Tembé da margem esquerda do Gurupi estão na TI Alto Rio Guamá. O terceiro bloco é constituído pelos Tembé que vivem na TI Turé-Mariquita, situada na bacia do rio Acará, afluente do Moju, que desemboca no mar um pouco ao sul da foz do Guamá
Dicionário disponível:	Sim (X) Não ()
Gramática disponível:	Sim () Não (X)

Fonte: PIB Socioambiental/LALI-UnB/UNESCO

Segundo Silva (2010, p. 1124), o povo Tenetehára compreende atualmente duas etnias: os Tembé (norte) e os Guajajára (nordeste). Os Tenetehára-Tembé estão divididos em dois grupos: um que habita o Sudeste do Pará, na região do Alto Rio Guamá, e outro que

habita as margens do Rio Gurupi, na divisa dos estados do Pará e Maranhão. O primeiro grupo está distribuído em 8 aldeias: Sede, Ituaçu, Pira, Frasqueira, São Pedro, Tawari, Itaputyre e Jacaré, totalizando 372 indivíduos, e o segundo conta com aproximadamente 433 indígenas distribuídos em 6 aldeias: Canindé, Pedra de Amolar, Rabo de Mucura, Cajueiro, Sapucaia e Tekohaw, onde a coleta de dados desta pesquisa foi realizada.

Figura 28: Localização Terra Indígena Alto Rio Guamá



Fonte: <http://ti.socioambiental.org/pt-br/#!/pt-br/terras-indigenas/3575>

A terra indígena Alto Rio Guamá possui uma área de 280 hectares, possuindo uma população de 1.502 indígenas (FUNASA, 2010). A terra indígena está situada às margens do Rio Gurupi, na divisa dos estados do Pará e Maranhão.

Figura 29: Área Central Aldeia Teko-haw



Fonte: Regis Guedes (2014)

A escola da aldeia (Escola M. E. I. F. Indígena Teko-haw) é de âmbito municipal, nela são ofertadas turmas do ensino infantil e fundamental, das séries iniciais ao 9º ano. O governo do estado do Pará oferta turmas de ensino médio na aldeia em regime modular, as dependências da escola também são disponibilizadas para os professores da SEDUC, que trabalham com as turmas de ensino médio.

Figura 30: Escola M. E. I. F. Indígena Teko-haw



Fonte: Regis Guedes (2014)

O ensino de língua e cultura Tembé também é ofertado na escola. Há professores indígenas que ministram essas e outras disciplinas. É perceptível que a comunidade empreende esforços para manter vivas a sua língua e cultura. Em nossa estadia na aldeia, em dezembro de 2014, pudemos participar de uma festa indígena que celebrou a memória do falecimento da capitoa da aldeia, mãe do atual cacique, e entre os festejos houve danças rituais próprias da cultura Tenetehára, utilização de arte plumária e pintura corporal (figura 31). É comum ver os indígenas falando na língua Tembé no cotidiano, especialmente os mais

velhos. Já entre as crianças, muitas apenas entendem parcialmente a língua, mas não encontramos nenhuma que fosse fluente na língua Tembé.

Figura 31: Dança Tradicional em Evento na Aldeia Teko-haw



Fonte: Regis Guedes (2014)

No período em que estivemos na aldeia, aconteceu, na escola, a cerimônia de formatura das turmas de ensino infantil (figura 32), na qual as crianças foram caracterizadas com adornos em arte plumária e pintura corporal. O evento contou com a participação dos professores e funcionários da escola, da comunidade, do cacique e de outras lideranças indígenas. A gestora da escola e diversos funcionários que nela trabalham também são indígenas Tembé.

Figura 32: Evento escolar na aldeia Teko-haw



Fonte: Regis Guedes (2014)

A aldeia Tekohaw não possui fornecimento de energia elétrica cabeada, mas existem dois geradores a óleo que fornecem energia elétrica, um pertence à escola e outro à aldeia. Na escola, o gerador propicia as aulas à noite e o funcionamento dos refrigeradores para a merenda escolar, estando esse fornecimento condicionado à disponibilidade dos recursos financeiros disponíveis na escola.

Várias casas possuem aparelhos de rádio e televisão, mas em função do horário de oferta da energia elétrica, que vai aproximadamente das 18h às 22h, muitos indígenas relatam não ter o hábito de assistir a programas de TV. Alguns acompanham novelas e noticiários televisivos. Já o rádio é bastante utilizado. Não há cobertura de telefonia celular na aldeia, mas há dois telefones públicos que funcionam via satélite, alimentados a partir de painéis de energia solar. O acesso à aldeia Teko-haw não é simples, em função da distância e das más condições da estrada, o trajeto pode ser feito por carro (aproximadamente 5 horas de viagem a partir da sede do município de Paragominas), sendo que parte da viagem pode ser feita por rio, passando pela aldeia Canindé.

Figura 33: Igreja dedicada a São Benedito na aldeia Teko-haw



Fonte: Regis Guedes (2014)

Entre as manifestações culturais e religiosas que acontecem na aldeia, destacamos a “Festa da Moça Nova”, que acontece anualmente. Nela as meninas que tiveram sua primeira menstruação durante aquele ano são apresentadas à comunidade para os futuros casamentos. O sincretismo religioso é perceptível na realização da Festa da Marujada que acontece na aldeia. Há um pequeno templo de madeira (figura 33) utilizado durante a festa, que tem origem no catolicismo popular, celebrando São Benedito. Durante nossa estadia, observamos também a presença de missionário de uma denominação evangélica que desenvolve atividades religiosas na comunidade.

3.1.4 Os Guajajara

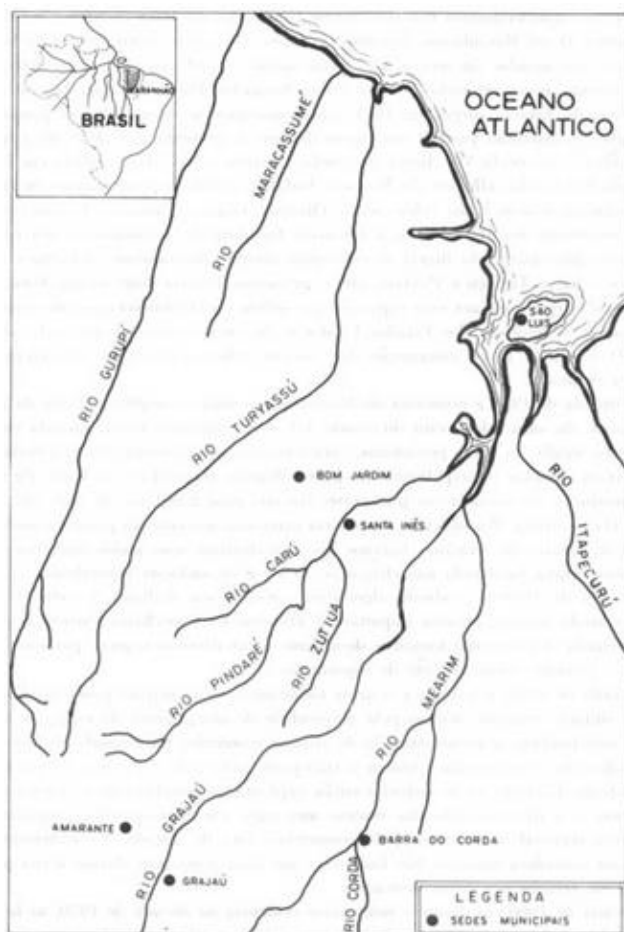
Quadro 17: Quadro Sinótico de Dados Geossociolinguísticos – Guajajara

Nome da Língua:	Guajajara
Classificação UNESCO:	Vulnerável
Autodenominação:	Tenetehára
População:	26.040 indivíduos (Siasi/Sesai, 2012)
Localização Geográfica:	Os Guajajara são um dos povos indígenas mais numerosos do Brasil. Habitam mais de 10 Terras Indígenas na margem oriental da Amazônia, todas situadas no Maranhão, quais sejam: Araribóia, Cana Brava, Geralda/Toco Preto, Governador, Lagoa Comprida, Morro Branco, Rio Pindaré, Krikatí, Urucu-Juruá, Caru, Vila Real, Bacurizinho, Bacurizinho (ampliação), Rodeador e Cachoeira
Dicionário disponível:	Sim (X) Não ()
Gramática disponível:	Sim () Não (X)

Fonte: PIB Socio-ambiental/LALI-UnB/UNESCO

Os Guajajára constituem o ramo oriental do povo Tenetehára e estão distribuídos pelo estado do Maranhão em várias aldeias. Silva (2010, p. 1121) aponta alguns dados interessantes sobre a história do povoamento indígena no estado do Maranhão. Segundo a autora, à época da chegada dos primeiros europeus, a área era densamente povoada por indígenas de várias etnias, além dos Tupinambá, havia a presença dos povos Tenetehára, Barbado, Sakamekrã, Amanajó, Kriê, Uruati, Tremembé, Krenkateiê, Guanaué, Araióse, Gamella, Pobzé, Kapietrã e outros já extintos, e chegavam a totalizar 250.000 índios, o que indica uma grande redução se comparada às estatísticas mais recentes que apontam de 12.000 a 15.000 indígenas (WAGLEY e GALVÃO, 1961; ZANONI e BARROS, 1988; ZANONI, 1999; GOMES, 2002). Em 1997, havia oito povos habitando o Maranhão, distribuídos em dezesseis áreas indígenas: Guajajára, Tembê, Ka'apor, Guajá (Tupí-Guaraní) e Canela, Krikatí e Gavião (Timbira), além dos Guaraní e de Timbiras não identificados, habitando a área indígena Geralda-Toco-Preto (ZANONI, 1999).

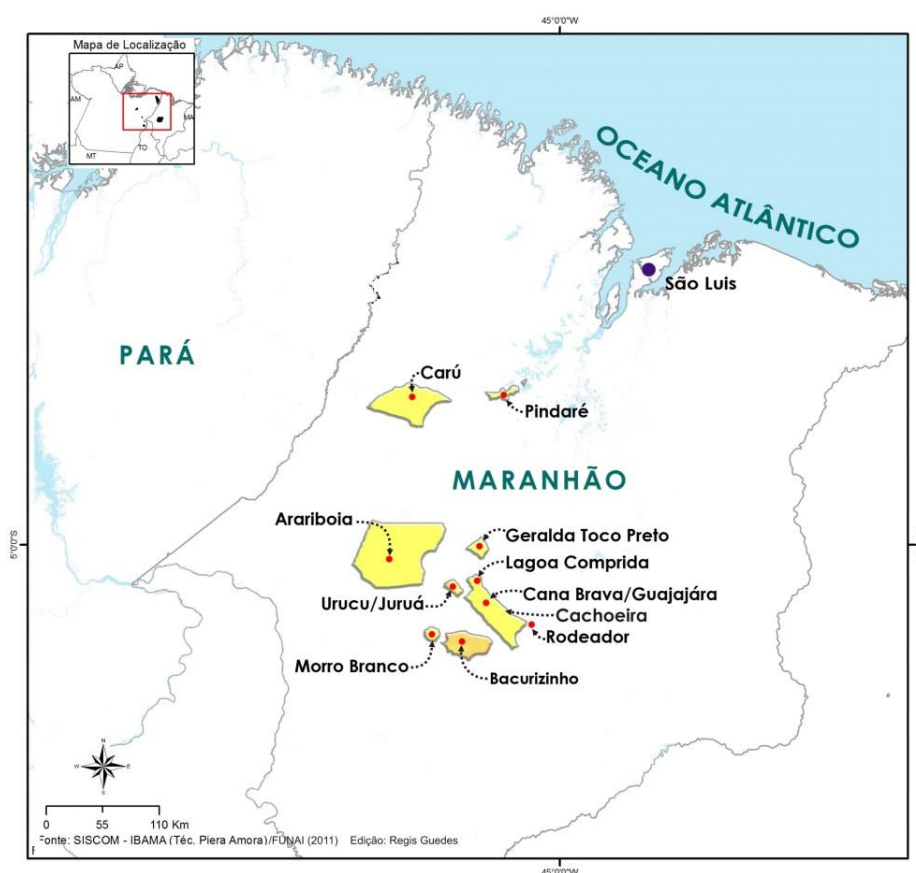
Figura 34: Principais Rios na área Tenetehára-Guajajára no Maranhão



Fonte: Edson Diniz

A localização geográfica dos Tenetehára-Guajajára é a Pré-Amazônia Maranhense, numa região cortada pelos rios Mearim, Caru, Zutiwa e Buriticupu. Concentrando-se principalmente na região de Barra do Corda/Grajaú (6.310 indivíduos) e nas áreas indígenas Arariboia e Governador (4.340 indivíduos) (ZANONI, 1999). Eles estão distribuídos nas áreas indígenas: Arariboia, Cana Brava, Geralda/Toco Preto, Lagoa Comprida, Morro Branco, Pindaré, Urucu-Juruá, Caru, Bacurizinho, Rodeador e Cachoeira, ambas localizadas no estado do Maranhão, conforme a figura 35.

Figura 35: Áreas Indígenas Tenetehára-Guajajára no Maranhão



Fonte: O autor

A filiação linguística da língua Tenetehára, em suas duas variedades, Tembé e Guajajára, foi classificada por Rodrigues (1985) como pertencente ao ramo IV da família linguística Tupí-Guaraní, como demonstramos anteriormente no quadro 11, juntamente com os Asuriní do Tocantins, Parakanã, Suruí (Mujetire), Avá-Canoeiro, Tembé, Turiwára Tapirapé, justamente por compartilhar com essas, características fonológicas, lexicais e morfossintáticas que as distinguem das demais línguas da família linguística Tupí-Guaraní.

Entre as aldeias Guajajára, foi selecionada a Cachoeira, localizada no município de Barra do Corda, no estado do Maranhão, para a realização da coleta de dados *in loco* (figura 36), em função da autorização de acesso, mediante socilitação formal feita à FUNAI, em junho de 2015. Atualmente, a aldeia Cachoeira possui acesso ao fornecimento de energia elétrica, rádio, televisão e telefonia, inclusive telefonia celular.

Figura 36: Coleta de dados *in loco* na aldeia Cachoeira



Fonte: Regis Guedes (2015)

A aldeia Cachoeira possui uma escola que funciona desde 1990. Atualmente, são ofertadas turmas no regime modular do ensino fundamental e médio, com 147 alunos matriculados. O corpo de professores é formado por 14 indivíduos, sendo 3 indígenas, que ministram aulas de diversas disciplinas, contudo o ensino de língua e cultura Guajajára não acontece formalmente na escola da aldeia Cachoeira.

3.1.6 Os Guaraní Mbyá

Quadro 18: Quadro Sinótico de Dados Geossociolinguísticos – Guaraní Mbyá

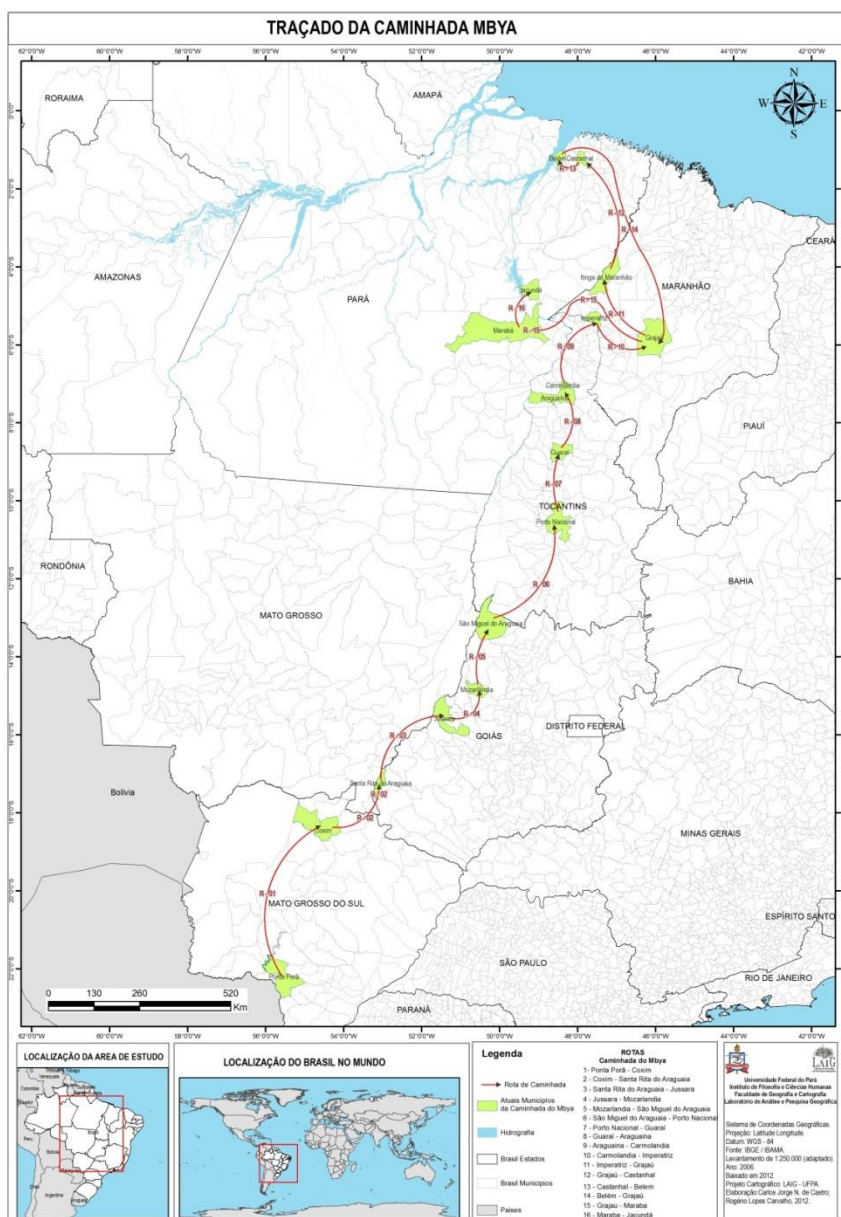
Nome da Língua:	Guaraní Mbyá
Classificação UNESCO:	Vulnerável
Autodenominação:	Mbyá
População:	7.000 indivíduos (FUNASA, FUNAI, 2008)
Localização Geográfica:	Os Mbyá estão presentes em várias aldeias na região oriental do Paraguai, no nordeste da Argentina (província de Misiones) e no do Uruguai (nas proximidades de Montevideo). No Brasil, encontram-se em aldeias situadas no interior e no litoral dos estados do sul – Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul – e em São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo em várias aldeias junto à Mata Atlântica. Também na região norte do país encontram-se famílias Mbyá originárias de um mesmo grande grupo e que vieram ao Brasil após a Guerra do Paraguai, separaram-se em grupos familiares. A comunidade alvo dessa pesquisa está situada no estado do Pará, entre os municípios de Jacundá e Rondon do Pará
Dicionário disponível:	Sim (X) Não ()
Gramática disponível:	Sim (X) Não ()

Fonte: PIB Socio-ambiental/UNESCO

O povo Guaraní habita um território muito extenso, que inclui áreas no Brasil, Paraguai, Bolívia e Argentina. No Brasil, os grupos considerados Guaraní são três: os Avá Guaraní denominados como Ñandeva, os Pãi-Tavyterã, conhecidos como Kaiowá e os Mbyá. No Brasil, os Mbyá possuem aldeias nos estados Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Tocantins e Pará.

A terra indígena Nova Jacundá possui 424 hectares e está localizada no município de Rondon do Pará, a aproximadamente 35 km da sede do município de Jacundá, situados na mesorregião Sudeste do estado no Pará. Segundo Machado (2015), ela é habitada por indígenas da etnia Guaraní Mbyá que migraram desde o Mato-Grosso do Sul (município de Ponta Porã, na divisa com o Paraguai) passando por vários estados brasileiros, como Goiás, Tocantins e Maranhão. A migração desse grupo foi descrita por Martins (*op. cit.*), que é indígena Guaraní, em sua tese de doutoramento, como demonstra o mapa a seguir:

Figura 37: Migração dos Guaraní Mbyá de Nova Jacundá



Fonte: Machado (2015)

Segundo Machado (2015), os Mbyá que hoje habitam a aldeia Nova Jacundá/PA, andaram por aproximadamente um século desde que saíram da Argentina, caminharam em direção ao norte, e em 2015 completa-se 19 anos de fixação na atual morada, onde pausaram a caminhada em busca pela *yvyjú* (terra dourada).

A aldeia Nova Jacundá (figura 38) foi fundada em 1996. Assim, os indígenas que constituem a segunda faixa etária na metodologia adotada nesta pesquisa não nasceram na localidade, mas moram nela há quase 20 anos. O que constitui também uma inovação metodológica adotada em termos de estudos geolinguísticos, que visa descrever o processo da variação diatópica do português falado por essa comunidade, a partir da intercomparação de

dados obtidos nessa etnia com os das demais etnias estudadas nesta tese, bem como à fala de não indígenas da região, a partir de dados de outros atlas linguísticos (ALiSPA e ALiB). A tradição geolinguística excluiria do escopo os informantes não nascidos na localidade, contudo, neste estudo, eles constituem sujeitos aptos à condição de informante, levando-se em consideração, de um lado, os pressupostos da Dialectologia Pluridimensional e Relacional, de Radtke e Thun (1996), que consideram o falante já integrado ao falar da comunidade em que está inserido a partir de 5 anos dessa inserção, e de outro lado, a situação geolinguística da comunidade, formada por indígenas que têm uma tendência ao nomadismo intrínseca à sua cultura, como a literatura na área de antropologia nos mostra de forma ampla. Por fim, consideramos que os métodos da geolinguística precisam adaptar-se às realidades linguísticas novas que se impõem, especialmente a partir do avanço dos estudos dialetológicos para o campo das comunidades plurilíngues, como é o caso deste estudo.

Figura 38: Área Central Aldeia Nova Jacundá



Fonte: Regis Guedes (2015)

A aldeia Nova Jacundá, a exemplo das aldeias dos Suruí e Asuriní, recebeu recursos de um programa governamental de construção de casas populares para indígenas, e é estruturada por casas de alvenaria agrupadas em formato circular, juntamente com a escola e o posto de saúde da aldeia, apresentando ao centro a casa da religião tradicional (figura 39) e uma maloca destinada a reuniões e eventos da comunidade.

Figura 39: Casa da Religião Tradicional Guaraní na aldeia



Fonte: Regis Guedes (2015)

Segundo Rodrigues e Cabral (2002), a língua Guaraní Mbyá pertence ao sub-ramo 1 da Família Tupí-Guaraní, assim como o Kaiowa e o Ñandeva. Entre essas línguas há diversas características em comum, todavia, elementos fonéticos, lexicais e morfossintáticos, além de elementos do sistema cultural, demarcam os diferentes falares que são indicadores de distinção entre os grupos étnicos.

Entre os Guaraní Mbyá da aldeia Nova Jacundá observou-se que a língua indígena ainda é bastante usada, inclusive algumas crianças apresentam bom grau de competência linguística, tanto em Português, quanto em Guaraní. Alguns idosos da aldeia são monolíngues na LI, portanto, não se comunicam em português. De outro lado, há uma parcela da comunidade, formada especialmente dos mais jovens, que não domina a língua Guaraní Mbyá.

A escola da aldeia chama-se Escola Kariwassu Guaraní (figura 40). Nela são ofertadas turmas de ensino fundamental I e II, isto é, possui turmas de alfabetização ao 9º ano do ensino fundamental, e é mantida com recursos do município vizinho, Jacundá. Nela trabalham professores indígenas e não indígenas. O ensino da língua e cultura Guaraní Mbyá é realizado na escola às sextas-feiras, mas os professores indígenas que trabalham na escola declararam encontrar dificuldades principalmente pela falta de material didático apropriado. No momento, eles utilizam apenas uma cartilha ilustrada e uma gramática da língua Guaraní publicada em espanhol.

Figura 40: Escola Kariwassu Guaraní (Aldeia Nova Jacundá)



Fonte: Regis Guedes (2015)

Os alunos que concluem o ensino fundamental encontram muita dificuldade para continuar os estudos, pois as escolas mais próximas que ofertam ensino médio estão situadas nas cidades de Rondon e Jacundá, e não há regularidade na oferta de transporte escolar da aldeia para as escolas. Por isso, a comunidade está pleiteando, junto às autoridades, a oferta do ensino médio na escola da aldeia.

Os Mbyá da Terra Indígena Nova Jacundá promovem eventos culturais no intuito de manter vivas a sua língua e cultura. Ainda há a prática da religião tradicional em épocas específicas do ano, mas muitos indígenas têm abandonado a prática após a introdução de uma igreja evangélica na aldeia, que já possui templo próprio em alvenaria, e que é frequentada semanalmente por diversos indígenas.

A comunidade dos Mbyá de Rondon do Pará possui acesso à energia elétrica cabeada e água encanada. A maioria das casas possui aparelhos de televisão e rádio, e há também acesso à telefonia celular via antena.

A subsistência da comunidade está apoiada principalmente nos salários de alguns aposentados, nos programas governamentais como bolsa família, e nas atividades agrícolas, com o cultivo de roças de milho, mandioca, banana e outras frutas, e da caça, como podemos observar e registrar (figura 41).

Figura 41: Prática da Caça entre os Guaraní Mbyá



Fonte: Regis Guedes (2015)

Os dados obtidos nesse breve levantamento do perfil geossociolinguístico dessas seis comunidades indígenas demonstram a vitalidade desses grupos, que possuem número relativamente expressivo de indivíduos, mas, de modo geral, padecem por falta de investimentos dos poderes públicos, de forma quase generalizada, especialmente no que se refere aos investimentos em políticas linguísticas para a manutenção e/ou revitalização de suas línguas, como a regularização, já prevista em lei, do ensino das línguas indígenas nas escolas das aldeias, o que passa necessariamente pela descrição das línguas faladas nessas comunidades, pela elaboração de dicionários, gramáticas e materiais didáticos adequados, tanto em língua indígena, quanto em língua portuguesa, pois o bilinguismo ou plurilinguismo é um bem imaterial dessas comunidades, de valor inestimável. Todavia, ele está gravemente ameaçado.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo mapeou o perfil geossociolinguístico do português em contato com cinco línguas da família Tupí-Guaraní nos estados do Pará e Maranhão. Esse mapeamento demonstrou a variação diarreferencial (comentários metalinguísticos/epilinguísticos) na fala dos colaboradores acerca das línguas indígenas próprias de suas comunidades, bem como do português falado nas mesmas. De outro lado, foi mapeada a variação fonética do português falado nas cinco áreas indígenas investigadas.

O mapeamento se deu de acordo com o Método Geolinguístico, abrangendo as seguintes variáveis: i. Diatópica, que se refere à disposição espacial dos pontos de inquérito; ii. Diagenérica, referente ao sexo dos colaboradores; iii. Diageracional, relativa à faixa etária dos colaboradores; iv. Diastrática, referente ao nível de escolaridade dos colaboradores; v. Dialingual, que trata do contato entre línguas no território; e vi. Diarreferencial, que mapeia comentários metalinguísticos/epilinguísticos dos colaboradores em relação às línguas faladas nas comunidades-alvo da pesquisa.

A pesquisa foi realizada em três etapas principais. Na primeira fase, foram realizados levantamento e revisão bibliográfica necessários ao tratamento do objeto de estudo. A segunda etapa constituiu-se da coleta de dados, realizada em forma de pesquisa de campo, com coleta de dados de fala *in loco* nos pontos de inquérito, no intuito de registrar as variantes linguísticas em contexto mais próximo possível ao de uso. A terceira e última etapa foi constituída do tratamento dos dados coletados, da constituição de um banco de dados linguístico que subsidie novas pesquisas na área do português falado por indígenas, da elaboração de cartas linguísticas referentes aos itens dos questionários utilizados e da redação da tese.

Neste capítulo apresentamos os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa: rede de pontos, perfil dos colaboradores, instrumentos de coleta de dados, cartografia e os processos de tratamento e análise dos dados.

4.1 DEFINIÇÃO DA REDE DE PONTOS

Foram selecionados seis³² pontos de inquérito dentro do território que corresponde aos limites político-administrativos dos Estados do Pará e do Maranhão, onde se localizam as

³² Como assinalamos e justificamos anteriormente, a coleta de dados no sexto ponto de inquérito (Anambé) está prevista para agosto de 2017, não tendo sido possível a inclusão desses dados no presente estudo.

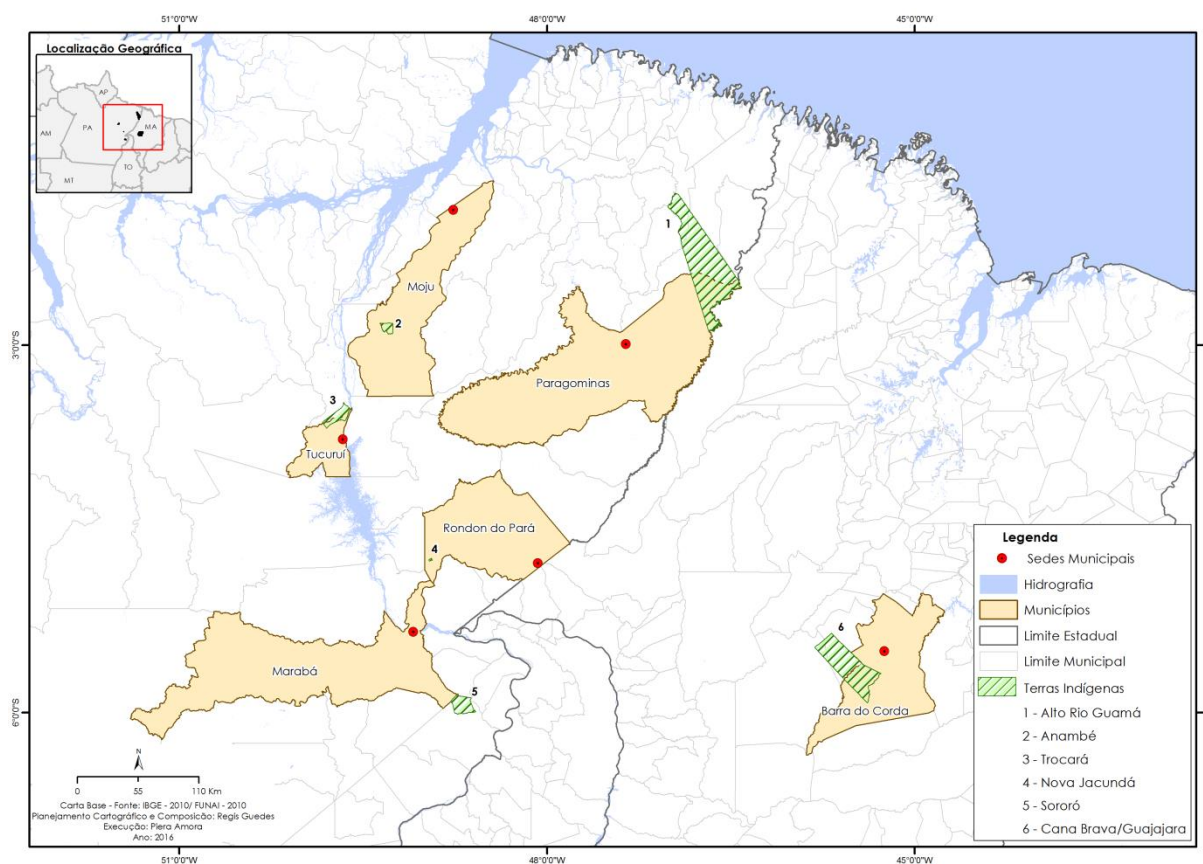
terras indígenas das etnias selecionadas. A distribuição geográfica desses pontos está disposta no quadro a seguir e na figura 42.

Quadro 19: Distribuição Geográfica dos Pontos de Inquérito

ETNIA	TI	ALDEIA	UF	MUNICÍPIO
GUAJAJÁRA	CANA-BRAVA/GUAJAJÁRA	CACHOEIRA	MA	Barra do Corda
TEMBÉ	ALTO RIO GUAMA	TEKO-HAW	PA	Paragominas
SURUÍ AIKEWÁRA	SORORÓ	SORORÓ	PA	Marabá, São do Geraldo e São Domingos do Araguaia
ASURINÍ DO TOCANTINS	TROCARÁ	TROCARÁ	PA	Tucuruí
GUARANÍ MBYÁ	NOVA JACUNDÁ	NOVA JACUNDÁ	PA	Rondon do Pará
ANAMBÉ	ANAMBÉ	ANAMBÉ	PA	Mojú

Fonte: O autor

Figura 42: Localização dos Pontos de Inquérito



Fonte: O autor

Foram levados em consideração no processo de eleição dos pontos de inquérito os seguintes fatores: i. pertença das línguas indígenas das comunidades aos sub-ramos da família

linguística Tupí-Guaraní; ii. representatividade histórica e social das comunidades de falantes em relação às demais aldeias das etnias; iii. quantidade de habitantes por localidade; iv. distribuição geográfica e acesso aos pontos de inquérito selecionados. Quanto a esse último critério, ressaltamos que foram selecionadas, no projeto de tese, quatro localidades no estado do Pará e duas no Maranhão, contudo, essa escolha não configura um desequilíbrio quantitativo do ponto de vista geográfico, uma vez que, a arealidade do território mapeado não é considerada a partir dos limites político-administrativos dos estados do Pará e Maranhão, mas a partir da etnicidade das comunidades, portanto, o fato de as línguas indígenas dessas comunidades pertencerem à família linguística Tupí-Guaraní foi o critério de maior relevância. Por outro lado, como assinalamos na introdução desta tese, apesar de hoje os estados do Pará e do Maranhão estarem acomodados em regiões diferentes (Norte e Nordeste, respectivamente), esse espaço geográfico constituiu no passado uma unidade político-administrativa do Brasil (Estado do Grão Pará e Maranhão) e a difusão da língua portuguesa nesse território teve início na mesma época, e comungou das mesmas políticas linguísticas no período colonial.

O acesso aos pontos de inquérito constituiu por si um desafio, em função das distâncias, transportes, estradas e custos, mas o apoio do CNPq e da CAPES, de diversos pesquisadores e principalmente dos próprios indígenas, tornou possível a pesquisa de campo.

4.2 PERFIL DOS COLABORADORES

A nomenclatura “informante” ainda é utilizada correntemente no âmbito dos estudos dialetológicos para definir os indivíduos que constituem a fonte da informação. Contudo, optamos por utilizar a nomenclatura “colaborador” para definir esse elemento da pesquisa. Nossa opção se deu em função de uma carga semântica negativa imposta ao termo “informante” no âmbito da pesquisa científica com indígenas. Em função do contexto sócio-histórico de contato e exploração dos povos indígenas brasileiros, no âmbito da pesquisa científica permaneceu por gerações de pesquisadores um tratamento pormenorizado dos colaboradores no fazer científico, esses últimos eram tratados como meros fornecedores informações sobre as suas etnias, suas culturas, as línguas que falam, os ambientes em que vivem, a natureza, o clima, os acidentes geográficos, etc. Entendemos, por outro lado, que o papel do colaborador vai além dessa postura passiva, mas se materializa como uma colaboração indispensável à pesquisa de campo geossociolinguística, que é melhor

representado por um processo colaborativo, no qual inquiridores e os colaboradores cooperam para o registro de dados e a construção do conhecimento científico.

Os colaboradores de nosso estudo foram selecionados de acordo com os seguintes parâmetros: dez colaboradores por ponto de inquérito. Em relação ao fator idade, os colaboradores se enquadram em três faixas etárias: 1ª – de 5 a 10 anos, 2ª – de 18 a 37 anos, e 3ª – de 47 a 75 anos, de forma a se mapear a representação de falantes mais jovens e de mais velhos. Em relação ao gênero, foram selecionadas duas crianças (um menino e uma menina), dois homens e duas mulheres na segunda faixa etária, e dois homens e duas mulheres na terceira faixa etária para cada localidade, o que constitui uma inovação entre os estudos dialetológicos brasileiros de que se tem conhecimento, uma vez que não se tem tradicionalmente levado em consideração a fala de crianças, o que aqui foi feito em função tanto da variação linguística quanto da verificação do grau de bilinguismo das comunidades indígenas.

Contemplando-se a variável diastrática, em cada localidade foram entrevistados colaboradores em dois níveis de escolaridade. No primeiro nível enquadraram-se dois homens e duas mulheres com escolaridade menor ou igual à 8ª série (9º ano) do ensino fundamental, e dois homens e duas mulheres com escolaridade maior ou igual ao 1º ano do ensino médio (incluindo-se, portanto, os indígenas que possuem nível superior completo, incompleto, como os cursos de licenciatura intercultural). Com relação às duas crianças representantes de cada etnia, o fator escolaridade foi desprezado, uma vez que todas as crianças selecionadas estão regularmente matriculadas nas escolas das aldeias. O mapeamento da fala dessas crianças contribuiu para a quantificação dos dados geossociolinguísticos deste estudo no que se refere à variação fonética do português, ao grau de bilinguismo e aos comportamentos linguísticos dos colaboradores em relação ao português e às línguas indígenas de cada etnia.

As variáveis extralinguísticas supracitadas foram sistematizadas no quadro sinóptico a seguir.

Quadro 20: Perfil dos Colaboradores

COLABORADORES	ESCOLARIDADE
1 Homem, 18-37 anos	não escolarizado ou escolarizado até a 8ª série (9º ano)
1 Homem, 47-75 anos	não escolarizado ou escolarizado até a 8ª série (9º ano)
1 Mulher, 18-37 anos	não escolarizada ou escolarizada até a 8ª série (9º ano)
1 Mulher, 47-75 anos	não escolarizada ou escolarizada até a 8ª série (9º ano)
1 Homem, 18-37 anos	escolarizado a partir do 1º ano do ensino médio

1 Homem, 47-75 anos	escolarizado a partir do 1º ano do ensino médio
1 Mulher, 18-37 anos	escolarizada a partir do 1º ano do ensino médio
1 Mulher, 47-75 anos	escolarizada a partir do 1º ano do ensino médio
1 Menino, 05-10 anos	-
1 Menina, 05-10 anos	-

Fonte: O autor

4.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados para este estudo foi realizada por meio da aplicação de três questionários: **i. Questionário Sociolinguístico (QS)**, que tem por finalidade identificar a situação sociolinguística da comunidade em relação ao grau de bilinguismo e aos comportamentos linguísticos dos falantes em relação às línguas faladas na comunidade (português e línguas indígenas); **ii. Questionário Fonético-Fonológico (QFF)**, que é orientado principalmente, mas não exclusivamente, no sentido de identificar as áreas em que ocorrem fatos fônicos já documentados para o português em pesquisas anteriores; **iii. Questionário Fonético-Fonológico Complementar (QFFC)**, elaborado a partir de fenômenos de influência fonético-fonológica, descritos por Silva (2010) com vistas a registrar as possíveis influências do substrato de origem Tupí-Guaraní no português falado pelos indígenas das etnias em questão.

O Questionário Sociolinguístico foi elaborado a partir de consultas a outras pesquisas de mesmo teor, como a tese de Margotti (2004), e de questões elaboradas em parceria com o orientador.

O questionário Fonético-Fonológico (QFF) aplicado neste estudo foi elaborado pela equipe do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), porém o mesmo foi adaptado da seguinte forma: após cada pergunta foi adicionada a indagação “**e na sua língua, como se chama isso?**”, no intuito de registrar o grau de bilinguismo dos colaboradores na língua indígena de cada comunidade, bem como traçar o perfil geossociolinguístico da comunidade. Ao final do QSL³³ foi acrescentada também uma solicitação para que os colaboradores adultos fizessem um Relato de Experiência Pessoal, que pode ser a narração de um fato ocorrido ou de uma história tradicional daquele povo.

Objetivando-se investigar mais amplamente a variação lexical e fonética do português falado pelos colaboradores, adotou-se o método “passo triplo”, ou “pesquisa em três tempos”

³³ Os dados lexicais coletados não foram tratados neste estudo. Estão sendo mapeados em outra tese vinculada ao nosso projeto de pesquisa “Mapeamento Geossociolinguístico do Português falado em Áreas Indígenas nos Estados do Pará e Maranhão”

de Radtke e Thun (1996), que consiste na observância de três etapas na aplicação dos questionários: *perguntar*, *insistir* e *sugerir*. Todavia, o controle das “sugereências aceitas” pelos colaboradores não foi cartografado neste estudo, em virtude da natureza fonético-fonológica do mesmo.

Após a testagem dos questionários adaptados entre os Suruí Aikewára, decidiu-se por utilizar sempre que necessário (especialmente com as crianças e idosos) os questionários QFF e QSL ilustrados, que por limitação própria dessa metodologia não contemplou alguns itens de conteúdo abstrato ou constituídos por processos: “obrigado” (QFF – 79), ou “fanhoso” (QSL – 101).

A coleta de dados foi efetuada *in loco*, nas terras indígenas Sororó (Povo Suruí Aikewára), Trocará (Povo Asuriní do Tocantins), Teko-haw (Povo Tembé), Nova Jacundá (Povo Guaraní Mbyá) e Cachoeira (Povo Guajajára), por meio de entrevistas³⁴ gravadas com gravadores digitais profissionais das marcas Sony, Tascam e Zoom, no intuito de registrar com alta qualidade os arquivos sonoros para compor o banco de dados do projeto ASLIB/ALiPAI.

As entrevistas foram realizadas entre 2014 e 2016, por uma equipe de pesquisadores do projeto GeoLinTerm, composta por dois integrantes³⁵, ambos doutorandos no Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL) da UFPA. As entrevistas foram, via de regra, segmentadas em duas ou três partes, em função da postura, cansaço ou prontidão dos colaboradores, tendo em vista o longo tempo necessário à realização de cada entrevista, que contabilizava aproximadamente 836 perguntas, além do relato de experiência pessoal ou história da cultura tradicional. Por conta disso, foram necessárias diversas incursões a campo na maioria das terras indígenas pesquisadas, nas quais, inclusive, fomos acolhidos na condição de convidados das lideranças indígenas.

A aplicação dos questionários selecionados e elaborados para este estudo pode ser avaliada como satisfatória, apesar das condições físicas e acústicas dos ambientes, e situações de gravação, que nem sempre eram silenciosas, e do alto índice de não respostas obtido na aplicação dos questionários, que reflete, em parte, o não pertencimento de alguns itens lexicais ao universo semântico das comunidades de fala, como por exemplo, os do campo semântico “Vida Urbana” do QSL.

³⁴ Paralelamente à coleta dos dados a serem analisados neste estudo, foram coletados também dados para compor o *corpus* do Projeto Atlas Linguístico Sonoro das Línguas Indígenas do Brasil, realizado a partir da aplicação de questionários próprios para cada língua e família linguística.

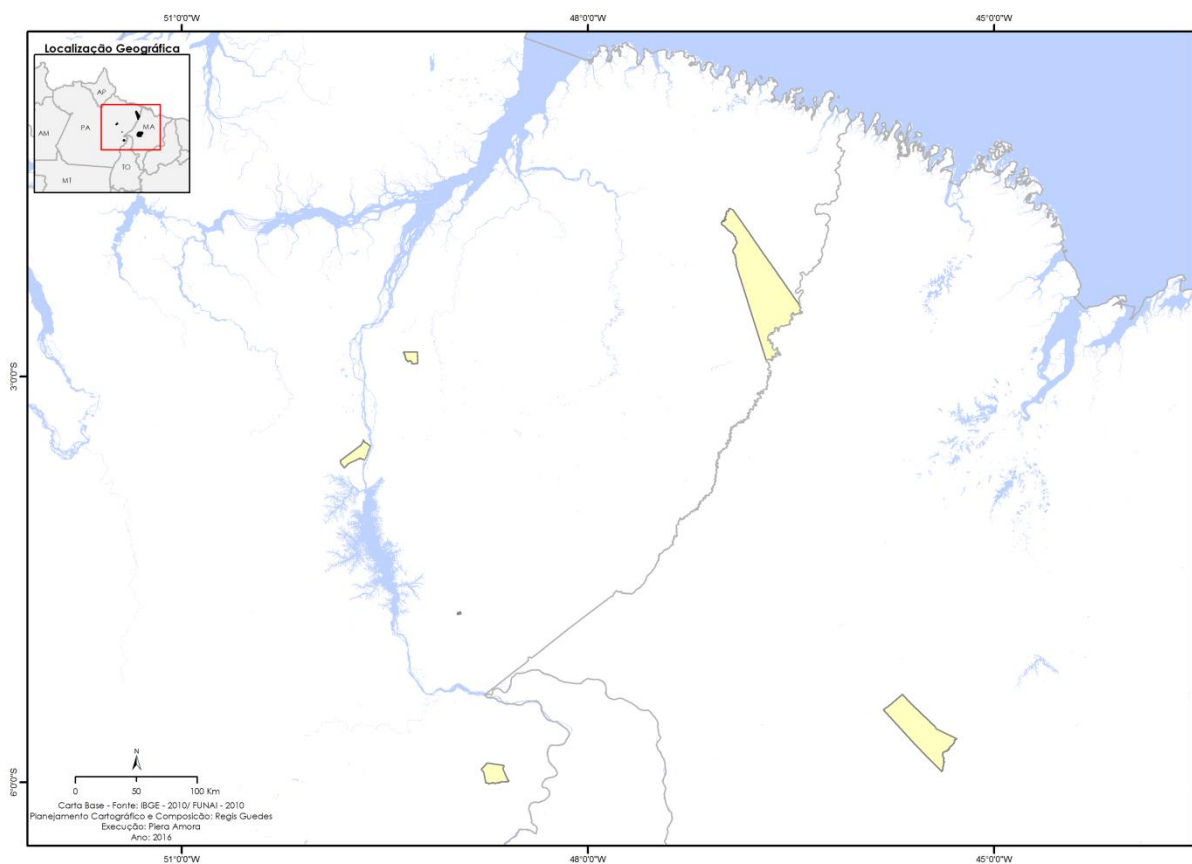
³⁵ Prof. Regis Guedes e Prof^ª. Eliane Costa.

4.4 CARTOGRAFIA

Os dados foram organizados e sistematizados em tabelas, conforme os campos dos questionários, estruturas sociais e espaciais. Quando necessário, foram também transcritos foneticamente segundo o Alfabeto Fonético Internacional – IPA, utilizando a fonte *Times New Roman*, e, em seguida, mapeados em cartas linguísticas de três tipos: *fonéticas*, *dialinguais* e *sociolinguísticas*.

O mapa base utilizado para a confecção das cartas linguísticas (figura 43) foi gerado a partir do *software* ArcGIS, planejado e composto por mim, e executado por uma técnica da área de georreferenciamento³⁶. O mapa base contém escala e pontos de inquérito georreferenciados, e foi alterado em vista das necessidades de produção das cartas linguísticas. As cartas linguísticas foram projetadas, produzidas e editadas por mim, a partir dos *softwares* editores de imagens Adobe Photoshop CS4 e CorelDraw X8, para a inserção de gráficos, símbolos e das caixas de legenda:

Figura 43: Mapa Base para as cartas linguísticas



Fonte: O autor

³⁶ Créditos nas cartas.

4.4.1 Base Cartográfica

As cartas linguísticas elaboradas para este estudo são de três naturezas: **i. Cartas Sociolinguísticas**, que objetivam mapear dados geossociolinguísticos da fala nas comunidades-alvo, como a percepção pessoal de cada colaborador sobre as línguas (portuguesa e indígena) faladas em sua comunidade (Variação Diarrefencial: comentários metalinguísticos/epilinguísticos); **ii. Cartas Fonéticas** e **iii. Cartas Dialinguais**, que objetivaram mapear a variação fonética do português e das LI falados pelos indígenas das etnias selecionadas.

No que se refere à cartografia dos dados linguísticos realizada neste estudo, foi necessário tomar decisões quanto à metodologia de apresentação dos resultados, quais sejam:

- i. Para o mapa base, privilegiou-se a utilização da cor branca, no intuito de dar destaque às demais cores utilizadas na simbologia adotada. Nele, as terras indígenas, onde estão situados os pontos de inquérito investigados neste estudo, estão destacadas em amarelo-claro;
- ii. Foi utilizada a mesma carta base em todas as cartas linguísticas elaboradas, no intuito de padronizar a leitura das mesmas quanto à escala, limites de fronteira com os estados vizinhos, pontos de inquérito georreferenciados, hidrografia da região destacada em azul, títulos e legendas;
- iii. No alto à direita em fontes maiores estão dispostos os códigos de identificação das cartas, onde [S] identifica as cartas sociolinguísticas, [F] fonéticas e [D] dialinguais, essas letras são seguidas da numeração que correspondem à questão do QS, QFF ou QFFC. Os dados linguísticos de cada questão são mapeados em duas ou mais cartas, o que gerou códigos do tipo: **Carta F06.3**;
- iv. À direita, há um quadro de identificação e registro do fenômeno tratado na carta, seja ela sociolinguística, fonética ou dialingual. No mesmo quadro, encontram-se a logomarca do ALiPAI, a classificação da carta quanto às variáveis nela mapeadas: Diatópica (Geográfica) ou Sociais, além das cruces ou módulos de estratificação social;
- v. No mesmo quadro, na parte inferior à direita, em todas as cartas, registramos os números e nomes dos pontos de inquérito investigados, sendo respectivamente: 1 – Tembé, 2 – Anambé, 3 – Asuriní, 4 – Guaraní Mbyá, 5 - Suruí Aikewára e 6 – Guajajára.

Para propiciar uma leitura clara das cartas linguísticas, foi necessário estabelecer uma padronização quanto à representação quantitativa dos percentuais de ocorrências apresentados em gráficos, a qual apresentamos a seguir:

- i. Quanto à representação quantitativa dos percentuais de ocorrências apresentados em gráficos, tanto nas cartas sociolinguísticas, quanto nas fonéticas e dialinguais, os gráficos (barras e pizzas) representam o total de respostas válidas obtidas a partir da aplicação dos questionários, isto é, nos gráficos apresentados são quantificadas as respostas válidas do total de colaboradores entrevistados em cada localidade: 8 Tembés, 8 Asurinís, 9 Guaranís, 9 Suruís e 8 Guajajáras, de um total de 10 colaboradores esperados por localidade. Isso se deu pelas seguintes razões: 1) não há colaboradores que se enquadrem no perfil MB2 (homem adulto, acima de 47 anos, mais escolarizado) nas cinco localidades investigadas; 2) não há colaboradores que se enquadrem em ambos os perfis: MB2 (homem adulto, acima de 47 anos, mais escolarizado) e FB2 (mulher adulta, acima de 47 anos, mais escolarizada) entre os Tembés, os Guajajára e os Asuriní. Assim, optou por suprimir dos gráficos a informação que corresponde às “não respostas” desses colaboradores, no intuito de facilitar a leitura dos percentuais nas cartas. Assim, por exemplo, quando se lê 100% no ponto de inquérito 2 (Asuriní), trata-se das respostas válidas dadas pelos oito colaboradores daquela localidade;
- ii. Também foram suprimidos os dados referentes às “não respostas” de outras naturezas, como quando o colaborador não conhece ou não lembra a resposta esperada, o que gera uma lacuna no total quantitativo. Nesse caso, o total de respostas obtidas contabilizou 100%, e a partir desse percentual foram calculados os demais percentuais;
- iii. Nas cartas sociolinguísticas, apresentamos as faixas de escolaridade e as crianças separadamente. A presença de um “X” em lugar de símbolos representativos das respostas significa “sem colaborador”, enquanto que a ausência de símbolos ou a presença de um símbolo cinza significa “não resposta” por parte do colaborador;
- iv. Adotando-se o mesmo padrão de representação dos percentuais de ocorrências do ALiB, os dados são apresentados nas cartas de forma binária, isto é, são

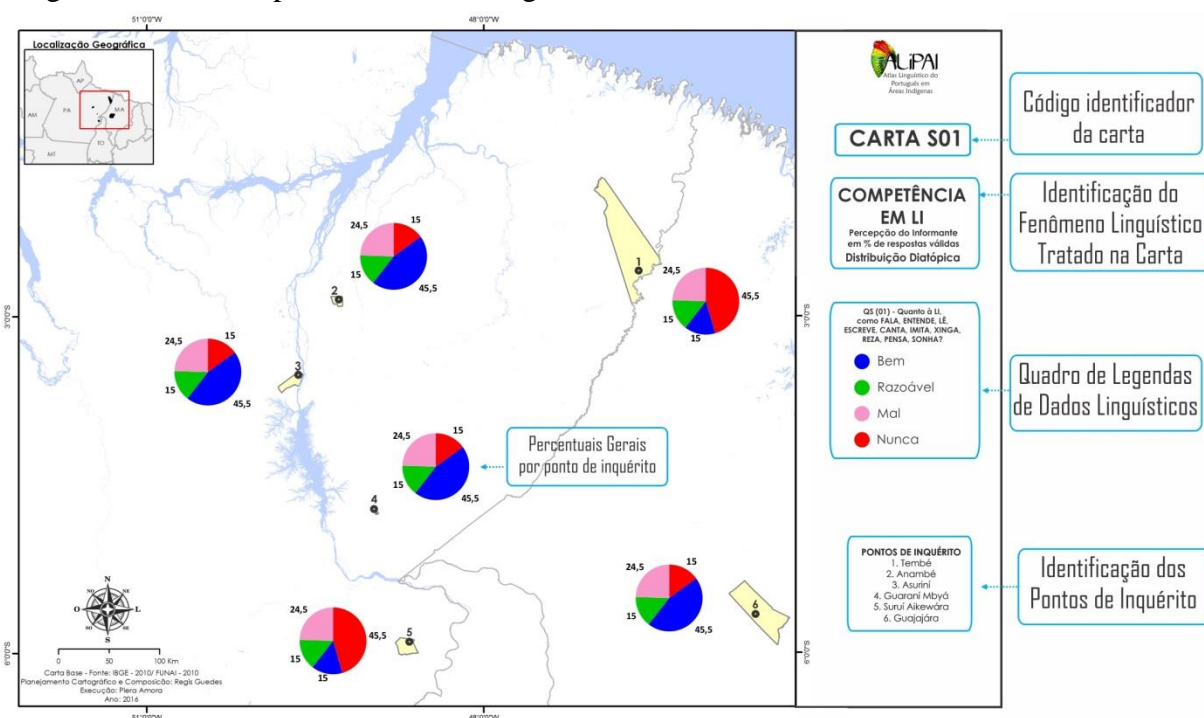
representadas duas variantes por carta, por exemplo: Carta F01 – Realizações de [e] e [ɛ]; Carta F02 – Realizações de [e] e [i].

4.4.2 Cartas Explicativas

As cartas linguísticas elaboradas para este estudo possuem naturezas distintas. São cartas sociolinguísticas, fonéticas e dialinguais. No intuito de propiciar clareza nas leituras dessas cartas, foram elaboradas as cartas explicativas que apresentamos a seguir.

As cartas sociolinguísticas foram elaboradas a partir dos dados coletados por meio da aplicação do Questionário Sociolinguístico – QS (apêndice B). As cartas dessa natureza são apresentadas em três modelos diferentes. No primeiro modelo (figura 44), para cada ponto de inquérito é apresentado um gráfico em formato de pizza contendo os percentuais gerais das respostas obtidas a partir das questões 01 e 05 do QS, como se pode observar:

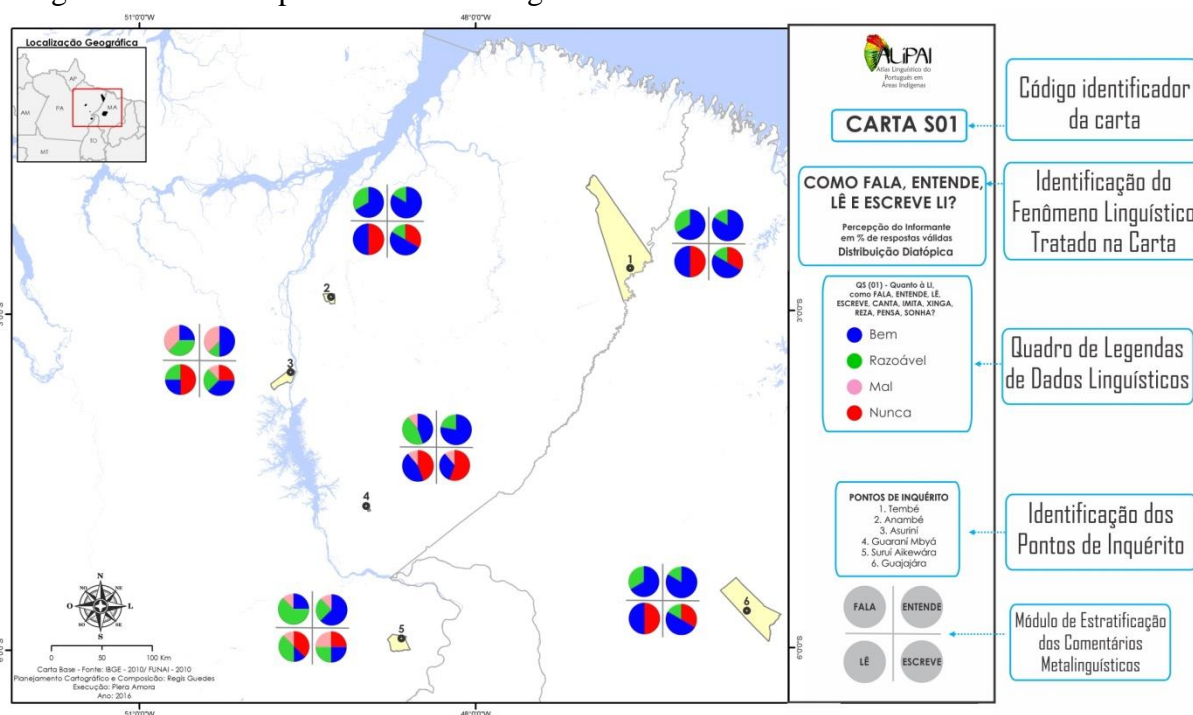
Figura 44: Carta Explicativa – Sociolinguística 1



Fonte: O autor

No segundo modelo (figura 45), são apresentados para cada ponto de inquérito quatro gráficos representativos de subitens das questões 01 e 05 do QS.

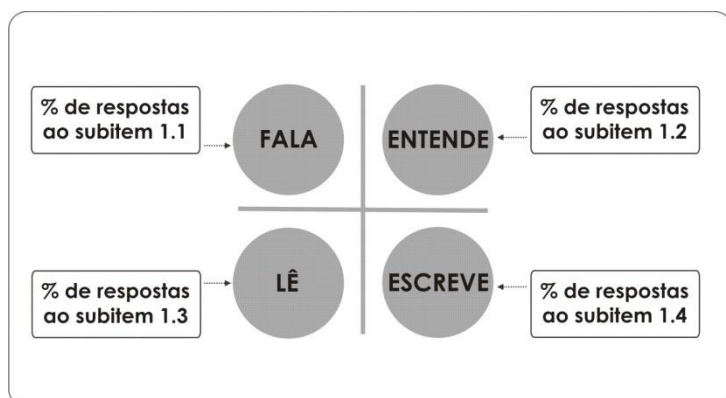
Figura 45: Carta Explicativa – Sociolinguística 2



Fonte: O autor

Nesse modelo de carta sociolinguística, utilizamos um módulo de apresentação de comentários metalingüísticos/epilingüísticos para agrupar as respostas de quatro subitens das questões 01 e 05 do QS numa mesma carta. Esse módulo apresenta grupos de quatro gráficos em formato pizza, que correspondem aos percentuais de respostas obtidos para os quatro subitens do Questionário Sociolinguístico (QS em questão, as legendas são alteradas a cada grupo de quatro subitens mapeados: *fala, entende, lê e escreve*) e (*canta, imita, xinga e reza*). Para os dois últimos subitens (*pensa e sonha*) os gráficos serão apresentados lado a lado.

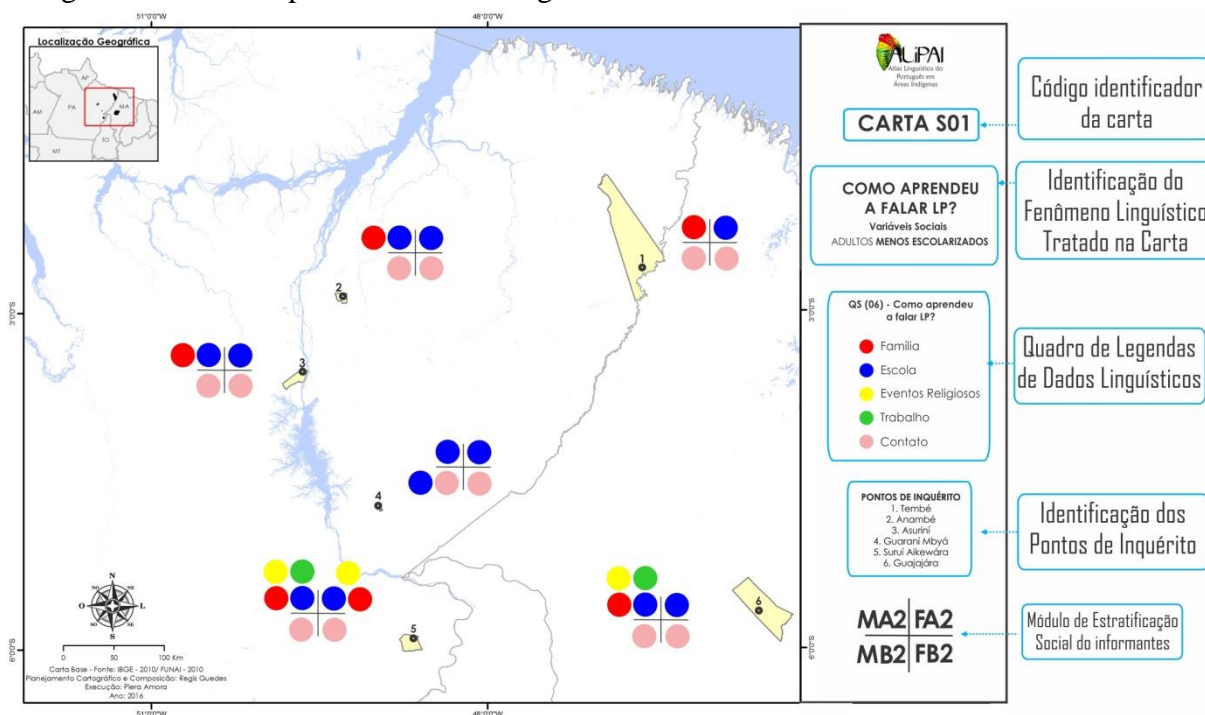
Figura 46: Módulo de apresentação de comentários metalingüísticos



Fonte: O autor

No terceiro modelo (figura 47) de apresentação de dados sociolinguísticos nas cartas elaboradas, as respostas dos colaboradores são representadas por símbolos contidos em uma caixa de legendas, os símbolos são dispostos no corpo da carta numa cruz de estratificação social. Nesse modelo apresentamos separadamente os dados referentes aos colaboradores adultos menos e mais escolarizados e às crianças, cujas cartas não necessitaram de uma cruz de estratificação social, uma vez que são apenas duas por ponto de inquérito.

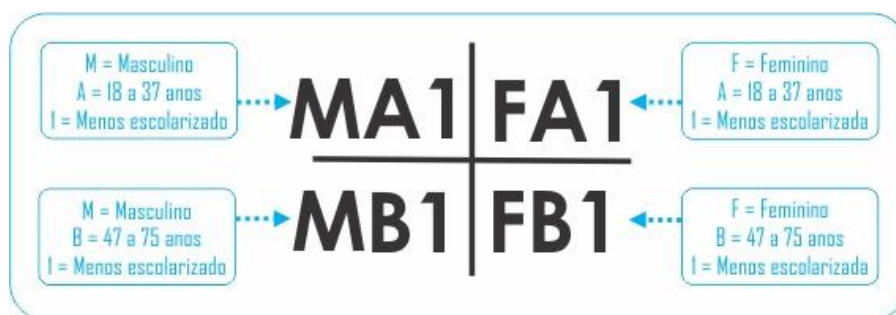
Figura 47: Carta Explicativa – Sociolinguística 3



Fonte: O autor

No canto inferior direito, neste modelo de carta, utilizamos uma cruz de estratificação social dos colaboradores (figura 48), cujas siglas possuem significados a seguir.

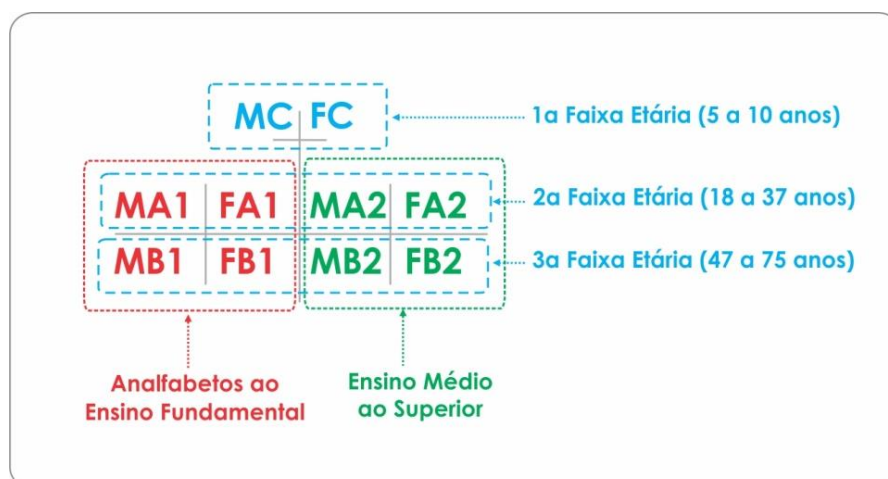
Figura 48: Cruz de Estratificação Social Simples



Fonte: O autor

As cartas dialinguais foram elaboradas no intuito de representar os fenômenos fonéticos de influência do substrato linguístico de matriz Tupí-Guaraní no português falado pelos colaboradores indígenas das comunidades-alvo desta pesquisa. Essas cartas foram elaboradas a partir de fenômenos fonéticos de registro raro, dispersos no *corpus*, registrados a partir de itens lexicais específicos, coletados a partir da Ficha do colaborador, QS, QFF, QSL e QFF Complementar aplicados (anexos e apêndices deste tomo). Optou-se por representá-los em cartas dialinguais com módulos de estratificação social mais complexos, contendo espaços referentes aos dez colaboradores previstos por ponto de inquérito. O intuito foi propiciar uma leitura mais global do fenômeno fonético estudado, representando a fala de todos os colaboradores entrevistados, condensando as informações em uma mesma carta (figura 49).

Figura 49: Módulo de Estratificação Social



Fonte: O autor

Neste módulo de estratificação social, encontram-se acima os espaços para os dados referentes aos colaboradores da primeira faixa etária: as duas crianças; à esquerda o menino (MC) e à direita a menina (FC). Do lado esquerdo do módulo, encontram-se os campos (assinalados em vermelho) referentes aos colaboradores menos escolarizados (analfabetos ou escolarizados até a 8ª série/9º ano do ensino fundamental). Inversamente a isso, do lado direito do módulo, encontram-se os campos (assinalados em verde) referentes aos colaboradores mais escolarizados (dos que cursam desde o 1º ano do Ensino Médio aos que cursam ou já possuem graduação no ensino superior). Como está especificado no quadro 22 (a seguir), “M” refere-se ao sexo masculino, “F” ao feminino, “C” refere-se à primeira faixa etária, “A” à segunda e “B” à terceira, “1” refere-se à primeira faixa de escolaridade e “2” à segunda.

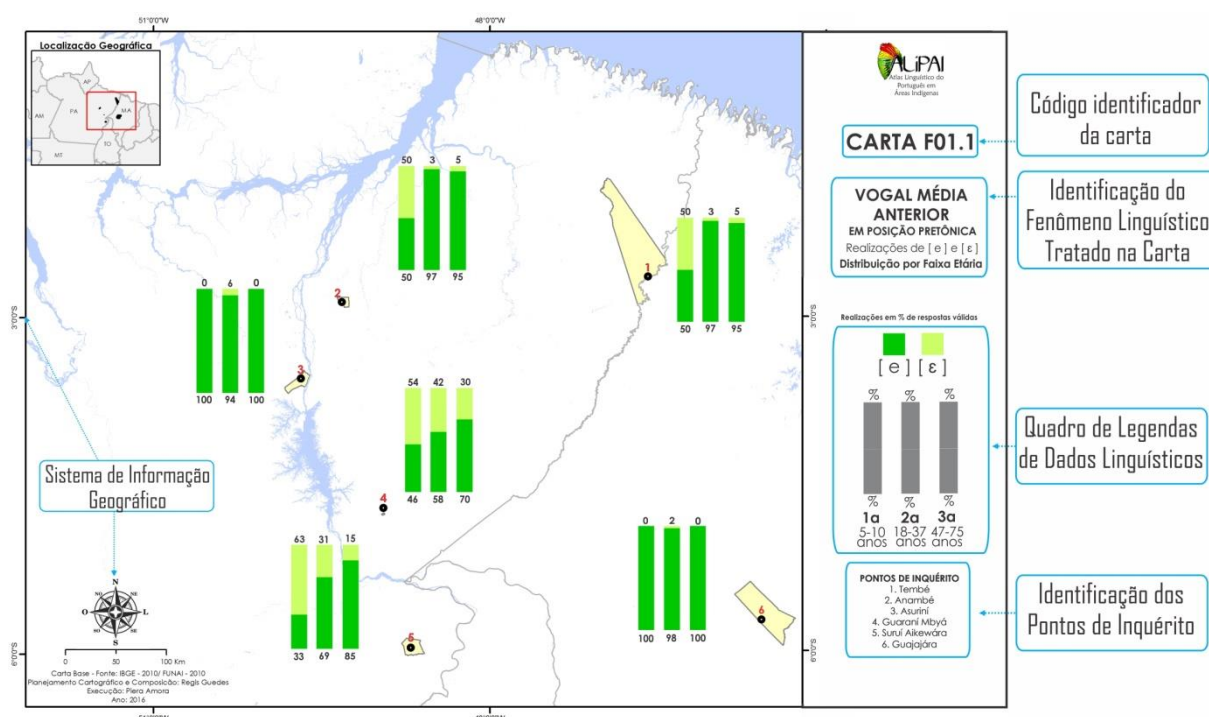
Quadro 21: Siglas e significados do módulo de estratificação social

SIGLA	SIGNIFICADO
MC	M – Sexo Masculino; C – 5 a 10 anos
FC	M – Sexo Feminino; C – 5 a 10 anos
MA1	M – Sexo Masculino; A – 18 a 37 anos; 1 – até o 9º Ano do Ens. Fundamental
MB1	M – Sexo Masculino; B – 47 a 75 anos; 1 – até o 9º Ano do Ens. Fundamental
FA1	F – Sexo Feminino; A – 18 a 37 anos; 1 – até o 9º Ano do Ens. Fundamental
FB1	F – Sexo Feminino; B – 47 a 75 anos; 1 – até o 9º Ano do Ens. Fundamental
MA1	M – Sexo Masculino; A – 18 a 37 anos; 1 – a partir do 1º Ano do Ens. Médio
MB1	M – Sexo Masculino; B – 47 a 75 anos; 1 – a partir do 1º Ano do Ens. Médio
FA1	F – Sexo Feminino; A – 18 a 37 anos; 1 – a partir do 1º Ano do Ens. Médio
FB1	F – Sexo Feminino; B – 47 a 75 anos; 1 – a partir do 1º Ano do Ens. Médio

Fonte: O autor

As cartas fonéticas foram elaboradas a partir da aplicação do Questionário Fonético-Fonológico – QFF do ALiB, adaptado à metodologia empregada, como expusemos na seção 4.3. Nessas cartas, os dados são apresentados em gráficos de dois formatos: pizzas e barras. Esses gráficos são dispostos no corpo das cartas sempre acompanhados de um quadro de legendas. Para cada fenômeno fonético estudado do QFF, foram produzidas: uma carta diatópica, apresentando os percentuais gerais para um fenômeno fonético (seguindo o mesmo princípio das cartas sociolinguísticas diatópicas: figura 44) e cartas secundárias, para esse mesmo fenômeno, apresentando separadamente cada variável estudada (diageracional, diagenérica e diastrática), para essas últimas apresentamos a seguinte carta explicativa (figura 50).

Figura 50: Carta Fonética Explicativa



Fonte: O autor

Esse modelo de carta apresentado (figura 50) é utilizado para mapear a variável diageracional, como nesta pesquisa tratamos dados de três faixas etárias, a carta apresenta grupos de três gráficos em formato de barra por ponto de inquérito. Para as variáveis diagenérica e diastrática, em cada ponto de inquérito, são apresentados dois gráficos em barra, uma vez que são dois os fatores neles considerados (dois sexos e duas faixas de escolaridade). Nas cartas diagenéricas, são contabilizados os dados referentes aos colaboradores crianças, o que não acontece nas cartas diastráticas (escolaridade).

4.5 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Seguindo o padrão metodológico da Geossociolinguística, os dados coletados em pesquisa de campo foram transcritos, organizados em tabelas do *Microsoft Excel 2010*, e em seguida cartografados em cartas linguísticas.

Quanto ao processo de transcrição dos dados sonoros, foram adotados os métodos de transcrição ortográfica e fonética, no intuito de registrar de forma objetiva a variação dos fenômenos estudados. Quanto à transcrição ortográfica dos dados em línguas indígenas, foram adotadas convenções de escrita das línguas estudadas (Suruí Aikewára, Asuriní do Tocantins, Tembê, Guajajara, Anambé e Guaraní). As transcrições fonéticas realizadas, por sua vez, podem ser consideradas simplificadas, uma vez que nelas não se privilegiou o uso de variados

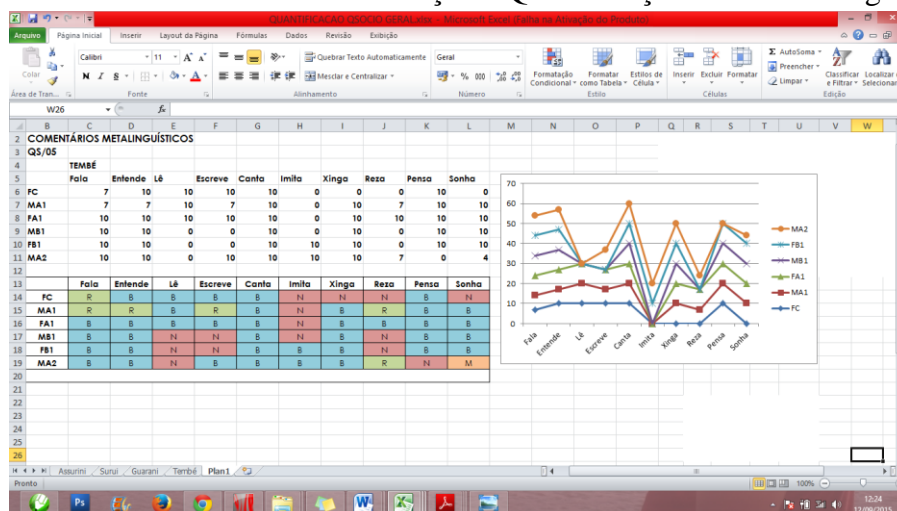
diacríticos, no registro dos dados de fala, que refletissem a variação no nível dos idioletos ou das condições de produção acústica dos sons, como por exemplo, da fala entre risos, fraca ou com algum grau de obstrução externa da cavidade oral, como pela proximidade da mão ou do braço à boca do colaborador no momento das respostas na entrevista. Privilegiou-se o registro da variação fonética no que compete à realidade de fala nas comunidades-alvo e entre elas.

Os dados coletados com finalidade de mapear a variação fonética do português falado pelos colaboradores foram transcritos foneticamente segundo o Alfabeto Fonético Internacional – IPA, em seguida foram organizados em planilhas do Microsoft Excel 2013, no intuito de sistematizar e quantificar as ocorrências.

Os dados sobre o português coletados a partir do Questionário Sociolinguístico foram transcritos ortograficamente, em seguida foram sistematizados e quantificados em planilhas (tabela 2), para serem mapeados em cartas linguísticas e/ou apresentados em quadros.

O estudo da variação diarreferencial dos dados aqui tratados seguiu o padrão metodológico adotado por Margotti (2004), no que se refere ao estudo dos comportamentos linguísticos e comentários metalinguísticos/epilinguísticos tratados na tabela 2:

Tabela 2: Planilha de Sistematização e Quantificação de Dados Linguísticos



Fonte: O autor

O mapeamento da variação fonética foi realizado a partir da lista de fenômenos fonéticos eleitos, como expusemos na seção 2.2.1. A quantificação dos dados foi realizada a partir dos itens esperados e das respostas válidas, conforme a lista de itens do QFF (anexo C). No que se refere aos dados sobre a variação fonética dialingual estudada na seção 5.1.1, em vista da escassez de ocorrências desses fenômenos, foram considerados fenômenos coletados

a partir de respostas não esperadas, do diálogo livre ou de outros questionários aplicados na pesquisa de campo, como o QSL e a Ficha do Colaborador.

Seguindo o modelo teórico-metodológico da Geossociolinguística e os pressupostos da Dialetoologia Pluridimensional e Relacional, os dados foram analisados com o intuito de evidenciar as tendências da variação na fala das comunidades, sob as variáveis Diatópica, Diagenérica, Diageracional, Diastrática, Dialingual e Diarreferencial. Referente a esta última, foram mapeados e discutidos dados sobre os comportamentos linguísticos e os comentários metalinguísticos/epilinguísticos dos colaboradores.

4.6 Adaptações metodológicas

Por motivações diversas, foram realizadas adaptações na metodologia adotada (inspirada no projeto ALiB), além de alterações no projeto de tese original. Como em qualquer projeto de pesquisa, o transcorrer das atividades demanda, por vezes, ampliações e supressões. Elencamos a seguir as adaptações mais significativas:

- i. Foram necessárias algumas adaptações na estratificação social dos colaboradores adotada neste estudo, em relação à estratificação adotada pelo ALiB, que nos serviu de modelo. Primeiramente, quanto à idade, incluímos duas crianças por ponto de inquérito, o que objetivou o mapeamento da vitalidade das LI em contato com o português nas comunidades-alvo. Além disso, em função da disponibilidade de colaboradores, alteramos as idades da segunda e da terceira faixa etária (primeira e segunda no ALiB, respectivamente), ampliamos para 37 anos o limite máximo de idade da segunda faixa, e para 47 o limite mínimo da terceira faixa (resguardando, portanto, um intervalo de dez anos entre elas). Ampliamos também o limite máximo da terceira faixa para 75 anos, no intuito de registrar a fala de indígenas que vivenciaram os primeiros contatos com os “brancos” nas etnias Asuriní, Suruí, Tembé e Urubu-ka’apor/Anambé. Quanto à escolaridade, em vista da baixa ou nenhuma disponibilidade de colaboradores da terceira faixa etária (47 a 75 anos) com maior escolaridade, e de colaboradores da segunda faixa etária (18 a 37 anos) com baixa escolaridade nas comunidades selecionadas, decidiu-se por: 1. incluir o ensino médio na segunda faixa de escolaridade; e 2. considerar o 9º ano do ensino fundamental como limite máximo da primeira faixa;

- ii. Como assinalamos anteriormente, a coleta de dados foi realizada em cinco das seis etnias previstas no projeto de tese (Suruí Aikewára, Asuriní do Tocantins, Tembé, Guajajára e Guaraní Mbyá). O sexto ponto de inquérito previsto no projeto de tese era a Terra Indígena Alto Turiaçú, da etnia Urubú Ka'apor. O acesso a esse ponto de inquérito ficou inviável em função da ocorrência de conflitos agrários com madeireiros na região. As lideranças ka'apor desaconselharam a entrada em área por nossa equipe, no período em que a mesma foi requerida. Após adiar várias vezes a viagem a este ponto de inquérito, esperando autorização das lideranças, decidiu-se por substituí-lo pela TI Anambé, da etnia homônima. A viagem de coleta de dados à terra indígena Anambé, no Pará, sofreu atraso em função dos problemas citados. Por conta disso, os dados, que tem previsão de coleta para março de 2017, não puderam ser incluídos neste estudo;
- iii. Ao estudarmos o *corpus* coletado, decidimos excluir deste estudo três fenômenos fonéticos previstos no projeto inicial, são eles: monotongação dos ditongos /ej/ e /ow/; palatalização das coronais /t, d, n/ diante de [i] < /i/ e [i] < /E, I/; e rotacismo. Os fenômenos apresentaram baixa produtividade no *corpus* coletado (alto grau de não respostas ao QFF), e demonstraram-se menos relevantes ante os já mapeados, do ponto de vista das influências do substrato linguístico de matriz Tupí-Guaraní no português falado nas comunidades-alvo. Todavia, esses fenômenos constituirão temas de pesquisas futuras, que poderão ampliar, ainda mais, a visão que já foi constituída a partir dos fenômenos mapeados, acerca do perfil do português em contato com as LI nas áreas indígenas investigadas;
- iv. As análises da variável dialingual no *corpus* demonstraram a necessidade de incluir o estudo de quatro fenômenos fonéticos que, em nossa percepção, constituem influências do substrato linguístico de matriz Tupí-Guaraní no português falado nas áreas indígenas investigadas, são eles: variação entre [s], [z], [ʃ], [ʒ], [d] e [dʒ]; substituição de /b/ por [p] ou [m]; substituição de /d/ por [t] e [tʃ] e de [ʎ] por [d]; e substituição de /g/ por [k].

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta-se subdividido em duas seções secundárias: na primeira, apresentamos a cartografia da variação fonética do português em contato com as cinco línguas Tupí-Guaraní das comunidades-alvo e, na segunda, a cartografia da variação diarreferencial (comportamentos linguísticos e comentários metalinguísticos/epilinguísticos) presente na fala dos colaboradores.

Nessas seções, discutiremos as cartas linguísticas elaboradas, tecendo comentários e, no caso das cartas sobre a variação fonética, comparando os dados obtidos nesta pesquisa com indígenas aos resultados de outros estudos sobre o português falado por não indígenas nos estados do Pará e Maranhão, como os dos atlas ALiSPA e ALiB.

5.1 VARIAÇÃO FONÉTICA

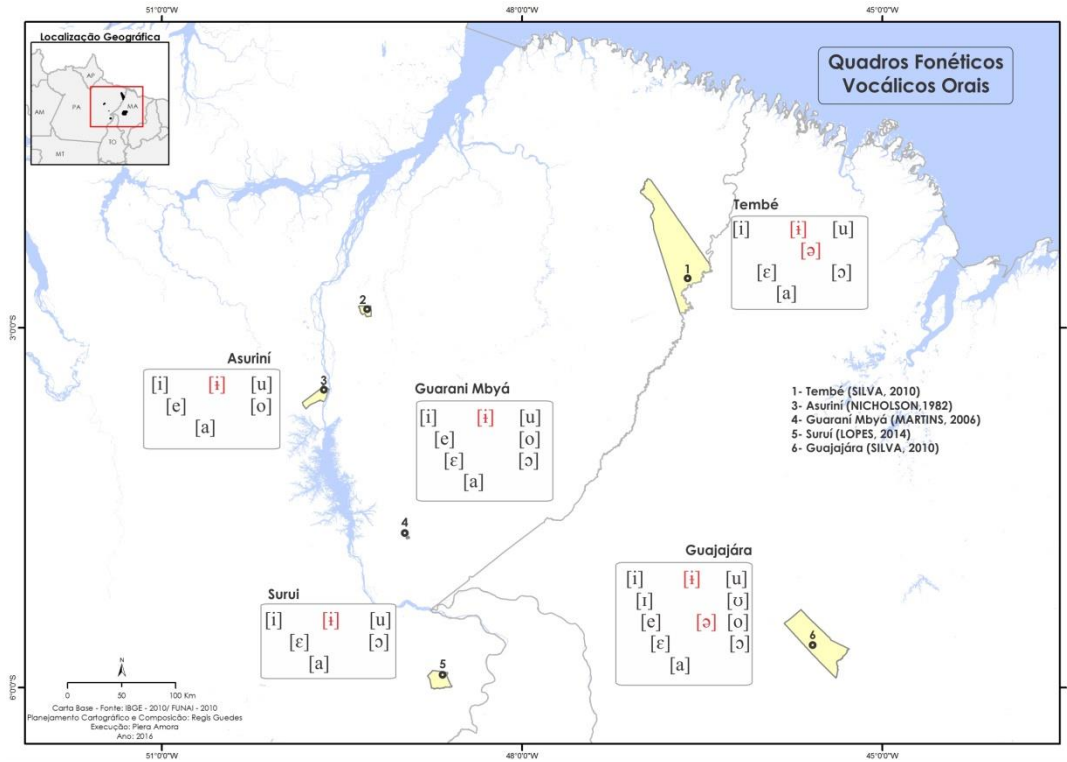
Nesta seção, apresentamos os resultados referentes à variação fonética do português em contato com as cinco línguas indígenas aqui tratadas. Inicialmente serão apresentados dados sobre a variação dialingual, nos quais procuramos evidenciar as influências do substrato linguístico de matriz Tupí-Guaraní no português falado nas áreas indígenas estudadas.

Numa perspectiva comparativa, objetivando-se explicar melhor a presença dos fenômenos mapeados nessas cinco comunidades indígenas, investigamos ocorrências desses fenômenos em dados pertencentes aos *corpora* de dois atlas linguísticos que mapearam o português falado por não indígenas nos estados do Pará e do Maranhão: ALiB e ALiSPA. Assim, pretendemos verificar comparativamente a existência de um “contínuo de fala” regional, presente no português falado por indígenas e não indígenas habitantes da região.

Para elucidar os processos de variação fonético-fonológica aqui estudados, construímos quatro cartas linguísticas³⁷ contendo a distribuição diatópica dos quadros fonéticos (vocálicos e consonantais) das seis línguas indígenas, com as quais o português mantém contato nas áreas indígenas estudadas, são eles os mapas 2, 2.1, 3 e 3.1.

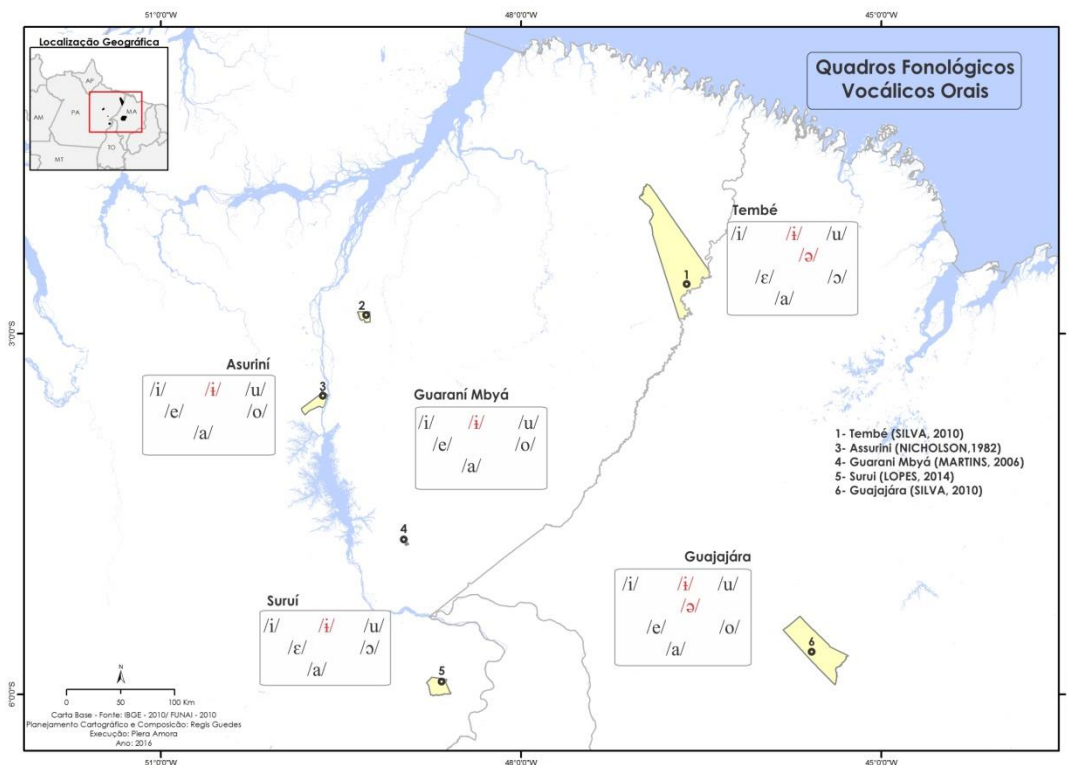
³⁷ Nas referidas cartas destacamos em vermelho os fones pertencentes às línguas indígenas que não constam do elenco do português brasileiro, segundo Seara, Nunes e Lazzarotto-Volcão (2011) e Cãmara Junior (1977).

Mapa 2: Distribuição Diatópica dos Quadros Fonéticos das Vogais Orais das Línguas Indígenas das Comunidades-Alvo



Fonte: O autor

Mapa 2.1: Distribuição Diatópica dos Quadros Fonológicos das Vogais Orais das Línguas Indígenas das Comunidades-Alvo

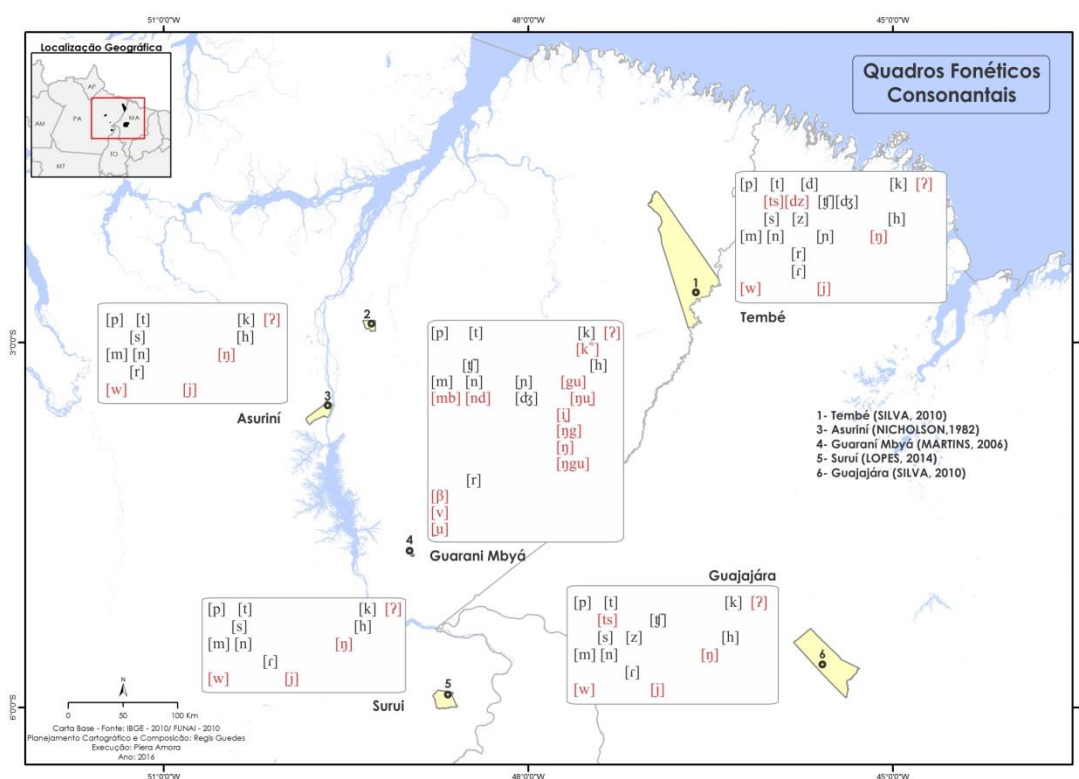


Fonte: O autor

No mapa 2.1, elaborado sobre os quadros fonológicos das vogais orais das cinco línguas Tupí-Guaraní estudadas, é possível observar que apenas dois fonemas diferem do quadro de vogais do português (tomando-se Câmara Junior [1977]: /i/, /e/ /ɛ/, /a/, /ɔ/, /o/ e /u/), são elas as vogais /ĩ/ e /ə/.

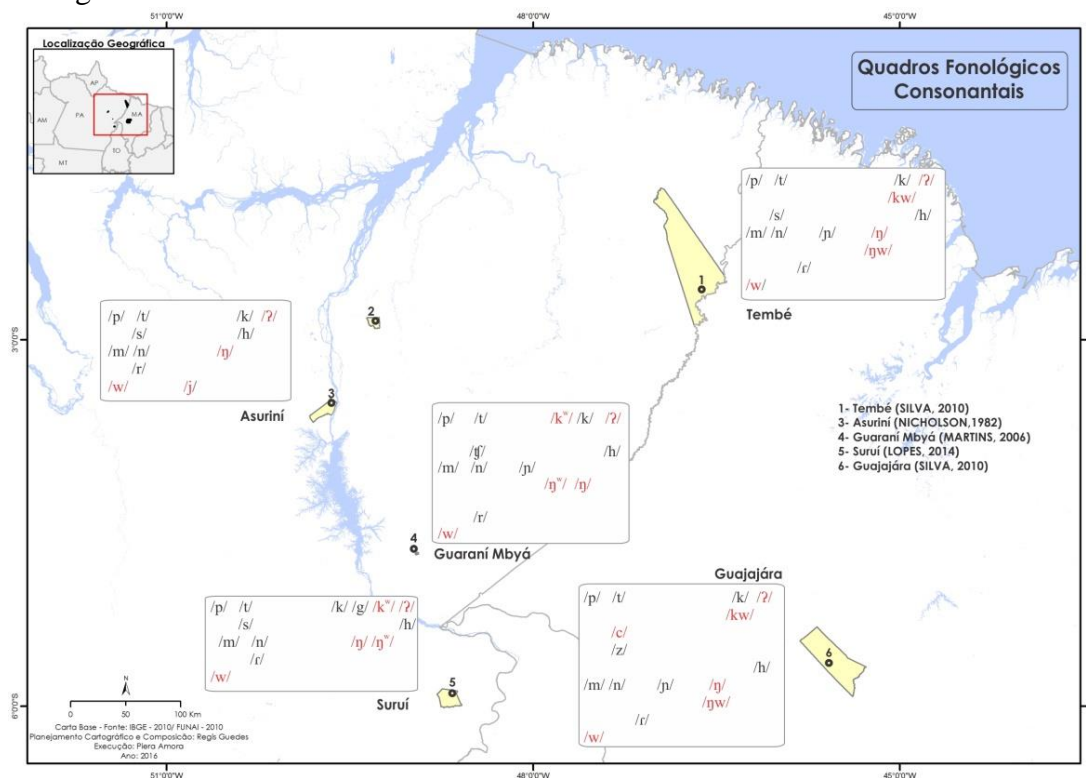
Os dados referentes ao Questionário Fonético-Fonológico Complementar, que objetivaram coletar informações sobre a realização desses fonemas no português falado pelos indígenas, nos contextos pretônico, tônico e postônico, não apresentaram ocorrências de [ĩ] central em lugar da vogal alta [i] ou [u], tão pouco do [ə] na fala dos colaboradores, em nenhuma das faixas etárias, de escolaridade ou entre os sexos. De outro lado, foi registrada na entrevista com a colaboradora FB2, da etnia Suruí Aikewára, que o processo inverso tem ocorrido, especialmente entre os indígenas mais jovens, que tendem a substituir a vogal central [ĩ] pela alta [i] quando falam a língua indígena de sua etnia. Em conversa com a colaboradora FB2, que é professora de LI na escola da aldeia Sororó, registramos seu relato sobre essas ocorrências na fala dos alunos, bem como, sobre sua tentativa de ensinar a “pronúncia correta” da língua Suruí Aikewára a eles.

Mapa 3: Distribuição Diatópica dos Quadros Fonéticos das Consoantes das Línguas Indígenas das Comunidades-Alvo



Fonte: O autor

Mapa 3.1: Distribuição Diatópica dos Quadros Fonológicos das Consoantes das Línguas Indígenas das Comunidades-Alvo



Fonte: O autor

Observando-se o mapa 3.1, sobre os quadros fonológicos consonantais das cinco línguas indígenas em questão, verifica-se que a língua Guarani Mbyá (ponto 3) é a que mais se difere no conjunto de fonemas consonantais. Isso ocorre justamente por essa língua pertencer a um sub-ramo diferente das demais dentro da família linguística Tupí-Guaraní, enquanto as línguas Asurini do Tocantins, Suruí Aikewára, Tembê e Guajajara pertencem ao sub-ramo IV, a língua Guarani Mbyá pertence ao I, conforme a classificação proposta por Cabral e Rodrigues (2002).

De modo geral, observa-se que os quadros fonéticos e fonológicos consonantais dessas cinco línguas apresentam diversos fonemas que não existem no Português do Brasil. Por outro lado, observando-se o quadro fonético consonantal do português, proposto por Seara, Nunes e Lazzarotto-Volcão (2011) (quadro 23), verificamos também que há diversos fonemas não catalogados nas línguas Suruí Aikewára, Asurini do Tocantins, Tembê, Guajajara e Guarani Mbyá.

Quadro 22: Quadro Fonético Consonantal do Português

	Ponto de Articulação															
	Bilabial		Labiodental		Dental ou Alveolar		Álveo-palatal		Palatal		Velar		Glotal		Uvular	
Vozeamento	Su	So	Su	So	Su	So	Su	So	Su	So	Su	So	Su	So	Su	So
Oclusiva	P	b			T	D					k	G				
Africada							tʃ	dʒ								
Fricativa			F	v	S	Z	f	ʒ			x	ɣ	h	ɦ	X	ʁ
Nasal		m				N				ɲ						
Tepe						r										
Vibrante						R									ʀ	
Retroflexa						ɻ										
Lateral						l				ʎ		ʟ				
Aproximante						ɹ										

Fonte: Seara, Nunes e Lazzarotto-Volcão (2011) (Adaptado)

Portanto, como se pode observar, há distinções e semelhanças entre os quadros fonéticos vocálicos e consonantais das seis línguas em questão: a portuguesa e as cinco indígenas, cujo contato é objeto deste mapeamento geolinguístico.

Essa realidade de contato linguístico, historicamente, propiciou a ocorrência de contextos de fala profundamente marcados por influência mútua entre essas línguas, como atestaram, por exemplo, os estudos realizados sobre a língua Tenetehára (Tembé e Guajajára) por Cyriaco Baptista (1932), Boudin (1966), Carvalho (2001) e Silva (2010).

No quadro 24 (a seguir), apresentamos uma amostra de dados compilados por Silva (2010) a partir desses estudos anteriores, no qual estão listados diversos empréstimos linguísticos do português para as línguas Tembé e Guajajára. Nesses exemplos, é possível observar como os fonemas do substrato linguístico de matriz Tupí-Guaraní influenciaram a pronúncia de palavras do português falado pelos indígenas. Os registros dessas lexias foram feitos em três momentos históricos distintos: 1932, 1966 e 2001, mas foram reunidos em uma única listagem, a título de ilustração dos possíveis fenômenos fonéticos a serem observados nos dados coletados por nós entre 2014 e 2016, com indígenas dessas duas etnias, além das demais etnias em questão. Como afirmamos anteriormente, as influências fonéticas dessas

Línguas Indígenas (LI) no português falado por indígenas das comunidades-alvo não foram amplamente estudadas, nesse campo não há uma tradição de estudos.

Quadro 23: Empréstimos do português pronunciados por indígenas Tembé e Guajajára

Português	Pronúncia de índios Tembé	Pronúncia de índios Guajajára
Antônio	<i>Antõj</i>	-
Luzia	<i>Ruzi</i>	
Lopes	<i>Rop</i>	
Enfermeira	<i>enfermera</i>	-
Vão	<i>Ram</i>	-
Papel	-	<i>Paper</i>
Caminhão	<i>kəmiəw</i>	<i>Kamiaw</i>
Bola	<i>Bol</i>	<i>bol ~ bor</i>
Pano	<i>Pan</i>	-
Saia	<i>ʃaj</i>	<i>Saj</i>
Motor	<i>Moto</i>	-
Camisa	<i>kamiʃaw</i>	<i>kamir</i>
Bichano	<i>piʃan</i>	<i>piʃan</i>
Bacia	<i>Bacij</i>	-
Chapéu	<i>çapeo</i>	
	<i>zapêw</i>	-
	<i>chapew</i>	
Doutor	<i>nõtôr</i> <i>doto</i>	-
Colher	<i>cuijér</i> <i>kuder</i>	<i>Kuze</i>
Abacate	<i>bakati</i>	-
Melancia	<i>merãsiã</i>	-
Escola	<i>iskola</i>	-
	<i>ikoli</i>	
Compadre	<i>kupara</i>	-
Comadre	<i>kumara</i>	-
Canoa	<i>Kanu</i>	-
Sal	-	<i>Sa</i>
Arroz	-	<i>aroj</i>
		<i>aroz</i>
Açúcar	-	<i>asuka</i> <i>asuk</i>
Caneco	-	<i>Kanek</i>
Toalha	-	<i>Tuaj</i>
Boneca	-	<i>Munek</i>
Bernardo	<i>Mérénar</i>	
Balbino	<i>Máruin</i>	
Cruz	<i>curuça</i>	
Sapato	<i>zapatu</i>	
Limão	<i>rimáw</i>	
Calixto	<i>Kari</i>	
Marcellina	<i>Mâtrin</i>	
Philipe	<i>Uiripi</i>	
Carolina	<i>Karurin</i>	
Caju	<i>akazú</i>	
José	<i>Zuzé</i>	

Fonte: Cyriaco Baptista (1932); Boudin (1966); Carvalho (2001)

Silva (2010) elenca as seguintes estratégias adotadas na adaptação de uma listagem de nomes feita por Cyriaco Baptista (1932) (alguns deles elencados no quadro 24) à fonologia da Língua Tenetehára, os processos são similares aos que foram adotados em outras palavras, também apresentadas no quadro 24:

- 1) Substituição de /l/ por /r/;
- 2) Apagamento das vogais átonas finais para adaptá-las ao padrão da língua, que permite os fonemas consonantais /r/ e /n/ em final de palavra;
- 3) Substituição do fonema /d/ por /z/, o que significa que nessa variedade de Tembê existia /z/ e não /d/, como na maioria das variedades de Tembê atuais;
- 4) Substituição de /b/ por /m/;
- 5) Substituição de /ʒ/ por /z/;

Em observância a esses fenômenos apontados sobre a língua Tenetehára (Tembê e Guajajára), que são comuns a outras línguas da família Tupí-Guaraní, foi elaborado o Questionário Fonético-Fonológico Complementar aplicado nesta pesquisa, que, como apontamos anteriormente, objetivou verificar a maturação ou não de tais fenômenos linguísticos no português falado por indígenas pertencentes às seis etnas em questão. Além disso, objetivou-se realizar a mesma verificação nos dados coletados a partir do Questionário Fonético-Fonológico do projeto ALiB, também aplicado.

Nesse intuito, elaboramos uma seção com cartas linguísticas sobre a variação fonética dialingual, ocorrida no contato entre as cinco línguas indígenas Tupí-Guaraní estudadas e o português falado nas respectivas áreas indígenas.

5.1.1 Variação Fonética Dialingual

Nesta seção, objetivamos ilustrar a variação fonética dialingual que ocorre no contato entre o português e as cinco línguas indígenas dos povos aqui estudados, o que projetou uma imagem geolinguística pluridimensional, que ampara a classificação feita por Rodrigues e Cabral (2002) dessas línguas indígenas dentro da Família Tupí-Guaraní.

Organizamos no quadro 25 (a seguir) os registros, presentes no *corpus* estudado, de itens lexicais que contém marcas fonéticas que podem indicar influências do substrato linguístico de matriz Tupí-Guaraní no português falado pelos indígenas pertencentes às comunidades-alvo.

Quadro 24: Influências do substrato Tupí-Guaraní registradas no *corpus*

ETNIA	COLABORADOR/IDADE	REALIZAÇÃO
Guaraní Mbyá	FB1 (47 a 75 anos)	[zu'eʎʊ] (joelho) [vari'zɛrɛ] (varejeira) ['ka'ʒĩɛdʒipaʎɛ] (casinha de palha) [ka'ɖʒu] (caju) ['ɖʒɛmɛ] (gêma) ['ɖʒɛho] (gênro) [kã'ɖʒikɛ] (canjica) [pi'fu'zi] (bichoziinho) [pe'za] (beijar)
	MA1 (18 a 37 anos)	[se'pɔlɛ] (cebola)
	FA2 (18 a 37 anos)	[ʎikwiʎiʎika'do] (liquidificador)
Suruí	FB1 (47 a 75 anos)	[pisi'kleta] (bicicleta) [pã'dɛrɛ] (bandeira) [paɦ'gja'beɦtɛ] (braguilha aberta) [kɔɦ'durɛ] (gordura) [pi'ʒãɖʊ] (pisando)
	MB1 (47 a 75 anos)	[kã'ba] (gambá) [tepu'tadʊ] (deputado) ['sis] (giz)
Asuriní	FB1 (47 a 75 anos)	[mo,to'ovʊ] (botou ovo) [besa'floɦ] (beija-flor)
	FA1 (18 a 37 anos)	[ʎiʎiʎika'do] (liquidificador)
Tembé	FB1 (47 a 75 anos)	[ku'dɛɦ] (colher) [guɦ'turɛ] (gordura) [kadu'eʊ] (cajueiro)
	MA1 (18 a 37 anos)	[ʎiʎiʎika'do] (liquidificador)
	FA2 (18 a 37 anos)	[ʎiʎiʎika'do] (liquidificador)
Guajajára	FB1 (47 a 75 anos)	[ã'ʎikɛ] (antiga) [paʎi'za] (batizar)
	MC1 (5 a 10 anos)	[pata'sɛki] (pata cega)

Fonte: O autor

Os fenômenos fonéticos arrolados no quadro 25 presentes no português falado por indígenas das comunidades-alvo, são os seguintes:

- 1) Variação entre [s], [z], [ʃ], [ʒ], [d] e [ɖʒ];
- 2) Substituição de /b/ por [p] ou [m];
- 3) Substituição de /d/ por [t], [ʈ] e de [ʎ] por [d];
- 4) Substituição de /g/ por [k].

Para facilitar as análises desses fenômenos fonéticos, seccionamos os dados em quadros distintos, agrupando-os por fenômenos similares ou relacionados, os quais apresentamos e discutimos a seguir.

- **Substituição de /b/ por [p] ou [m]**

Os dados registrados no quadro 26 (a seguir) demonstram uma tendência à substituição da realização fonética da oclusiva bilabial sonora [b] por outros dois fonemas. Essa tendência se manifestou na fala de quatro indígenas pela dessonorização da oclusiva bilabial sonora [b], gerando a surda [p], bem como na fala de outro colaborador na substituição da oclusiva bilabial sonora [b] pela oclusiva nasal [m].

Quadro 25: Substituição de /b/ por [p] ou [m]

REALIZAÇÃO	COLABORADOR/IDADE	ETNIA
[pi'fu'zi] (bichozinho) [pe'za] (beijar)	FB1 (47 a 75 anos)	Guaraní Mbyá
[se'polɐ] (cebola)	MA1 (18 a 37 anos)	
[pisi'kleta] (bicicleta) [pã'derɐ] (bandeira) [paɦ, gja'beɦtɐ] (braguilha aberta)	FB1 (47 a 75 anos)	Suruí
[mo, to'ovu] (botou ovo)	FB1 (47 a 75 anos)	Asuriní
[paɦi'za] (batizar)	FB1 (47 a 75 anos)	Guajajára

Fonte: O autor

Como se pode observar no quadro 26, foram registradas as formas [pisi'kleta] (bicicleta), [pã'derɐ] (bandeira) e [paɦ, gja'beɦtɐ] (braguilha aberta) na fala da colaboradora FB1 (terceira faixa etária: 47 a 75 anos) do povo Suruí Aikewára. A dessonorização da oclusiva bilabial sonora [b] também foi registrada nas formas [pi'fu'zi] (bichozinho) e [pe'za] (beijar), observadas na fala da colaboradora FB1 do povo Guaraní Mbyá. Entre os Guajajára foi registrada a forma [paɦi'za] (batizar) na fala da colaboradora FB1. Registrou-se também [se'polɐ] (cebola) na fala do colaborador MA1 Guaraní (segunda faixa etária: 18 a 37 anos).

Outro desdobramento desse contexto é o uso da bilabial nasal [m] em substituição à oclusiva bilabial sonora /b/, fato também registrado por Cyriaco Baptista (1932) e Boudin (1966) e Carvalho (2001) no português falado pelos Tenetehára (Tembé e Guajajára), como referenciamos no quadro 24 em *munek* (boneca), *Mérénar* (Bernardo) e *Máruin* (Balbino). O

fenômeno foi registrado no *corpus* deste estudo (quadro 26) na realização de [mo.to'ovo] (botou ovo) na fala da colaboradora FB1 dos Asuriní.

Julgamos que essas substituições de /b/ por [p] e [m] constituem estratégias fônicas utilizadas pelos falantes indígenas do português. O uso da oclusiva bilabial surda [p] e da nasal [m], em ambientes nos quais o português brasileiro rege o uso da oclusiva bilabial sonora [b], deve-se ao fato de que esse fone não consta dos sistemas fonético-fonológicos das línguas indígenas estudadas (Tembé, Asuriní, Guaraní Mbyá, Suruí Aikewára e Guajajára), como se pode constatar nos mapas 3 e 3.1, sobre os quadros fonéticos e fonológicos consonantais das LI. Nesses contextos de contato linguístico, a tendência é de que o falante busque sons próximos ou similares existentes em sua língua materna, para suprir a necessidade de pronunciar as sequências sonoras da segunda língua³⁸. O traço bilabial, que é comum aos três fonemas [b], [p] e [m], deve ter favorecido, nesse caso, a substituição da bilabial sonora [b] pela surda [p] e pela nasal [m], na fala dos colaboradores.

- **Substituição de /d/ por [t] e [tʃ] e de [ʎ] por [d]**

Seguindo-se o mesmo princípio observado na substituição da oclusiva bilabial sonora [b], pela surda [p], verificou-se nos registros do quadro 26 (a seguir) a dessonorização da oclusiva dento-alveolar sonora [d]. Em palavras nas quais o português brasileiro prevê o uso da oclusiva dento-alveolar sonora [d], obteve-se o registro da oclusiva dento-alveolar surda [t] e da africada [tʃ]. Por outro lado, houve o registro da oclusiva dento-alveolar sonora [d] num contexto no qual o fonema esperado era a lateral palatal [ʎ].

Quadro 26: Substituição de /d/ por [t] e [tʃ] e de [ʎ] por [d]

REALIZAÇÃO	COLABORADOR/IDADE	ETNIA
[tepu'tado] (deputado)	MB1 (47 a 75 anos)	Suruí
[guñ'turɐ] (gordura) [ku'dɛh] (colher)	FB1 (47 a 75 anos)	Tembé
[ʎitʃifika'do] (liquidificador)	MA1 (18 a 37 anos)	
[ʎitʃifika'do] (liquidificador)	FA2 (18 a 37 anos)	

³⁸ Como veremos adiante na seção sobre a variação diarreferencial, o estudo do perfil dos colaboradores pertencentes à terceira faixa etária (47 a 75) registra o fato de que a maioria deles aprendeu o português como segunda língua.

[ʎikwiʎfifika'do] (liquidificador)	FA2 (18 a 37 anos)	Guaraní Mbyá
[ʎififika'do] (liquidificador)	FA1 (18 a 37 anos)	Asuriní

Fonte: O autor

Como se pode constatar no quadro 27, foram registradas ocorrências de substituição da oclusiva dento-alveolar sonora /d/ pela surda [t] e pela africada [tʃ] na fala de seis colaboradores pertencentes a quatro etnias (Suruí, Tembé, Guaraní e Asuriní). Foram registradas as formas [tepu'tado] por *deputado* na fala do colaborador MB1 dos Suruí Aikewára e [guñ'turɛ] (gordura) para a colaboradora FB1 dos Tembé, ambos pertencentes à terceira faixa etária (47 a 75 anos). Obteve-se também o registro das formas: [ʎififika'do] na fala dos colaboradores FA2 e MA1 do povo Tembé e FA1 do povo Asuriní; e [ʎikwiʎfifika'do] (liquidificador) na fala da colaboradora FA2 do povo Guaraní Mbyá, ambos pertencentes à segunda faixa etária (18 a 37 anos).

Da mesma forma que no caso do fenômeno anteriormente citado (Substituição de /b/ por [p] ou [m]), este poderia ser justificado, sob o ponto de vista da influência do substrato linguístico de matriz Tupí-Guaraní, pelo fato de que no sistema fonético-fonológico das línguas indígenas em questão (Suruí, Tembé, Guaraní e Asuriní) não existe a oclusiva dento-alveolar sonora /d/ (ver mapas 3 e 3.1), portanto, o som mais próximo em traços fônicos (modo e ponto de articulação) seria a dento-alveolar surda [t], que, nos casos do item “liquidificador”, por se ter no contexto subsequente a vogal alta [i], teria se palatalizado, gerando a lateral africada [tʃ], que foi registrada nas respostas dadas pelos colaboradores da segunda faixa etária, assinalados no parágrafo anterior. O fato de esses registros de substituição da dento-alveolar sonora /d/ pela africada [tʃ] terem ocorrido exclusivamente na segunda faixa etária (18 a 37 anos) pode ser um indicador de que esse fenômeno apresenta vitalidade nessas comunidades de fala, ao contrário do que ocorre na substituição da dento-alveolar sonora /d/ pela surda [t], que se deu apenas na fala dos colaboradores da terceira faixa etária (47 a 75 anos), um Suruí e um Tembé, o que, por sua vez, pode denotar um declínio de ordem diageracional mais acentuado.

O registro da dento-alveolar sonora [d] em substituição à lateral palatal [ʎ] remete às indicações de Cyriaco Baptista (1932), Boudin (1966) e Carvalho (2001), acerca da influência da língua Tenetehára sobre o português falado pelos Tembé e pelos Guajajára. A substituição da lateral palatal [ʎ] pela dento-alveolar sonora [d] foi registrada no português falado pela colaboradora Tembé FB1, na forma [ku'dɛh] por *colher* (quadro 27), exatamente como no

quadro 24. A proximidade dos pontos de articulação (palatal e alveolar) e a inexistência da palatal [ʎ] no sistema fonético-fonológico da língua Tembé são, provavelmente, os fatores desencadeadores dessa variação. Contudo, ressaltamos que, como citamos anteriormente, a dento-alveolar sonora /d/ também não faz parte do sistema fonético-fonológico da língua Tembé. É possível que a existência da álveo-palatal sonora [dʒ] no sistema fonético dessa língua (mapa 3) tenha propiciado a produção da dento-alveolar sonora [d] nesse contexto, no qual o português brasileiro preconizaria o uso da lateral palatal [ʎ]. Ressaltamos que os registros de Cyriaco Baptista, Boudin e Carvalho (*op. cit.*) (quadro 24) também apresentam as variantes *cuijé* (na língua Tembé) e *kuzé* (na língua Guajajára) para o item lexical *colher*. Nesses dois casos, têm-se claramente o uso do recurso de substituição de um som não existente na língua (a palatal [ʎ]) por outro existente (a aproximante [j] ou fricativa dento-alveolar sonora [z]), como se pode observar nos quadros fonéticos e fonológicos das línguas Tembé e Guajajára nos mapas 3 e 3.1. Seguindo, justamente, esse mesmo princípio, enquadraremos o fenômeno analisado a seguir.

- **Substituição de /g/ por [k]**

A desonorização das sonoras parece caracterizar a permanência do substrato linguístico Tupí-Guaraní na fala das comunidades-alvo. No quadro 27, verifica-se que na fala de quatro indígenas houve registros da oclusiva velar surda [k] em contextos nos quais o português brasileiro preconiza o uso da oclusiva velar sonora [g].

Quadro 27: Substituição de /g/ por [k]

REALIZAÇÃO	COLABORADOR/IDADE	ETNIA
[kofi'dure] (gordura)	FB1 (47 a 75 anos)	Suruí
[kã'ba] (gambá)	MB1 (47 a 75 anos)	
[ã'ʃike] (antiga)	FB1 (47 a 75 anos)	Guajajára
[pata'seki] (pata cega)	MC1 (5 a 10 anos)	

Fonte: O autor

As formas [kã'ba] (gambá) e [kofi'dure] (gordura) (quadro 28) foram registradas na fala dos colaboradores MB1 e FB1 (47 a 75 anos) do povo Suruí Aikewára. Entre os

Guajajára foram registradas as formas [ã'tʃikɐ] (antiga) na fala da colaboradora FB1, e [pata'seki] (pata cega) na fala do colaborador criança do sexo masculino (5 a 10 anos), esse último registro pode refletir um sinal de manutenção do referido fenômeno na língua portuguesa falada na comunidade, em vista da faixa etária em que ocorreu.

A não existência da oclusiva velar sonora [g] nos sistemas fonético-fonológicos das línguas indígenas em questão (Suruí, Tembê e Guajajára) justificaria, portanto, o uso da velar surda [k], nos casos assinalados no quadro 28. Ressaltamos que, nos casos dos registros: [kã'ba] (gambá) e [kofi'durɐ] (gordura), têm-se na sílaba subsequente o registro de consoantes que também não fazem parte dos sistemas fonético-fonológicos das LI em questão, sendo que nesses casos não houve substituição da oclusiva bilabial sonora [b] pela surda [p] em [kã'ba], e nem da dento-alveolar sonora [d] pela surda [t] em [kofi'durɐ], contudo, houve o registro de [guhi'turɐ] (gordura) na fala da colaboradora FB1 Tembê. É possível que a questão posicional influencie no fenômeno, uma vez que a substituição do fone não existente ocorreu principalmente em posição pretônica. Todavia, em outros registros, houve a substituição do fone inexistente no sistema das LI em posição tônica. Foi o que se observou quanto ao fenômeno analisado no tópico seguinte.

- **Variação entre [s], [z], [ʃ], [ʒ], [d] e [dʒ]**

Quanto à variação observada entre [s, ʃ, z, ʒ, d, dʒ], também referenciada em parte por Cyriaco Baptista (1932), Boudin (1966) e Carvalho (2001) (quadro 24), como em: *çapeo*, *zapêw e chapew* (para chapéu), *zapatu* (sapato), *akazú* (cajú), *Zuzé* (José) e *Zúrútʃu* (Dorothêo), foram registradas, neste estudo, na fala de cinco colaboradores, as ocorrências a seguir.

Quadro 28: Variação entre [s], [z], [ʃ], [ʒ], [d] e [dʒ]

REALIZAÇÃO	COLABORADOR/IDADE	ETNIA
[zu'eʎo] (joelho) [vari'zerɐ] (varejeira) [ka'ʒiɛʒipaʎɐ] (casinha de palha) [ka'dʒu] (cajú) [dʒɛmɐ] (gêma) [dʒɛho] (gênro) [kã'dʒikɐ] (canjica)	FB1 (47 a 75 anos)	Guaraní Mbyá
[pi'zãdo] (pisando)	FB1 (47 a 75 anos)	Suruí
[sis] (giz)	MB1 (47 a 75 anos)	

[besa'flo] (beija flor)	FB1 (47 a 75 anos)	Asuriní
[kadu'eó] (cajueiro)	FB1 (47 a 75 anos)	Tembé

Fonte: O autor

Dentre os fenômenos registrados, no que se refere às influências do substrato linguístico de matriz Tupí-Guaraní no português falado pelos indígenas das etnias estudadas, o que mais se destacou em termos de frequência foi a variação entre os fones [s, z, ʃ, ʒ, d, dʒ]. Como se pode observar no quadro 29, na fala da colaboradora Guaraní, pertencente à terceira faixa etária (47 a 75 anos), menos escolarizada (analfabeta), foram registradas três das variações fonéticas estudadas nesse tópico: 1. a substituição da fricativa alveo-palatal sonora [ʒ] pela fricativa dento-alveolar sonora [z], em [zu'eʎó] (joelho) e [vari'zerɐ] (varejeira); 2. o processo inverso a esse, a substituição da fricativa dento-alveolar sonora [z] pela fricativa alveo-palatal sonora [ʒ], em ['ka'ʒĩɛdʒipaʎɐ] (casinha de palha); e 3. a palatalização da fricativa alveo-palatal sonora [ʒ], que é substituída pela africada alveo-palatal sonora [dʒ], em [ka'dʒu] (caju), ['dʒẽmɐ] (gêma), ['dʒẽho] (gênero) e [kã'dʒikɐ] (canjica).

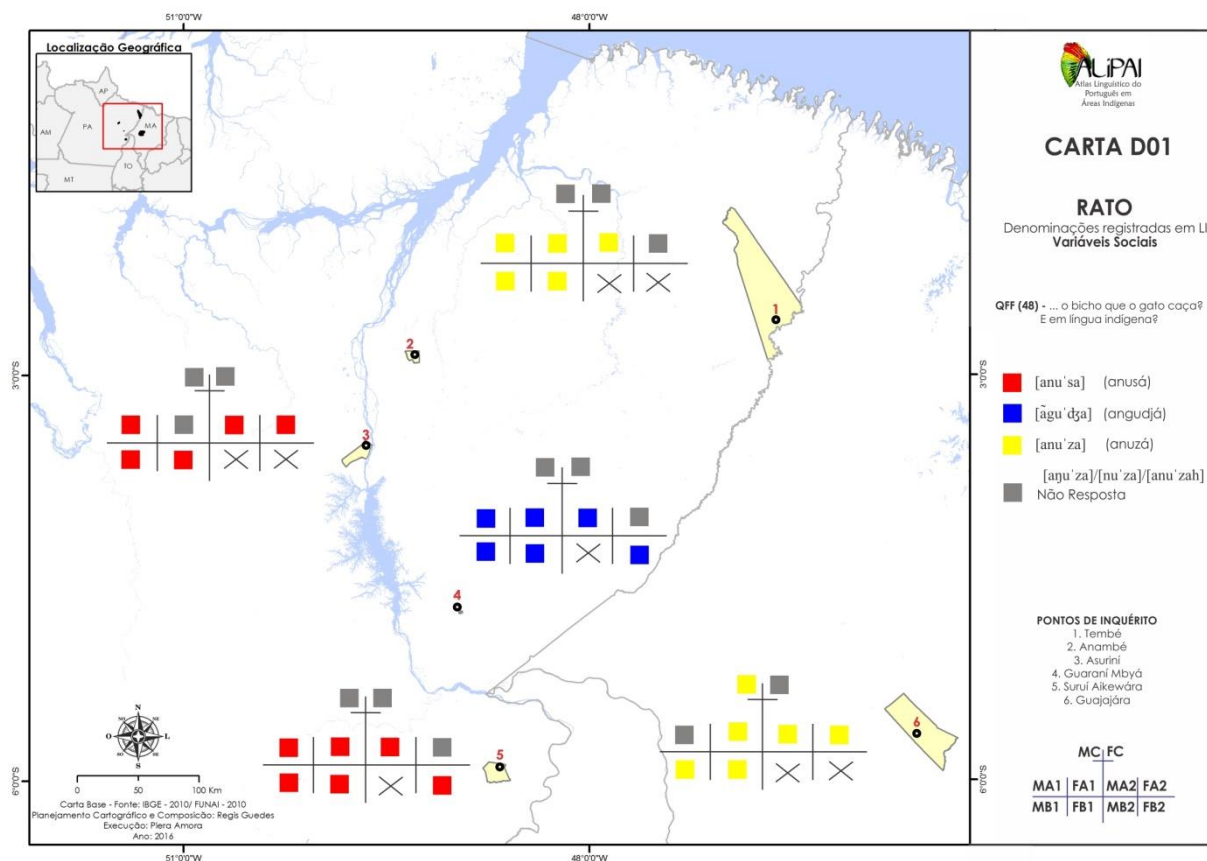
Entre os Suruí, registrou-se, na fala da colaboradora FB1 mulher, da terceira faixa etária (47 a 75 anos), menos escolarizada, a palatalização da fricativa dento-alveolar sonora [z], que foi substituída pela fricativa alveo-palatal sonora [ʒ], em [pi'ʒãdu] (pisando). Entre os Guaraní, por sua vez, o mesmo fenômeno foi registrado em ['ka'ʒĩɛdʒipaʎɐ] (casinha de palha). No caso dessa substituição de [z] por [ʒ] na fala das colaboradoras FB1 dos Suruí Aikewára e dos Guaraní, é importante ressaltar que ambos os sons não fazem parte dos sistemas fonológicos dessas duas línguas. Esse fato poderia advogar contra a nossa hipótese de que esses fenômenos constituem influências do substrato linguístico Tupí-Guaraní no português falado nesses dois pontos de inquérito. Todavia, é preciso levar em consideração que todos os colaboradores entrevistados em nosso estudo são bilíngues e, portanto, dominam desde a infância a língua portuguesa, alguns como segunda língua, outros como primeira. Entendemos que esses processos fonético-fonológicos são inerentes às situações de contato linguístico, especialmente em comunidades plurilíngues, como as aqui estudadas, nas quais há falantes de mais de uma língua indígena, além da língua portuguesa. Esse contexto multicultural propicia, portanto, um extenso leque de formas fônicas que variam entre si, em vários estratos variacionais, especialmente o diatópico, o diageracional e o diastrático. Nesse caso específico, consideramos o bilinguismo dos colaboradores (Suruí/Português) (Guaraní/Português), e a realidade plurilingual das comunidades, para compreender o porquê

de as colaboradoras terem buscado a dento-alveolar sonora [z] no próprio sistema do português como recurso para a substituição da álveo-palatal sonora [ʒ], já que ambas inexistem nos sistemas das duas línguas indígenas: Suruí Aikewára e Guaraní Mbyá. Sendo, portanto, necessário tratar esse fenômeno do ponto de vista dialingual.

O registro das formas ['sis] (giz) na fala do colaborador MB1 Suruí e de [besa'floh] (beija flor), na fala da colaboradora FB1 Asurini, demonstram outra faceta da variação entre os fones arrolados nesse tópico: a substituição da fricativa álveo-palatal sonora [ʒ] pela dento-alveolar surda [s]. Além desses, registramos o fenômeno da substituição da fricativa álveo-palatal sonora [ʒ] pela oclusiva dento-alveolar sonora [d] na fala da colaboradora Tembê FB1, em [kadu'eo] (cajueiro).

Para discutir a variação dialingual entre os fones [s, z, ʃ, ʒ, dʒ], numa perspectiva pluridimensional, foram elaboradas as cartas D01 (mapa 4), D02 (mapa 5) e D03 (mapa 6), nas quais é possível observar tanto as relações de proximidade entre as línguas indígenas das comunidades-alvo, quanto a influência dessas línguas no português falado nessas comunidades.

Mapa 4: Carta D01 – Denominações registradas em LI para “rato”



Fonte: O autor

Como se pode observar no mapa 4, as línguas Suruí Aikewára e Asuriní do Tocantins, pontos de inquérito 3 e 5, respectivamente, são muito próximas e comungam de uma mesma lexia: [anu'sa] para definir “rato”. Como afirma Laraia (1967), trata-se de dois povos que em outrora constituíram um mesmo sistema cultural. O mesmo processo é observado entre os Tembé e o Guajajára, cuja lexia registrada [anu'za] e suas variantes fonéticas [aŋu'za], [nu'za] e [anu'zah] são muito similares, guardando entre si a pronúncia da fricativa alveolar sonora [z], em contraste com os Suruí e os Asuriní que apresentam a realização fricativa surda [s]. Como assinalamos na seção 3, para Rodrigues e Cabral (2002), bem como para Silva (2010), o Tembé e o Guajajára constituem dois ramos (o ocidental e o oriental, respectivamente) da língua Tenetehára. Desse modo, considerando-se a inexistência da fricativa álveo-palatal sonora [z] nos sistemas fonético-fonológicos das línguas Asuriní e Suruí Aikewára, bem como a existência das fricativas álveo-palatais sonora [z] e surda [s] nas línguas Tembé e Guajajára, como se pode constatar nos mapas 3 e 3.1, pode-se afirmar que os dados cartografados nas cartas D01, D02 e D03 (como veremos adiante), sobre a variação entre os sons [s] e [z], corroboram a classificação feita por esses autores acerca das relações internas de parentesco entre as línguas Suruí/Asuriní e Tembé/Guajajára, dentro da família Tupí-Guaraní, do tronco Tupí.

Já entre os Guaraní Mbyá, obtivemos o registro de [ãgu'dʒa]. A carta linguística D01 (mapa 4) demonstra a tendência entre essas línguas indígenas para a variação entre esses sons [s, z, ʃ, ʒ, dʒ]. Os dados demonstram que a variação entre esses fones pode ter sido transmitida para a língua portuguesa falada nessas comunidades. Como se pode observar no quadro 29, no caso dos Guaraní, houve registros em português da substituição da fricativa álveo-palatal sonora [ʒ] pela africada álveo-palatal sonora [dʒ], em [ka'dʒu] (caju), ['dʒẽmẽ] (gêma), ['dʒẽhu] (gênro) e [kã'dʒikẽ] (canjica). O mesmo fenômeno foi registrado nas cartas D02 e D03 na variação entre *jacaré* e *djacaré*, como discutiremos adiante.

Observa-se também, na carta D01 (mapa 4), o fenômeno da substituição da nasal velar /ŋ/ pela nasal dento-alveolar [n] na língua Guajajára. A resposta [aŋu'za] foi registrada na fala do colaborador MB1 do ponto de inquérito 6. Nesse exemplo, pode-se identificar um caso de influência da língua portuguesa nas línguas indígenas, o que pode indicar uma tendência dos colaboradores da terceira faixa etária em conservar os fones da LI que não existem no português, ao passo que, entre os mais jovens, verifica-se uma tendência para a substituição desses fones não existentes no português por outros, com articulação similar, pertencentes ao sistema fonológico da língua portuguesa. Entre os colaboradores entrevistados, o MB1

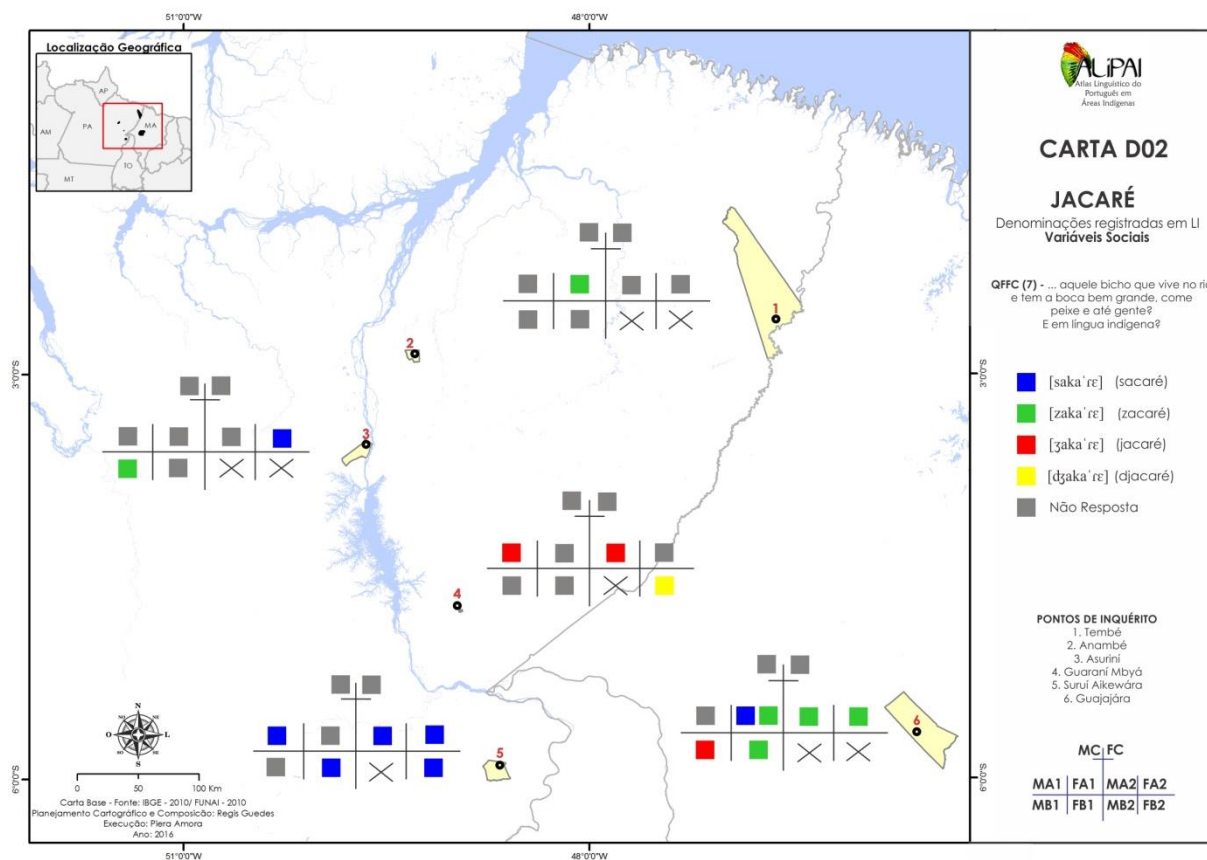
Guajajára foi o único a realizar o /ŋ/ na pronúncia do referido item lexical, os demais realizaram os fones [n] ou [g], inclusive os demais colaboradores da 3ª faixa etária.

Em nossa entrevista com a colaboradora FB2, que é professora de língua e culturas indígenas na escola da aldeia Sororó, do povo Suruí Aikewára, registramos o seu relato quanto às “resistências” encontradas entre os alunos mais jovens em aprender a pronúncia de alguns sons da LI que não fazem parte do sistema fonológico do português, a exemplo da nasal velar /ŋ/ do Suruí-Aikewára, que compõe a palavra [ˌtarɛtʃirɛ'tʃɪŋɛ] (libélula), comumente substituída pela oclusiva velar sonora /g/, antecedida de vogal nasalizada, ou pela nasal dento-alveolar /n/ do português, como ocorreu no exemplo anteriormente dado [anu'za] ou [ãgu'dʒa], que variam com [aŋu'za]. Outro exemplo desse processo de privilégio dos fonemas existentes no sistema da LP nas pronúncias das LI, citado pela colaboradora Suruí FB2, é a substituição da vogal alta central /i/ do Suruí-Aikewára, que compõe, por exemplo, a palavra [ˈi] (*água*), comumente substituído pela vogal alta anterior /i/ do português.

A variação entre os fones [s, z, ʃ, ʒ, dʒ] foi registrada também nas cartas D02 (em línguas indígenas) e D03 (em português) sobre o item *jacaré*³⁹, obtidas a partir da aplicação do Questionário Fonético-Fonológico Complementar – QFFC. Na carta D02 (mapa 5), sobre as denominações em línguas indígenas para *jacaré*, obtivemos o registro de [saka'rɛ] entre os Suruí Aikewára (ponto 5), Asuriní (ponto 3) e Guajajára (ponto 6). Entre os Tembé, os Guajajára e os Asuriní também houve registro de [zaka'rɛ]. Ressaltamos ainda o registro de [zaka'rɛ] (tal como o português brasileiro) como variante nas línguas Guaraní Mbyá e Guajajára, para o item em questão.

³⁹ Do Tupí: jacaré – ‘crocodilianos do gén. *Caiman*'. T yaka're: Mcg 242 jacare '*Caiman sclerops* Shneid. (?) ou *Caiman latirostris* (Daud.) (?); Laet 576 iacare 'crocodyli'; VLB 2.17 IACARE 'LAGARTO DAGOA'; Ab 248 v yacaré 'crocodilles'; Léry 1.162 iacaré 'crocodiles' (RODRIGUES, 1958).

Mapa 5: Carta D02 – Denominações registradas em LI para “jacaré”

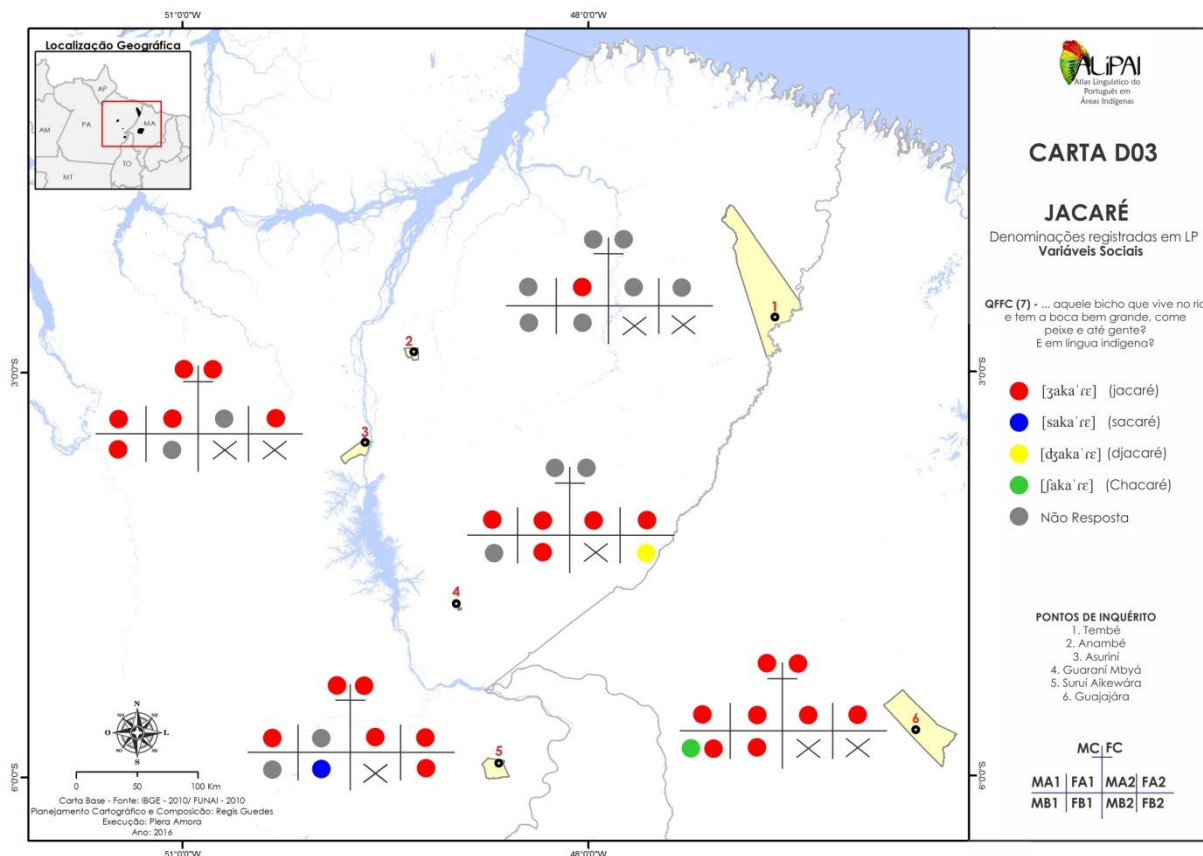


Fonte: O autor

No ponto 4 (Guaraní Mbyá), obtivemos o registro de [ɟzaka're] como resposta, tanto para a língua Mbyá, quanto para a língua portuguesa, na fala da colaboradora FB2, como se pode observar nas cartas D02 (mapa 5) e D03 (mapa 6). O que pode ser um indício de que a variação entre a fricativa álveo-palatal sonora [ʒ] e a africada álveo-palatal /ɟʒ/ ainda ocorre no português falado pelos indígenas mais velhos pertencentes a essa etnia. Segundo Ivo (2014, p. 116), na língua Guaraní Mbyá a “africada palatal vozeada [ɟʒ] ocorre no ataque de sílabas iniciais, mediais e finais, antes de segmentos vocálicos orais posteriores, em sílabas tônicas e pré-tônicas”. Por outro lado, estudos sobre a fonologia Mbyá, como os de Martins (2006) e Ivo (2014), demonstraram que a fricativa álveo-palatal sonora /ʒ/ inexistente no sistema fonológico do Guaraní Mbyá. Assim sendo, poderíamos propor que, no caso de ocorrer [ɟzaka're] (mapa 6) como variante em língua portuguesa para *jacaré*, tem-se um registro de influência do substrato linguístico da língua Mbyá no português falado pela colaboradora FB2 (3ª faixa etária). Ressaltamos que esse fenômeno também se verificou em outras ocorrências de fala da mesma colaboradora, apresentadas no quadro 29: a) ['ɟʒẽmø] (gêma); b) ['ɟʒẽhʊ] (gênro); c) [kã'ɟʒikø] (canjica) e d) [ka'ɟʒu] (caju), em todos os casos, observa-se a

recorrência do fenômeno seguindo a descrição do sistema fonológico da língua Mbyá feito por Ivo (*op. cit.*), no qual a africada palatal sonora [dʒ] ocorre no ataque de sílabas iniciais: a) e b); mediais: c) e finais: d).

Mapa 6: Carta D03 – Denominações registradas em LP para “jacaré”



Fonte: O autor

Da mesma forma, na carta D03, sobre o português falado pelos indígenas, no ponto 5 (Suruí), a colaboradora da terceira faixa etária FB1, realizou *sacadaré* como resposta em língua portuguesa para o item em questão, o que também pode ser um indício de influência do substrato linguístico de origem Tupí-Guaraní (nesse caso da língua Suruí Aikewára no português falado pelos colaboradores mais velhos desse ponto de inquérito). Houve também o registro da forma *chacadaré* na fala do colaborador MB1 do povo Guajajára. Ressaltamos que essa realização foi a primeira resposta dada pelo colaborador, que ao ser interpelado pelo inquiridor a repetir a resposta, o fez na forma padrão do português: *jacadaré*. Esse dado inclui a realização africada [ʒ] no elenco de fones que podem estar variando, no nível dialingual, nesse contexto de contato linguístico entre o português e as línguas indígenas das comunidades-alvo da pesquisa.

A variação entre os fones [s, z, ʃ, ʒ, d, dʒ] no português falado nessas comunidades-alvo foi registrada em outros contextos no *corpus* coletado (quadro 29). Observou-se que essas ocorrências se deram especialmente na fala dos colaboradores da terceira faixa etária (47 a 75 anos). Esses registros ocorridos principalmente nessa faixa etária podem indicar que o português falado por esses indígenas mais velhos ainda guarda rastros do substrato linguístico de matriz Tupí-Guaraní. Como exemplos, destacamos os registros do quadro 29, como o de [kaɖu'eʊ] para *cajueiro* entre os Tembé, na fala da colaboradora FB1, entre os Guaraní Mbyá registrou-se as formas [zu'eʎʊ] (joelho), [vari'zerɐ] (varejeira), ['ka'ʒiɛdʒipaʎɐ] (casinha de palha), [ka'dʒu] (caju), ['dʒɛmɐ] (gêma), ['dʒɛhu] (gênro) e [kã'dʒikɐ] (canjica); entre os Suruí [pi'ʒãɔ] para “pisando” na fala da colaboradora FB1; entre os Asuruní registrou-se [besa'floh] (beija-flor) na fala da colaboradora FB1.

Ressaltamos, todavia, que a frequência em que essas ocorrências se deram é muito baixa, o que pode representar uma tendência ao desaparecimento de tais fones na fala dos indígenas pertencentes a essas etnias. O fato de os fenômenos concentrarem-se principalmente na fala dos colaboradores mais velhos (da terceira faixa etária) também reforça essa hipótese.

Por outro lado, é preciso ressaltar que a variação entre as fricativas [s, z, ʃ, ʒ], bem como a palatalização da oclusiva dento-alveolar sonora [d], que gera a africada palatal vozeada [dʒ], são fenômenos já observados no português brasileiro falado por não indígenas. Dietrich e Noll (2014, p. 87) afirmam que a africativização de /t/ e /d/ é, no português brasileiro, uma evolução recente que provavelmente não ocorreu antes do século XIX, e, além disso, seria típica dos centros urbanos. Segundo os autores, essa aparição tardia e o caráter urbano dessa africativização dariam testemunho contra qualquer filiação indígena do fenômeno. Por outro lado, estudos realizados a partir dos dados do ALiB, nas não capitais, têm demonstrado, por exemplo, a ocorrência da africada palatal desvozeada [tʃ], na região do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, em contextos diferentes dos que se observa nos centros urbanos, nos quais a presença da palatalização está condicionada à subsequência da vogal alta [i]. Nessas localidades do Centro-Oeste brasileiro, a palatalização ocorre em outro contexto, como em ['pejtʃɐ] e [tʃejɾɔ], isto é, diante da vogal média anterior [e]. Da mesma forma, nos dados aqui estudados, observa-se a ocorrência da africada palatal vozeada [dʒ] diante de vogais diferentes de [i], como [u]: [ka'dʒu] (caju); [e]: ['dʒɛmɐ] (gêma), ['dʒɛhu] (gênro); e [a]: [dʒaka're]. Isso diverge bastante da palatalização de [d] que se tem observado no português brasileiro, seja em centros urbanos ou em zonas rurais, que em geral está condicionada à existência de [i] ou de /E/ como som de [i] no contexto subsequente, como em ['bɔdʒi] (bode), por exemplo.

No caso desse fenômeno fonético, entendemos que é muito válido refletir sobre as influências mútuas entre o português e a língua Guaraní Mbyá. As ocorrências da africada palatal vozeada [dʒ] no português falado no ponto 4 (Guaraní Mbyá) de nossa pesquisa podem conduzir a um questionamento sobre a origem de tal fenômeno. Seria ele um traço de arcaísmo (ou mesmo de inovação) próprio do português levado à região Centro-Oeste do país⁴⁰ pelos bandeirantes? Ou seria uma influência do substrato Tupí-Guaraní, herdado da língua Guaraní pelo português dessa região?

A hipótese da influência do substrato linguístico Tupí-Guaraní, nesse caso, ganha força, levando-se em conta: i. a importância numérica do povo Guaraní, no passado, na região Centro-Oeste, como apontamos na seção 3; ii. o fato de que os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ainda hoje possuem presença significativa dessa etnia; e, de outro lado, iii. o fato de que estudos classificatórios das línguas Tupí do século XX, como os de Rivet (1924) e Nimuendajú (1948), difundiram a ideia de que o centro de dispersão Tupí-Guaraní teria sido (provavelmente) a região compreendida entre o Paraná e o Paraguai, e a sua diversificação teria sido resultante de correntes migratórias que os levaram a ocupar o território brasileiro, desde o litoral sul do Brasil à região amazônica. Dessa feita, pensar que a língua Guaraní pode ter influência sobre o português falado por caboclos originários da região Centro-Oeste do Brasil não seria algo inconsistente. Na realidade, diversos estudos já se detiveram sobre o tema das influências das línguas indígenas Tupí-Guaraní no português do Brasil, como os de Sampaio (1931), Monteiro (1926; 1959), Baptista (1932), Fernandes (1961), Boudin (1966), Ayrosa (1967), Bueno (1953; 1963; 1973), Cunha (1999), Silva (2010), dentre outros.

Não pretendemos com essas considerações propor uma afirmação categórica sobre a influência ou não do substrato linguístico Tupí-Guaraní no português falado por esses indígenas, mas apontar para a ocorrência dos fenômenos tratados, nesta seção, na fala desses colaboradores, que podem constituir um tema relevante para pesquisas futuras, especialmente as que levem em conta o mapeamento geolinguístico dos dados do projeto ALiB nas não capitais da região Centro-Oeste do Brasil, no intuito de ampliar a discussão sobre a importância das línguas Tupí-Guaraní, não somente na formação do léxico do português brasileiro, como afirmaram Dietrich e Noll (2014), mas em outros planos dos estudos linguísticos, como o fonético-fonológico e o morfossintático.

⁴⁰ Região de onde a comunidade Guaraní Mbya de Rondon do Pará migrou (MACHADO, 2015)

Para compreender o processo de variação dialingual entre as línguas indígenas aqui tratadas e o português, julgamos essencial levar em consideração a variável geográfica. Como assinalamos na seção 3, o fator topodinâmico tem grande relevância na constituição das línguas indígenas tratadas neste estudo. Como expusemos anteriormente, Laraia (1967) demonstra que os Suruí Aikewára e o Asuriní do Tocantins formavam um mesmo povo num passado remoto, assim como Cabral e Rodrigues (2002) e Silva (2010) demonstram que os Guajajára e os Tembé constituem, respectivamente, os ramos oriental e ocidental do povo Tenetehára. As divisões dos grupos indígenas e as consequentes migrações pelo território levaram ao distanciamento entre os povos e as línguas Suruí e Asuriní, na zona do interfluxo dos rios Araguaia e Tocantins, da mesma forma que ocorreu na migração de grupos de índios Tenetehára, vindos do Maranhão para o Pará, instalando-se às margens dos rios Gurupí na divisa entre os dois estados e em outros pontos da Terra Indígena Alto Rio Guamá.

Esses fatos histórico-linguísticos se materializam na variação dessas línguas. Como se pode observar claramente no mapa 4 (carta D01), a distribuição das lexias para o item *rato* demonstra o compartilhamento de uma mesma lexia entre as línguas Suruí Aikewára e Asuriní: [anu'sa] e entre o Tembé e o Guajajára: [anu'za]. Completando o mosaico da variação desse item lexical na fala de indígenas da região, observam-se as ocorrências de [ãgu'dʒa] na fala dos Guaraní Mbyá, que, como assinalamos na seção 3.1, segundo Machado (2015), são uma comunidade de índios Guaraní que vem migrando desde o Mato Grosso do Sul, passando por Goiás, Tocantins e Maranhão, e que instalaram-se em Rondon do Pará há mais de vinte anos. As variáveis topostática e topodinâmica (THUN, 1998), apesar de não controladas neste estudo⁴¹, são relevantes para o estudo da variação dialingual entre essas línguas indígenas em contato com o português, o que pode constituir-se, também, em tema produtivo para estudos futuros.

Por outro lado, demonstramos que o fator diageracional também é importante para a compreensão da variação dialingual nessas comunidades, uma vez que observamos a presença das marcas fonéticas supramencionadas nessa seção (já em baixa frequência) especialmente na fala dos colaboradores mais velhos (pertencentes à terceira faixa etária: 47 a 75 anos), o que demonstra, por seu turno, que fatores de ordem extralinguística têm influenciado na variação no nível diageracional, conduzindo as comunidades ao abandono das marcas fônicas oriundas do substrato linguístico Tupí-Guaraní.

⁴¹ Mas depreensíveis nas cartas, se levados em consideração os perfis dos colaboradores.

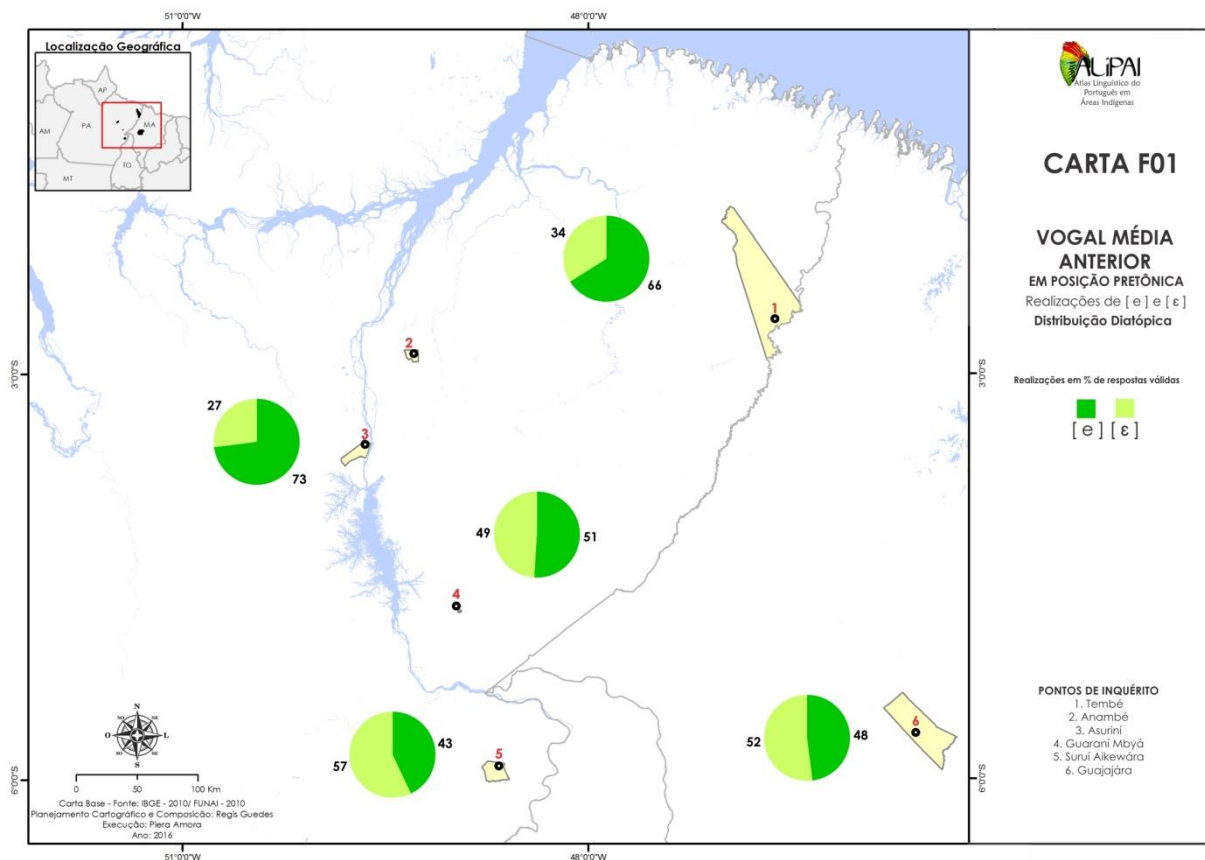
Diante dessa constatação, e buscando investigar mais a fundo a variação de outras realizações fônicas previstas nesta pesquisa (quadro 1), damos seguimento às análises, apresentando a discussão dos dados coletados a partir do Questionário Fonético-Fonológico (QFF) do ALiB, sobre o português falado por indígenas pertencentes às cinco etnias investigadas nesta pesquisa.

5.1.2 Variação da vogal média anterior em posição pretônica (realização de [e] e [ɛ])

Nascentes (1963), ao propor sua famosa divisão do Brasil em áreas dialetais, indicou o estudo das vogais pretônicas como essencial para a compreensão de sua proposição. Nela, os falares do Norte seriam caracterizados pelo uso das vogais pretônicas abertas [ɛ] e [ɔ], enquanto que o Sul seria caracterizado pelas fechadas [e] e [o].

O mapeamento da variação da vogal média anterior, nas áreas indígenas estudadas, em posição pretônica (realizações de [e] e [ɛ]), conforme a carta F01 (mapa 7), demonstrou que nos pontos de inquérito 1 (Tembé) e 3 (Asuriní) predomina a realização da média fechada [e], com percentuais de 66% entre os Tembé, e de 73% entre os Asuriní do Tocantins. Já entre os Guaraní Mbyá (ponto 3) houve certo equilíbrio, com registros de 49% para a média aberta [ɛ] e de 51% para a média fechada [e]. Enquanto que, nos pontos mais ao sul do território (ponto 5 – Suruí e 6 Guajajara), a predominância foi da vogal média aberta [ɛ], contrariamente ao que ocorre nos demais pontos de inquérito.

Mapa 7: Carta F01 – Vogal Média Anterior Pretônica [e] e [ɛ] – Diatópica



Fonte: O autor

Os dados demonstram uma gradação de ordem geográfica nos percentuais de ocorrência entre os pontos de inquérito que parece privilegiar as vogais médias abertas [ɛ] nos pontos mais ao sul do território (pontos 5 – Suruí e 6 – Guajajára). No interfluxo dessa gradação, o ponto 4 (Guaraní Mbyá) apresenta percentuais praticamente equivalentes (49% para a média aberta e 51% para a fechada). No outro extremo desse “contínuo de fala”, nos pontos mais ao norte (1 e 3), têm-se maiores índices para a vogal média fechada [e].

Dessa forma, a variação da vogal média anterior em posição pretônica, na fala dos indígenas pertencentes às etnias estudadas, parece estar intimamente ligada ao fator geográfico. Como afirmamos na seção 2.2.1.2, o estudo das vogais médias pretônicas tem sido um caminho tomado pelos dialetólogos brasileiros para caracterizar as áreas dialetais brasileiras, com vistas a confirmar ou refutar as afirmações de Nascentes (1953). No caso do português falado nas áreas indígenas enfocadas, o fator geográfico também demonstrou-se relevante no estudo das vogais médias.

É interessante observar o que indicamos na seção anterior sobre a variação dialingual nos dados da pesquisa, quanto às relações de proximidade e parentesco entre os registros das línguas Asuriní (ponto 3) e Suruí (ponto 5), e entre o Tembé (ponto 1) e o Guajajára (ponto

6), uma vez que, analisando-se os dados sobre a língua portuguesa falada nas respectivas terras indígenas, as relações de parentesco entre essas línguas indígenas parecem não refletir as realizações sonoras em língua portuguesa, pelo menos no que se refere às vogais médias pretônicas. Como se pode observar no mapa 7 (carta F01), os percentuais entre os Asuriní (ponto 3) e Suruí (ponto 5) divergem, assim como acontece entre os Tembé (ponto 1) e os Guajajára (ponto 6), quando se poderia esperar o contrário, dada as supramencionadas relações de parentesco entre essas LI. Por outro lado, os percentuais são mais próximos entre os Tembé (ponto 1) e os Asuriní (ponto 3), pontos mais ao norte do território, da mesma forma que entre os Suruí (ponto 5) e os Guajajára (ponto 6), localizados mais ao Sul do território, o que reforça a hipótese de que o fator diatópico, em relação à variação da língua portuguesa, tem maior importância do que uma possível influência dos substratos fonéticos das línguas indígenas faladas pelas quatro etnias em questão.

Por outro lado, é necessário ressaltar a existência de um fator interno aos sistemas das línguas Asuriní e Suruí, que poderia estar exercendo influência no processo de variação da vogal média anterior em posição pretônica nas comunidades. Como se pode verificar no mapa 2, o quadro fonético das vogais da língua Asuriní não possui, segundo Nicholson (1978), a vogal média aberta [ɛ], somente a fechada [e], isso poderia colaborar com o alto índice registrado da fechada [e] em detrimento da aberta [ɛ] no português falado pelos Asuriní. De outro lado, observando-se o mapa 2, no quadro das vogais da língua Suruí Aikewára, organizado por Lopes (2014), verificaremos que ela não possui a média fechada [e], somente a aberta [ɛ], o que, por sua vez, ampararia a predominância da aberta [ɛ] no português falado nessa comunidade.

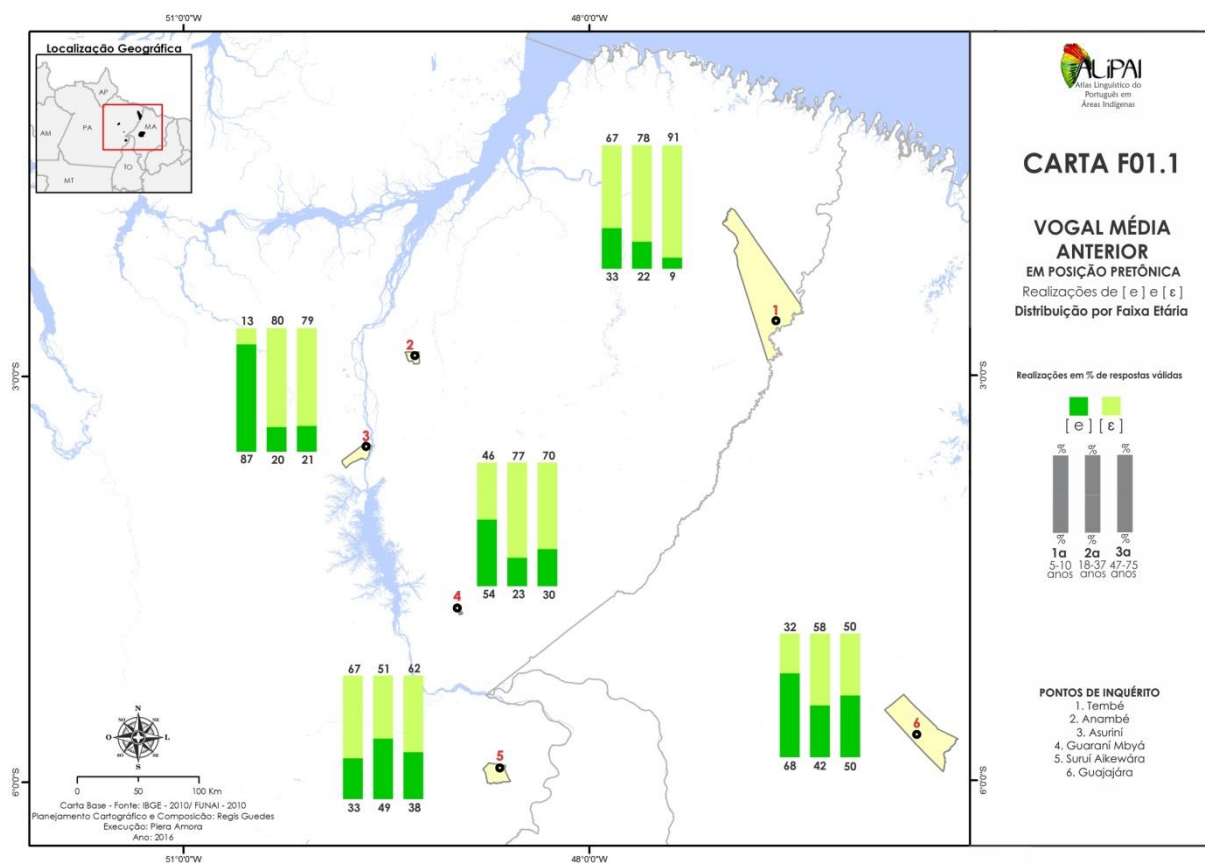
Na carta F01.1 (mapa 8), sobre a variação diageracional da vogal média pretônica em [e] e [ɛ], verifica-se nos pontos de inquérito 1 (Tembé), 3 (Asuriní), 4 (Guaraní Mbyá) e 6 (Guajajára) o que parece ser uma tendência da primeira faixa etária (5 a 10 anos) em privilegiar o uso da vogal média fechada [e], em relação às demais faixas etárias, uma vez que os percentuais registrados entre as crianças são maiores que os percentuais das outras duas faixas etárias de cada um desses pontos de inquérito, o que poderia indicar uma mudança em curso.

Como se pode observar na carta anterior (F01, mapa 7), nos pontos de inquérito 1, 3 e 4, os percentuais gerais por ponto demonstram domínio da média fechada [e]. Analisando-se os dados sobre a perspectiva diageracional, poderíamos afirmar que a primeira faixa etária (crianças) alavanca esse processo de mudança, com percentuais maiores que os das demais faixas etárias.

Reforçando essa afirmativa, mesmo no ponto 6 (Guajajára), no qual o percentual geral (mapa 7) indica predominância da média aberta [ɛ], ao se tomar a variável diageracional (mapa 8, a seguir), verifica-se a predominância da realização fechada [e] (68%) entre os colaboradores crianças (5 a 10 anos), em detrimento da pronúncia aberta [ɛ] com 32% das ocorrências.

Dessa forma, poder-se-ia concluir que, entre os dois polos do contínuo de fala (norte e sul do território), do ponto de vista diageracional, há um movimento de difusão da média fechada [e] no sentido sul do território mapeado, onde ainda predomina a pronúncia aberta [ɛ].

Mapa 8: Carta F01.1 – Vogal Média Anterior Pretônica [e] e [ɛ] – Diageracional



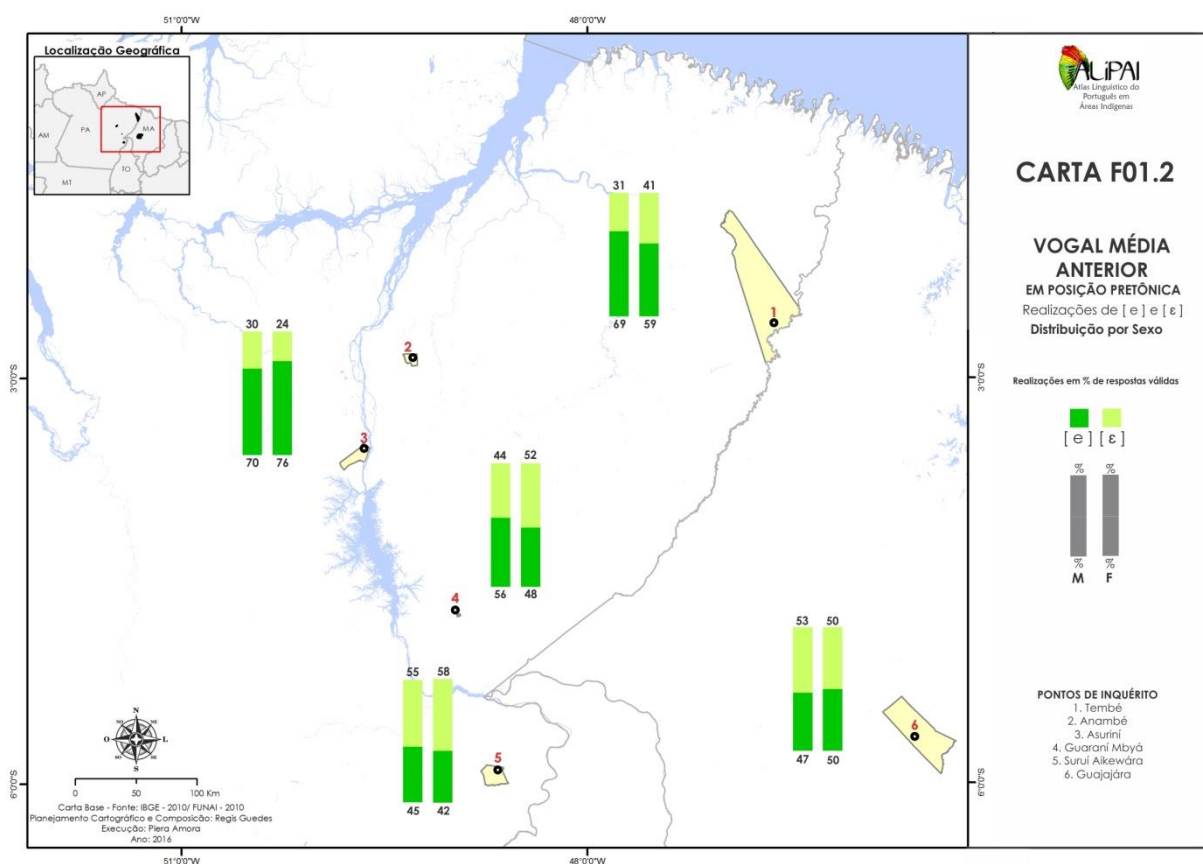
Fonte: O autor

Essa possibilidade de leitura de uma carta linguística demonstra a importância da abordagem pluridimensional nos estudos geolinguísticos, uma vez que esses podem ser interpretados de forma mais ampla, levando-se em consideração simultaneamente mais de uma variável. Isto é, se levada em consideração apenas a variante diatópica, apenas constataríamos que há predominância nos pontos 1, 3 e 5 da média fechada [e], todavia, observando-se os mesmos dados a partir da perspectiva diageracional, verificam-se indícios de que essa predominância está se difundindo pelo território mapeado em direção ao sul, com

o declínio da realização aberta [ɛ] da vogal média, no português falado entre os colaboradores mais jovens.

Observando-se outras variáveis sociais: a diagenérica, mapeada na carta F01.2 (mapa 9), e diastrática, mapeada na carta F01.3 (mapa 10), verifica-se que essas variáveis não são determinantes no processo de variação da vogal média pretônica, no português falado nas comunidades-alvo. Como se pode observar na carta seguinte (F01.2), os índices contabilizados para os sexos masculino e feminino são próximos nos pontos de inquérito. Somente entre os Tembê (ponto 1) houve um diferencial mais acentuado entre homens e mulheres, com predominância da média fechada [e] em 69% para os homens e em 59% para as mulheres, em detrimento da realização aberta [ɛ]. Nas demais localidades, as diferenças entre a predominância da vogal média fechada [e] entre homens e mulheres não ultrapassa seis pontos percentuais (6%).

Mapa 9: Carta F01.2 – Vogal Média Anterior Pretônica [e] e [ɛ] – Diagenérica

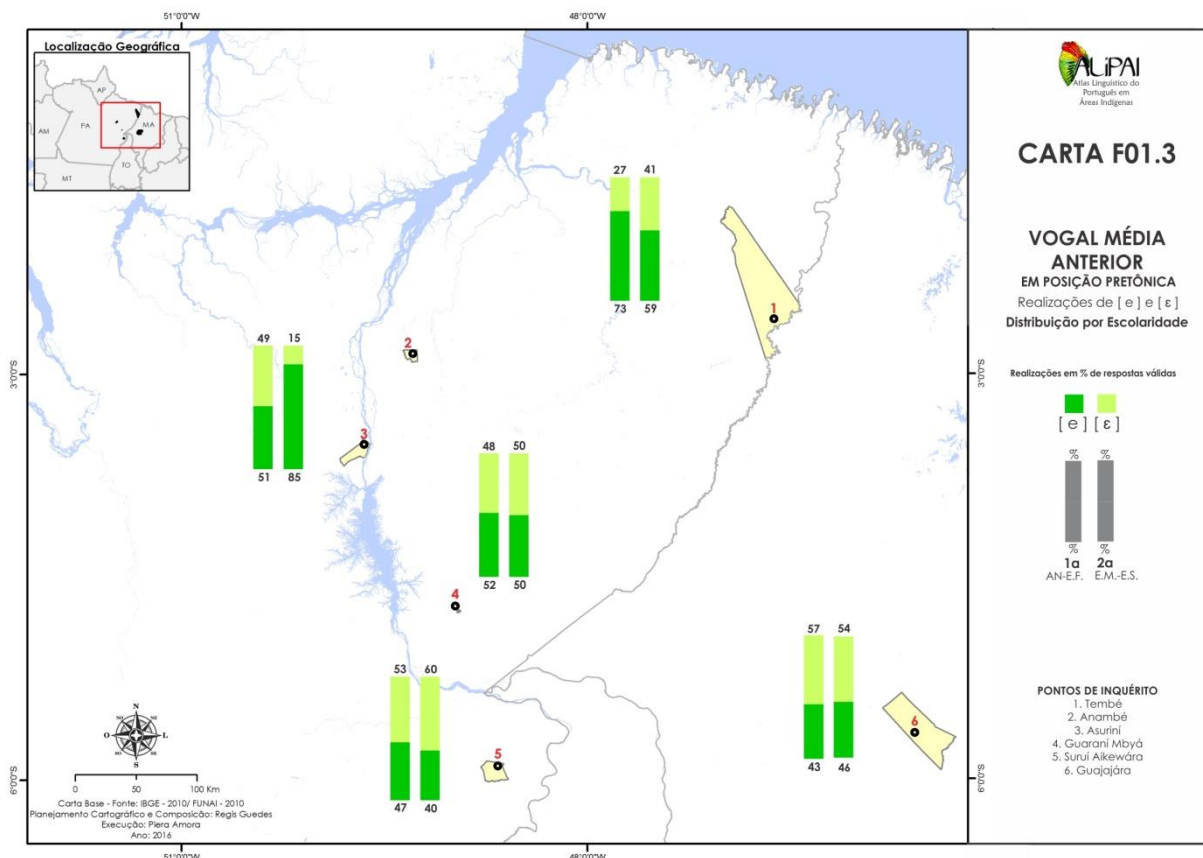


Fonte: O autor

Em relação à variação diastrática (escolaridade), cartografada na carta F01.3 (mapa 10, a seguir), destacamos apenas o percentual de predomínio da média fechada [e] entre os colaboradores mais escolarizados no ponto 3 (Asurini), situação inversa à registrada no ponto

1 (Tembé), onde o índice percentual é maior entre os colaboradores menos escolarizados, o que permite interpretar, que o fator escolarização parece não favorecer o uso de uma variante ou outra.

Mapa 10: Carta F01.3 – Vogal Média Anterior Pretônica [e] e [ɛ] – Diastrática



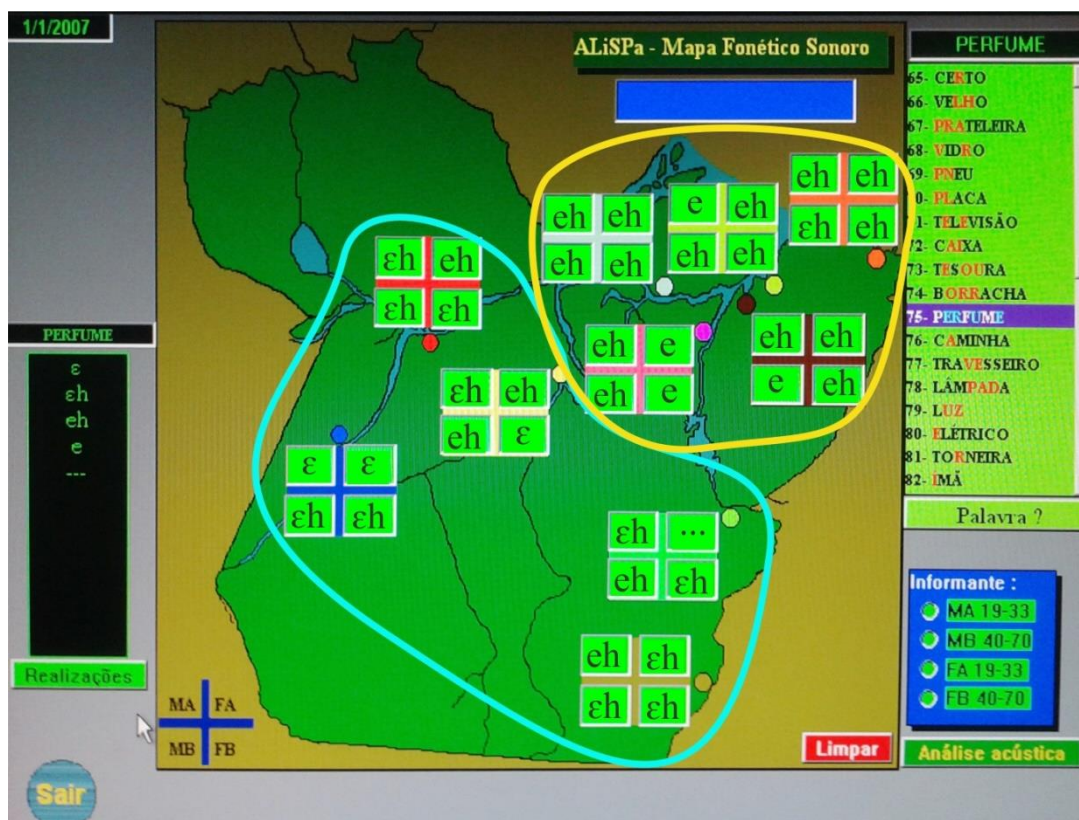
Fonte: O autor

Como expusemos anteriormente, propusemos, neste estudo, uma intercomparação entre os dados mapeados nas áreas indígenas investigadas aos de outros atlas linguísticos que registraram a língua portuguesa falada nos estados do Pará e Maranhão, quais sejam: ALiB e ALiSPA.

Segundo Razky, Lima e Oliveira (2012), que mapearam a variação das vogais médias pretônicas no ALiSPA (2004), nas cidades de Itaituba, Santarém, Altamira, Breves, Cametá, Abaetetuba, Belém, Bragança, Marabá e Conceição do Araguaia, essa variação privilegia, de modo geral, o uso das vogais fechadas [e] e [o]. Comparando-se o mapa 7 (carta F01) e a figura 51, sobre o item *perfume* do ALiSPA (2004), verifica-se que os dados mapeados entre os indígenas seguem a tendência indicada pelo ALiSPA. Na figura 51, verifica-se, no espaço destacado pela linha amarela, a predominância da vogal média anterior fechada [e], assim como ocorre nos pontos 1 (Tembé) e 3 (Asurini), que estão localizados nesta área. Da mesma

forma, a figura 51 demonstra que nas cidades de Marabá e Conceição do Araguaia (agrupamento fonético circunscrito pela linha azul), ambas situadas na mesorregião sudeste do Pará, predomina a realização da vogal média aberta [ɛ], da mesma forma que acontece nos pontos 4 (Guaraní – Rondon do Pará/PA) e 5 (Suruí – Marabá/PA). O ponto 6 (Guajajara – Barra do Corda/MA), por sua vez, segue a mesma tendência diatópica como um prolongamento geográfico da região sudeste do Pará.

Figura 51: Carta *perfume* ALiSPA (2004) – CD ROM



Fonte: ALiSPA (2003) (Adaptado)

A partir dessa intercomparação de dados, pode-se afirmar que os dados do mapeamento da fala dos colaboradores indígenas coadunam aos dados registrados no ALiSPA (2004) (colaboradores não indígenas).

Assim, poder-se-ia propor que o falar regional do português dos colaboradores não indígenas, habitantes das áreas circunvizinhas às comunidades-alvo, propaga-se pelo território das comunidades indígenas, formando um “contínuo de fala” com marcas regionais. Todavia, como vimos na seção anterior, não se pode desconsiderar as influências do substrato linguístico de matriz Tupí-Guaraní no português falado por indígenas dessas comunidades. Há indícios desse processo em nossas análises sobre a variação da vogal média anterior em

posição pretônica.

Dessa forma, poderíamos indicar que os dois fatores constroem a configuração da variação das vogais médias anteriores na área mapeada. Por um lado, o fator geográfico demonstra que a variação das vogais médias fechada [e] e aberta [ɛ] constitui um contínuo de fala entre dois polos (norte e sul) do território pesquisado, apresentando, do ponto de vista diageracional, um movimento de difusão da fechada [e] em direção ao sul, onde ainda predomina a aberta [ɛ]. De outro lado, levantando-se a hipótese da influência do substrato fonético das línguas Asuriní e Suruí no português falado nas respectivas comunidades, consideramos relevante registrar a ausência da aberta [ɛ] na língua Asuriní e da fechada [e] na língua Suruí, visto que os percentuais registrados no português falado nessas etnias indiciam a existência de rastros do substrato fonético das duas línguas indígenas em questão.

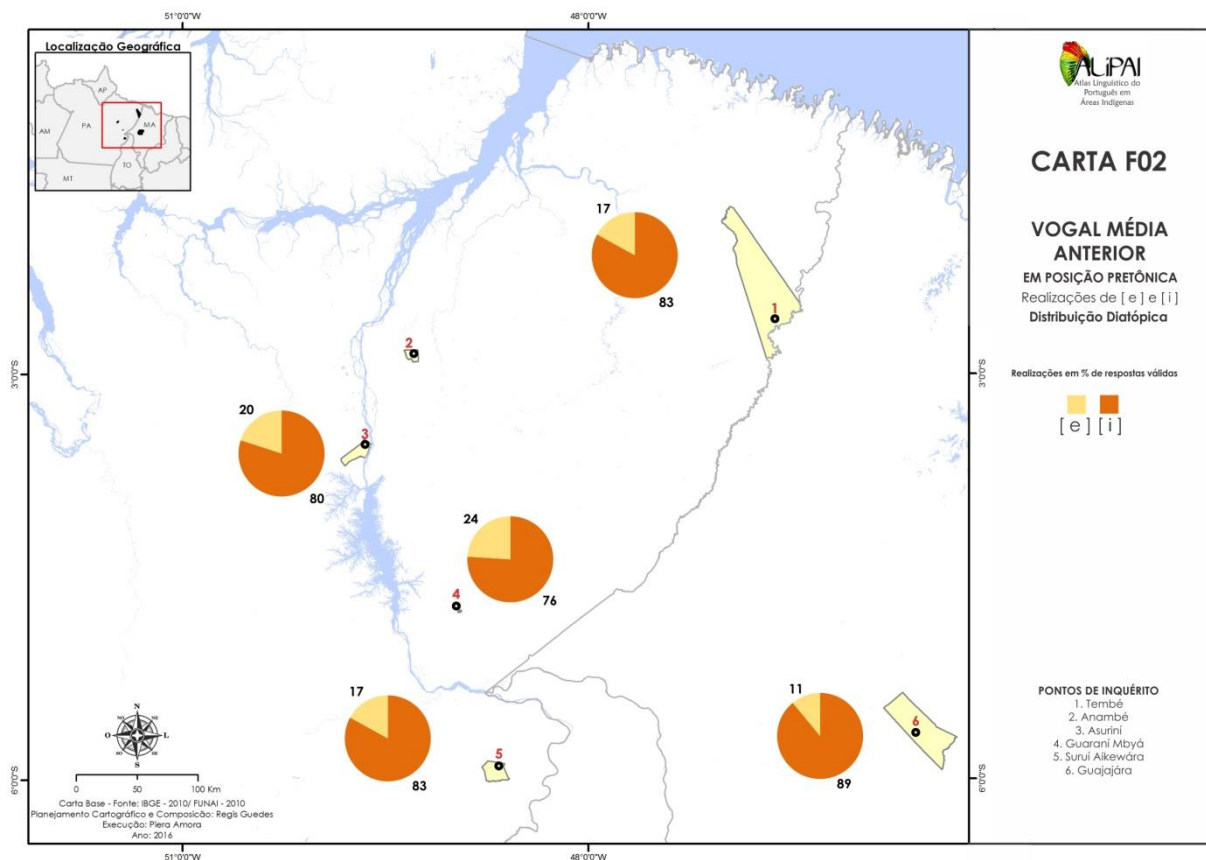
5.1.3 Variação da vogal média anterior em posição pretônica (realização de [e] e [i])

Dando continuidade ao estudo da variação da vogal média anterior em posição pretônica, mapeamos separadamente as realizações das variantes [e] e [i] nas cartas F02, F02.1, F02.2⁴² e F02.3⁴³. Os resultados apontam para um predomínio de ocorrências da vogal alta [i] nos cinco pontos de inquérito mapeados: 83% no ponto 1 (Tembé), 80% no ponto 3 (Asuriní), 76% no ponto 4 (Guaraní), 83% no ponto 5 (Suruí) e 89% no ponto 6 (Guajajara).

⁴² Disponível no Tomo II.

⁴³ Disponível no Tomo II.

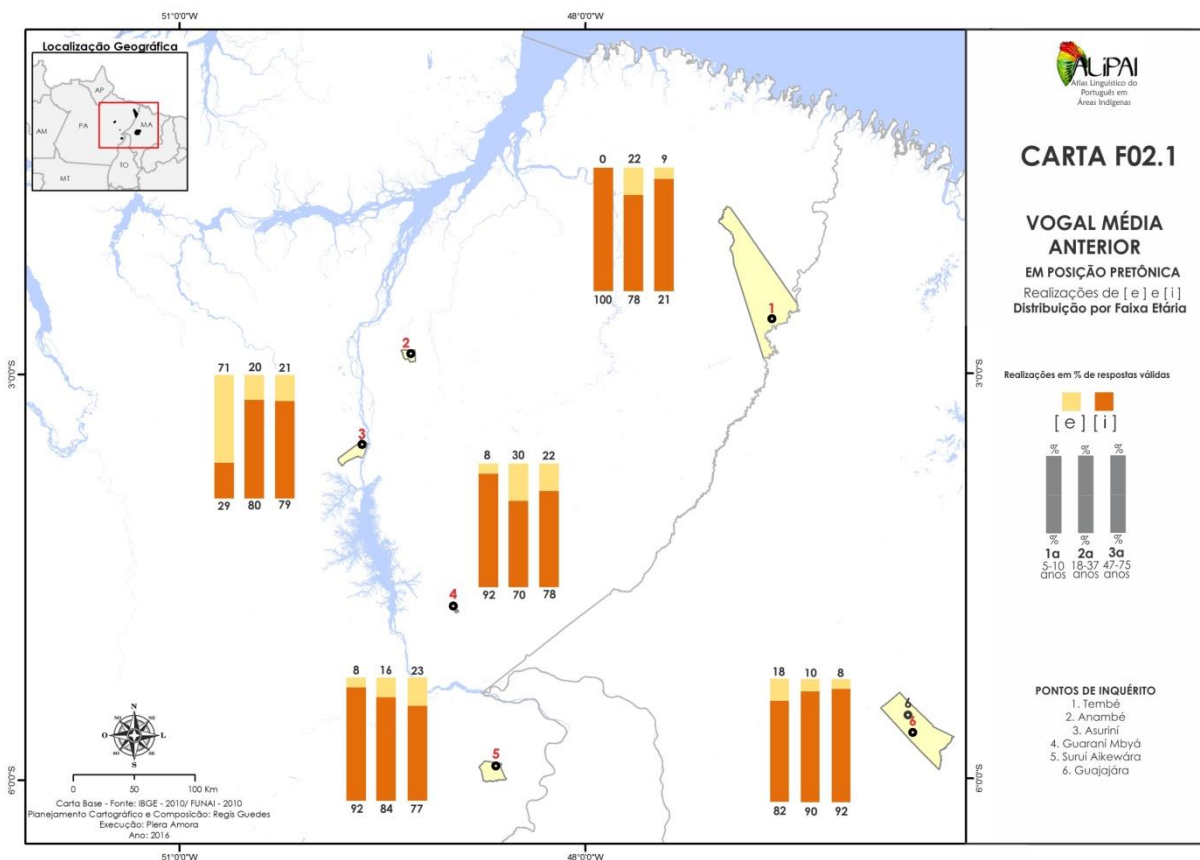
Mapa 11: Carta F02 – Vogal Média Anterior Pretônica [e] e [i] – Diatópica



Fonte: O autor

Quanto à variável diageracional (carta F02.1 [mapa 12], a seguir), a exemplo do que foi registrado na carta F01.1 (mapa 8), destacou-se o índice de registro de [e] entre os colaboradores da primeira faixa etária (crianças) no ponto de inquérito 3 (Asuriní). Contrariamente ao que acontece nos demais pontos de inquérito investigados, quando as variantes em questão são [e] e [i], o percentual de [e] (71%) supera o registro de [i] (29%). Nos demais pontos de inquérito, o fator diageracional reflete o comportamento diatópico observado na carta F02 (mapa 11), com a predominância da realização alta [i], o que, inclusive, demonstra-se de forma extremada entre os Tembê (ponto 1), onde não houve registros da vogal média [e] nos contextos previstos nos dados de fala das crianças, totalizando, portanto, 100% de ocorrências de [i].

Mapa 12: Carta F02.1 – Vogal Média Anterior Pretônica [e] e [i] – Diageracional



Fonte: O autor

Intercomparando-se esses resultados das áreas indígenas com os de falantes não indígenas da região⁴⁴, verificou-se, também para esse fenômeno, semelhanças entre os percentuais. Conforme apresentamos na seção 2.2.1, os dados do ALiSPA (2004) demonstram que, entre as variantes [e] e [i], a ocorrência da vogal alta [i] é privilegiada pelos colaboradores do Pará, com índice percentual de 74,65% das ocorrências, enquanto que a média [e] alcançou índice de 25,35% das ocorrências.

Mapeando o *corpus* do projeto ALiB, Santos (2014) constatou que, nos municípios paraenses de Belém, Soure, Almerim, Altamira, Jacareacanga e Marabá, na variação da vogal média anterior em posição pretônica (realizações de [e], [ɛ] e [i]), de um modo geral, há preferência pela variante média alta em 41% das ocorrências. Porém, nos municípios de Altamira e Jacareacanga (sudoeste do Pará) predomina a vogal média baixa, e em Marabá (sudeste do Pará) a predominância é da vogal alta [i].

⁴⁴ O que se faz possível em vista do fato de que a elaboração do questionário fonético-fonológico do ALiSPA foi inspirada no QFF do ALiB, este que, como expusemos na seção sobre os princípios metodológicos adotados, foi aplicado para coleta de dados no presente estudo.

Analisando-se esse conjunto das informações sobre o português falado por não indígenas na região, pode-se dizer, em resumo, que tanto nos dados do ALiSPA, quanto nos do ALiB, há uma tendência em privilegiar o uso da vogal alta [i], em variação com a média anterior [e] em posição pretônica. Esse dado concatena ao que mapeamos nas áreas indígenas em estudo, uma vez que, como se pode constatar na carta F02 (mapa 11), a predominância nesse contexto de variação é da vogal alta [i].

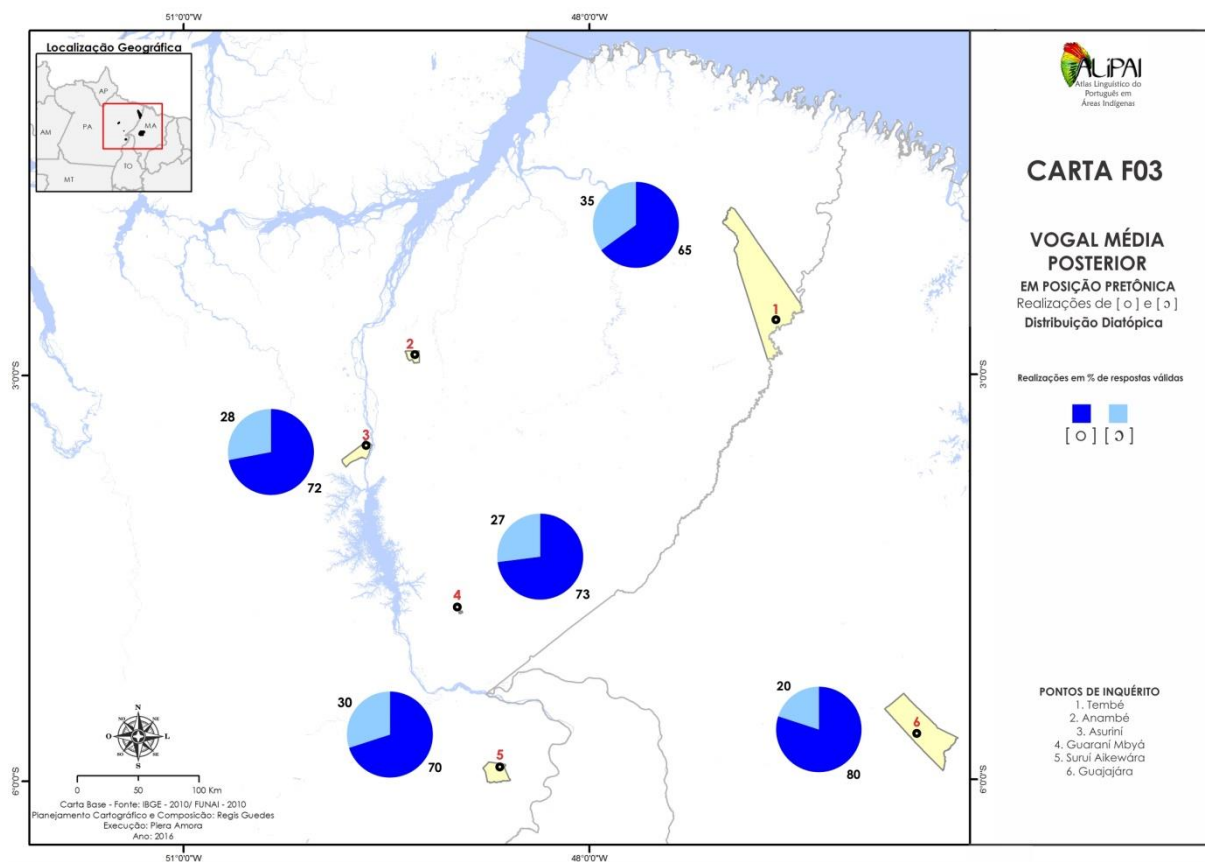
Nessa perspectiva, os dados mapeados a partir da fala desses colaboradores indígenas sobre a variação entre [e] e [i], assim como os da seção anterior (sobre [e] e [ɛ]), projetam a difusão de uma “norma regional” do português falado pelos não indígenas, influenciando o português falado nas áreas indígenas em estudo.

5.1.4 Variação da vogal média posterior em posição pretônica (realização de [o] e [ɔ])

Em se tratando das vogais médias anteriores [e] e [ɛ], poderíamos dizer que os dados sobre o português falado em áreas indígenas do Pará e Maranhão, de modo geral, seguem a tendência apontada por Nascentes (1953) em sua divisão dialetal do Brasil, de que os falares do Norte seriam caracterizados pelo uso das vogais pretônicas abertas [ɛ] e [ɔ], enquanto que o Sul seria caracterizado pelas fechadas [e] e [o]. Todavia, ressaltamos que, em relação às vogais médias posteriores, os resultados de nosso estudo contrariam a divisão de Nascentes (*op. cit.*). Os resultados apontam para a predominância da fechada [o], coadunando o estudo de Freitas (2003) (assinalado na seção 2.2.1), realizado a partir das análises dos estudos de Vieira (1989), Nina (1991) e Silva (1989), que apontam o estado do Pará como uma “ilha dialetal” em relação aos falares do Norte, no que se refere às vogais médias posteriores.

Sobre os dados mapeados nas áreas indígenas aqui estudadas, elaboramos a carta fonética F03 (mapa 13), na qual mapeamos a variável diatópica da vogal média posterior pretônica (realizações de [o] e [ɔ]). Nela, podemos constatar o predomínio de uso da vogal fechada [o] em detrimento da aberta [ɔ] em todos os pontos de inquérito investigados, seguindo a tendência apontada pelos estudos acima mencionados sobre o português falado por não indígenas no Pará.

Mapa 13: Carta F03 – Vogal Média Posterior Pretônica [o] e [ɔ] – Diatópica



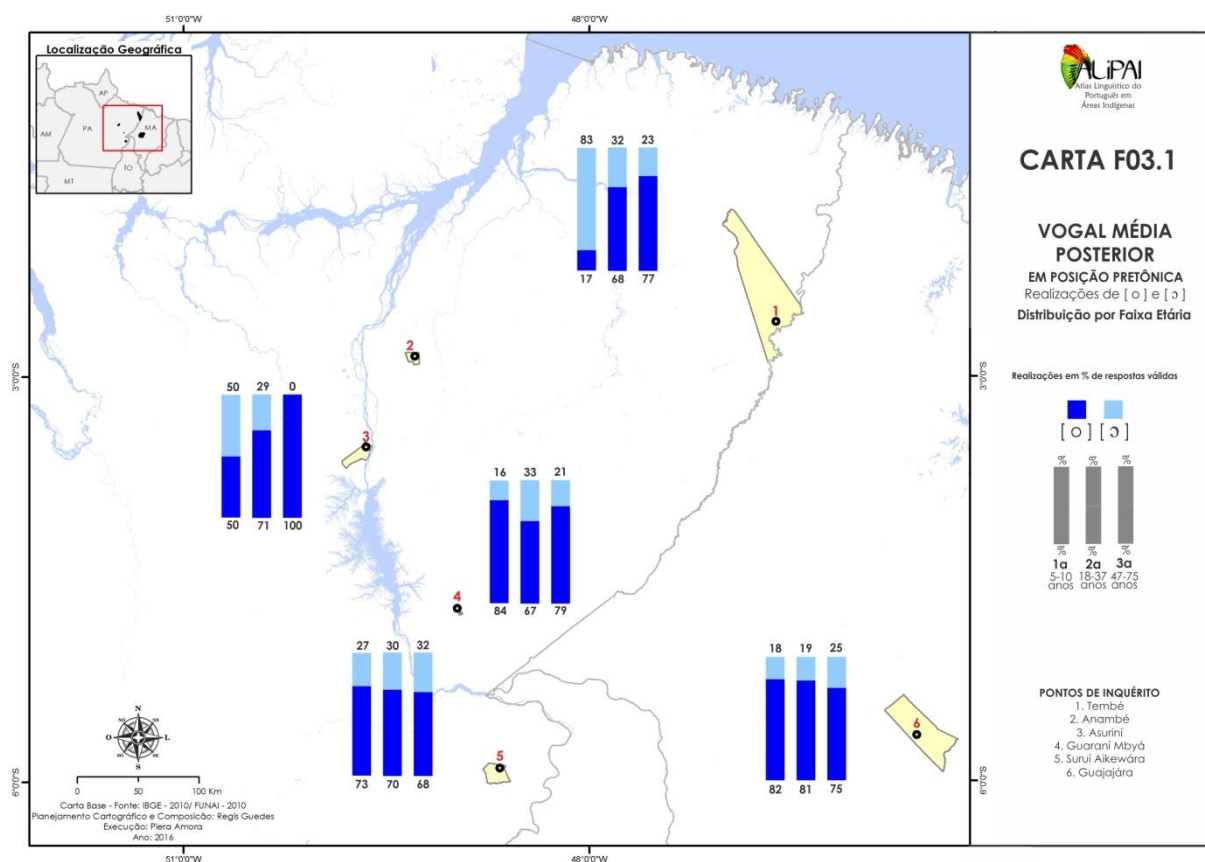
Fonte: O autor

Ressaltamos que o percentual da vogal média fechada [o] no ponto 6 (Guajajára) (80%), no Maranhão, foi o maior entre os registrados neste estudo, o que indica que, pelo menos no que se refere a esse fenômeno, os indígenas dessa comunidade localizada no Maranhão seguem a tendência observada no Pará (FREITAS, 2003), de diferenciar-se dos estados da região Norte no que se refere ao uso das vogais médias posteriores pretônicas. Por outro lado, o maior percentual registrado do uso da vogal média posterior pretônica aberta [ɔ] foi registrado no ponto 1 (Tembé). É possível que o falar dessa comunidade esteja mais próximo do que o ALiB (2014) registrou na cidade de São Luís do Maranhão, onde o índice da aberta [ɔ] supera o da fechada [o], da mesma forma que em outras capitais do litoral Nordeste do país, como João Pessoa, Recife, Maceió, Aracajú e Salvador.

A carta diageracional F03.1 (mapa 14) destaca-se entre as elaboradas para o fenômeno da variação da vogal média posterior em posição pretônica, uma vez que, entre os Tembé (ponto 1), na primeira faixa etária (crianças de 5 a 10 anos), a variante [ɔ] apresentou maior índice de ocorrência (83%). Também entre os Asuriní (ponto 3), o percentual de ocorrência da vogal aberta [ɔ] destacou-se, na primeira faixa etária, no registro de 50%, em oposição à vogal fechada [o], o que destoa dos demais pontos de inquérito, nos quais a predominância é da

média fechada [o] em todas as faixas etárias. Entre os Guaraní Mbyá (ponto 4), por exemplo, o índice é de 84% para [o] e de 16% para [ɔ] na primeira faixa. Assim, nos pontos de inquérito 1 (Tembé) e 3 (Asuriní), os dados demonstram uma tendência crescente, entre as três gerações de colaboradores, para a difusão do uso da vogal aberta [ɔ] em oposição à fechada [o] em posição pretônica. Isto é, quanto mais novos os colaboradores, maior o percentual de uso da média aberta [ɔ] e menor o da fechada [o].

Mapa 14: Carta F03.1 – Vogal Média Posterior Pretônica [o] e [ɔ] – Diageracional



Dessa forma, observando-se a variante diageracional, verifica-se que os índices registrados para a vogal aberta [ɔ] na primeira faixa etária, nos pontos 1 (Tembé) e 3 (Asuriní), dão indícios de que há uma mudança em curso nessas comunidades, que privilegia a difusão da média posterior aberta [ɔ]. Em relação aos pontos 4 (Guaraní), 5 (Suruí) e 6 (Guajajára), que compõem a porção sudeste do território investigado, verifica-se a manutenção da predominância da vogal fechada [o] em posição pretônica.

As cartas F03.2 e F03.3⁴⁵, a exemplo do que ocorreu na variação da vogal média anterior pretônica [e] e [ɛ] (cartas F01.2 e F01.3), demonstram que os fatores diagenérico (sexo) e diastrático (escolaridade) não são determinantes para a variação da vogal média posterior em posição pretônica. De outro lado, corroboram a impressão de que a predominância da variante fechada [o] em oposição à aberta [ɔ] está ligada mais a fatores de ordem linguística (internas ao sistema) e/ou geográfica.

Os dados do ALiSPA (2004), segundo Razky, Lima e Olivera (2012), demonstram, da mesma forma, a predominância da média fechada [o] (51%) em relação à média aberta [ɔ] (26%) e à alta [u] (23%), o que acentua ainda mais a tendência apontada por Freitas (2003) de que o Pará constitui uma área dialetal distinta em relação aos demais estados da região Norte do Brasil. Assim, mais uma vez os percentuais do mapeamento dos dados de fala de colaboradores não indígenas, no *corpus* do ALiSPA (2004), assemelham-se aos do mapeamento dos dados de fala dos colaboradores indígenas das comunidades aqui estudadas, como se pode observar na carta F03 (mapa 13).

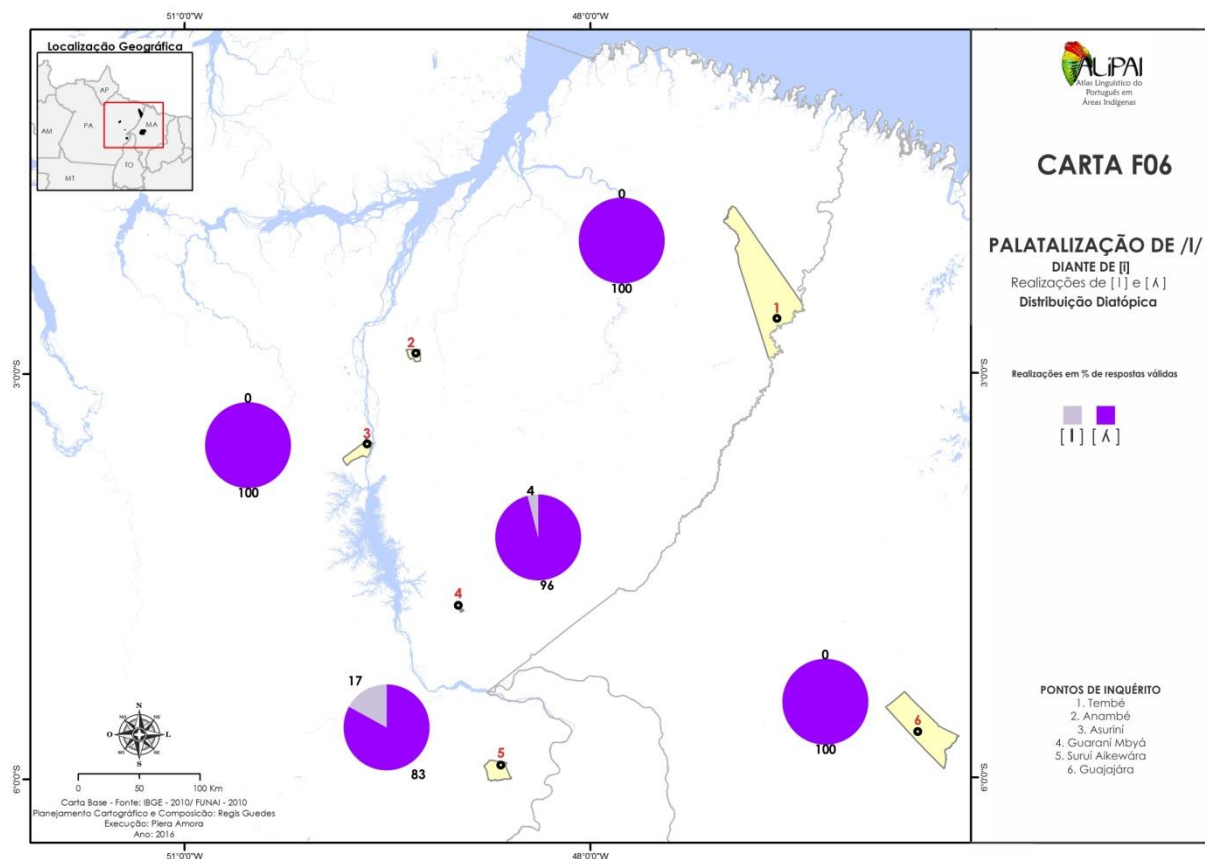
A única ressalva a ser feita nesse caso é de que, no mapeamento dos dados de fala dos indígenas, os percentuais de predominância da vogal média fechada [o] são maiores em relação à ocorrência da aberta [ɔ] do que entre os dados do ALiSPA (2004), alcançando entre os indígenas o índice de 73% para [o] em detrimento de [ɔ]. Esses resultados também coadunam aos de outros estudos realizados sobre o português no Pará, como os de Nina (1991), Vieira (1983), Silva (1989) e Freitas (2003), no que diz respeito a uma tendência à predominância da média fechada [o] no Estado.

5.1.5 Palatalização da lateral /l/ diante de [i]

A carta F06 (mapa 15) demonstra que o fenômeno da palatalização de /l/ diante de [i] é muito recorrente no português falado nas áreas indígenas estudadas. Percebe-se que, em relação à variação diatópica do fenômeno, os dados demonstram que, nos pontos de inquérito mais ao norte do território (1 e 3), juntamente com o ponto 6 (Guajajára), a palatalização foi categórica. Contudo, no ponto 4 (Guaraní Mbyá), o percentual para a variante lateral alveolar é de 4%, e entre os Suruí (ponto 5) o percentual chega a 17%.

⁴⁵ Disponíveis no Tomo II.

Mapa 15: Carta F06 – Palatalização de /l/ – Diatópica



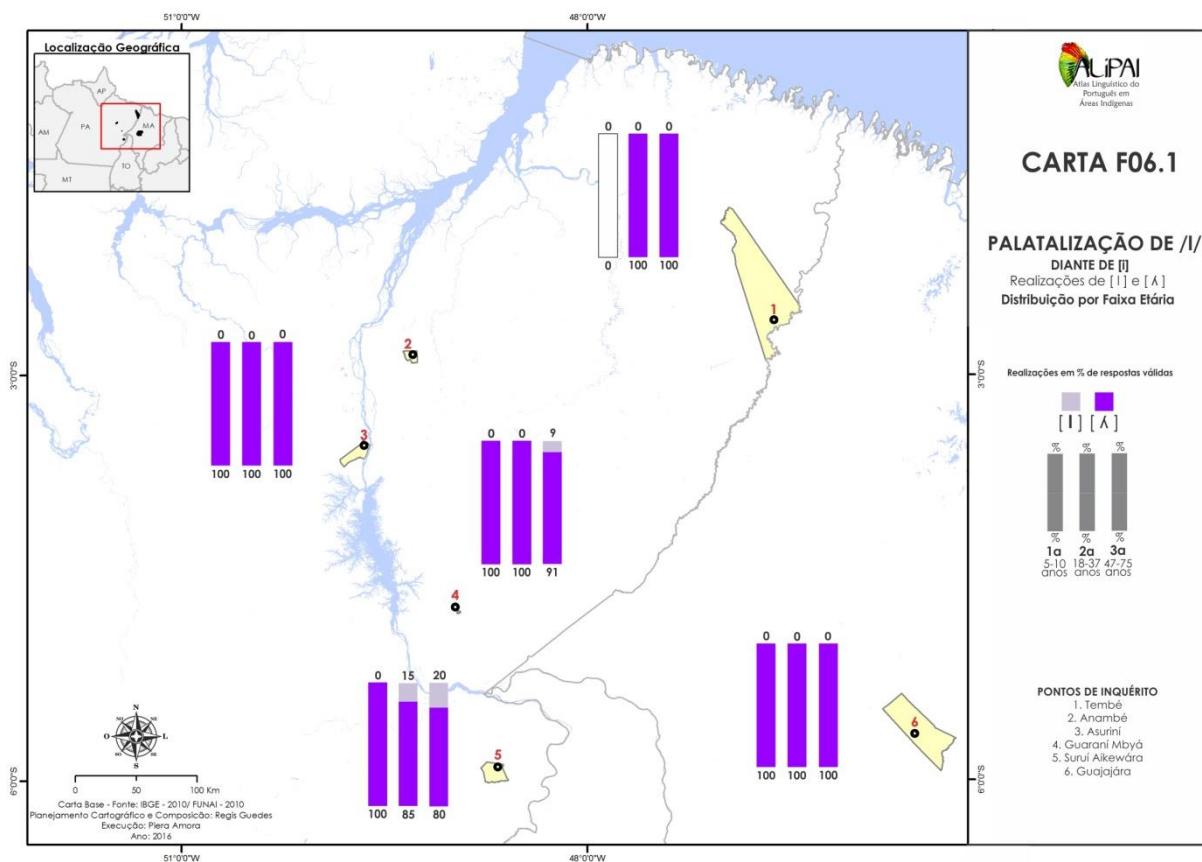
Fonte: O autor

Na carta F06.1 (diageracional) a seguir, destacamos o fato de que, nos pontos 4 (Guaraní) e 5 (Suruí), nos quais houve registro percentual para a variante alveolar, os registros se deram entre os indígenas adultos, segunda⁴⁶ e terceira⁴⁷ faixas etárias.

⁴⁶ (18 a 37 anos).

⁴⁷ (47 a 75 anos).

Mapa 16: Carta F06.1 – Palatalização de /l/ – Diageracional



Fonte: O autor

Esse fato pode indicar uma mudança em curso nas comunidades, nas quais o percentual de realizações alveolares (que já é baixo de modo geral) não está mais presente na fala das crianças, o que por sua vez indica que essas comunidades estão aderindo à difusão da palatal, que predomina na região norte, como demonstraremos a seguir.

As cartas F06.2 (diagenérica) e F6.3 (diastrática)⁴⁸ demonstram que esses fatores não são determinantes na variação da lateral como alveolar ou palatal, nos cinco pontos investigados, estando o fenômeno condicionado, por um lado, a um fator de ordem interna ao sistema, no caso, a subsequência da vogal alta [i], e por outro, pelo fator geográfico, que, como veremos, caracteriza a distribuição da realização palatal de /l/ como típica do território amazônico.

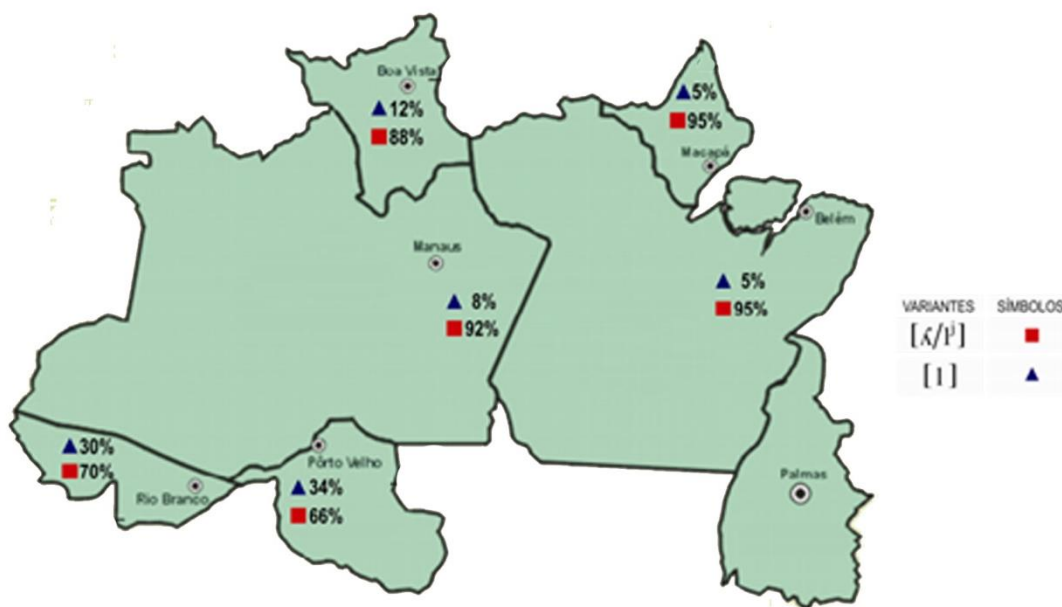
De posse desse dado, inter-relacionamos os resultados obtidos nas comunidades-alvo desta pesquisa aos dados do ALiSPA (2004), a um estudo realizado por Oliveira e Razky (2010) com dados do projeto ALiB-Norte e aos primeiros volumes do ALiB (2014) sobre as capitais brasileiras.

⁴⁸ Disponíveis no Tomo II.

Os dados do ALiSPA (2004), atlas que mapeou dez pontos de inquérito no estado do Pará, corroboram a tendência de predominância da variante palatalizada [ʎ], apresentada na carta F06, uma vez que no ALiSPA não foram registradas ocorrências da lateral alveolar [l], quando o fonema /l/ ocorre diante de [i].

A partir do panorama da região norte do Brasil, Oliveira e Razky (2010) demonstram o perfil da distribuição da lateral /l/ nas capitais dessa região. O estudo indica que a variante palatalizada é uma característica dos falares nortistas, como vemos na figura 52, na qual os percentuais da lateral palatal [ʎ] são altos em detrimento da variante alveolar [l]. Como em Belém e Macapá, onde se tem 95% para [ʎ] e 5% para [l], ou em Manaus (92% para [ʎ] e 8% para [l]) e Boa Vista (88% para [ʎ] e 12% para [l]). Interessante observar que as diferenças percentuais são menores nas capitais mais próximas ao Centro-Oeste: Rio Branco (70% para [ʎ] e 30% para [l]) e Porto Velho (66% para [ʎ] e 34% para [l]).

Figura 52: Distribuição da frequência da palatalização de /l/ na região Norte



Fonte: Oliveira e Razky (2010) (Adaptado)

Como afirmaram Oliveira e Razky (2010), a não palatalização no estado do Pará constitui a exceção. Os dados mapeados a partir do português falado por indígenas paraenses (carta F06) corroboram essa afirmação. Observando-se os resultados do ALiB (2014) sobre a palatalização nas capitais do Brasil, verifica-se que, em São Luís do Maranhão, os índices de palatalização também são altos, como nos estados do Norte, o que demonstra, por sua vez, que os falares do Maranhão refletem a realidade deste espaço geográfico, que encontra-se na

confluência de dois biomas brasileiros (o amazônico e o cerrado nordestino), espelhando as considerações de Couto (2009) sobre a concepção de ecolinguística: as semelhantes relações dos sistemas ecológico e linguístico. Sendo os indígenas pertencentes a esses biomas, vemos nos dados analisados que o português falado pelos indígenas pertencentes às comunidades-alvo paraenses e maranhense tende a seguir uma norma regional, não mais apresentando marcas linguísticas de influências do substrato linguístico de matriz Tupí-Guaraní quanto à variação da lateral /l/ diante de [i], no português falado nas áreas indígenas investigadas.

Esperava-se encontrar, neste contexto, registros de rotacismo, como nos casos registrados de Cyriaco Baptista (1932) (quadro 24): *rimáw* (limão), *Kari* (Calixto), *Mâtrin* (Marcellina), *Uiripi* (Philipe) e *Karurin* (Carolina). Todavia, não houve registros do fenômeno no *corpus* analisado.

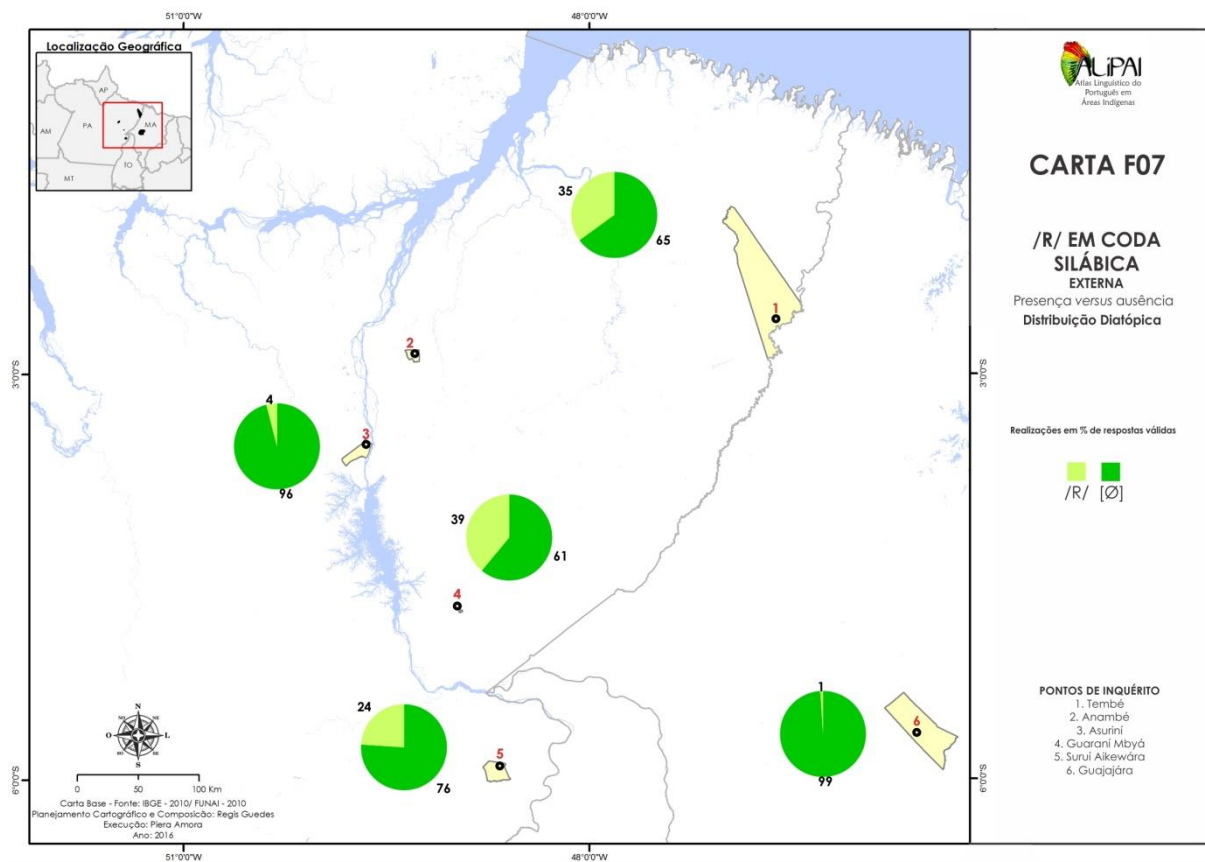
5.1.6 Variação do /R/ em coda silábica externa (presença *versus* ausência em nomes e verbos)

Nesta seção, trataremos os dados mapeados relativos à variação do /R/ em coda silábica externa. Como delimitamos anteriormente, foram mapeados dados acerca das realizações de fricativas velar, glotal e do apagamento da consoante, por se entender que essas realizações são marcas características do português no Norte e Nordeste do Brasil, como atestam os dados do ALiB (2014), na carta F04C3⁴⁹. Assim, ficaram excluídos do mapeamento em questão os demais modos de articulação existentes: vibrante simples e múltipla, aproximante, entre outras. De outro lado, não foram mapeados os dados sobre a presença/ausência do /R/ em coda silábica interna, em função da baixa produtividade dessa variante no *corpus* coletado.

Fazendo-se uma leitura da carta F07 (mapa 17), elaborada sobre a realização do /R/ em coda silábica externa, é possível observar que predomina o apagamento em oposição à realização das consoantes fricativas velar ou glotal, especialmente nos pontos 3 (Asuriní) (96%) e 6 (Guajajara) (99%), nos quais o apagamento é quase categórico.

⁴⁹ Tomo II.

Mapa 17: Carta F07 – /R/ em coda silábica – Diatópica

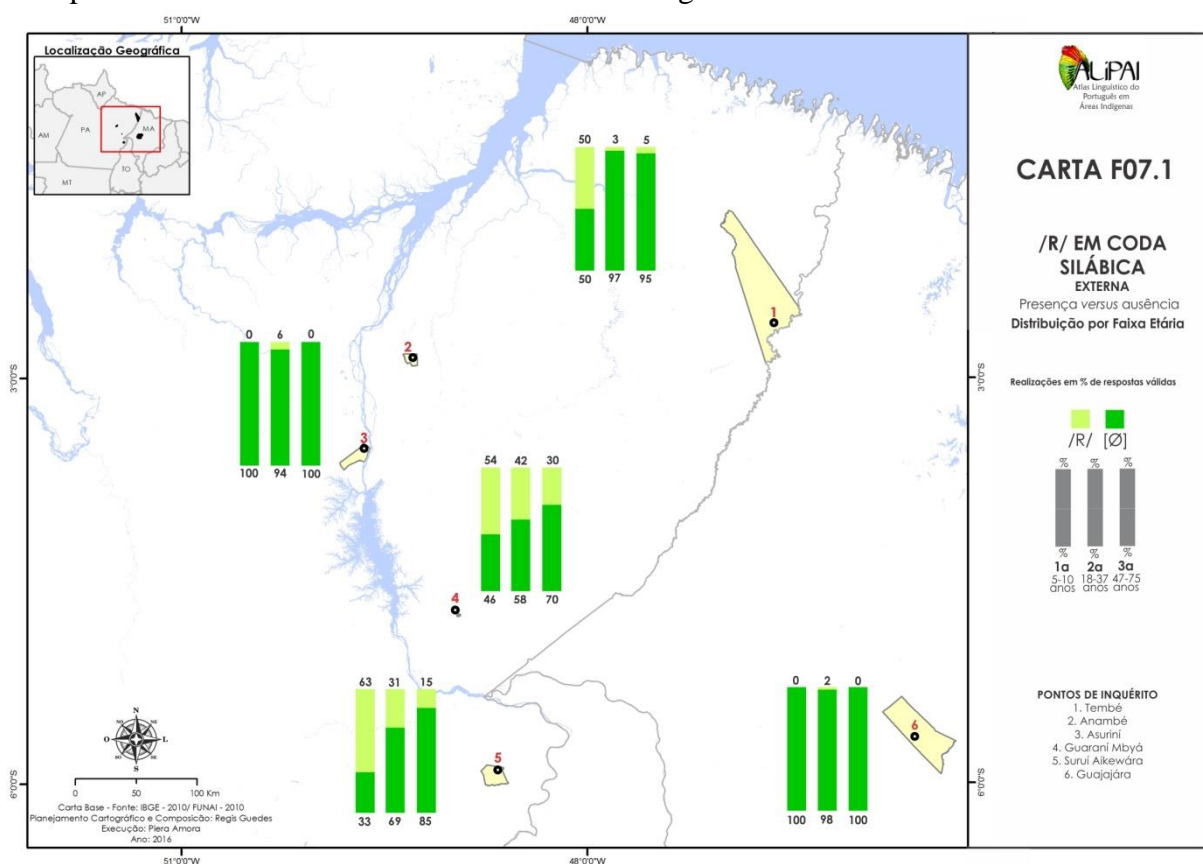


Fonte: O autor

Observando-se a variação diatópica dos dados mapeados na carta F07 (mapa 17), verifica-se que, apesar da tendência geral ser o apagamento do /R/, há índices significativos da presença desses fones registrados nos pontos de inquérito 1 (Tembê): 35%, 4 (Guaraní Mbyá): 39% e 5 (Suruí): 24%.

Tratando-se da variação diageracional do /R/ em coda silábica externa, verifica-se na carta F07.1 (mapa 18) uma gradação entre as três gerações de colaboradores nos pontos 4 (Guaraní) e 5 (Suruí), também refletida no índice obtido para a primeira faixa etária no ponto 1 (Tembê). Nessa gradação, nas gerações mais jovens registrou-se maior índice de ocorrência da realização fricativa em oposição ao apagamento do fonema em coda silábica.

Mapa 18: Carta F07.1 – /R/ em coda silábica – Diageracional



Fonte: O autor

No ponto 1 (Tembê) registrou-se 50% de ocorrência da variante fricativa para a primeira faixa etária, 3% e 5% para a segunda e terceira faixas, respectivamente. No ponto 4 (Guaraní Mbyá), os percentuais foram de 54%, 42% e 30%, para as faixas 1ª, 2ª e 3ª, respectivamente. Enquanto que, no ponto 5 (Suruí), os valores são 63%, 31% e 15%, para as 1ª, 2ª e 3ª faixas, respectivamente. Esses índices podem indicar uma mudança em curso em favor da presença do /R/ em coda silábica externa nessas três áreas indígenas.

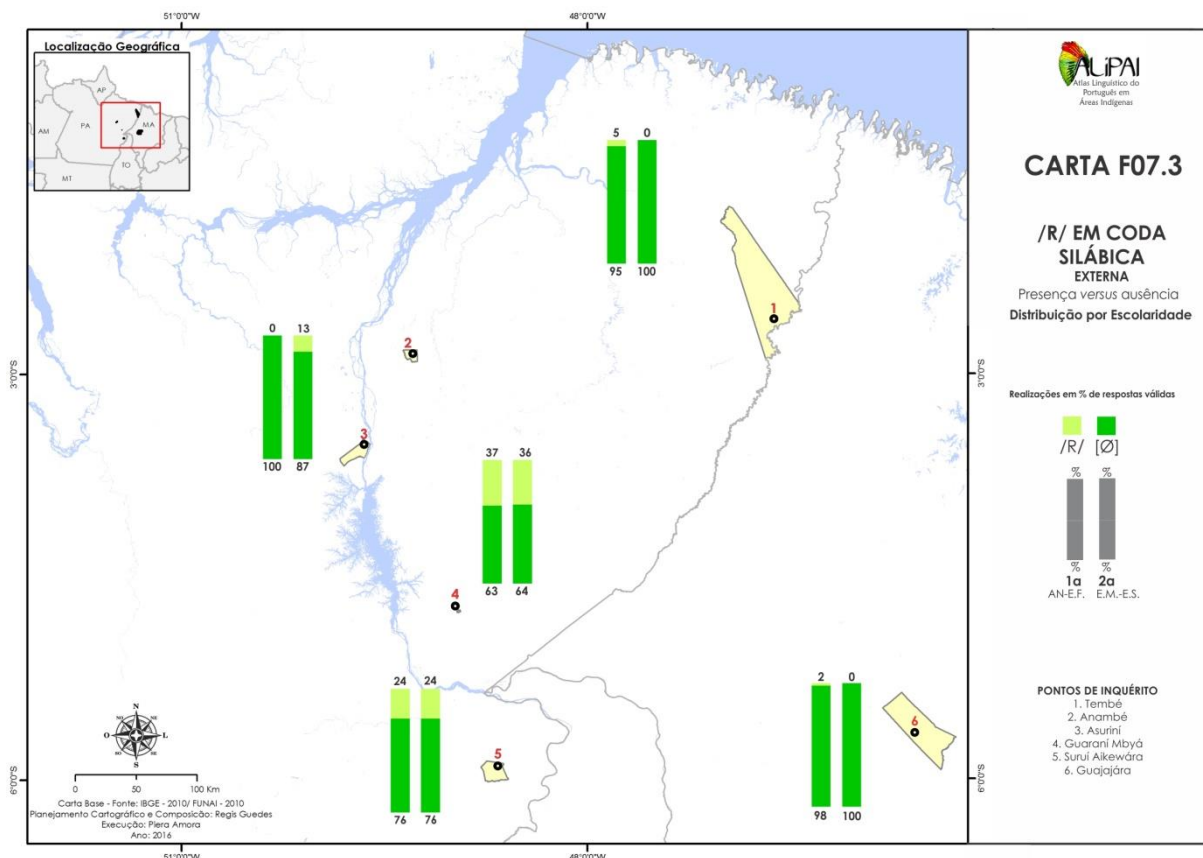
Observando-se a variável diagenérica, verifica-se na carta F07.2⁵⁰ que o fator diagenérico não exerce grande influência na variação do /R/ em coda silábica externa nas comunidades-alvo.

Os dados sobre a variação diastrática registrados na carta F07.3 demonstram que o fator “escolaridade” parece, também, não ser relevante quanto à variação do /R/ em coda silábica externa. Esse dado inclusive não se ampara em afirmações como a de Votre (2010), para quem o ensino formal tende a induzir o aluno a identificar-se com grupos detentores de formas de prestígio, apropriando-se dessas formas, como capital simbólico. Na perspectiva

⁵⁰ Disponível no Tomo II.

desse autor, esperar-se-ia que os dados dos colaboradores mais escolarizados privilegiassem a realização da fricativa, em detrimento do apagamento nas comunidades-alvo, o que não se verificou na carta F07.3, sobre a variação diastrática do fenômeno.

Mapa 19: Carta F07.3 – /R/ em coda silábica – Diastrática



Fonte: O autor

Dessa forma, os dados aqui apresentados corroboram o que diversos estudos sobre o português brasileiro, como o de Oliveira (2003), os quais demonstram, de que a estigmatização do apagamento do /R/ em coda silábica tem perdido força, tendo seu uso difundido mesmo entre as classes mais escolarizadas.

O ALiB (2014), no volume II, no qual são cartografados dados das capitais brasileiras (nas quais metade dos colaboradores são de nível superior, como demonstramos na seção 2.3.1), apresenta cartas individuais para o estudo da presença *versus* ausência do /R/ em coda silábica externa em nomes e verbos. Em Belém, os resultados para os nomes privilegiam o predomínio da presença do /R/, diferentemente do que ocorre em São Luís, onde predomina a ausência. Na carta F04 C 2, sobre a presença *versus* ausência em verbos, tem-se, tanto em Belém, quanto em São Luís, o favorecimento da ausência do /R/. Assim, de modo geral, os dados do ALiB, nessas duas capitais, demonstram que são privilegiados os índices de

ausência do /R/ em coda silábica externa, mesmo que 50% dos colaboradores, nesses pontos, tenham nível de escolaridade superior.

Seguindo essa mesma perspectiva, Oliveira (2003), em estudo sobre a cidade de Itaituba no Pará, demonstrou que, em final de vocábulo e em posição pós-vocálica, há uma tendência ao apagamento do /R/.

Dessa forma, pode-se afirmar que, quanto à presença *versus* ausência do /R/ em coda silábica externa, os resultados coletados nas áreas indígenas estudadas refletem a tendência da língua portuguesa no Norte e no Nordeste do Brasil (onde estão situadas essas áreas indígenas), principalmente no que se refere aos verbos.

5.1.7 Variação do /S/ em coda silábica externa e interna (presença *versus* ausência em nomes e verbos)

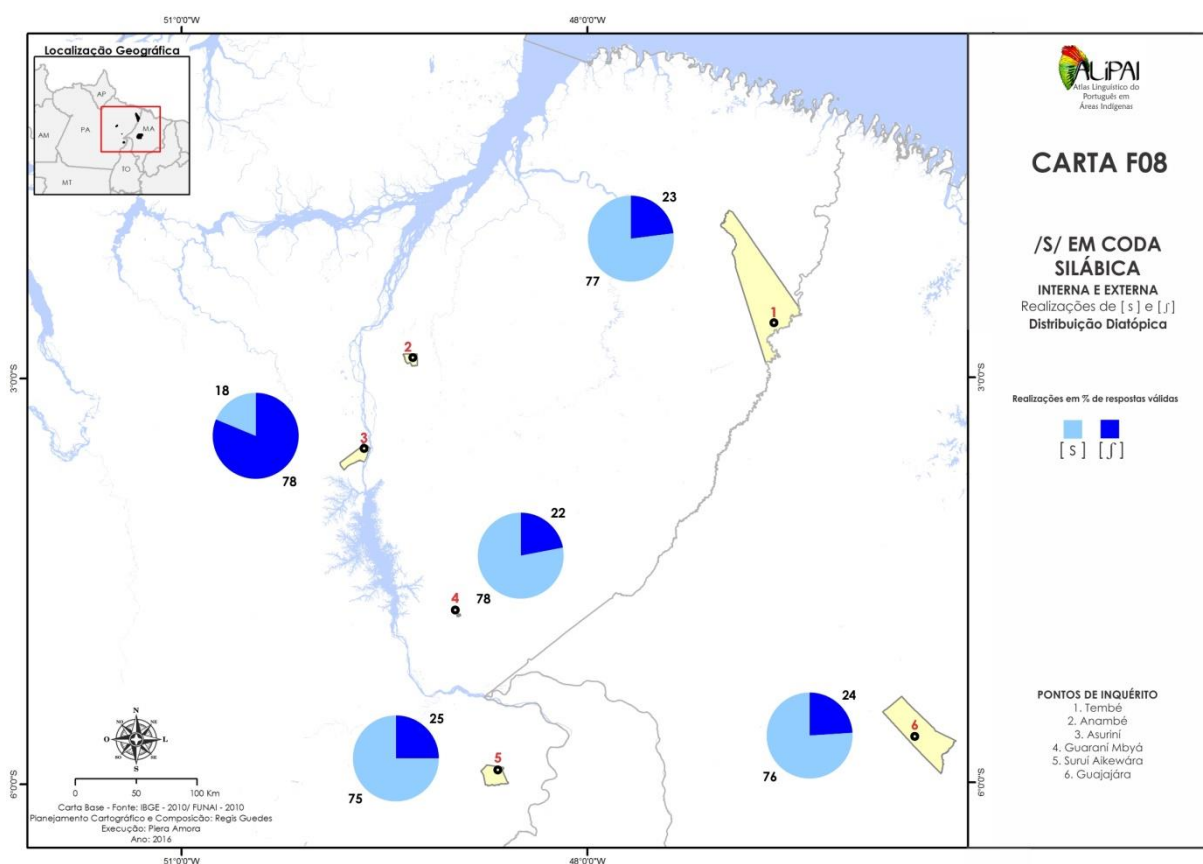
Estudos sobre a variação do /S/ em coda silábica no norte do Brasil têm apresentado a existência de quatro realizações predominantes: a palatal [ʃ, ʒ], a alveolar [s, z], a glotal [h] e o zero fonético. Estudando esse fenômeno no falar da cidade de Belém, Razky e Carvalho (2003) demonstraram a predominância da realização palatal com 69% das ocorrências, seguida da realização alveolar com 22%, enquanto que a glotal apresentou 3% e o zero fonético, 5%.

Sobre a realização do /S/ em coda silábica no Brasil, como apresentamos anteriormente na seção 2.2.1, Mota (2009, p. 22) afirma, a partir dos dados do ALiB, que os fatores mais importantes para a realização palatal do /S/ são o contexto subsequente e a variação diatópica. Com relação ao contexto subsequente, a autora afirma que a presença da oclusiva dento-alveolar surda /t/, especialmente quando realizada como africada palatal, favorece fortemente a ocorrência da variante palatalizada. De outro lado, a correspondente sonora /d/ favorece a ocorrência das alveolares.

Avaliando-se ser o fator geográfico o mais relevante na variação do /S/ em coda silábica nos dados deste estudo sobre o português falado em áreas indígenas, e levando-se em conta esses dois fatores favorecedores da realização palatal em oposição à alveolar, apresentados por Mota (*op. cit.*), decidimos agrupar os resultados sobre o fenômeno no contexto interno e externo, para procedermos nossas análises.

Como se pode observar no mapa 20 (carta F08, a seguir), a realização alveolar é predominante nos pontos 1 (Tembé) (77%), 4 (Guaraní) (78%), 5 (Suruí) (75%) e 6 (Guajajára) (76%). Por outro lado, no ponto 3 (Asuriní), a predomiância é da realização palatal com 78% das ocorrências.

Mapa 20: Carta F08 – /S/ em coda silábica – Diatópica



Fonte: O autor

Nesse caso, os dados corroboram a tendência observada nas cartas F01 (vogal média anterior) e F07 (/R/ em coda silábica), nas quais os índices obtidos entre os Asuriní destacam-se do ponto de vista geográfico, em relação aos demais pontos de inquérito. Os fatores sociais sexo, idade e escolaridade⁵¹ não apresentam influência significativa sobre a variação do /S/ em coda silábica nos dados em análise.

Amparando-se nos resultados do ALiSPA (2004), pode-se afirmar que o falar dos Asuriní segue o padrão do português regional, no que se refere à variação do /S/ em coda silábica interna (figura 53) e externa (figura 54).

⁵¹ Como se pode ver nas cartas F08.1, F08.2 e F08.3, no tomo II.

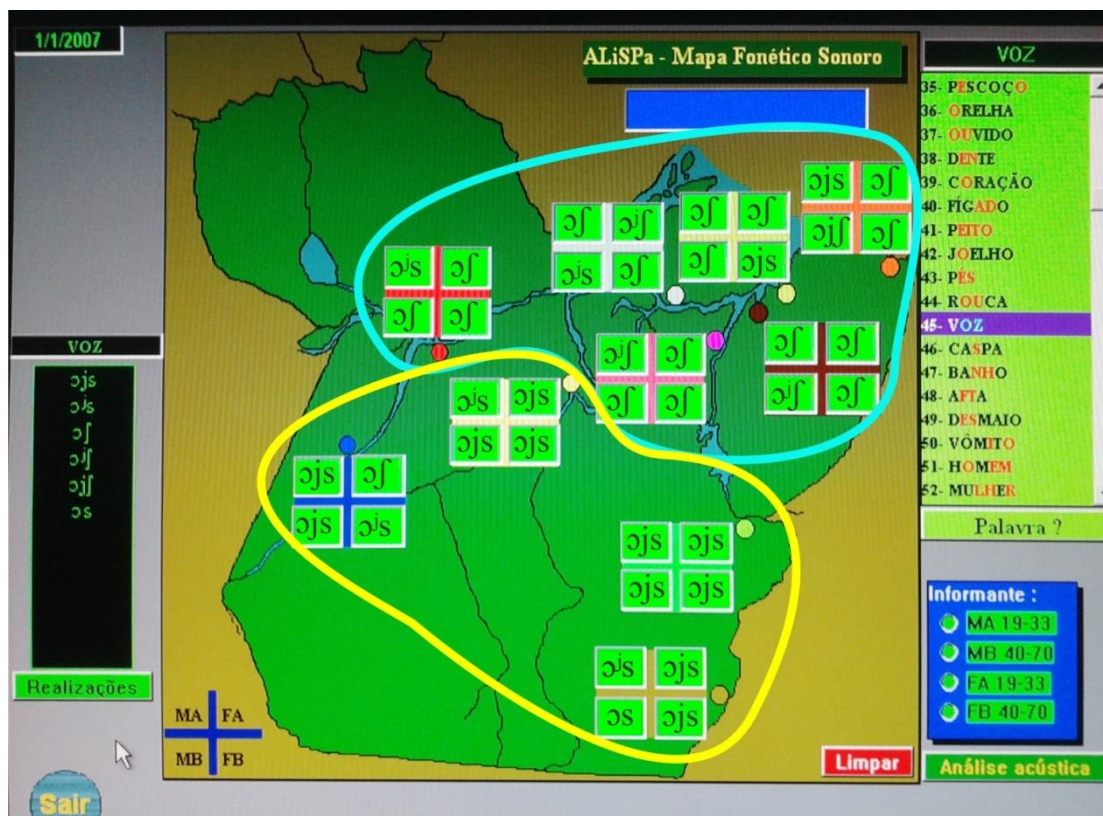
Figura 53: Variação entre [ʃ] e [s] em *caspa* – ALiSPA (2004)



Fonte: ALiSPA (2004)

O Atlas Linguístico Sonoro do Pará (ALiSPA, 2004) demonstra que, tanto na coda silábica interna (figura 53), quanto na externa (figura 54), a variação do fenômeno é influenciada diretamente pela variável geográfica, como se pode observar nos agrupamentos fonéticos circunscritos pelas linhas azul e amarela.

Figura 54: Variação entre [ʃ] e [s] em voz – ALiSPA (2004)



Fonte: ALiSPA (2004)

Como se pode observar nas figuras 53 e 54, a realização alveolar é predominante nas mesorregiões Sudeste e Sudoeste do Estado, ao passo que no Nordeste e Oeste (Marajó e Baixo Amazonas) a predomiância é da realização palatal. Mesmo tomando-se as duas cartas, uma sobre o /S/ em coda silábica interna (figura 53) e a outra externa (figura 54), verifica-se a importância da variável diatópica, pois em ambos os casos a configuração da variação do fenômeno em questão no território paraense é praticamente a mesma.

Voltando-se ao mapa 20, a localização do ponto 3 (Asuriní) no município de Tucuruí, pertencente à mesorregião sudeste do Estado, nos leva a considerar que o português falado na terra indígena Trocará corresponde a um padrão regional típico da região de povoamento mais antigo do estado, que preconiza a realização predominante da fricativa palatal [ʃ] em coda silábica. Esse fato se deve, provavelmente, à sua localização geográfica e às relações comerciais da cidade de Tucuruí com a metrópole, com o avanço das navegações pelo rio Tocantins, como assinalamos na seção 1.2. Nessa área de povoamento mais antigo (assinalada pela linha azul), que é compreendida pelas mesorregiões Nordeste, Metropolitana de Belém, Marajó e Baixo Amazonas (figura 1), predomina a variante palatalizada [ʃ], enquanto que na

zona de povoamento mais recente do Estado do Pará (Sudeste e Sudoeste) (destacada pela linha amarela) prevalece a variante alveolar [s].

Diante desses fatos linguísticos e históricos, faz-se necessário realizar uma reflexão mais aprofundada sobre as motivações do fenômeno diatópico observado, quanto à variação das vogais médias anteriores, do /R/ e do /S/ em coda silábica. A configuração geográfica nas ocorrências dos referidos fenômenos fonéticos, em nossa análise, reflete a história da ocupação do Norte do Brasil pelos portugueses, mais especificamente nos estados do Pará e do Maranhão.

Como foi exposto na seção 1.2, os estudos dialetológicos podem ser uma rica fonte sobre a história do povoamento de um espaço geográfico e da constituição da etnicidade de um povo. Como referenciamos na seção 2.2.1, Verney citado por Callou (2009) afirma que a palatalização do /S/ em coda silábica deve ter tido início, em língua portuguesa, no final do século XVI e começo do XVII. Um fato social e histórico a ser levado em conta é a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, no começo do século XIX, o que levanta a hipótese de que a realização palatal passara a representar uma norma de prestígio no Brasil.

Como expusemos anteriormente, a cidade de Belém foi, por longo período, o principal entreposto comercial do Norte do Brasil com a coroa portuguesa, as ligações comerciais e sócio-históricas entre Portugal e a Província do Grão Pará e Maranhão, à época da colonização do Brasil, foram intensas. No final do século XIX e início do XX, na cidade de Belém, vivenciou-se o período áureo da extração da borracha, o que levou ao que se conhece hoje como a *Belle Époque Paraense*. Um conjunto de melhoramentos urbanísticos, turísticos, de transporte, e também culturais, pelo qual passou a capital paraense. A influência europeia, inclusive no âmbito cultural (e, portanto, linguístico), era impulsionada pelo crescimento e ascensão de uma classe social mais abastada, que intercambiava bens econômicos e culturais com a Europa. Datam desta época a construção do Teatro da Paz, da Praça da República e de muitos casarões nos estilos gótico e neoclássico, na capital paraense, como os Palacetes Pinho e Bolonha. Essa revolução cultural e econômica deixou seu legado à sociedade paraense. Por exemplo, os dados do ALiB (2014) demonstram as similitudes linguísticas entre as capitais do Pará e do Rio de Janeiro, como se pode consultar na carta F05C1⁵², sobre o /S/ em coda silábica interna e externa, na qual os percentuais de Belém e do Rio de Janeiro são equivalentes.

⁵² Disponível no Tomo II.

Razky e Carvalho (2003) também demonstraram, por meio de levantamento de outros estudos, que Belém e Rio de Janeiro apresentam configurações similares quanto à variação do /S/ pós-vocálico (quadro 29).

Quadro 29: A variação do (s) no Brasil

	[ʃ, ʒ]	[s, z]	[h]	Ø
Belém	69%	22%	3%	5%
Rio de Janeiro	82%	16,5%	5%	0,5%
Recife	69%	35%	3,1%	2,35%
Salvador	44%	45%	5,21%	2,64%
Brasília	60%	24%	-	-
São Paulo	5%	85%	5%	5%
Porto Alegre	3%	82%	5%	12%

Fonte: Razky e Carvalho (2003) (Adaptado)

Como assinalamos anteriormente, Silva Neto (1956) afirma ser difícil saber se essa pronúncia (da palatal [ʃ]) constitui um fenômeno relacionado ao dialeto padrão de Lisboa ou representa um processo local independente. Contudo, as frequências de uso nas cidades de Belém e Rio de Janeiro assinalam para essa correlação de ordem histórica.

Tomando-se, de modo geral, os dados sobre a variação fonética do português nas áreas indígenas estudadas neste capítulo, tanto os referentes à variação dialingual do português em contato com as línguas indígenas das comunidades-alvo, quanto os dados obtidos a partir da aplicação do QFF do ALiB, consideramos que a constituição histórico-linguística dessas comunidades tem papel preponderante na variação fonética do português falado nelas, e são essenciais para se traçar os seus perfis geossociolinguísticos.

De um lado, a permanência dos rastros do substrato linguístico de matriz Tupí-Guaraní no português falado por indígenas adultos, especialmente os da terceira faixa etária, atestam o atual estado de difusão da norma regional do português nessas áreas indígenas.

Do outro lado, o contato constante com os não indígenas parece exercer grande influência na constituição do português falado nas comunidades estudadas, uma vez que os dados de fala dessas comunidades tenderam a refletir o português usado nas circunvizinhanças, como demonstram, por exemplo, os dados cartografados na última subseção, sobre a variação do /S/ em coda silábica interna e externa.

Na seção seguinte, discutimos a variação diarreferencial (Comportamentos Linguísticos e Comentários Metalinguísticos/Epilinguísticos) do português e das línguas

indígenas de cada comunidade-alvo. Os dados nos ajudam a compreender os papéis histórico-sociais de cada língua falada nessas comunidades, a partir da percepção dos colaboradores.

5.2 VARIAÇÃO DIARREFERENCIAL

Nesta seção, apresentamos e discutimos cartas linguísticas e quadros elaborados a partir dos dados coletados por meio do Questionário Sociolinguístico – QS, que objetivam discutir a realidade linguística plurilíngue das comunidades de fala estudadas, a partir da percepção de seus integrantes, uma vez que o mapeamento da dimensão diarreferencial demonstra a percepção dos falantes em relação à sua fala e à de seus pares.

Buscamos demonstrar, em cartas linguísticas, os dados sociolinguísticos catalogados, apesar de a cartografia de dados dessa natureza não constituir uma tradição entre os estudos geolinguísticos, além de que, como afirma Thun (2014), são de difícil cartografiação.

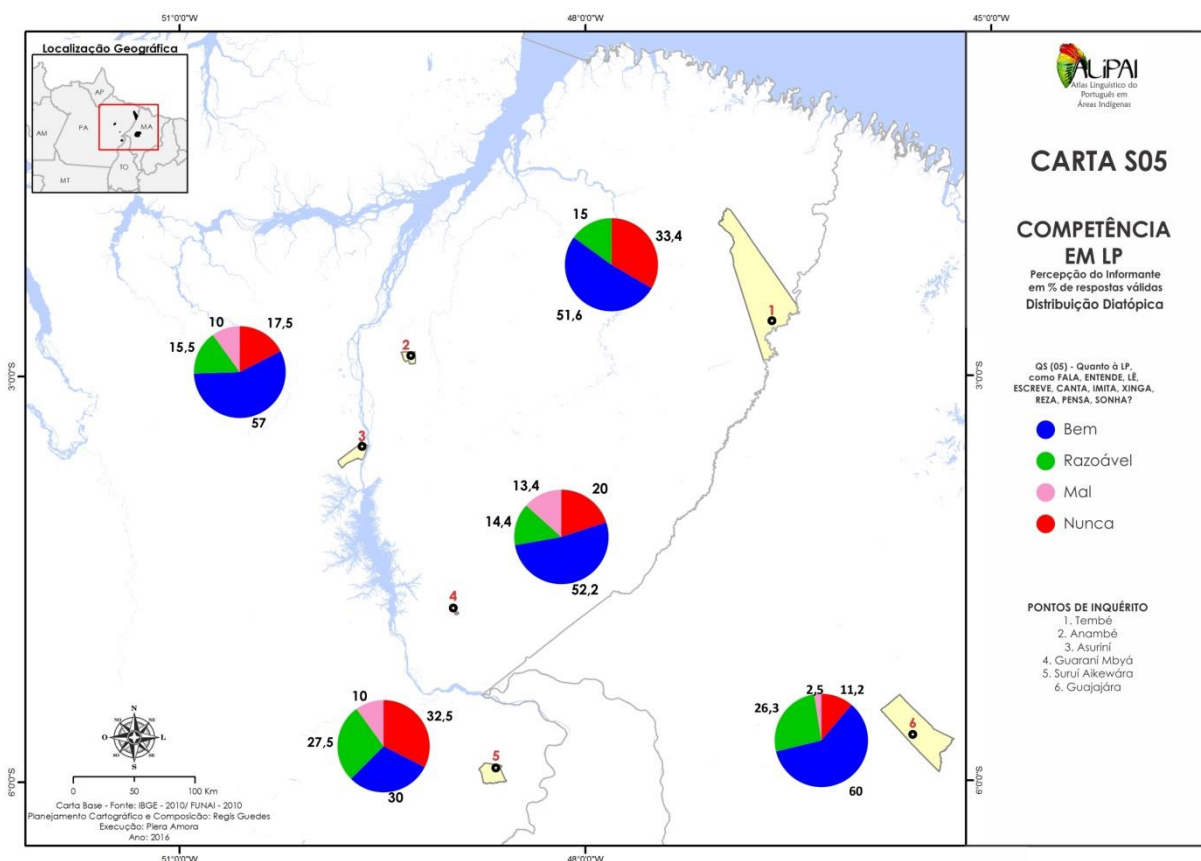
Procuramos sistematizar as informações sociolinguísticas de forma clara no corpo das cartas, de modo a oferecer uma visão pluridimensional dos dados sobre a variação diarreferencial (comentários metalinguísticos/epilinguísticos) sobre português e as cinco línguas Tupí-Guaraní, cujo contato estudamos. Para isso, optamos por apresentar as análises em duas seções distintas, uma contendo os dados sobre a língua portuguesa e outra sobre os das línguas indígenas.

5.2.1 Variação Diarreferencial no Português

As cartas S05 (mapa 21) e S05.1 (mapa 22) apresentam percentuais gerais da percepção dos colaboradores acerca de sua competência em língua portuguesa. Na carta S05 quantificamos as respostas dadas a todos os subitens da questão 5 do Questionário Sociolinguístico (QS), que versa sob como os colaboradores *falam, entendem, leem, escrevem, cantam, imitam, xingam, rezam, pensam* e *sonham* em língua portuguesa.

Para cada atitude linguística na questão 5 foram admitidas respostas em uma escala de três níveis: bem, razoável e mal, bem como a afirmação negativa do colaborador: “nunca”, esta que se refere aos comportamentos linguísticos que alguns colaboradores julgam não praticar, como *xingar, rezar* ou *sonhar* em uma determinada língua.

Mapa 21: Carta S05 referente à questão 05 do QS



Fonte: O autor

Verifica-se na carta S05, que, nos pontos 1 (Tembé) 3 (Asuriní), 4 (Guaraní) e 6 (Guajajára), os falantes avaliam de forma positiva a sua competência em língua portuguesa. Ressaltamos, inclusive, que não houve registro entre os Tembé (ponto 1) da resposta “mal”. No ponto 5 (Suruí) foi a avaliação “razoável” que obteve maior índice. De outro lado, nos cinco pontos de inquérito, destaca-se o alto índice da resposta “nunca” aos subitens da questão 5, sendo maiores as frequências nos pontos 1 (Tembé) e 5 (Suruí).

Como se pode constatar no quadro 30 (sobre o português falado pelos Tembé), a resposta “nunca” surge concomitantemente às outras opções. Para os subitens “imita”, “xinga” e “sonha”, a frequência da resposta “nunca” é alta, porém, para outros subitens, como “fala” e “entende”, não houve registro da resposta “nunca” nesta etnia.

Quadro 30: Percepção do colaborador – Competência em Português (Povo Tembê)

	Fala	Entende	Lê	Escreve	Canta	Imita	Xinga	Reza	Pensa	Sonha
FC	B	B	B	B	N	N	N	B	B	B
MA1	B	B	B	B	B	B	N	R	R	R
FA1	R	R	B	R	B	N	R	B	B	B
MB1	R	B	N	N	N	N	N	B	R	N
FB1	R	R	N	N	N	N	N	N	N	N
MA2	R	B	B	B	R	B	B	B	N	B
FA2	B	B	B	B	B	N	B	B	B	B

B = Bem / R = Razoável / M = Mal / N = nunca

Fonte: O autor

Comparando-se, na carta S05 (mapa 21), os resultados sobre os Tembê aos de seus irmãos orientais, os Guajajára, verifica-se percentuais gerais semelhantes sobre os comportamentos linguísticos. Em ambas as etnias, os colaboradores avaliam bem a sua competência em língua portuguesa (LP) (51,6% e 60%, respectivamente), enquanto que avaliar-se razoavelmente foi a segunda opção mais recorrente entre os Guajajára. Entre os Tembê, destaca-se como segunda avaliação mais recorrente a opção “nunca”. Por outro lado, o índice da avaliação “mal” é baixo entre os Guajajára e não ocorre entre os Tembê entrevistados. Como se pode verificar no quadro 31 (sobre o português Guajajára), avaliaram-se mal apenas os colaboradores adultos mais jovens e menos escolarizados: MA1 no item “imita” e FA1 no item “escreve”.

Quadro 31: Percepção do colaborador – Competência em Português (Povo Guajajára)

	Fala	Entende	Lê	Escreve	Canta	Imita	Xinga	Reza	Pensa	Sonha
MC	B	R	N	B	B	B	N	B	R	R
FC	B	B	B	B	R	R	N	B	B	B
MA1	B	B	B	B	R	M	R	B	B	B
FA1	B	R	R	M	R	R	B	R	B	B
MB1	R	R	R	R	R	R	B	B	B	B
FB1	B	B	N	N	N	N	N	N	B	B
MA2	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
FA2	R	R	B	B	R	B	B	B	B	B

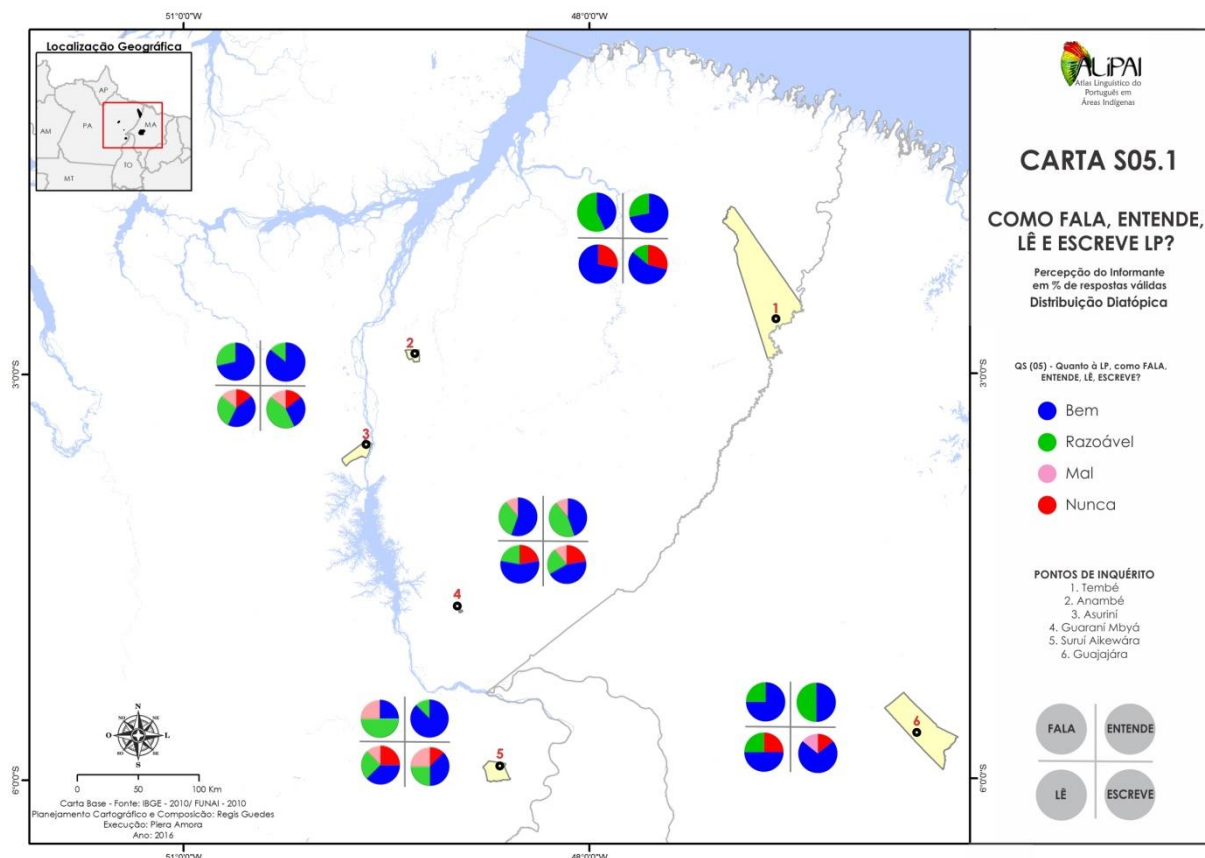
B = Bem / R = Razoável / M = Mal / N = nunca

Fonte: O autor

Na carta S05.1 (mapa 22, a seguir), elaborada a partir dos subitens da questão 5: “fala”, “entende”, “lê” e “escreve”, observa-se que, nos cinco pontos de inquérito, os colaboradores avaliam positivamente o seu “falar” e “entender” a língua portuguesa, sendo maiores os índices registrados para as avaliações “bem” e “razoável”. Na carta, esses itens são registrados na parte superior da cruz de representação, como se pode ver no canto inferior à direita. Os resultados demonstram que apenas os Guaraní (ponto 4) avaliaram mal os itens

“fala” e “entende”. Os Suruí Aikewára (ponto 5), por sua vez, avaliaram mal o seu falar em LP, com índice de 25% das respostas obtidas.

Mapa 22: Carta S05.1 – Como fala, entende, lê e escreve em LP



Fonte: O autor

Na parte inferior da cruz de representação, foram registradas as frequências de respostas para os subitens “lê” e “escreve”. Quanto a esses comportamentos linguísticos, os Tembê (ponto 1) foram os que mais se avaliaram positivamente, por outro lado, também foi alto o índice da resposta “nunca” entre eles, isso pode ser melhor compreendido, observando-se o quadro geral de respostas do povo Tembê (quadro 30), no qual verifica-se que o índice de “nunca” como resposta foi alto para os colaboradores mais velhos (MB1 e FB1). Esse dado constitui um indicador de que a percepção pessoal desses colaboradores, quanto à própria competência em língua portuguesa, apenas reflete os seus perfis, uma vez que ambos são analfabetos e aprenderam o português como segunda língua⁵³.

⁵³ Dados obtidos na questão 11/QS: *Qual língua o senhor(a) aprendeu primeiro? E qual foi a segunda? Quantos anos tinha?*

A carta S05.1 demonstra também que os Asuriní (ponto 3) avaliam bem o seu “falar”, “entender” e “ler” a língua portuguesa. Por outro lado, predomina nesse ponto de inquérito a avaliação “razoável” nos subitens “lê” e “escreve”. Seguindo um padrão semelhante ao que acontece entre os Guaraní (ponto 4) e os Suruí (ponto 5), entre os Asuriní (ponto 3), os percentuais da avaliação “mal” e “nunca” são consideráveis no que se refere a “ler” e “escrever”. Como expusemos anteriormente, esses índices estão diretamente relacionados ao perfil dos colaboradores, que previu a possibilidade de os mesmos serem analfabetos.

Observando-se o quadro 32, sobre a percepção da competência em português entre os Asuriní, verifica-se que os menores índices da resposta “nunca” foram registrados referentes aos subitens “xinga” e “sonha”. Além disso, o índice da resposta “nunca” também se destaca entre os colaboradores da primeira faixa etária (as duas crianças: MC e FC), o que também foi observado no quadro 34 (adiante), sobre o português falado entre os Suruí.

Quadro 32: Percepção do colaborador – Competência em Português (Povo Asuriní do Tocantins)

	Fala	Entende	Lê	Escreve	Canta	Imita	Xinga	Reza	Pensa	Sonha
MC	M	M	N	R	N	N	N	N	N	N
FC	M	M	N	N	N	N	N	N	N	N
MA1	R	B	R	M	M	R	M	M	B	N
FA1	R	R	R	B	B	N	N	B	N	N
MB1	B	B	B	B	B	N	N	B	B	B
FB1	M	B	N	N	B	B	N	N	B	N
MA2	B	B	B	B	B	R	N	M	B	N
FA2	R	M	N	R	B	M	N	M	B	N

B = Bem / R = Razoável / M = Mal / N = nunca

Fonte: O autor

Em relação à percepção dos colaboradores da etnia Guaraní (ponto 4) quanto à sua competência em português, observa-se que esses avaliam bem os quatro subitens: “fala”, “entende”, “lê” e “escreve”, o que pode ser confirmado na carta S05.1 (mapa 22).

Analisando-se o quadro 33, sobre a percepção dos Guaraní acerca de sua competência em LP, verificou-se que o subitem “imita” foi o que apresentou maior incidência das respostas “nunca” (3 ocor.) e “mal” (5 ocor.). De outro lado, a colaboradora que pior avaliou o próprio desempenho em LP foi FB1, que julgou *falar e entender* razoavelmente a LP. Quanto aos demais subitens, essa mesma julgou não conseguir *ler, escrever, cantar, imitar, xingar, rezar, pensar e sonhar*. Isso é compreensível, uma vez que se trata da colaboradora da terceira faixa etária (47 a 75 anos), que aprendeu português como segunda língua⁵⁴. Ressaltamos, por outro

⁵⁴ Informação coletada a partir da questão 11/QS.

lado, e inversamente a esse processo, o alto índice da avaliação positiva quanto à própria competência em língua portuguesa, entre os colaboradores da primeira faixa etária (crianças: MC e FC), apesar de esses declararem ter aprendido primeiramente a língua Guaraní. Na próxima seção, confrontaremos essa configuração de competência, que é diferente entre as gerações mais velhas e mais novas, em relação à competência em língua indígena.

Quadro 33: Percepção do colaborador – Competência em Português (Povo Guaraní Mbyá)

	Fala	Entende	Lê	Escreve	Canta	Imita	Xinga	Reza	Pensa	Sonha
MC	B	B	B	R	M	M	B	M	B	B
FC	B	B	B	B	R	B	B	B	B	B
MA1	R	R	N	B	B	M	B	B	B	N
FA1	B	B	B	N	B	M	B	B	B	B
MB1	R	R	R	M	B	N	M	N	N	B
FB1	R	R	N	N	N	N	N	N	N	N
MA2	B	R	B	B	B	M	B	B	B	N
FA2	B	B	B	B	B	N	N	N	B	M
FB2	M	M	R	R	B	M	B	R	B	B

B = Bem / R = Razoável / M = Mal / N = nunca

Fonte: O autor

Observando-se a carta S05.1 (mapa 22), nos pontos de inquérito 1 (Tembé) e 5 (Suruí), os índices da avaliação “razoável” (50%) superaram os da avaliação “bem” (25%) como resposta para o subitem “fala”. Para os demais subitens “entende”, “lê” e “escreve”, os percentuais da avaliação “bem” foram os mais elevados entre as demais respostas possíveis.

Quanto à língua portuguesa, observa-se no quadro 34 que os colaboradores Suruí da primeira faixa etária (MC e FC) apresentam elevados índices das respostas “nunca” e “mal” aos subitens “lê”, “escreve”, “canta”, “imita”, “xinga”, “reza”, “pensa” e “sonha”, assim como os Asuriní (quadro 32), o que não acontece entre os Guaraní (quadro 33) e os Tembé (quadro 30), para os quais os índices da avaliação “bem” são elevados.

Quadro 34: Percepção do colaborador – Competência em Português (Povo Suruí Aikewára)

	Fala	Entende	Lê	Escreve	Canta	Imita	Xinga	Reza	Pensa	Sonha
MC	B	B	M	M	N	N	N	N	N	N
FC	B	B	N	M	M	N	N	N	N	N
MA1	R	R	R	R	M	R	B	R	B	R
FA1	R	B	B	B	R	N	N	N	B	R
MB1	M	B	N	N	R	R	B	R	N	N
FB1	M	B	R	R	N	N	N	N	N	N
MA2	R	B	B	B	B	R	R	R	B	R
FA2	R	B	B	B	R	N	B	B	B	M

B = Bem / R = Razoável / M = Mal / N = nunca

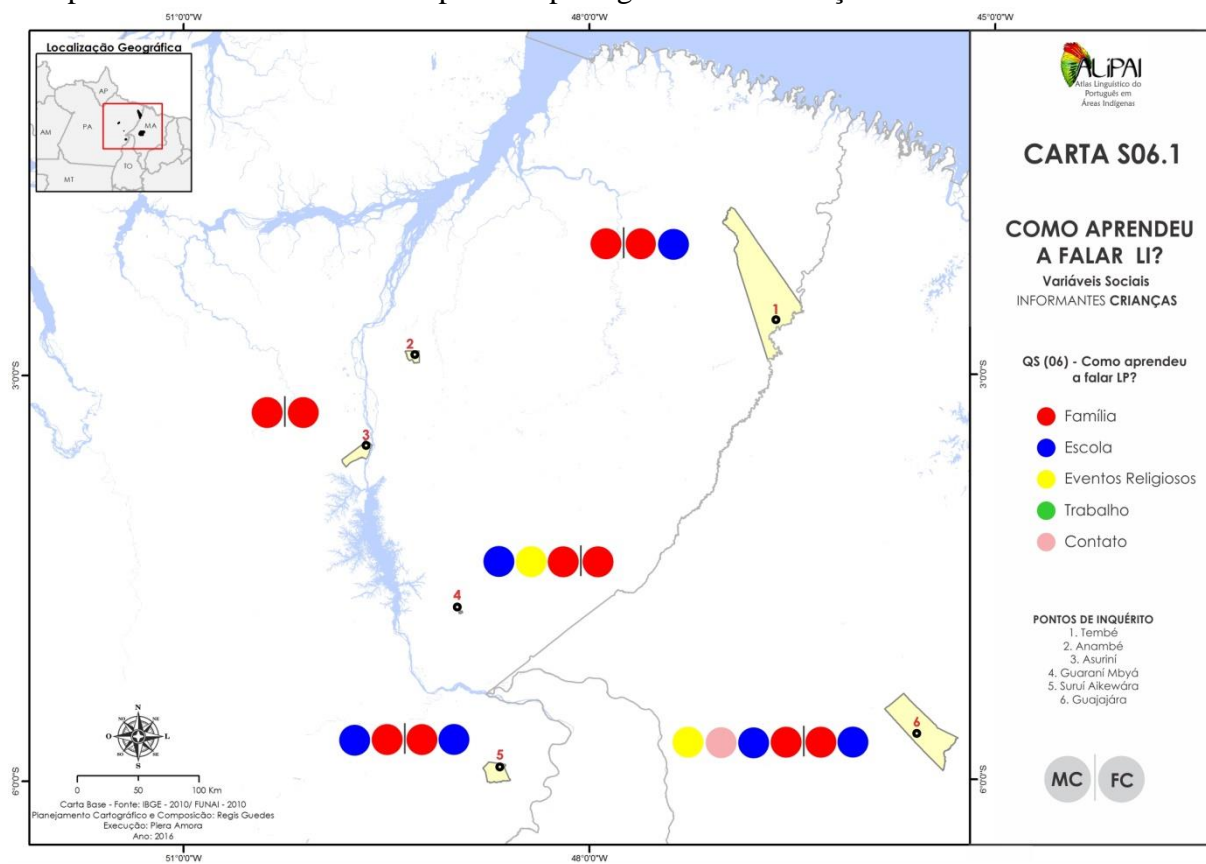
Fonte: O autor

Nos dados do quadro 34, sobre o português dos Suruí Aikewára, tem-se um exemplo do que se observou quanto aos índices da avaliação “nunca”. Esses índices foram mais elevados em relação aos subitens “imita” (51,61% das respostas), “xinga”, “reza”, “pensa” e “sonha” (35,48% das respostas). Isso indica que, de modo geral, nesses comportamentos linguísticos com caráter mais involuntário do ponto de vista cognitivo, a percepção dos colaboradores quanto à própria competência tende a ser mais positiva, em LP, entre os colaboradores mais jovens, e, em língua indígena, entre os mais velhos (como assinalamos na seção subsequente).

Esses dados estão intrinsecamente relacionados à vitalidade das línguas portuguesa e indígenas em cada geração. Como vimos até aqui nesta seção, a competência em língua portuguesa, de modo geral, é avaliada mais positivamente entre as faixas etárias mais jovens e entre os mais escolarizados. Confrontaremos esses dados aos das línguas indígenas na próxima seção, nos quais se observa que a situação se inverte.

Esses dados são mais bem compreendidos quando observamos os dados apresentados a seguir, sobre como os colaboradores aprenderam a falar a LP. As cartas S06.1, S06.2 e S06.3 (apresentadas na sequência) foram elaboradas sobre a variação diarreferencial dos dados coletados na questão 06 do QS (*Como aprendeu a falar PORTUGUÊS?*). No conjunto das três cartas, observa-se que há a predominância das respostas “família” e “escola” nos cinco pontos de inquérito. Já as respostas “eventos religiosos” e “trabalho” só foram registradas nos pontos 4 (Guaraní) e 5 (Suruí).

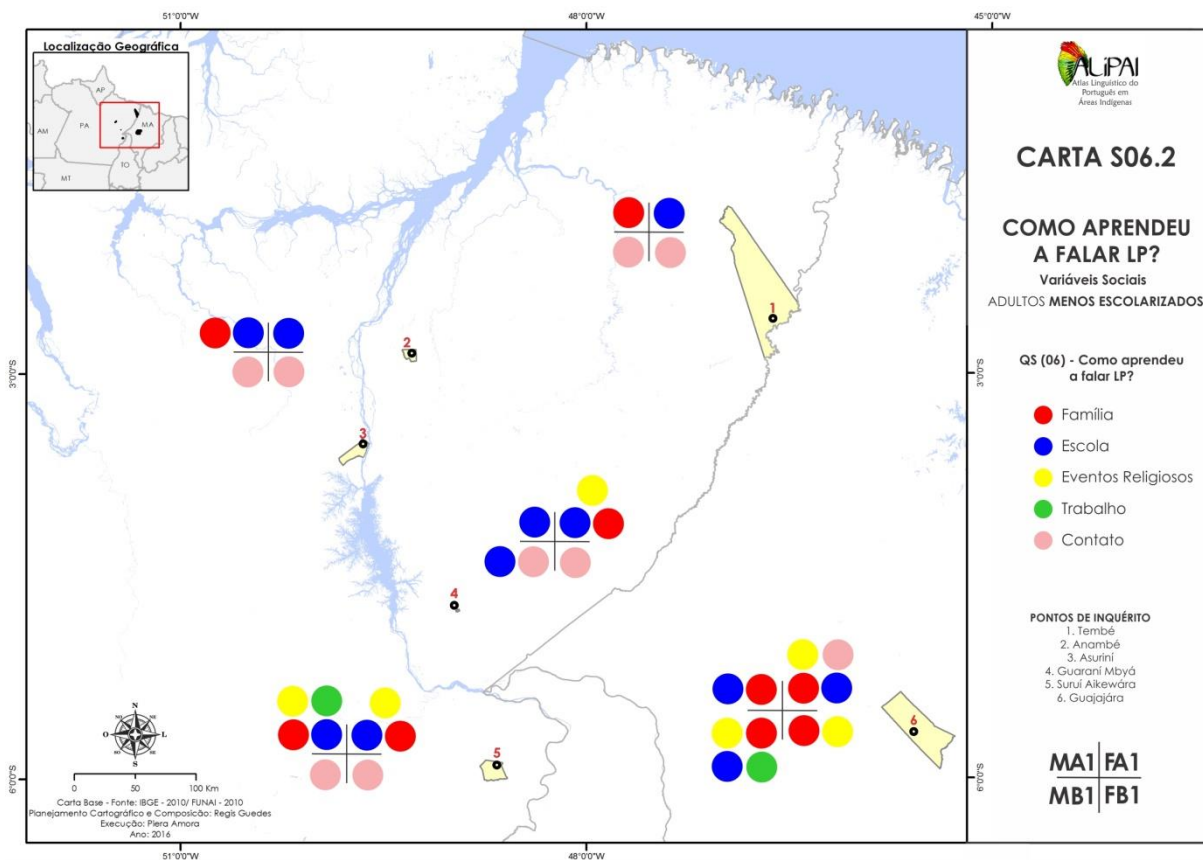
Mapa 23: Carta S06.1 – Como aprendeu português – Inf. Crianças



Fonte: O autor

Na carta S06.1 (mapa 23), referente às crianças, verifica-se que as respostas mais recorrentes são família e escola, nessa ordem. Apenas nos pontos 4 (Guaraní) e 6 (Guajajára) as crianças disseram que aprenderam português em eventos religiosos, e o menino guajajára elencou também o contato com outros falantes não indígenas.

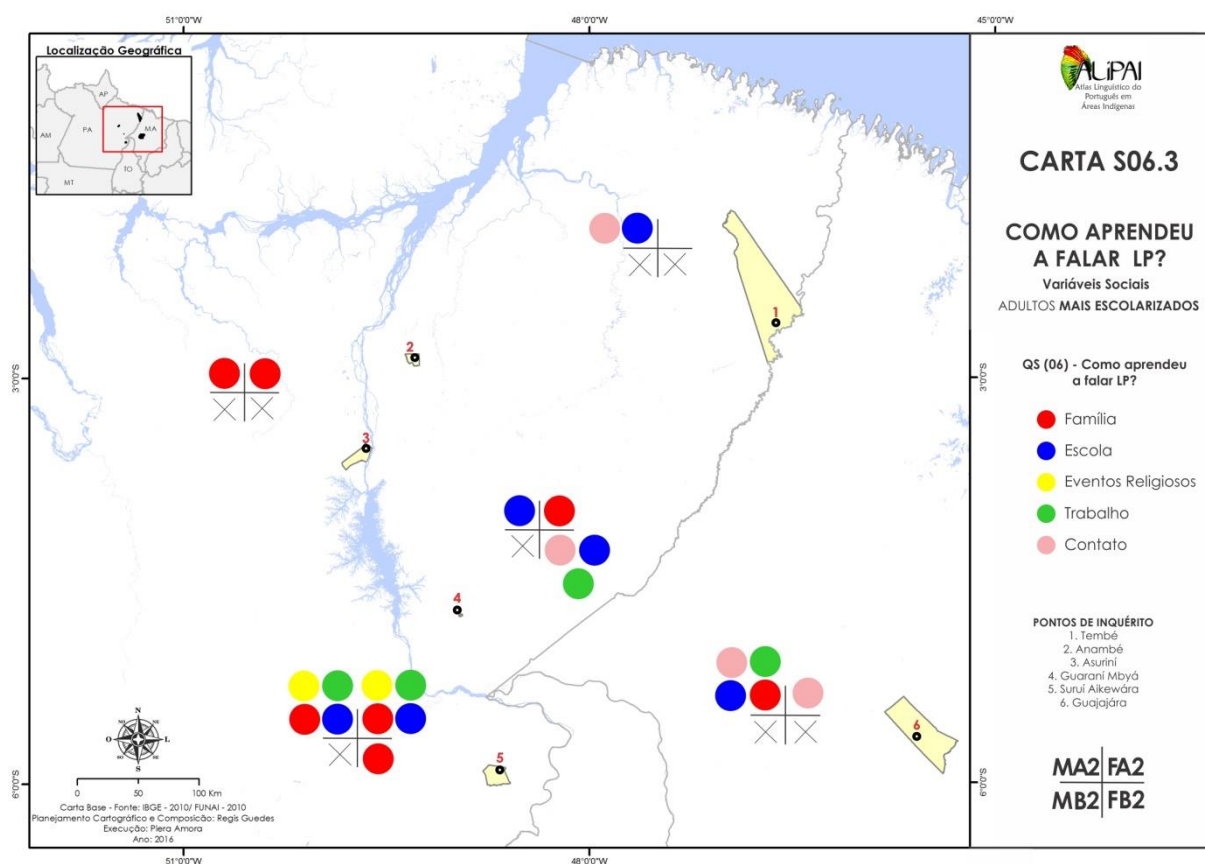
Mapa 24: Carta S06.2 – Como aprendeu português – Inf. Menos Escolarizados



Fonte: O autor

Entre os colaboradores de escolaridade mais baixa (mapa 24), as respostas que obtiveram maior percentual foram “escola”, com 30% das ocorrências, “família” e “contato”, ambas com 24%. A carta S06.2 também demonstra que o fator “contato” com os não indígenas foi o principal contexto de aquisição da língua portuguesa entre os colaboradores mais velhos (MB1 e FB1), exceto no ponto 5 (Guajajára).

Mapa 25: Carta S06.3 – Como aprendeu português – Inf. Mais Escolarizados



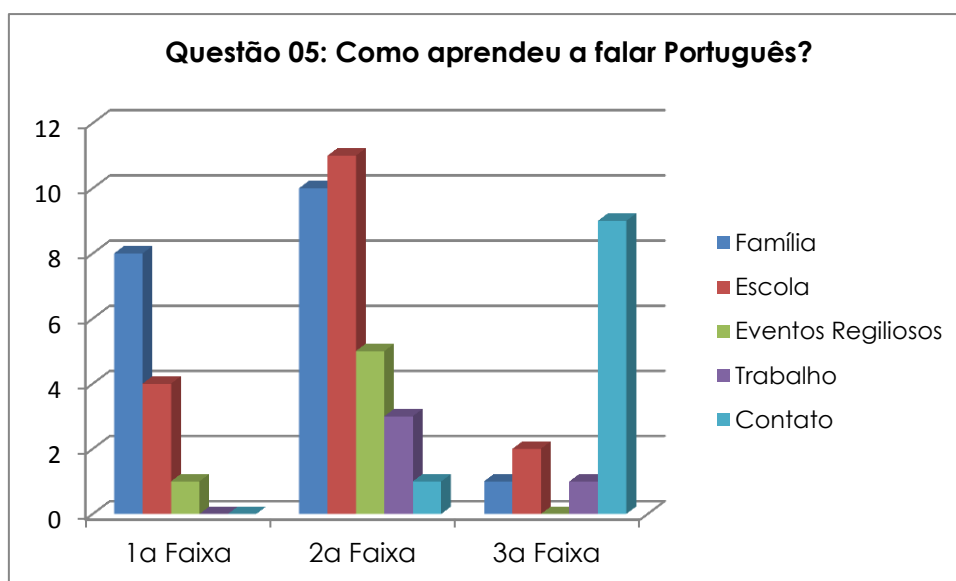
Fonte: O autor

Tomando-se para análise o conjunto das três cartas apresentadas (S06.1, S06.2 e S06.3, acima), verifica-se que há uma oposição de frequência de respostas de ordem diageracional, na qual, entre os colaboradores mais jovens (da primeira e segunda faixas etárias), o português foi aprendido predominantemente na “família” e na “escola”, enquanto que, entre os colaboradores da terceira faixa etária, o português foi aprendido predominantemente no “contato” com falantes de português (não indígenas). Isto se dá em função de que a maior parte dos colaboradores da terceira faixa etária aprenderam português como segunda língua, a partir dos primeiros contatos de suas etnias com os não indígenas, realizados enquanto esses ainda eram crianças ou adolescentes⁵⁵. Entre esses colaboradores da 3ª faixa etária, a resposta “família” foi registrada apenas nos pontos 5 (Suruí) e 6 (Guajajára), e as respostas “escola”, “trabalho” e “eventos religiosos” obtiveram registros nos pontos 4 (Guaraní) e 6 (Guajajára).

Essa oposição de frequência de respostas de ordem diageracional pode ser visualizada no gráfico 1.

⁵⁵ Exceto os Guaraní, que migraram de região com maior tempo de contato com os não indígenas.

Gráfico 1: QS/05 – Como aprendeu a falar português



Fonte: O autor

Os dados demonstram maior incidência das respostas “família” e “escola” nas faixas etárias primeira e segunda. Inversamente a esse percentual, a incidência da resposta “contato” é menor entre os colaboradores mais jovens. De outro lado, na terceira faixa etária, a situação se inverte, enquanto o índice das respostas “família” e “escola” foi baixo, o da resposta “contato” foi o mais alto, especialmente entre os colaboradores menos escolarizados (ver Carta S06.2, símbolo rosa).

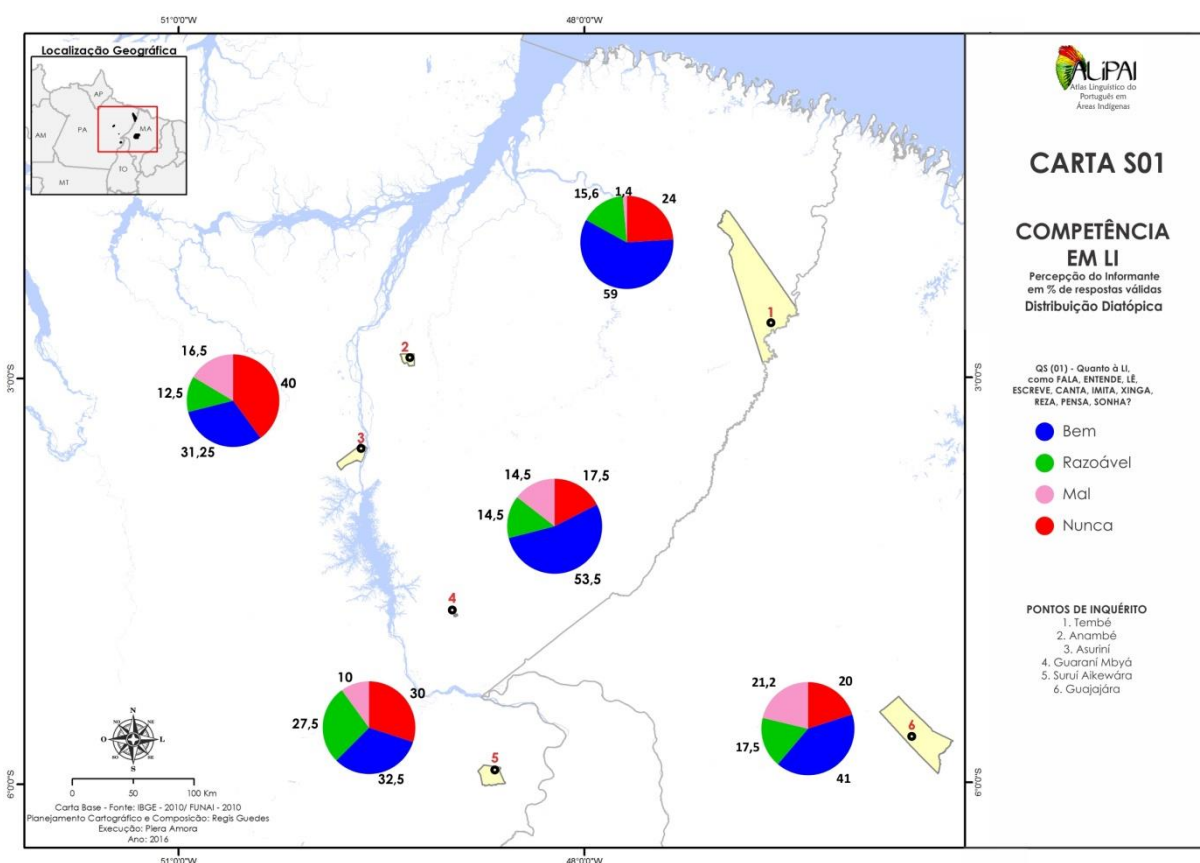
Considerando-se as análises dos dados sociolinguísticos sobre o português falado pelos indígenas entrevistados nas comunidades-alvo desta pesquisa, pode-se afirmar que, quanto aos comportamentos linguísticos acerca da competência dos colaboradores em língua portuguesa, bem como dos comentários metalinguísticos/epilinguísticos, os colaboradores avaliam positivamente, de modo geral, o uso da língua portuguesa, apesar de se ter registrado índices altos de avaliações “nunca” para algumas dos comportamentos linguísticos como *imitar*, *xingar* e *sonhar*, que são comportamentos relacionados a aspectos cognitivos de natureza mais involuntária do que *falar* e *ler*, por exemplo, nas quais, os índices registrados para a avaliação “bem” foram mais altos.

5.2.2 Variação Diarreferencial nas Línguas Indígenas

Nesta seção, discutimos as percepções dos colaboradores sobre a sua competência na língua indígena própria de suas comunidades, com o objetivo de intercomparar os resultados aos discutidos na seção anterior, sobre a percepção do português falado nas comunidades-alvo.

As cartas S01 (mapa 26) e S01.1 (mapa 27) apresentam imagens gerais da percepção dos colaboradores acerca de sua competência nas línguas indígenas próprias de suas etnias (Tembé, Asuriní do Tocantins, Guaraní Mbyá, Suruí Aikewára e Guajajára). Na carta S01, quantificamos as respostas dadas a todos os subitens da questão 01 do Questionário Sociolinguístico (QS), que versa sobre como os colaboradores *falam, entendem, leem, escrevem, cantam, imitam, xingam, rezam, pensam e sonham* nas línguas indígenas de suas comunidades.

Mapa 26: Carta S01 – Competência em LI – Diatópica



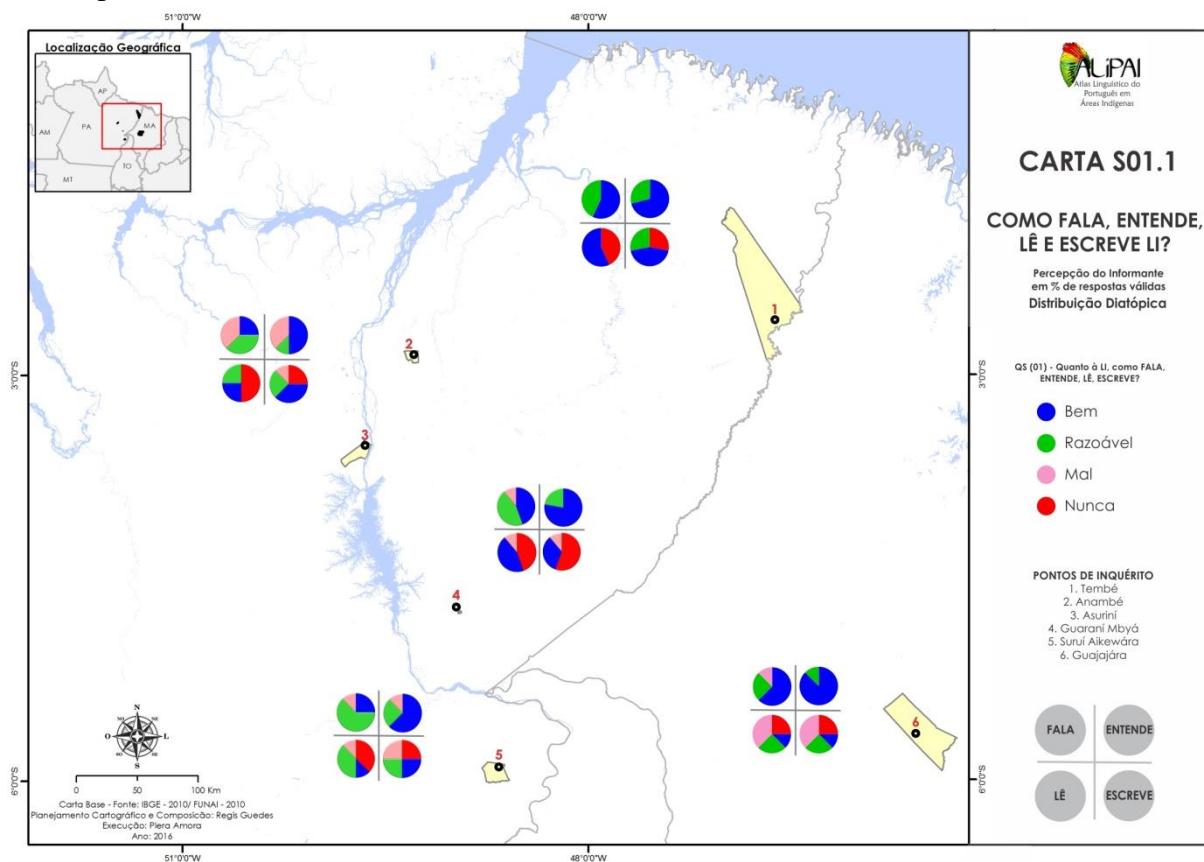
Fonte: O autor

Na carta S01 (mapa 26), verifica-se que os dados mapeados projetam uma imagem em que, na percepção dos colaboradores entrevistados nos pontos 1 (Tembé) e 4 (Guaraní), a

competência dos mesmos em língua indígena é avaliada pela maioria desses colaboradores com boa, enquanto que, a avaliação negativa “mal” obteve índices baixos nos cinco pontos de inquérito, sendo de apenas 1,5% entre os Tembé (ponto 1). Assim, destacam-se as avaliações positivas “bem” nos cinco pontos de inquérito, sendo a avaliação com maior percentual, exceto entre os Asuriní (ponto 3), onde essa é a segunda opção mais recorrente (31,25%) entre as respostas obtidas.

Na carta S01.1 (mapa 27), na qual são quantificados os dados sobre como os colaboradores *falam, entendem, leem e escrevem* nas respectivas línguas indígenas, observa-se que o índice da resposta “nunca” ocorre apenas para as opções “lê” e “escreve”, o que se deve, assim como a respeito dos dados em língua portuguesa, ao fato de que uma parcela dos colaboradores, especialmente os mais velhos, são analfabetos. As línguas Tembé, Asuriní do Tocantins, Guaraní Mbyá e Suruí Aikewára são ensinadas nas escolas das quatro aldeias investigadas, o que está refletido nas respostas “bem”, “razoável” e “mal” dadas pelos colaboradores sobre os comportamentos *escrever* e *ler* nas respectivas línguas indígenas.

Mapa 27: Carta S01.1 – Como fala, entende, lê e escreve em LI



Fonte: O autor

Quanto à língua Tembé, as avaliações dos colaboradores sobre os demais comportamentos linguísticos em questão podem ser observadas no quadro 35, no qual os comentários metalinguísticos sobre os itens *imita* e *reza* apresentam baixo índice de boa avaliação, já os comportamentos *canta*, *xinga*, *pensa* e *sonha* são mais bem avaliados pelos colaboradores.

Quadro 35: Percepção do colaborador – Competência na Língua Tembé

	Fala	Entende	Lê	Escreve	Canta	Imita	Xinga	Reza	Pensa	Sonha
FC	R	B	B	B	B	N	N	N	B	N
MA1	R	R	B	R	B	N	B	R	B	B
FA1	R	R	B	R	R	N	R	N	B	B
MB1	B	B	N	N	B	N	B	N	B	B
FB1	B	B	N	N	B	B	B	N	B	B
MA2	B	B	N	B	B	B	B	R	N	M
FA2	B	B	B	B	B	N	B	B	B	B

B = Bem / R = Razoável / M = Mal / N = nunca

Fonte: O autor

Entre os Asuriní (quadro 36, a seguir), assim como entre os Tembé (quadro 35) e os Guaraní Mbyá (quadro 38), a atitude *cantar* na LI obteve índices expressivos de avaliação positiva. Isso reflete o esforço das comunidades na manutenção da própria cultura. Como mostramos na seção 3.1 desta tese, as práticas de realização das festas tradicionais e o ensino de língua e cultura indígena nas escolas estão refletidas nos dados sobre os comportamentos linguísticos dos colaboradores quanto às LI de suas comunidades.

Quadro 36: Percepção do colaborador – Competência na Língua Asuriní do Tocantins

	Fala	Entende	Lê	Escreve	Canta	Imita	Xinga	Reza	Pensa	Sonha
MC	B	B	R	R	R	M	N	B	B	B
MA1	B	B	M	M	B	B	N	R	M	N
FA1	B	B	R	R	B	B	B	B	B	B
MB1	B	B	B	B	B	N	B	B	B	B
FB1	R	B	N	N	M	N	N	B	N	N
MA2	B	R	B	B	B	B	N	R	M	N
FA2	R	B	B	R	B	M	B	B	B	B

B = Bem / R = Razoável / M = Mal / N = nunca

Fonte: O autor

Por outro lado, como se pode observar no quadro 37 (a seguir), as avaliações do item “canta” entre os Guajajara são predominantemente negativas, o que também pode ser um reflexo do fato supramencionado de que na aldeia Guajajara investigada não há ensino regular de língua e cultura indígena na escola.

Quadro 37: Percepção do colaborador – Competência na Língua Guajajára

	Fala	Entende	Lê	Escreve	Canta	Imita	Xinga	Reza	Pensa	Sonha
MC	B	B	M	M	R	B	N	B	N	N
FC	M	R	N	N	N	R	N	N	N	B
MA1	R	B	M	R	M	M	M	M	B	M
FA1	B	B	M	M	B	B	N	B	B	N
MB1	B	B	B	B	M	B	B	B	B	B
FB1	B	B	N	N	M	M	M	M	B	B
MA2	R	B	R	R	R	N	B	N	R	N
FA2	B	B	R	M	R	R	R	B	B	B

B = Bem / R = Razoável / M = Mal / N = nunca

Fonte: O autor

Inversamente ao que se observou na seção anterior, sobre a competência em língua portuguesa, no quadro 34, sobre a língua Guaraní Mbyá, tem-se um exemplo do que observamos nos demais quadros sobre as LI. Neles os percentuais da avaliação “bem” e “razoável” entre os colaboradores crianças é baixo, comparando-se aos dados sobre o português. Por outro lado, entre os colaboradores da terceira faixa etária (47 a 75 anos), as ocorrências das avaliações positivas são mais significativas em língua indígena que entre o português⁵⁶, como se pode observar nos quadros 38 (Guajajára), 39 (Guaraní Mbyá) e 40 (Suruí Aikewára).

Quadro 38: Percepção do colaborador – Competência na Língua Guaraní Mbyá

	Fala	Entende	Lê	Escreve	Canta	Imita	Xinga	Reza	Pensa	Sonha
MC	M	B	N	M	M	M	B	N	B	B
FC	R	B	B	N	B	R	M	B	R	N
MA1	R	R	N	B	B	M	B	B	B	N
FA1	B	B	B	N	B	M	B	B	B	B
MB1	B	B	N	N	B	M	B	B	B	N
FB1	B	B	N	N	B	B	B	B	B	R
MA2	R	B	B	B	B	M	N	B	R	N
FA2	R	R	M	N	B	M	R	M	R	N
FB2	B	B	B	B	B	M	B	R	B	B

B = Bem / R = Razoável / M = Mal / N = nunca

Fonte: O autor

Essa avaliação positiva das LI entre os colaboradores mais velhos (MB1 e FB1) demonstra-se, por exemplo, no quadro 38 (Guaraní Mbyá) (acima), nos percentuais registrados da avaliação “bom” para os comportamentos *falar*, *entender*, *cantar*, *xingar* e *pensar*, nas quais obtivemos 100% desta resposta.

⁵⁶ Exceto os itens “lê” e “escreve”, que estão relacionados ao grau de escolaridade.

O mesmo ocorre entre os Suruí Aikewára (quadro 39, a seguir), para os quais obtivemos registro de 100% da avaliação “bom”, para os comportamentos *falar, entender, imitar, rezar e sonhar* na terceira faixa etária (colaboradores MB1 e FB1).

Quadro 39: Percepção do colaborador – Competência na Língua Suruí Aikewára

	Fala	Entende	Lê	Escreve	Canta	Imita	Xinga	Reza	Pensa	Sonha
MC	R	M	M	M	B	N	N	N	N	N
FC	M	R	N	N	N	N	N	N	N	N
MA1	R	B	R	M	R	B	R	N	B	R
FA1	R	B	R	R	B	N	R	N	N	R
MB1	B	B	N	N	M	B	N	B	B	B
FB1	B	B	N	B	M	B	N	B	M	B
MA2	R	B	R	B	B	R	R	R	B	R
FA2	R	R	B	R	R	B	B	N	B	N

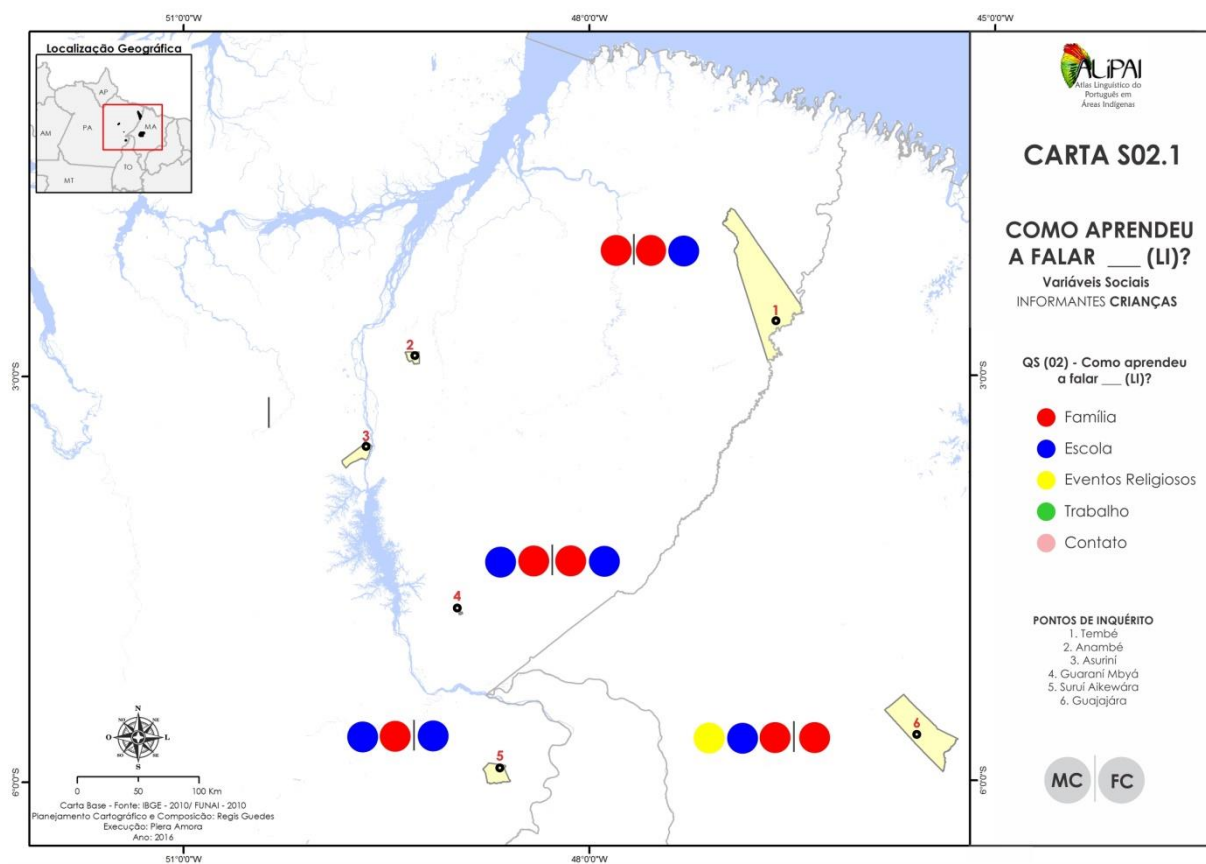
B = Bem / R = Razoável / M = Mal / N = nunca

Fonte: O autor

Como assinalamos no capítulo 3 desta tese, há realização de festas tradicionais nas cinco comunidades-alvo investigadas. Todavia, apenas em quatro delas há ensino regular de língua e cultura indígena nas escolas das aldeias. A exceção é a aldeia Cachoeira, do povo Guajajára (ponto 6). Essas festas, por vezes, estão incorporadas ao calendário escolar das aldeias. Em preparação às festas tradicionais, os alunos recebem as aulas de língua e cultura indígena, instruções sobre canto, danças típicas das culturas indígenas, pintura corporal, arte plumária, artesanato e contação de histórias tradicionais. Essas práticas da cultura e religiões tradicionais desses povos devem pesar positivamente a favor de comportamentos linguísticos positivos nos falantes dessas comunidades. É o que se observa, por exemplo, nos altos índices de avaliação “bem” atribuídos aos comportamentos *cantar e rezar* em LI. Relativo à atitude “cantar”, o registro da avaliação “bem” entre os Tembé é de 100%, entre os Asuriní é de 71,4% e de 88,8% entre os Guaraní Mbyá, como se pode calcular a partir dos quadros 35, 36 e 38, respectivamente. Por outro lado, o percentual dessa avaliação positiva para a atitude “cantar” é baixo entre os Guajajára (12,5%) (quadro 37), o que pode estar refletindo a falta do ensino de língua e cultura indígenas na escola da aldeia Cachoeira.

As cartas S02.1, S02.2 e S02.3, a seguir, foram elaboradas a partir dos comentários epilinguísticos dos colaboradores sobre como os mesmos aprenderam a falar a LI própria de sua comunidade. Observando-se o conjunto das três cartas, verificou-se que os principais espaços nos quais os colaboradores aprendem as LI são, em primeiro lugar a *família*, e em segundo a *escola*.

Mapa 28: Carta S02.1 – Como aprendeu a falar LI – Inf. Crianças⁵⁷

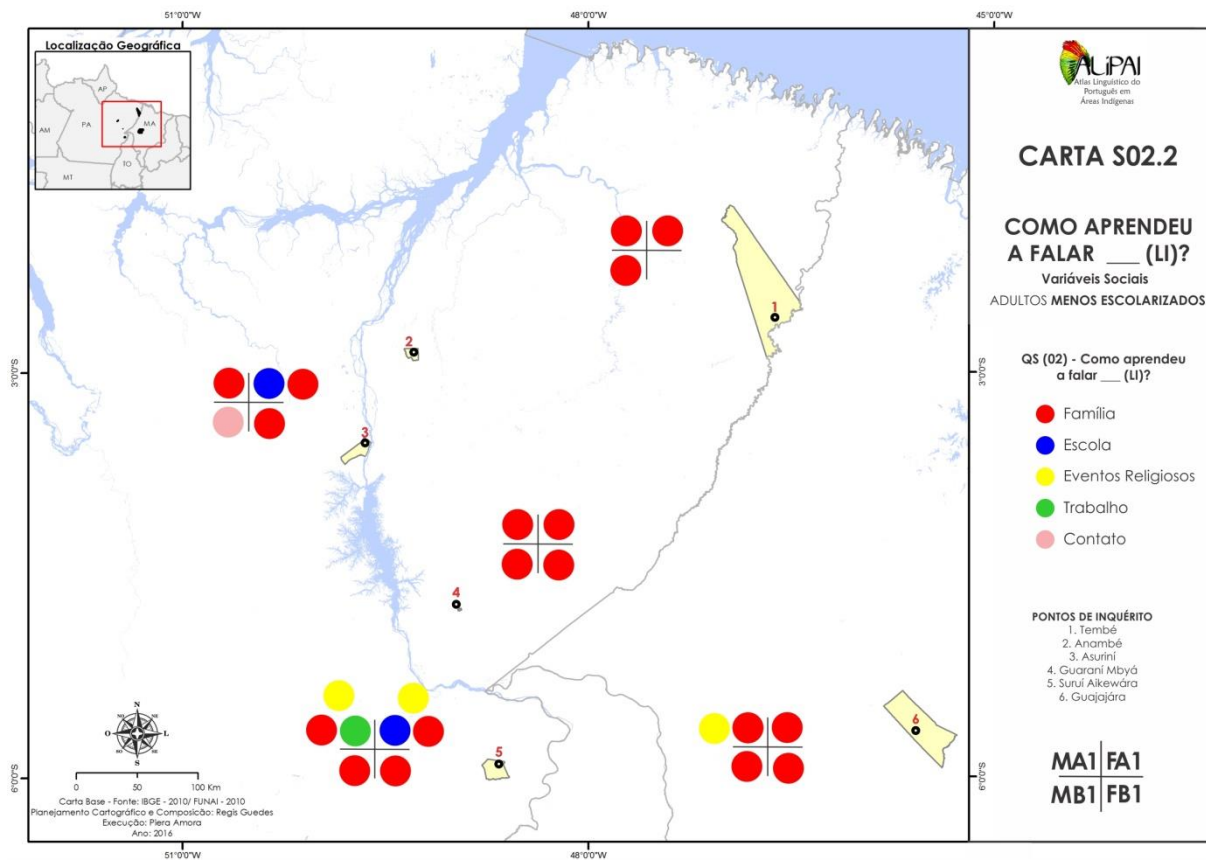


Fonte: O autor

Entre as crianças (mapa 28), os comentários epilinguísticos demonstram que os espaços com maior relevância para o aprendizado das línguas indígenas são “família” (50%) e “escola” (42%).

⁵⁷ Para este item não se obteve respostas no ponto 3 (Assurini)

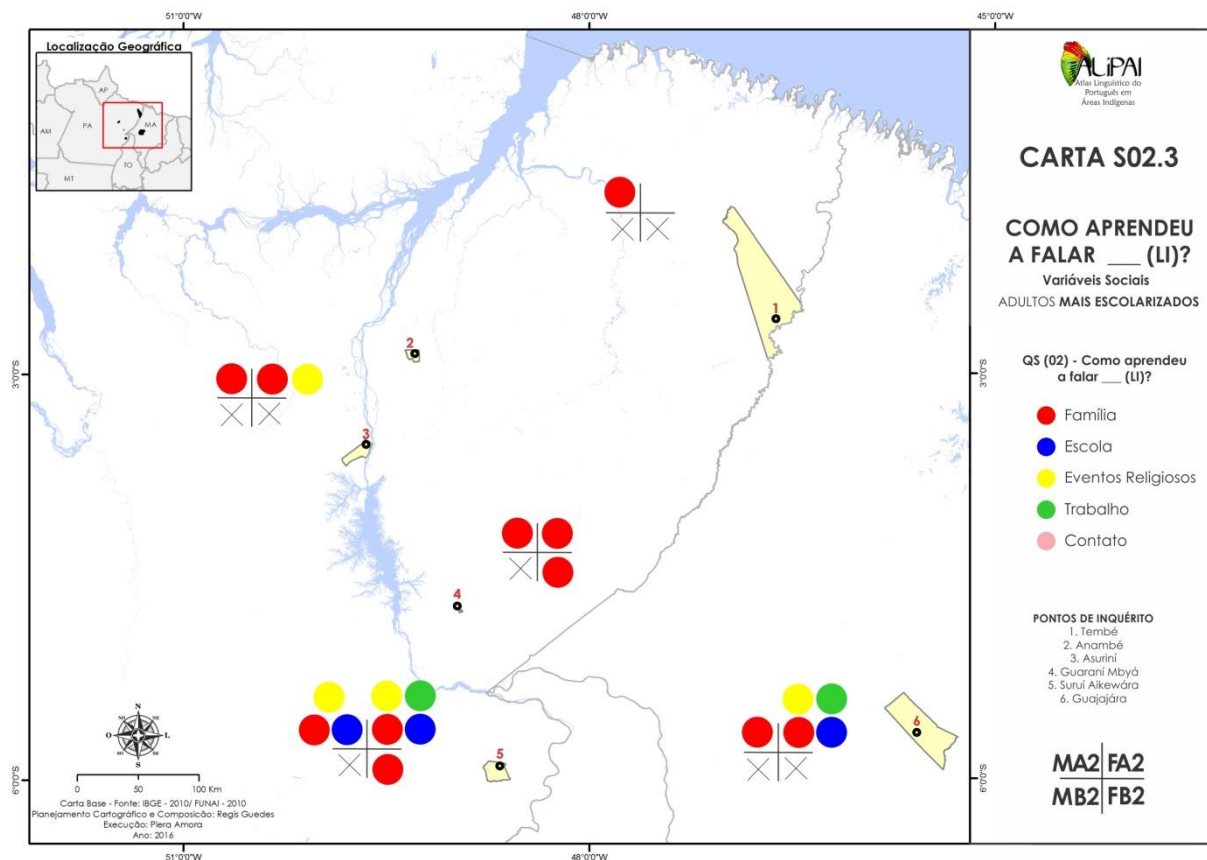
Mapa 29: Carta S02.2 – Como aprendeu a falar LI – Inf. Menos Escolarizados



Fonte: O autor

Por outro lado, entre os adultos menos escolarizados, o percentual da resposta “família” foi bem maior que os demais (72%). Registramos as respostas “escola”, “eventos religiosos” e “trabalho” apenas entre os mais jovens (MA1 e FA1).

Mapa 30: Carta S02.3 – Como aprendeu a falar LI – Inf. Mais Escolarizados

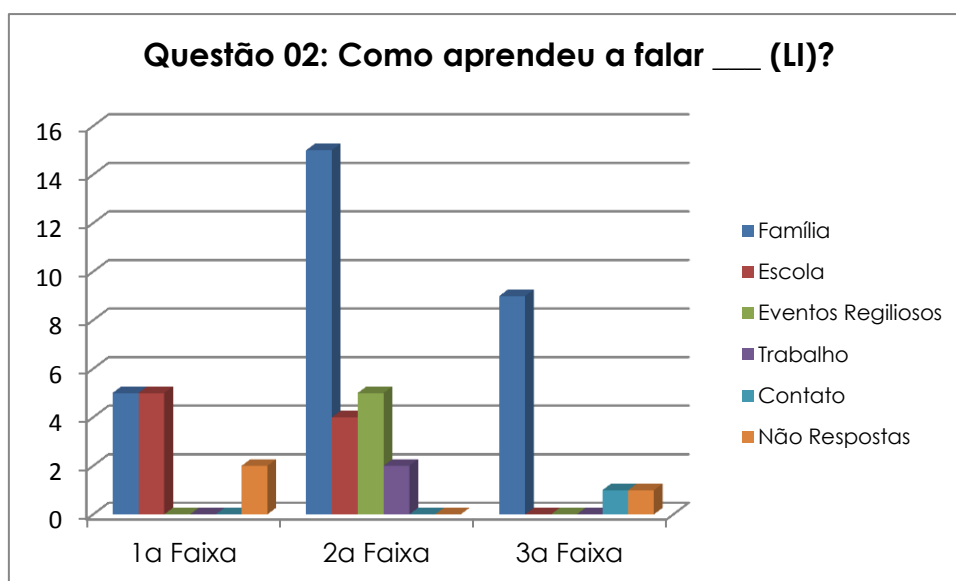


Fonte: O autor

Observando-se o conjunto das três cartas (S02.1, S02.2 e S02.3, acima), constatamos que os espaços “escola”, “eventos religiosos” e “trabalho” foram registrados como resposta a essa questão: *Como aprendeu a falar ___ LI?*, apenas pelos colaboradores das faixas etárias 1ª (5 a 10 anos) e 2ª (18 a 37). Os colaboradores mais velhos, por seu turno, privilegiaram a resposta “família”, esta que constituía, em tempos passados, o espaço essencial de aprendizagem das línguas indígenas nessas comunidades. Por outro lado, os dados mapeados nas cartas S02.1, S02.2 e S02.3 demonstram a importância dos espaços “escola”, “eventos religiosos” e “trabalho” para a manutenção dessas línguas indígenas, uma vez que esses espaços são relevantes para a difusão das LI entre os colaboradores mais jovens.

A respeito da variação diageracional nos dados sociolinguísticos mapeados nas cartas S02.1, S02.2 e S02.3, quantificamos as respostas obtidas e elaboramos o gráfico seguinte.

Gráfico 2: QS/02 – Como aprendeu a falar LI



Fonte: O autor

No gráfico 2, é possível perceber que, para os colaboradores pertencentes à 1ª faixa etária (crianças), os espaços *família* e *escola* têm importância equivalente. Por outro lado, para as faixas 2ª e 3ª, o espaço *família* é o que possui maior relevância no processo de aquisição das LI. Isso indica que o papel de ensinar as LI às gerações mais jovens pode estar migrando da *família* para a *escola* nessas comunidades.

Considerando-se as análises dos dados sociolinguísticos sobre as línguas indígenas faladas pelos colaboradores entrevistados nas comunidades-alvo, pode-se afirmar que, quanto aos comportamentos linguísticos e aos comentários metalinguísticos/epilinguísticos acerca da competência desses colaboradores em LI, esses avaliam positivamente, de modo geral, o uso das LI, uma vez que, na maioria dos pontos de inquérito, a avaliação “bem” obteve percentuais maiores que “mal” e “nunca”.

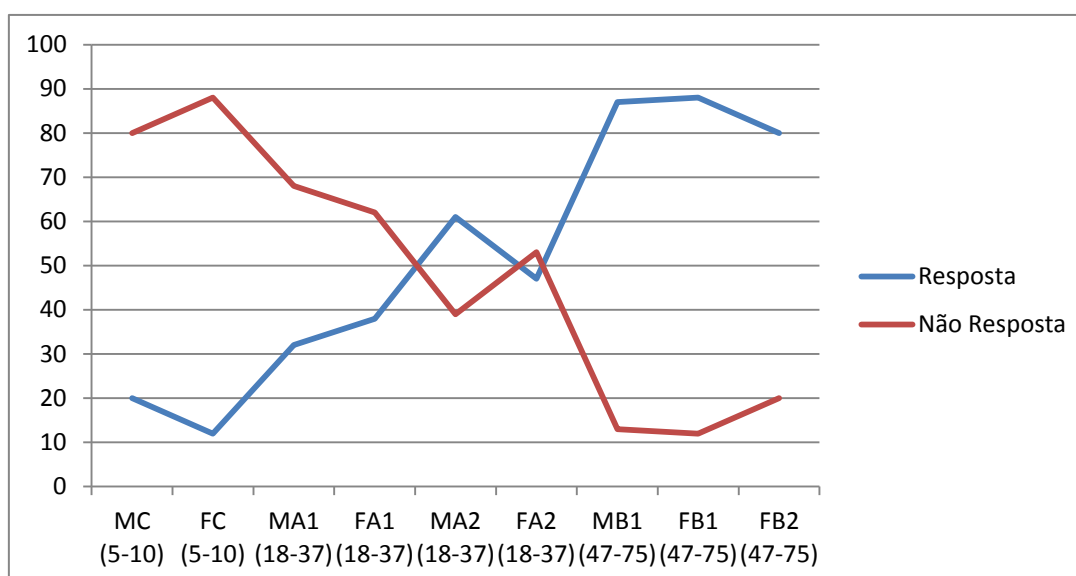
Fatos observados a partir da descrição feita no perfil geossociolinguístico das comunidades-alvo (capítulo 3), como a prática do ensino das línguas e culturas indígenas nas escolas das aldeias e a realização de festas e rituais das religiões tradicionais, são sinais positivos de que essas línguas indígenas seguem seu curso de adaptação às novas situações socioculturais vivenciadas por essas comunidades, apesar das pressões culturais dos meios de comunicação e da escolarização a que essas comunidades indígenas, cada vez mais, têm acesso, e que, aparentemente, têm promovido a “standardização” (COUTO, 2009) da língua portuguesa.

Apesar deste dado positivo, nossa estadia nas aldeias, por ocasião das diversas incursões em área para realização da coleta de dados em pesquisa de campo, nos cinco pontos de inquérito pesquisados, propiciou a percepção de que as LI são pouco faladas entre os colaboradores pertencentes à primeira e à segunda faixa etária, o que foi corroborado posteriormente pelas análises dos dados coletados. Entre as crianças, encontramos poucas realmente fluentes na língua própria de sua etnia. Entre os adultos mais jovens, verificou-se que as LI ainda são faladas, mas não com a mesma competência que se observou entre os colaboradores mais velhos (3ª faixa etária).

Em vista dessas impressões obtidas a partir de nossas observações do uso cotidiano da LP e das LI nessas comunidades, durante a pesquisa de campo, e dos resultados obtidos a partir do mapeamento dos dados fonéticos e diarreferenciais supra-analisados, resolvemos quantificar de outra maneira os dados coletados, no intuito de corroborar nossas conclusões a partir de mais um instrumento. Dessa feita, optamos por quantificar as respostas em língua indígena “obtidas” e “não obtidas” na aplicação do principal questionário utilizado, o QFF.

Como expusemos no capítulo 4, sobre a metodologia adotada, cada pergunta feita aos colaboradores sobre o português era imediatamente seguida da pergunta: “*E na sua língua como se chama isso?*”, no intuito de registrar a correspondência em língua indígena para cada item lexical. Esses dados foram quantificados e são apresentados no gráfico 3⁵⁸ a seguir.

Gráfico 3: Quantificação Geral – Respostas x Não Respostas em LI ao QFF



Fonte: O autor

⁵⁸ Os gráficos e tabelas elaborados para cada ponto de inquérito separadamente podem ser consultados nos anexos.

Como se pode observar, o gráfico apresenta duas linhas representativas dos percentuais obtidos a partir da quantificação das “respostas” e “não respostas” aos itens do QFF aplicado. A linha azul representa o percentual de respostas obtidas em LI. Ela apresenta uma configuração ascendente, mais baixa entre os colaboradores mais jovens e mais alta entre os mais velhos. A linha vermelha, que espelha os respectivos percentuais, representa por seu turno as respostas não obtidas. As oscilações em cada linha se dão em virtude de maiores e menores percentuais de respostas obtidas e não obtidas entre os colaboradores das diferentes faixas etárias.

Os resultados se coadunam tanto com a nossa hipótese inicial da pesquisa, quanto com a percepção que tivemos durante a pesquisa de campo, de que há um descréscimo de ordem diageracional na competência dos falantes nas LI próprias de suas etnias, isto é, quanto mais jovens, menos dominam as LI, quanto mais velhos, maior o domínio. Todavia, ressaltamos que esses dados não se coadunam exatamente com a percepção dos colaboradores quanto à sua competência em língua indígena, como demonstraremos a seguir.

Quantificando-se as respostas obtidas entre as crianças (5 a 10 anos), para os comportamentos linguísticos “falar” e “entender”, obtivemos os seguintes percentuais: 43,5% para a avaliação “Bem”, 31,5% para “Razoável” e 25% para “Mal”. Como se pode ver no gráfico acima, sobre os percentuais de “resposta x não resposta” ao QFF aplicado, constatou-se que, entre os Guaraní, Asuriní, Suruí e Guajajára, os percentuais de respostas obtidas em LI foram menores que 20%, exceto para o colaborador menino Guajajára (MC), que apresentou percentual de 48% de respostas obtidas em LI.

Por outro lado, os percentuais obtidos na segunda faixa etária (18 a 37 anos), para os itens “fala” e “entende”, foram de 56,4% para a avaliação “Bem”, de 43,6% para “Razoável” e de 0% para “Mal”, enquanto que os percentuais de “resposta x não resposta” ao QFF aplicado variam em média entre 20% e 60% de respostas obtidas. Portanto, pode-se afirmar que, para a segunda faixa etária, os valores obtidos quanto à percepção dos colaboradores e os calculados a partir das respostas obtidas ao QFF são mais equitativos.

Da mesma forma que na segunda faixa, os percentuais obtidos na 3ª faixa etária (47 a 75 anos) a partir da percepção dos colaboradores e os calculados a partir das respostas obtidas ao QFF se coadunam. A percepção dos colaboradores da 3ª faixa para os itens “fala” e “entende” foram de 95% para a avaliação “Bem”, de 5% para “Razoável” e de 0% para “Mal”, enquanto que a quantificação dos dados sobre “resposta x não resposta” ao QFF aplicado, variaram entre 70% e 99% de respostas obtidas.

Comparando-se paralelamente os resultados obtidos, a partir da percepção dos colaboradores, quanto a “falar” e “enteder” as LI de suas comunidades e os percentuais calculados a partir das respostas em LI obtidas por meio da aplicação do QFF, pode-se concluir que as crianças têm uma percepção distorcida da realidade de sua competência em LI. Enquanto avaliam positivamente o seu “falar” e “enteder” a LI de sua comunidade, as mesmas apresentaram baixo grau de respostas à aplicação do QFF. Esse dado é preocupante, uma vez que a aprendizagem de uma língua pelas crianças da comunidade de fala é fator decisivo na classificação do grau de vitalidade dessa língua.

Por outro lado, os dados demonstram que a percepção dos adultos pode ser considerada mais adequada à realidade de fala das comunidades. Todavia, os percentuais obtidos, tanto a partir da percepção dos colaboradores a respeito da própria competência em LI, quanto os relativos à quantificação de respostas em LI obtidas ao QFF, revelam que, na segunda faixa etária (18 a 37 anos), tem-se um decréscimo percentual no nível de competência em relação à 3ª faixa etária (47 a 75 anos).

Esses dados corroboram as classificações dessas línguas indígenas como em “situação vulnerável”, apresentadas no relatório da UNESCO (2011), bem como a classificação “ameaçada de extinção”, atribuída a elas nos estudos realizados⁵⁹ por Cabral (2006) para a língua Asuriní do Tocantins, Carvalho (2001), para a língua Tembé, Lopes (2014), para a língua Suruí Aikewára, e Silva (2010), para as línguas Tembé e Guajajára.

⁵⁹ Quando os dados relativos à língua Anambé forem mapeados e analisados em estudos futuros, será possível completar o quadro previsto em nosso projeto de tese, comparando-se paralelamente aos resultados obtidos por Julião (1993) para essa língua.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises que realizamos sobre a variação fonética e diarreferencial do português em contato com as cinco línguas indígenas das comunidades-alvo desta pesquisa revelaram o perfil geossociolinguístico dessas comunidades de fala. Perfil esse que se materializa nas seguintes considerações finais.

Em referência à variação fonética do português em contato com as cinco línguas indígenas das comunidades estudadas, observou-se que nossa hipótese inicial se confirma, uma vez que as influências do substrato linguístico de matriz Tupí-Guaraní estão presentes principalmente na fala dos colaboradores pertencentes à 3ª faixa etária (47 a 75 anos). Todavia, os percentuais em que esses rastros de influências das LI na LP ocorrem são baixos. Os registros foram raros e dispersos no *corpus*. Consideramos, além das respostas esperadas no QFF, todo o conjunto das gravações realizadas (Ficha do Colaborador, QS, QFFC, QSL e Relatos de Experiência).

Destacamos os fenômenos fonéticos registrados que, em nossa análise, configuram influências do substrato linguístico Tupí-Guaraní no português falado nas áreas indígenas estudadas: i) **Variação entre [s, z, ʃ, ʒ, d, dʒ]**, nos registros de [saka'ɾɛ], [zaka'ɾɛ], [ʃaka'ɾɛ], [ʒaka'ɾɛ], [dʒaka'ɾɛ] (para jacaré), [anu'za], [anu'sa], [ãgu'dʒa] (para rato); [zu'eɫʊ] (joelho), [vari'zɛɾɛ] (varejeira); ['ka'ʒĩɛdʒipaɫɛ] (casinha de palha), [ka'dʒu] (caju), [kadu'eʊ] (cajueiro), ['dʒɛmɛ] (gêma), ['dʒɛhu] (gênro), [kã'dʒikɛ] (canjica), ['sis] (giz) e [besa'flo] (beija flor); ii) **Substituição de /b/ por [p] ou [m]**, como em [pisi'kleta] (bicicleta), [pã'dɛɾɛ] (bandeira), [paɦ.gja'bɛɦtɛ] (braguilha aberta), [piʃu'zĩ] (bichozinho), [pe'za] (beijar), [paɦ'i'za] (batizar), [se'pɔɫɛ] (cebola) e [mo'to'ovʊ] (botou ovo); iii) **Substituição de /d/ por [t] e [tʃ] e de [ʎ] por [d]**, como nos exemplos [tepu'tadʊ] (deputado), [guɦ'turɛ] (gordura), [ʎikwiɦfika'do] (liquidificador) e [ku'dɛɦ] (colher); e iv) **Substituição de /g/ por [k]**, como em: [kã'ba] (gambá), [kofi'durɛ] (gordura), [ã'ɦikɛ] (antiga) e [pata'sɛki] (pata cega).

Consideramos que a não existência dos fones [s, z, ʃ, ʒ, d, dʒ, b, ʎ] em todas ou em parte das línguas indígenas em questão, conduz o falante a buscar no sistema fonético-fonológico delas sons que comunguem traços de articulação com os sons do português não existentes nessas línguas indígenas, no intuito de suprir a necessidade de pronúncia, em português, de determinados itens lexicais. Todavia, ressaltamos que nos casos da substituição da dento-alveolar sonora [z] pela álveo-palatal sonora [ʒ], como em [pi'ʒãdʊ] (pisando), registrada na fala da colaboradora Suruí FB1, ambos os fones não fazem parte do sistema

fonológico da língua Suruí Aikewára, o que também ocorre no caso da substituição da palatal de [ʎ] pela oclusiva dento-alveolar sonora [d], em [ku'dɛh] (colher), caso em que ambos os fones também não fazem parte do sistema fonológico da língua Tembé. Para compreender esse processo, consideramos o bilinguismo dos colaboradores (Suruí/Português, Tembé/Português) e a realidade plurilingual da comunidade, o que deve ter levado os colaboradores a buscarem, no próprio sistema fonológico do português, um fone com características similares, utilizando como recurso de substituição a álveo-palatal sonora [ʒ] em lugar da fricativa dento-alveolar sonora [z], e a oclusiva dento-alveolar sonora [d] em lugar da lateral palatal [ʎ].

Nesse contexto, a variável diageracional apresenta-se relevante, uma vez que indica um processo de desaparecimento dessas marcas oriundas do substrato linguístico de matriz Tupí-Guaraní no português falado nas áreas indígenas estudadas. Essa afirmativa encontra suporte tanto nos dados estudados na seção sobre a variação dialingual, quanto nas conclusões das análises da seção sobre a variação diarreferencial (comportamentos linguísticos e comentários metalinguísticos/epilinguísticos).

Quanto aos cinco fenômenos fonéticos eleitos para serem mapeados a partir da aplicação do QFF do ALiB, concluiu-se que a variação dos fones privilegia, de modo geral, as mesmas variantes apresentadas em outros estudos supramencionados sobre o português falado por não indígenas nas regiões Norte e Nordeste. Isto é um indicativo de que o grau de contato elevado dessas comunidades indígenas com as comunidades envolventes proporcionou a adoção de um “padrão regional” no português falado por esses indígenas, que optamos classificar como *contínuo de fala*.

Os percentuais obtidos a partir da quantificação dos registros desta pesquisa coadunam-se com os percentuais obtidos nos dados do ALiSPA e do ALiB. Por exemplo: i) o predomínio da vogal média aberta [ɛ] em posição pretônica na região Sudeste do Estado do Pará e no Maranhão, enquanto que na porção mais próxima à região Nordeste do Pará (pontos 1 e 3 desta pesquisa) predomina a realização da vogal média fechada [e]; ii) a maior difusão do uso da variante [i] em detrimento de [e] na variação da vogal média anterior em posição pretônica; iii) predomínio de uso da vogal média posterior fechada [o] em detrimento da aberta [ɔ], o que corrobora a afirmativa de Freitas (2013) de que o Pará representa uma área dialetal distinta nos falares do Norte, se tomada a divisão de Nascentes (1953); iv) os altos índices de palatalização de /l/ diante de [i], que é característica dos falares amazônicos; v) a preferência pelo apagamento do /R/ em coda silábica externa em nomes e verbos; e vi) o predomínio da realização alveolar do /S/ em coda silábica interna e externa no território

mapeado, exceto no ponto 3 (Asuriní) (no qual predomina a realização palatal), localizado na porção da região sudeste que, historicamente, manteve maior contato com a capital do estado do Pará, Belém, o que pode refletir a história do povoamento dessa região, que inclui o contato com as comunidades indígenas ali instaladas.

No que tange aos dados sobre a variação diarreferencial das línguas em contato (do português e das LI), observou-se que, em linhas gerais, há uma percepção positiva dos colaboradores quanto à própria competência em língua portuguesa, maior entre os mais jovens e menor entre os mais velhos. Contudo, são os dados diarreferenciais a respeito das línguas indígenas próprias de cada etnia que se evidenciaram. Tanto nos comportamentos linguísticos descritos, quanto nos comentários metalinguísticos/epilinguísticos, verificou-se que a percepção dos colaboradores quanto às LI é positiva. O percentual de indígenas que julgam falar e entender “bem” as línguas próprias de suas etnias é relevante, chegando a atingir mais de 50% entre as respostas obtidas nas etnias Tembé, Guaraní Mbyá e Suruí Aikewára. Na mesma perspectiva, é baixo o percentual dos que avaliam *falar e entender* “mal” a própria língua indígena.

Todavia, quanto ao grau de competência em LI dos colaboradores, concluiu-se que, a partir da quantificação das respostas obtidas e não obtidas em LI à aplicação do QFF entre as crianças (1ª faixa etária) há um baixo grau de competência nessas línguas. Já entre os adultos mais jovens (2ª faixa etária) foi observado maior percentual de competência em LI, em relação às crianças, mas ainda menor que os dos colaboradores da 3ª faixa etária. Alguns dos colaboradores da 2ª faixa atuam como professores de LI nas escolas das aldeias, como no caso dos Tembé, Guaraní Mbyá e Asuriní, o que constitui um fator positivo para a preservação dessas línguas nas respectivas comunidades. Entre os colaboradores mais velhos (3ª faixa etária), constatamos os maiores índices de respostas obtidas ao QFF aplicado, o que denota maior competência nas LI. Em sua maioria, nessa faixa etária, os colaboradores entrevistados têm a língua portuguesa como segunda língua.

Dessa forma, pode-se afirmar que a competência em língua indígena é socialmente estratificada nessas comunidades, estando a variável diageracional diretamente atingida por essa variação. O mapeamento geossociolinguístico e a quantificação de dados linguísticos aqui realizados projetou a existência de uma curva diageracional na competência dos falantes de LI nas cinco comunidades indígenas investigadas. Nessa curva, os percentuais decrescem proporcionalmente à idade dos colaboradores: quanto menor a idade, menor a competência em LI. Esse dado corrobora os estudos de Cabral (2006), para a língua Asuriní do Tocantins, de Carvalho (2001), para a língua Tembé, de Lopes (2014) para a língua Suruí Aikewára, e de

Silva (2010), para as línguas Tembé e Guajajára, sobre a situação da vitalidade dessas línguas. Ambos os estudos classificaram as respectivas línguas como “ameaçadas de extinção”. Quanto à vitalidade das línguas indígenas em escopo, o Relatório da UNESCO (2011) classifica como “Vulnerável” as línguas Asuriní do Tocantins, Suruí Aikewára, Guajajára e Guananí Mbyá. A classificação dada à língua Tembé, por outro lado, é “Definitivamente em perigo”. A classificação atribuída pela UNESCO (2011) à língua Anambé, cujos dados não puderam ser incluídos neste estudo, é “criticamente em perigo”.

Inter-relacionando-se os resultados obtidos a partir do mapeamento da variação diarreferencial e da variação fonética do português em contato com as cinco línguas indígenas em questão, pode-se afirmar que esses resultados são complementares, uma vez que, da mesma forma que a competência em LI decresce concomitantemente à idade dos colaboradores, as marcas fonéticas presentes no português falado por esses indígenas, oriundas do substrato linguístico de matriz Tupí-Guaraní, ainda persistem principalmente na fala dos colaboradores mais velhos. Isto induz à conclusão de que gradativamente o português ganha espaço no universo de fala dessas comunidades, deixando no passado as marcas fonéticas oriundas do contato com as línguas indígenas próprias dessas etnias.

As análises dos dados de fala mapeados e/ou quantificados neste estudo, paralelamente às dos levantamentos dos perfis geossociolinguísticos das comunidades-alvo, propiciam concluir que fatores como: a circunscrição geográfica das terras indígenas no território estudado; a circulação diária de indígenas dessas etnias nos centros urbanos circunvizinhos, bem como a de não indígenas nas aldeias (professores, agentes de saúde etc); e o processo de escolarização em língua portuguesa realizado nas aldeias, devem ser preponderantes na difusão desse *contínuo de fala* com marcas regionais, observado no nível fonético do português falado nas áreas indígenas investigadas.

Por outro lado, é preciso ressaltar que, na outra mão desta via, o contato entre o português e as línguas indígenas na região amazônica remonta à época da colonização do Brasil. Como assinalamos anteriormente nesta tese, o Brasil é um imenso repositório de diversidades, de culturas e línguas. Em se tratando das línguas indígenas brasileiras, especialmente as do Tronco Tupí, elas colaboraram decisivamente para a formação da norma do português brasileiro, e as influências fonéticas das línguas Tupí-Guaraní na norma do PB não podem ser ignoradas, especialmente em se tratando do português falado nas áreas indígenas brasileiras, que guarda peculiaridades e rastros dessa história de contatos, perdas, ganhos e trocas de saberes linguísticos e humanos.

REFERÊNCIAS

- AGUILERA, Vanderci de Andrade. **Atlas Linguístico do Paraná**. Curitiba, 1996.
- _____. A geolingüística no Brasil: estágio atual. **Revista da ABRANLIN**, v. 5, n. 1/2, p. 215-238, dez. 2006. Disponível em: <http://www.abralin.org/revista/RV5N1_2/RV5N1_2_art10.pdf>. Acesso em: 01 set. 2013.
- _____. De onde vieram e por onde andam as nossas libélulas e jacintas? Um estudo da etimologia popular com base em dados do atlas linguístico do Brasil. **Estudos Linguísticos e Literários**. Salvador, n. 41, p. 291-309, jan/jun. 2010, Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura, UFBA, 2010.
- AGUILERA, V. de A.; YIDA, V. Projeto ALiB: uma análise das respostas e das não-respostas de informantes das capitais. In: **Signum: estudos linguísticos**. Londrina: UEL, n. 11/2, dez. 2008.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade; ALTINO, Fabiane Cristina. Para um atlas pluridimensional: pesquisas e pesquisadores. **Revista Alfa**. São Paulo, 56 (3), 2012. P. 871-889. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/alfa/v56n3/a07v56n3.pdf>>. Acesso em: 13 jul 2016.
- ALMEIDA, Fabiana da Silva Campos. **Micro Atlas Fonético do Estado do Rio de Janeiro (Micro AFERJ):** uma contribuição para o conhecimento dos falares fluminenses. 2008. 157 p. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) - Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- ALMEIDA, Edilene Maria Oliveira de. **Atlas Linguístico da Mata Sul de Pernambuco (ALMASPE)**. 2009. 106 p. Dissertação (Mestrado em Letras) - Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.
- ALTENHOFEN, Cléo Vilson. **A Constituição do corpus para um “Atlas Linguístico Contatual” das Minorias Alemãs na Bacia do Prata**. In: Martius-Standen-Jahrbuch, São Paulo, n. 51, p. 135-165, 2004. Cópia cedida pelo autor.
- _____. Territórios de uma língua: ocupação do espaço pluridimensional por variedades em contato na Bacia do Prata. In: FERNÁNDEZ, Ana L. da Rosa Nieves; MOZZILLO, Isabella; SCHNEIDER, Maria N. CORTAZZO, Uruguay (Org.). **Línguas em contato: onde estão as fronteiras?** Pelotas: UFPel, 2014.
- ALTINO, Fabiane Cristina. **Atlas linguístico do Paraná II**. 2007. 693 p. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.
- AQUINO, Leticia de Souza. **Pesquisas Sociolinguísticas entre os Asuriní do Tocantins: contribuição para o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL)**. 2010. Dissertação, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2010.
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de; MENEZES, Cleuza Bezerra de. **Atlas Linguístico da Paraíba**. Brasília: CNPq, Universidade Federal da Paraíba, 1984.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de (Org.). **Estudos em lexicologia, lexicografia, terminologia e terminografia**. Fortaleza, 2009.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. **Ditongaço x monotongaço no falar de Fortaleza**. 2010. Disponível em: <periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/graphos/%20article/viewFile/.../5029>. Acesso em: 20 ago. 2015.

ATLAS SOCIOLINGÜÍSTICO DE PUEBLOS INDÍGENAS EN AMÉRICA LATINA. 1. ed. UNICEF; FUNPROEIB Andes, 2009.

ATLAS UNESCO DE LAS LENGUAS DEL MUNDO EN PERIGO. UNESCO, 2011. Disponível em: <http://www.unesco.org/languages-atlas/index.php?hl=en&page=atlasmap>. Acesso em: 15 ago. 2016.

AYROSA, Plínio M. da Silva (org.). **Estudos tupinólogos**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1967.

BEM, D. J. **Convicções, atitudes e assuntos humanos**. BORI, Carolina Martuscelli (trad.). São Paulo: EPU, 1973. (Coleção Ciências do Comportamento).

BESSA, José Rogério Fontenele (Coord.). **Atlas linguístico do Ceará**. v. 2. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

BARBOSA, P. A.; ALBANO, E.C. Illustrations of the IPA: Brazilian Portuguese. **J Int Phonet Assoc**, 34(2):227-32, 2004.

BAPTISTA, Cyriaco. **Worte und text der Tembé-indianer**. Tucuman: Universidad Nacional, 1932.

BOUDIN, M. H. **Dicionário de Tupi-Moderno**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1966.

_____. **Dicionário de Tupi-Moderno** (dialeto Tembé-Ténêthár do alto rio Gurupi). São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978. 2v.

BLOOMFIELD, L. **Language**. New York: Henry Holt, 1933.

BRITO, Roseanny de Melo. **Atlas dos falares do baixo amazonas – AFBAM**. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

BUENO, Francisco da Silveira. Influências do tupi no português do Brasil. **Jornal de Filologia** 1, 109-120, 1953.

_____. Les langues indigènes du Brésil et leur influence sur le portugais. **Orbis** 12, 227-240, 1963.

_____. El substrato indígena y el superestrato africano em el portugués del Brasil. **Actas de la primeira reunión latino-americana de lingüística y filología (Viña del mar, Chile, enero de 1964)**. Bogotá: instituto Caro e Cuervo, 396-409, 1973.

BUSSE, Sanimar. Atlas Linguístico-etnográfico da região oeste do Paraná/ALERO: uma descrição preliminar do movimento diatópico e diastrático da fala. **Signum: estudos linguísticos**. Londrina: UEL, v. 12, n.1, p. 123-144, jul. 2009.

CABRAL, A. S. A. C. & RODRIGUES, A. D. **Dicionário da Língua Asuriní do Tocantins - Português** - Belém: UFPA/IFNOPAP, UnB/IL/LALI, 2003.

CABRAL, A. S. A. C.; NEGREIROS, D. A.; SIMÃO, R. N. **Relatório sobre a pesquisa realizada na Terra Indígena Trocará com vistas à caracterização da situação de Vitalidade da Língua Asuriní do Tocantins (ms)**, 2006.

CABRAL, A. S. A. C.; RAZKY, A. **Projeto atlas linguístico sonoro das línguas indígenas do Brasil**. 2014 (Projeto de Pesquisa/CNPQ) Não publicado

CALLOU, Dinah ; BRANDÃO, Silvia Figueiredo. Sobre o /s/ em coda silábica no Rio de Janeiro: falas culta e popular. In: BARRETO, Mônica M. S.; SALGADO, Ana Claudia P. **Sociolinguística no Brasil: uma contribuição dos estudos sobre línguas em/de contato**. Rio de Janeiro: 7Letras; FAPERJ, 2009.

CALLOU, Dinah. Quando dialetologia e sociolinguística se encontram. **Estudos Linguísticos e Literários**. Salvador, n. 41, p. 33- 35, jan./jun. 2010, Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura, UFBA, 2010.

CALLOU, D.M.I.; MORAES, J.; LEITE, Y. Variação e diferenciação dialetal: a pronúncia do /r/ no português do Brasil. In: KOCH, I. (org.). **Gramática do português falado**. Campinas: UNICAMP, 1996.

CALVET, Louis-Jean. **La sociolinguistique**. Paris: PUF, 1993.

CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. **Para o estudo da fonêmica portuguesa**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Padrão, 1977.

CAMARGO, Z.A.; FONTES, M.A.S.; MADUREIRA, S. **Introdução ao estudo dos sons da fala**. Apostila da disciplina de fonética e fonologia do curso de fonoaudiologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUCSP, 2000.

CAMPOY, J. M. Hernández. Dialectologia tradicional, sociolinguística laboviana y geolingüística trudgilliana: tres aproximaciones al estudio de la variación. **E. L. U. A.** 9, 1993. Disponível em: <http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/6470/1/ELUA_09_08.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2014.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. A Dialectologia no Brasil: perspectivas. **Delta**. vol. 15, n.º especial, 1999. p.233-255.

_____. Dialectologia: trilhas seguidas, caminhos a perseguir. **Revista Delta**, São Paulo, v. 17. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44502001000300003&script=sci_arttext>. Acesso em: 04 out. 2013.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino *et al.* **Atlas linguístico do Brasil**. Londrina: EDUEL, 2014. v. I e II.

CARLOS, Valeska Gracioso. **O português de aqui e além fronteira**: um estudo das variedades da língua portuguesa em contato em contextos de fronteira. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

CARRETER, Fernando Lázaro. **Diccionario de términos filológicos**. 3. ed. Madrid: Gredos, 1974.

CARVALHO, M. G. P. **Sinais de morte ou de vitalidade?** mudanças estruturais na língua Tembé. UFPA, Belém, 2001.

CLEMENTS, G. N.; HUME, E. V. The internal organization of speech sounds. In: GOLDSMITH, J. A. (Ed.). **The handbook of Phonological Theory**. Oxford: Blackwell Publishers, 1995. p.245-306.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. **Projeto Atlas Linguístico do Brasil**. Salvador: Instituto de Letras, 1998, 2003. Não publicado.

COUTO, H. H. do. **Linguística, ecologia e ecolinguística**: contato de línguas. São Paulo: Contexto, 2009.

CRISTIANINI, Adriana C. **Atlas semântico lexical da região do grande ABC**. 2007. 635 p. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CRUZ, Maria Luiza de Carvalho. **Atlas Lingüístico do Amazonas**. 2004. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. v. I e II.

CRUZ-CARDOSO, M. L. de C. O atlas linguístico do Amazonas – ALAM. In: AGUILERA, V. de A.; ROMANO, V. P. (org.). **A geolinguística no Brasil**: caminhos percorridos, horizontes alcançados. Londrina: Eduel, 2016

CUBA, Marigilda Antônio. **Atlas Linguístico da Mesorregião Sudeste do Mato Grosso**. 2009. 684 p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2009.

_____. **Atlas Linguístico do Território Incaracterístico (Nascentes, 1953)**. 2015. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

CUNHA, ANTÔNIO Geraldo da. **Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi**. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos e Universidade de Brasília, 1999.

DE PAULA, Alessandra; BRANDÃO, Silvia Figueiredo. Sobre vogais médias em posição postônica não final na fala popular do Rio de Janeiro. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 47, n. 3, p. 275-282, jul./set. 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/11857/8077>>. Acesso em 23 jul. 2015.

DIETRICH, Wolf; SYMEONIDIS, Haralambos. Atlas Lingüístico Guaraní-Románico (ALGR), T1: Léxico del cuerpo humano. In: THUN *et al* (Org.) **Atlas Lingüístico Guaraní-Románico** (ALGR). Kiel: Westensee-Verlag, 2009.

DIETRICH, Wolf. O Tronco tupi e suas famílias de línguas: classificação e esboço tipológico. In: NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf (Orgs.). **O português e o tupi no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016.

DIETRICH, Wolf; NOLL, Volker. O papel do tupi na formação do português brasileiro. In: DIETRICH, Wolf (org.). **O português e o tupi no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2016.

DIETRICH, Wolf. Conservação e inovação no campo léxico do parentesco: o caso do Mbyá e do Guaraní paraguaio (Tupí-Guaraní). **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**. vol. 6, n. 1: p. 195-216, jul. 2014.

ELIZAINCÍN, Adolfo. Socio y Geolingüística: nueva alianza em los estudios sobre el uso lingüístico. **Estudios Lingüísticos e Literários**. Salvador, n. 41, jan/jun. 2010, Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura, UFBA, 2010. (p. 13- 28)

ENCARNAÇÃO, Marcia. R. T. da. **Atlas semântico-lexical de Caraguatatuba, Ihabela, São Sebastião e Ubatuba**: municípios do litoral norte de São Paulo. 2010. 723 p. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FARIAS, Maria Adelina R. de. O mapeamento do ditongo <ej> a partir de dados de atlas lingüísticos publicados no Brasil. In: Razky et al. **Estudos II: geossociolingüística no estado do Pará**. Belém: EDUFMA, 2014.

FERNANDES, Aducto. Influência do tupi na formação do idioma português falado no Brasil. **Revista de Portugal**. Língua Portuguesa 26, 50-68, 1961.

FERRAZ, Iara. Os aikewara da terra indígena Sororó/PA: estudos socioambientais do componente indígena no âmbito do estudo de impacto ambiental (EIA) do AHE Santa Isabel. **Relatório Final**. São Paulo, jun. 2011. Disponível em: <licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/.../Apendice.../Relatório_Final_Sororó.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2015.

FERREIRA, Carlota; MOTA, Jacyra; FREITAS, Judith; ANDRADE, Nadja; CARDOSO, Suzana; ROLLEMBERG, Vera; ROSSI, Nelson. **Atlas Lingüístico de Sergipe (ALS)**. Salvador: UFBA-FUNDESC, 1987.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. **A dialetologia no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

FREITAS, Simone Negrão de. As vogais médias pretônicas /e/ e /o/ num falar do Norte do Brasil. In: RAZKY, Abdelhak (org.). **Estudos geo-lingüísticos no Estado do Pará**. Belém: Gráfica e Editora Grafia, 2003. p. 112-126.

FISHMAN, J. A. **Advances in the study of societal multilingualism**. Mouton: Haia, 1978.

_____. **Bilingualism with and without diglossia**: diglossia with and without bilingualism. *Journal of Social Issues*, 1967.

GODINHO, Cyntia de Sousa. **Variação das oclusivas alveolares no falar paraense**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, 2012.

GREGIO, Fabiana Nogueira. **Variantes do “R” em posição de coda silábica**: um estudo fonético-acústico. *Intercâmbio*. v. 26. 2012. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/intercambio/article/view/15177>>. Acesso em : 20 ago. 2015.

GUEDES, Regis José da Cunha Guedes; RAZKY, Abdelhak. A variação do item *galinha d'angola* nos dados do ALIPA, ALiB e ALSLIB. **Anais do IX Congresso Internacional da Abralin**. Belém: PPGL/UFPA, 2015.

GUEDES, Regis José da Cunha Guedes. **Estudo Geossociolinguístico da variação lexical na zona rural do estado do Pará. 2012**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, 2012.

_____. **Variação lexical em quatro municípios da mesorregião metropolitana de Belém**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

GILLIÉRON, Jules. **Atlas linguistique de la France**. Paris: Champion, 1902-1910.

GOMES, Mércio Pereira. **O índio na história**: o povo Tenetehára em busca da liberdade. Petrópolis: Vozes, 2002.

GUY, Gregory R. Rumos da sociodialetoлогия da América Latina. In: Congresso Internacional de Dialetoлогия e Sociolinguística (2. : 2012 : Belém, PA). **Anais II CIDS: Diversidade linguística e políticas de ensino**. Coord. Abdelhak Razky, Marilúcia Barros de Oliveira, Alcides Fernandes de Lima. São Luís: EDUFMA, 2012. p. 44-60.

HEYE, Jurgen; VANDRESEN, Paulino. Línguas em contato. In: CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A.; SILVA, R. V. M. (Orgs.) **Quinhentos anos de história linguística no Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo da Bahia, 2006.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss de língua portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 2001.

HULST, H. V. D. Radical CV phonology: the categorical gesture. In: DURAND, J.; KATAMBA, F. (Ed.). **Frontiers of Phonology**: atoms, structures, derivations. London: Longman, 1995. p.80- 116.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Os indígenas no censo demográfico 2010**: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

ISQUERDO, Aparecida Negri.. Atlas regionais em andamento no Brasil: perspectivas metodológicas. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade. **A geolinguística no Brasil: trilhas seguras, caminhos a percorrer**. Londrina: Eduel, 2013. p. 333-356

ISQUERDO, Aparecida Negri; COSTA, Daniela S. Silva. Designações para “pernilongo” nas capitais brasileiras: um estudo geolinguístico e léxico-semântico. **Revista Travessias**. n. 10. Paraná: Unieste, 2010. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/travessias/LINGUAGEM/DESIGNA%C3%87%C3%95ES%20PARA%20PERNILONGO.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.

JULIÃO, Maria Risolêta Silva. **A Língua dos índios do rio Cairari**. 1993. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Letras, Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Pará, Belém, 1993.

KNEIP, Andreas; MELO, Antonio Augusto S. **Babel indígena**. Disponível em : <http://www.letras.ufmg.br/lali/linguas_indigenas/Babel%20ind%C3%ADgena.pdf>. Acesso em : 26 ago. 2015.

KRUG, Marcelo Jacó. **Identidade e comportamento linguístico na percepção da comunidade plurilíngue alemão-italiano-português de imigrante – RS**. (Dissertação) Mestrado em Estudos da Linguagem. Instituto de Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.

LARAIA, Roque de Barros; Matta, Roberto da. **Índios e Castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

LARAIA, Roque de Barros. **Akuáwa-Asurini e Surui: análise de dois grupos Tupi**. 1972.

_____. Nossos contemporâneos indígenas. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luis Donisete Benzi (org.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

LECLERC, Jacques. "Navarra", **na planificação linguística no mundo**. Quebec/TLFQ: Universidade Laval, 2002. Disponível em: <http://www.tlfq.ulaval.ca/axl/europe/espagnenavarre.htm>. Acesso em 07 ago. 2016.

LEITE, Yonne; FRANCHETTO, Bruna. 500 anos de línguas indígenas no Brasil In: CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A.; SILVA, R. V. M. (Orgs.) **Quinhentos anos de história linguística no Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo da Bahia, 2006.

LIMA, Alcides Fernandes de. A pronúncia do /r/ pós vocálico na cidade de Cametá-PA. In: RAZKY, Abdelhak (org). **Estudos geo-sociolinguísticos do Pará**. Belém: Grafia, 2003.

LIMA, Luciana Gomes de. **Atlas fonético do entorno da baía da Guanabara – AFeBG**. 2006. 158 p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LOPES, Jorge Domingues. **Uma interface da documentação linguística e modelos lexicográficos para línguas indígenas brasileiras: uma proposta para o Surui-aikewara.** Tese (Doutorado em Linguística), Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, 2014.

MACNAMARA, J. How can one measure the extent of a person's bilingual proficiency? In L. Kelly (Ed.), **Description and measurement of bilingualism: An international seminar**, University of Moncton, June 6-14, 1969. Toronto: University of Toronto Press.

MARGOTTI, Felício Wessling. **Difusão socio-geográfica do português em contato com o italiano no sul do Brasil.** 2004. 314 p. Tese (Doutorado em Letras) Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

MACHADO, Almiros Martins. **Exá raú mboguatá guassú mohekauka yvy marãe“y: de sonhos ao Oguatá Guassú em busca da (s) terra (s) isenta (a) de mal.** Tese (Doutorado em Antropologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2015.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação.** 4 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MONTEIRO, Clóvis. **A influência do tupi no português.** Rio de Janeiro, Paulo, Pongetti & Cie, 1926.

_____. **Português da Europa e português da América: aspectos da evolução do nosso idioma.** 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

MORÉN, B. The division of labor between segment-internal structure and violable constraints. In: BLAHO, S.; BYE, P.; KRÄMER, M. (Ed.). **Freedom of Analysis? Proceedings of the Workshop on Freedom of Analysis.** Berlin: New York: Mouton de Gruyter, 2007.

MOTA, Jacyra Andadre. O /s/ em coda silábica: análise de dados do projeto ALiB. In: BARRETO, Mônica M. S.; SALGADO, Ana Cláudia P. **Sociolinguística no Brasil: uma contribuição dos estudos sobre línguas em/de contato.** Rio de Janeiro: 7Letras; FAPERJ, 2009.

MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. A construção do Atlas Linguístico do Brasil: o percurso do ALiB. **Signum**, v. 12, n. 1, p. 237-256, jul. 2009.

NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca.** Rio de Janeiro: Simões, 1953.

_____. **Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Casa Rui Barbosa, 1958.

NICHOLSON, V. **Aspectos da Língua Asuriní.** Brasília: *Summer Institute of Linguistics*, 1978.

NIMUENDAJÚ, Curt. Tribes of the lower and middle Xingú river. **Handbook of South American Indians 3.** p. 213-243. Washington, 1948.

NINA, Terezinha. **Aspectos da variação fonético-fonológica na fala de Belém**. 1991. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1991.

OLIVEIRA, Decir Pedro de (Org.). **Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul**. 1. ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2007.

OLIVEIRA, Marilucia Barros de; RAZKY, Abdelhak. Imagens preliminares da realização da variável /l/ em posição prevocálica no norte, nordeste e centro-oeste do Brasil. In: MARÇALO, M. J. et. al. **Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas**. Évora: Universidade de Évora, 2010.

OLIVEIRA, Marilucia Barros de. Apagamento e manutenção do /r/ final de vocábulo na fala de Itaituba-PA. In: RAZKY, Abdelhak (org). **Estudos geo-sociolingüísticos do Pará**. Belém: Grafia, 2003.

PEREIRA, Maria das Neves. **Atlas Geolinguístico do Litoral Potiguar**. 2007. 312 p. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PONTES, Ismael. **Atlas Lingüístico do Brasil (ALiB): perspectivas teórico-metodológicas**. 2000. Disponível em: <periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/.../2813>. Acesso em: 08 nov. 2014.

RADTKE, Edgar; THUN, Harald. Neue Wege der romanischen Geolinguistik: Eine Bilanz. In: RADTKE; Edgar; THUN, Harald (eds.). **Neue Wege der romanischen Geolinguistik: Akten des Symposiums zur empirischen Dialektologie**. Kiel: WestenseeVerl., 1996. p. 1-24.

_____. **Dialectologia pluridimensionalis romanica**. Kiel: Westensee-Verlag, 1996.

RAZKY, Abdelhak; GUEDES, Regis José da Cunha; COSTA, Eliane Oliveira da. Variação dos itens lexicais *aguardente* e *bodega* nas capitais brasileiras. In: MOTA, Jacyra Andrade; PAIM, M. M. T.; RIBEIRO, S. S. C. **Documentos 5: avaliação e perspectivas**. Salvador: Quarteto, 2015.

RAZKY, Abdelhak. O Atlas geo-sociolingüístico do Pará: Abordagem metodológica. In: AGUILERA (Org). **A geolingüística no Brasil: Caminhos e perspectivas**. Londrina: UEL, 1998.

_____. **Estudos geo-sociolingüísticos do Pará**. Belém: Grafia, 2003.

_____. **Atlas lingüístico sonoro do estado do Pará (ALiSPA 1.1)**. Belém: s/ed. 2004. (Programa em CD-ROM).

_____. Uma perspectiva geo-sociolingüística para a análise do *status* da variável < s > em contexto pós-vocálico no nordeste do estado do Pará. In: **Estudos Linguísticos e Literários**.

n. 41, Salvador, Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura, PPGLC da Universidade Federal da Bahia, jan/jun., 2010.

_____. A dimensão sociodialetal do léxico no projeto Atlas Linguístico do Brasil. **Signum: Estudos Linguísticos**, Londrina, n. 16/2, p. 247-270, dez. 2013.

RAZKY, Abdelhak; GUEDES, Regis J. C. Le continuum des regroupements lexicaux dans l'atlas géosociolinguistique du Pará. **Revista Géolinguistique**. n. 15-2015. Centre de Dialectologie. GIPSA-lab – Univ. Grenoble Alpes, 2015. Disponível em: < <http://ellug.u-grenoble3.fr/fr/publications>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

RAZKY, A.; OLIVEIRA, M. B. de; GUEDES, R. J. da C.; COSTA, E. O. da. O estado da arte do Atlas Geossociolinguístico do Pará. In: AGUILERA, V. de A.; ROMANO, V. P. (org.). **A geolinguística no Brasil: caminhos percorridos, horizontes alcançados**. Londrina: Eduel, 2016.

RAZKY, Abdelhak; FARIAS, Maria Adelina R. de. A distribuição do ditongo /ej/ no estado do Pará. In: CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A.; PAIM, M. M. T. (orgs.). **Documentos 3: projeto atlas linguístico do Brasil**. Salvador: Vento Leste, 2012.

RAZKY, Abdelhak; LIMA, Alcides Fernandes de; OLIVEIRA, Marilucia Barros de. As vogais médias pretônicas no falar paraense. **Signum: estudos linguísticos**. Londrina, n. 15/1, p. 293-310, jun. 2012.

RAZKY, Abdelhak *et al.* **Estudos II: geossociolinguística no estado do Pará**. Belém: EDUFMA, 2014. (Homenagem a Orlando Cassique)

RAZKY, A.; GOMES, E. de F.; GUEDES, R. J. da C. Variação lexical na mesorregião sudeste do Pará: um olhar sobre os dados do atlas léxico sonoro do Pará – ALeSPA. In: RAZKY, A. (org.). **Estudos sociodialetais do português brasileiro II**. Campinas: Pontes, 2017 (no prelo)

REIS, Regiane Coelho Pereira. **Atlas linguístico do município de Ponta Porã – ALiPP**. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2006.

_____. **Variação linguística do português em contato com o espanhol e o guarani na perspectiva do atlas linguístico-contatual da fronteira da fronteira entre Brasil e Paraguai (ALF-BR PY)**. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**. Brasília: MEC, 1998.

RIVET, Paul. Langues Américaines III: Langues de l'Amérique du Sud et des Antilles. In: Antoine Meillet and Marcel Cohen (ed.), **Les Langues du Monde**, v. 16: 639-712. Collection Linguistique, 1924.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna; CABRAL, Ana Suely Arruda Câmara. Revendo a classificação interna da família Tupi-Guarani. In: CABRAL, Ana Suely Arruda Câmara &

RODRIGUES, A. D. Relações internas na família linguística Tupí-Guaraní. **Revista de Antropologia**. São Paulo, n. 27/28, p. 33-53, 1985.

RODRIGUES, Aryon Dall' Igna; CABRAL, A. S. A. C. . Tupían. In: Lyle Campbell and Verónica Grondona. (Org.). **The Indigenous Languages of South America**. 1. ed. Berlin/Boston: Mouton de Gruyter, 2012, v. 2, p. 495-574.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas indígenas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Loyola, 1994.

RODRIGUES, A. D. Biodiversidade e diversidade etnolingüística na Amazônia. In: SIMÕES, M. S. (org.). **Cultura e biodiversidade: entre o rio e a floresta**, pp. 269-278. Belém: UFPA, 2001.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna (Orgs.). **Línguas indígenas brasileiras: fonologia, gramática e história. Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL**, Tomo I. Belém: EDUFPA, 2002.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Os cenários da chegada da língua portuguesa. In: CARDOSO, Suzana A.; MOTA, Jacyra A.; MATTOS E SILVA, Rosa V. **Quinhentos anos de história linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado do Bahia, 2006.

_____. Contribuições para a etimologia dos brasileirismos. **Revista Portuguesa de Filologia**, vol. 9, p. 154. Coimbra: Instituto de Estudos Românicos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1958.

ROMANO, Valter Pereira. **Atlas geossociolingüístico de Londrina: um estudo em tempo real e tempo aparente**. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Londrina, 2012.

_____. Balanço crítico da Geolingüística brasileira e a proposição de uma divisão. **Entretextos**. Londrina, v.13, nº 02, p. 203-242, jul./dez. 2013.

ROMANO, V. P.; SEABRA, R. D.; DUARTE, N. [jGVCLin] – *software* para geração e visualização de cartas linguísticas. **Revista Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 119-151, jan./jun. 2014

ROSSI, Nelson et al. **Atlas Prévio dos Falares Baianos**. Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro: Rio de Janeiro, 1963.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SAMPAIO, Teodoro. A língua portuguesa no Brasil. **Revista de Philologia e de História** 1, 465-472, 1931.

SANTOS, Edinaldo G. dos. O comportamento da vogal média anterior pretônica no estado do Pará. In: RAZKY, A. **Estudos II: geossociolingüística no estado do Pará**. Belém: EDUMA, 2014.

SANTOS-IKEUCHI, Ariane Cardoso dos. **Atlas linguístico topodinâmico do estado de São Paulo**. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Londrina, 2014.

SEARA, Izabel Christine; NUNES, Vanessa Gonzaga, LAZZAROTTO-VOLCÃO, Cristiane. **Fonética e fonologia do português brasileiro**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

SILVA-CORVALÁN, Carmen. **Sociolingüística: teoría y análisis**. Madrid: Alhambra, 1989.

SILVA, Fábio C. da; SILVA, Luciene de Jesus M. da. História regional e participação social nas mesorregiões paraenses. **Paper NAEA**, n. 226, dez. 2008. Disponível em: www.naea.ufpa.br/naea/novosite/index.php?action=Publicacao.arquivo&id=207.>. Acesso em: 15 dez 2016.

SILVA NETO. S. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1956.

SILVA, Tabita Fernandes da. **História da língua tenetehára: contribuição aos estudos histórico-comparativos sobre a diversificação da família linguística tupi-guarani do tronco tupí**. Tese (Doutorado em Linguística), Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, 2010.

SILVA, Myrian Barbosa da. **As pretônicas no falar baiano**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.

SOUSA, Gracione Teixeira de. **Atlas linguístico do Acre: cartas fonéticas da região do Purus**. 2011. 170. Dissertação (Mestrado em Letras) - Departamento de Letras, Universidade Federal do Acre, Acre, 2011.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolingüística**. São Paulo: Ática, 1985.

THOMASON, Sarah Grey. **Language contact: an introduction**. Washington, D.C.: Georgetown University Press. 2001.

THUN, Harald. La Pluridimensionalidad del atlas lingüístico diatópico e diastrático del Uruguay (ADDU), In: **Congreso del español de Américas**. Bruxelas, 1995. p. 1-35.

_____. La geolingüística como lingüística variacional general (con ejemplos del Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay). In: RUFFENO, Giovanni. **International Congress of Romance Linguistics and Philology**. Tübingen: Niemeyer, 1998.

_____. Movilidad demográfica y dimensión topodinámica. Los montevidianos en Rivera. In: RADTKE, Edgar & THUN, Harald [Orgs.]. **Neue Wege der romanischen Geolinguistik: Akten des Symposiums zur empirischen Dialektologie**. Kiel: WestenseeVerl., 1996. p. 210-269.

_____. **Entrevista concedida no III Congresso Internacional de Dialectologia e Sociolingüística – II CIDS**. Londrina, 2014. (Áudio Digital) Não publicado

THUN, Harald; BOLLER, Fred; HARDER, Andreas; PEEMÖLLER, Johanne. **Atlas lingüístico diatópico y diastrático del Uruguay (ADDU)**. Kiel: Westensee-Verl, 2000. Tomo I e II.

THUN, Harald; AQUINO, Almidio; DIETRICH, Wolf; SYMEONIDIS, Haralambos. **Atlas lingüístico Guaraní-Románico**. Tomo I: Léxico del cuerpo humano. Kiel : Westensee, 2009.

VERNEY, L. A. **O verdadeiro método de estudar**. 3. ed. Porto: editorial Domingos Barreira, s. d.

VIEIRA, Maria Nazaré. **Aspectos do falar paraense**: fonética, fonologia, semântica. Belém: UFPA, 1983.

VOTRE, Sebastião Josué. Relevância da variável escolaridade. In MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.) **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

WAGLEY, C. GALVÃO, E. **Os índios Tenerehára**: uma cultura em transição. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1961.

WEINREICH, Uriel. **Languages in contact: finding an problems**. 7. La Haye/Paris, 1970.

ZANONI, Cláudio. **Conflito e coesão**: o dinamismo Tenetehára. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 1999. (Coleção Antropologia; 2).

ZANONI, Cláudio; BARROS, Maria Mirtes dos Santos. **Povos indígenas no Maranhão**. Maranhão: CIMI, 1988.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALMEIDA, Rita Heloísa. **O diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII**. Brasília : UnB, 1997.

ALTENHOFEN, Cléo V. Migrações e contatos linguísticos na perspectiva da geolinguística pluridimensional e relacional. **Revista de Letras Noroeste**. ed. 12, estudos linguísticos, 2013. Disponível em: <<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/noroeste/article/view/1216>>. Acesso em 13 jan 2016.

ALTENHOFEN, Cléo V.; KLASSMANN, Mário (Org.). **Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS): Cartas Semântico-Lexicais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: Editora da UFSC, 2011. 960 p.

ALTENHOFEN, Cléo V. Os estudos de variação linguística e de línguas em contato com o português: raízes históricas da pesquisa no Instituto de Letras da UFRGS. In: MITTMANN, Solange & SANSEVERINO, Antônio Marcos Vieira (orgs.). **Trilhas de investigação: a pesquisa no I.L. em sua diversidade constitutiva**. Porto Alegre: Instituto de Letras / UFRGS, 2011. p. 17-31. [ISBN 9788564522008]

ALTENHOFEN, Cléo V. Migram os homens. E as línguas. In: **Zero Hora: Caderno de Cultura**. Porto Alegre, 2004.

ALTINO, Fabiane Cristina (org). **Múltiplos olhares sobre a diversidade linguística: nos caminhos de Vanderci Aguilera**. Londrina: Midiograf, 2012.

APELL, R.; MUYSKEN, M. **Language contact and bilingualism**. London *et al*: Arnold, 1992.

ARNAUD, Expedito. **O índio e a expansão nacional**. Belém: CEJUP, 1989.

BARBOSA, José Natal. **Contribuição à análise fonológica do Suruí do Tocantins**. 1993. 59f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília. Brasília-DF, 1993.

BRANDÃO, S. F. A fala popular do Estado do Rio de Janeiro numa perspectiva geosociolinguística. In: Cláudia Roncarati; Jussara Abraçado. (Org.). **Português brasileiro II: contato linguístico, heterogeneidade e história**. 1 ed. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense-EdUFF, 2008. p. 268-284

_____. Sobre a lateral palatal no Português do Brasil. In: ASSIS, Rosa (org) **Estudo de língua portuguesa (e de todas as línguas que fazem a nossa)**. Belém-PA: Unama, 2006. p. 63-86

_____. Um estudo variacionista sobre a lateral palatal. **Letras de Hoje**, v. 42 (3): 89-99, 2007.

CABRAL, A. S. A. C. & RODRIGUES, A. D (org.). **Atas do I encontro internacional do grupo de trabalho sobre línguas indígenas da ANPOLL**. Tomo I - Belém: EDUFPA, 2002.

_____. **Relatório Laudo Linguístico Asuriní**. Brasília, Pará, 2004.

CALDAS, Raimunda Benedita Cristina. **Uma proposta de dicionário para a língua ka'apor**. Tese (Doutorado em Linguística), Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, 2009.

CAMPBELL, L.; MUNTZEL, M. C. The structural consequence of language death. In: Dorian, N. C. (org.). **Investigating obsolescence: studies in language contraction and death**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. **Geolinguística: tradição e modernidade**. São Paulo. Parábola, 2010.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, J. A.; PAIM, M. M. T.(org.). **Documentos 3: projeto atlas linguístico do Brasil**. Salvador: Vento Leste, 2012.

CARVALHO, Sérgio Drummond Madureira. **A palatalização das plosivas dentais na fala de pescadores do Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação. (Mestrado em Letras Vernáculas) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

DORIAN, N. C. A Response to Ladefoged's Other View of Endangered Languages. **Language** 69, p. 575-79, 1993.

_____. **Language death: the life cycle of a Scottish Gaelic dialect**. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1981.

_____. Linguistic lag as an ethnic marker. **Language in Society**, n. 9, p. 33-41, 1980.

_____. Grammatical change in a dying dialect. **Language**, n. 49, p. 413-38, 1973.

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 1978.

FISHMAN, J. A. **Bilingualism with and without diglossia: diglossia with and without bilingualism**. Journal of Social Issues, 1967.

_____. **Bilingualism and biculturalism as individual and societal phenomena**. Journal of Multilingual and Multicultural Development, 1980.

FRANCO, Danielle Abreu. **Esboço sociolinguístico sobre risco de perda e manutenção de línguas: o caso de cinco línguas indígenas brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, 2013.

ISQUERDO, Aparecida Negri. **Estudos geolinguísticos e dialetais sobre o português: Brasil-Portugal**. Campo Grande: ED. UFMS, 2008.

LÓPEZ MORALES, Humberto. **Sociolinguística**. Madrid: Gredos, 1993.

MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. **Um desafio: o Atlas Linguístico do Brasil**. UFBA, 1998.

MOTA, Jacyra Andrade; PAIM, M. M. T.; RIBEIRO, S. S. C. **Documentos 5: avaliação e perspectivas**. Salvador: Quarteto, 2015.

NICHOLSON, V. Textos Asuriní: 25 histórias, 7 mitos”. In: **Arquivo Linguístico 15**. Summer Institute of Linguistics, Brasília, 1976a.

_____. **Asuriní domains dictionary**. In: **Arquivo Linguístico 17**. Summer Institute of Linguistics, Brasília, 1976b.

NEVES, Eduardo Góes. Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luis Donisete Benzi (org.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

QUANDT, Vivian de Oliveira. **O comportamento da lateral anterior na fala do Norte-Noroeste fluminense**. Dissertação. (Mestrado em Letras Vernáculas) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

RIBEIRO, Darcy. **Diários índios: os urubus-kaapor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
RODRIGUES, Sandra Helena Arouca. **O -S pós-vocálico na fala da Região Norte-Noroeste do Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação. (Mestrado em Letras Vernáculas) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

ROMANO, V. P.; SEABRA, R. D. Menino, guri ou piá? Um estudo diatópico nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul a partir dos dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil. **Alfa: Revista de Linguística**, v. 58, n.2, 2014.

SILVA, Marília de Nazaré Ferreira. Contato entre línguas, perda linguística e identidade étnica: notas sobre o povo Parkatejê. **Caderno de Letras da UFF – Dossiê Letras, linguística e suas interfaces**, n. 40, p. 239-247, 2010.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e et al. **Sete estudos sobre o português Kamayurá**. Salvador: UFBA, 1988.

SILVA, Thais C. **Fonética e fonologia do português brasileiro: roteiro de estudos e guia de exercícios**. São Paulo: Contexto, 2002.

SICHTA, I. **La vitalidad del quéchua: lengua y sociedad em dos privincias de Cochabamba**. La Paz: PROEIB-Andes/Plural Editores, 2003.

THOMASON, S. G. & KAUFMAN, T. **Language Contact, Creolization and Genetic Linguistics**. University of California Press, 1988.

THOMASON, Sarah Grey. Contact-induced language change and pidgin/creole genesis. In: Smith, Norval & Tonjes Veenstra (orgs.) **Creolization and contact**. Amsterdam: Benjamins, pp. 249-262, 2001.

ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO A**QUESTIONÁRIO FONÉTICO-FONOLÓGICO**

Comitê do Projeto Atlas Linguístico do Brasil – Questionários 2001

1. **CASA**
Qual é o tipo de moradia mais comum aqui na região?
Obter a forma inserida em contextos mais amplos.

2. **TERRENO**
Onde se constrói uma casa? (O que preciso para construir uma casa?)

3. **PRATELEIRA**
... aquilo assim (*mímica*), onde se colocam objetos em casa (latas de mantimentos na cozinha, enfeites na sala...) ou produtos para vender nos supermercados, mercearias, etc.?

4. **TELEVISÃO**
... aquele aparelho onde se pode ver novela, jogos, programas...?

5. **CAIXA**
Quando se compra uma TV, um ventilador, um sapato, ele vem dentro de quê?

6. **TESOURA**
... O objeto com que se corta tecido?

7. **CAMINHA**
Um copo pequeno é um copinho. E aquele lugar onde a pessoa deita para dormir, se for pequeno, como se chama?

8. **TRAVESSEIRO**
... Aquilo onde se recosta a cabeça pra dormir na cama?

9. **LUZ**
Quando está escuro é porque faltou o quê? [Quando falta energia é que ficou sem ____?]

10. LÂMPADA

... Aquilo que se acende para clarear a casa e, se estiver queimada, a casa fica no escuro? [Quando tem problema com a luz, que queima, como é que se chama aquilo que precisa trocar?]

11. ELÉTRICO

Antigamente, para passar a roupa, usava-se ferro a brasa. Hoje, qual o tipo de ferro que se usa?

12. TORNEIRA

... aquilo que se abre quando se quer lavar as mãos numa pia?

13. ÍMA

... aquilo que atrai objetos pequenos de metal, como agulha, prego, alfinete?

14. FECHA

Para que a porta não fique aberta, se diz: Fulano, _____ a porta.

15. FÓSFORO

... aquilo que se usa (*mímica*) para acender o fogo?

16. FUMAÇA

... aquilo que sai do fogo, em fogo de lenha, de carvão, e que, em uma fábrica, sai pela chaminé?

17. PÓLVORA

... aquilo que se coloca nos fogos/foguetes para que eles estourem?

18. VARRER

Para limpar o chão, o que é que é preciso fazer (*mímica*)?

19. ALMOÇO

... uma refeição que se faz, em geral, às 12 horas?

20. RUIM

Uma comida pode estar boa ou _____.

21. ARROZ

... o que se come no almoço, uns grãos brancos que podem acompanhar o feijão, a carne?

22. GORDURA

A carne de porco não é magra porque tem _____.

23. GRELHA

... uma pequena grade de metal ou de ferro, que se coloca em cima da churrasqueira ou brasa, para assar carne, frango, etc.?

24. PENEIRA

... aquele objeto que se usa na conzinha para passar (mímica) farinha?

25. COLHER (subst.)

A carne se come de garfo e faca. E a sopa, como que se toma? [O que é que se usa para tomar sopa?

26. LIQUIDIFICADOR/LIQUIDIFICADOR

... um aparelho que é usado para fazer vitamina, suco, etc.?

27. FERVENDO

Quando a água da panela está bem quente, cheia de bolinhas, como é que se diz que ela está?

28. SAL

O que é preciso colocar na carne para temperar?

29. CEBOLA

... um tempero de comida que quando se está cortando se chora?

30. TOMATE

... aquilo vermelho que vende na feira e que se usa para preparar o molho do macarrão?

31. CASÇCA

Para comer uma banana, o que é que se tira?

32. ABÓBORA

... aquilo que dá no chão, grande (mímica), com uma casca grossa vermelho-amarelada por dentro e que se conzinha para comer, para fazer doce?

33. **CLARA**

No ovo frito, há uma parte branca e outra amarela. Que nome tem a parte branca?

34. **GEMA**

E a parte amarela?

35. **MANTEIGA**

... aquilo que se passa no pão e se faz da nata do leite?

36. **BOTAR**

Quando o feijão está seco, a pessoa que está cozinhando vai _____ (mímica) água dentro. [Quando a galinha canta e vai para o ninho, se diz que ela vai _____ ovo].

37. **BONITO**

Qual é o contrário de feio?

38. **ROSA**

... aquela flor bonita, cheirosa, que é presa num talo com espinho?

39. **ÁRVORE**

O que é que dá sombra nas ruas, no campo / para o gado nos pastos?

40. **PLANTA**

Para ter flores no jardim, depois que se prepara a terra, o que é que se faz? [Costuma-se dizer: Só colhe quem _____ ?]

41. **OVELHA**

... a fêmea do carneiro?

42. **CAVALO**

... aquele animal que serve para transportar a pessoa de um lugar para o outro? *Obter a forma inserida em contextos mais amplos.*

43. **MONTAR**

Para andar a cavalo, o que é que se tem que fazer (mímica)?

44. ABELHA

... um inseto que carrega o pólen das flores, vive em colméias, fabrica um líquido grosso, amarelado, que é usado como alimento e como remédio?

45. MEL

E o que é que a abelha fabrica?

46. BORBOLETA

... um bichinho que voa e tem as asas bonitas e coloridas?

47. TEIA

... aquilo que a aranha faz nas paredes?

48. RATO

... o bicho que o gato caça?

49. ELEFANTE

... um animal grande que sempre se vê em circo, tem uma tromba assim (*mímica*)?

50. PEIXE

O que é que se pesca nos rios, no mar?

51. CANOA

... uma embarcação feita de madeira ou de tronco de árvore, utilizada para a navegação em rios, principalmente por índios, por pessoas que moram em lugares próximos de rios?

52. REMANDO

Quando se faz assim (*mímica*) numa canoa, numa embarcação, está se fazendo o quê?

53. FAZENDA

... uma propriedade grande onde se cria gado, se planta café, cacau ou... (*Contextualizar*)?

54. AFTOSA

... uma doença que dá no gado, em geral na boca? Dá uma febre. Se não separar o gado doente, ela pega nos outros. É preciso vacinar o gado para ele não ter essa doença?

55. **NOITE**

Quando fica tudo escuro e as pessoas vão dormir é a _____?

56. **DIA**

E depois da noite, o que é que vem?

57. **ANO**

De janeiro a dezembro se diz que passou quanto tempo? [30 dias dá um mês, 12 meses dá um _____?] [Como é que se chama o período de 12 meses?

58. **SOL**

... aquilo que brilha no céu, de dia?

59. **AMANHÃ**

... o dia que vem depois de hoje? [O que não deu para acabar hoje se deixa para acabar _____.]

60. **SÁBADO**

... o dia que vem depois de sexta-feira?

61. **CALOR**

No inverno faz frio. E no verão?

62. **TARDE**

Qual é o contrário de cedo?

63. **TRÊS**

O que é que vem depois do dois?

64. **DEZ**

O que é que vem depois do nove?

65. **CATORZE / QUATORZE**

O que é que vem depois do treze?

66. **NÚMERO**

Quatorze não é uma letra, é o quê?

67. **ESTRADA**

POR onde os carros passam para irem de uma cidade para outra?

68. **POÇA**

... aquela água de chuva que fica parada num buraco da rua ou no meio da estrada?

69. **DESVIO**

Quando uma estrada fica interrompida por algum problema, o que é que se faz ao lado para que os carros possam passar?

70. **PLACA**

O que é que se põe nas estradas para indicar as direções, avisar de desvios? [O que é que se põe nos pára-choques dos carros para identificar, uma coisa assim (*mímica*), com números?

71. **BICICLETA**

... aquilo que tem duas rodas grandes que se senta e sai pedalando?

72. **PNEU**

... aquilo que o carro tem: preto, redondo, se passar por um prego, fura e se esvazia?

73. **VIDRO**

De que material são feitas as janelas, os pára-brisas dos carros?

74. **SEGURO**

Quando uma pessoa compra um carro e que se prevenir de um prejuízo grande (um roubo, uma batida), procura um corretor e faz o quê?

75. **PASSAGEM**

Quando se pega um transporte de uma cidade para outra, como se chama aquilo que se tem que pagar para poder viajar?

76. **REAL / REAIS**

E quanto é que se paga para viajar daqui a _____? *Dizer o nome de uma cidade próxima.*

77. **MUITO**

Qual é o contrário de pouco?

78. **DEVE**

Você / o(a) senhor(a) tomou / pediu emprestado 500 reais a alguém e não pagou. A pessoa vai a você / ao senhor / à senhora e diz: Fulano, você me _____ 500 reais.

79. **OBRIGADO**

Alguém lhe empresta uma coisa, um dinheiro. Quando você / o(a) senhor(a) vai devolver, você / o(a) senhor(a) agradece. Como é que o(a) senhor(a) diz?

80. **TRABALHAR**

Para ganhar dinheiro, o que é que se precisa fazer?

81. **EMPREGO**

Para trabalhar e ganhar dinheiro, é preciso procurar o quê? [Quando uma pessoa é mandada embora do trabalho, ela perdeu o _____?]

82. **INÍCIO**

Quando uma coisa está terminando, se diz que está no fim. E quando está começando, como é que se diz?

83. **PREFEITO**

Quem se elege para dirigir uma cidade?

84. **ESCOLA**

Onde as crianças vão para aprender a ler?

85. **COLEGAS**

O que as pessoas que trabalham juntas são uma das outras?

86. **GIZ**

... aquilo branquinho, assim (*mímica*), que serve para escrever no quadro, na escola?

87. **BORRACHA**

... aquele objeto que serve para apagar no papel o que se escreveu errado?

88. **RASGAR**

Fazer assim (*mímica*) em um papel é _____?

89. AZUL

Que cor é esta? *Mostrar.*

90. BRASIL

... o nosso país?

91. BANDAIRA

... aquilo que representa o país, que é verde, amarelo, azul e branco?

92. PERNANBUCAO

Quem nasce no Rio de Janeiro é carioca. E que nasce em Pernambuco?

93. SOLDADO

... a pessoa que usa farda, que vive em quartel? [Tem o tenente, o sargento e depois o que é que vem?]

94. CORREIO

Quando se quer mandar uma carta de uma cidade para outra, como é que se faz?

95. LIQUIDAÇÃO / LIQUIDAÇÃO

De vez em quando, as lojas querem vender toda a mercadoria para acabar com o estoque, às vezes para acabar até com a loja, então baixam muito os preços. O que é que elas fazem?

96. CINEMA

Aonde se vai para ver um filme?

97. DEFESA

No futebol os jogadores que não jogam no ataque onde é que jogam? [Numa luta, quem não está no ataque está na _____.]

98. CALÇÃO

Os jogadores de futebol aqui (*apontar*) usam camiseta. E aqui (*apontar*) o que é que usam?

99. UNIÃO

Para vencer uma guerra, para fazer uma greve, ganhar um jogo, é preciso que todos fiquem juntos, é preciso que haja o quê? [Há um ditado que diz: Onde há _____, há força.]

100. **COMPANHEIRO**

Na escola, em um time de futebol, no trabalho, o que as pessoas são uma das outras? [Quando duas pessoas não são casadas e moram juntas, uma é o quê da outra?]

101. **ADVOGADO**

Que profissional se pode contratar para defender os interesses na justiça?

102. **QUESTÃO / QÜESTÃO**

Quando duas pessoas têm um desentendimento, uma briga, um problema, elas procuram um juiz para resolver a _____? [Quando você / o(a) senhor(a) não quer muito uma coisa, o(a) senhor(a) diz: Eu não faço _____].

103. **PEGO**

Um ladrão sai correndo e o policial sai atrás e consegue pegar o ladrão. Você / o(a) senhor(a) diz: O ladrão foi _____ pela polícia.

104. **INOCENTE**

Quando um indivíduo é acusado, mas ele não praticou aquele crime, se diz que ele é o quê?

105. **CERTO**

Qual é o contrário de errado?

106. **MENTIRA**

Uma pessoa lhe conta um fato que você / o(a) senhor(a) acha que não é verdade. Você / o(a) senhor(a) diz que é uma _____?

107. **PROCISSÃO**

Nas festas de igreja, que nome tem a caminhada que o povo faz, levando uma imagem de um ponto a outro?

108. **SANTO ANTÔNIO**

... o santo casamenteiro que se festeja a 13 de junho?

109. **PECADO**

Deixar de obedecer às leis de Deus é cometer o quê?

110. **PERDÃO**

Quando se comete uma falta grave, o que é que se pede a Deus?

111. **COROA**

... aquilo que os reis colocam na cabeça (*mímica*)?

112. **OLHO**

... isto? *Apontar*.

113. **PESCOÇO**

... esta parte? *Apontar*.

114. **ORELHA**

... esta parte? *Apontar*.

115. **OUVIDO**

E esta parte aqui dentro (*Apontar*) que se tem que limpar com algodão em um palito ou um cotonete?

116. **DENTE**

E isto? *Apontar*.

117. **PEITO**

Onde a criança mama na mãe? [Onde o bezerro mama na mãe?] [A carne branca da galinha se chama carne do _____?]

118. **FÍGADO**

... o órgão que fica aqui (*apontar*), que adocece se a pessoa bebe demais, se teve uma malária?

119. **CORAÇÃO**

Qual o nome da parte do corpo que, se parar, a pessoa morre?

120. **COSTAS**

Aqui (*mostrar*) é a frente, e aqui (*mostrar*)?

121. **UMBIGO**

... aquele buraquinho que se tem no meio da barriga?

122. **JOELHO**

... esta parte. Apontar.

123. **FERIDA**

Quando alguém cai e arranca uma parte da pele do braço, do joelho, forma o quê?

124. **CASPA**

... uma coisinha branca que dá na cabeça da pessoa?

125. **BANHO**

Quando se está sujo, suado, para ficar limpo novamente, o que é que se toma?

126. **DESMAIO**

Quando uma pessoa se sente mal, a vista fica turva, ela vai caindo no chão, sem sentidos, o que é que se diz que ela teve?

127. **VÔMITO**

O que é que a pessoa faz sair pela boca, quando comeu a comida e fez mal?

128. **HOMEM**

Adão foi o primeiro _____?

129. **MULHER**

E Eva foi a primeira _____?

130. **FAMÍLIA**

Pai, mãe e filhos juntos formam o quê?

131. **TIO**

O que é que o irmão de seu pai ou de sua mãe é seu?

132. **GENRO**

O pai da esposa é o sogro. E o marido, o que é que ele é do sogro?

133. **ÚNICO**

Quando a pessoa só tem um filho, se diz que ele é filho _____?

134. **ALTA**

O que é que se diz de uma pessoa que mede 1 metro e 90 cm, 2 metros?

135. **BAIXA**

Qual é o contrário de alta?

136. **LOURA**

A pessoa que tem cabelos escuros, a gente chama de morena. E a pessoa que tem cabelos claros e amarelados?

137. **VOZ**

Uma pessoa que canta bem, se diz que ela tem uma boa _____?

138. **DOIDO**

Que nome se dá a uma pessoa que às vezes fica furiosa, agressiva, precisa até ser internada no hospício?

139. **VELHO**

Um sapato que não é novo é _____?

140. **SANDÁLIA**

Aquele calçado aberto, trançadinho, usado no verão, que tem uma tira que prende no calcanhar?

141. **MEIA**

Aquilo que se usa no pé antes de calçar o sapato?

142. **BRAGUILHA**

... a abertura da calça do homem, normalmente fechada com botões ou com zíper? [Se você / o(a) senhor(a) encontra um conhecido com a calça aberta, você / o(a) senhor(a) diz: Fulano, fecha a _____?]

143. **ANEL**

O que é que se usa aqui no dedo? *Ou apontar?*

144. **PERFUME**

O que é que se põe no corpo para ficar cheiroso?

145. **PRESENTE**

Quando uma pessoa faz aniversário, o que é que se costuma dar a ela, que vem embrulhado?

146. **BEIJAR**

Dar um abraço é abraçar. E fazer assim (*mímica*)?

147. **SORRISO**

Quando se está alegre, se pode dar uma gargalhada ou pode dar um _____? Ou *mímica*.

148. **DORMINDO**

A pessoa que não está acordada está _____ (*mímica*)?

149. **ASSOBIO**

Como se chama isto? *Assobiar*.

150. **PERDIDA**

Quando não se acha uma coisa, ela fica _____?

151. **ENCONTRAR**

Quando se perde uma coisa, se vai procurar até _____?

152. **PERGUNTAR**

Quando se quer saber uma coisa, se vai _____?

153. **SAIR**

Qual o contrário de entrar?

154. **BARULHO**

Quando uma criança está dormindo e não se quer que ela acorde, se diz: Fale baixo, não faça _____, para ela não acordar.

155. **PAZ**

Se a pessoa não quer ser incomodada, a pessoa diz: Me deixe em _____.

156. **ME\$MA**

Uma pessoa usa uma roupa num dia. No dia seguinte, ela não tem outra roupa, então ela usa essa _____ roupa. [Se duas mulheres são casadas com dois irmãos, se diz que as duas têm a _____ sogra.] [Você

/ o(a) senhor(a) vai viajar e não leva roupa. Você / o(a) senhor(a) vai usar _____ roupa.]

157. HÓSPEDE

Em uma pensão, um hotel, as pessoas de outros lugares que chegam e ficam lá algum tempo são o quê?

158. ESQUERDO

Este lado é o direito e este (*mostrar*)?

159. MORREU

Quem não está mais vivo é porque já _____?

ANEXO B**QUESTIONÁRIO SEMÂNTICO-LEXICAL**

Comitê do Projeto Atlas Linguístico do Brasil – Questionários, 2001

ACIDENTES GEOGRÁFICOS

1. CÓRREGO / RIACHO
... um rio pequeno, de uns dois metros de largura?
2. PINGUELA
... tronco, pedaço de pau ou tábua que serve para passar por cima de um _____ (cf. item 1)?
3. FOZ
... o lugar onde o rio termina ou encontra com outro rio?
4. REDEMOINHO (DE ÁGUA)
Muitas vezes, num rio, a água começa a girar, formando um buraco, na água, que puxa para baixo. Como se chama isto?
5. ONDA DE MAR
... o movimento da água do mar? *Imitar o balanço das águas.*
6. ONDA DE RIO
... o movimento da água do rio? *Idem item 5.*

FENÔMENOS ATMOSFÉRICOS

7. REDEMOINHO (DO VENTO)
... o vento que vai virando em roda e levanta poeira, folhas e outras coisas leves?
8. RELÂMPAGO
... um clarão que surge no céu em dias de chuva?
9. RAIOS
... uma luz forte e rápida que sai das nuvens, podendo queimar uma árvore, matar pessoas e animais, em dias de mau tempo?

10. TROVÃO
... o barulho forte que se escuta logo depois de um _____ (cf. item 9)?
11. TEMPORAL / TEMPESTADE / VENDAVAL
... uma chuva com vento forte que vem de repente?
12. NOMES ESPECÍFICOS PARA TEMPORAL
Existem outros nomes específicos para _____ (cf. item 11)?
13. TROMBA D'AGUA
... uma chuva de pouca duração, muito forte e pesada?
14. CHUVA FORTE
... uma chuva forte e contínua?
15. CHUVA DE PEDRA
Durante uma chuva, podem cair bolinhas de gelo. Como chamam essa chuva?
16. ESTIAR / COMPOR O TEMPO
Como dizem aqui quando termina a chuva e o sol começa a aparecer?
17. ARCO-ÍRIS
Quase sempre, depois de uma chuva, aparece no céu uma faixa com listras coloridas e curvas (*mímica*). Que nome dão a essa faixa?
18. GAROA
... uma chuva bem fininha?
19. TERRA UMEDECIDA PELA CHUVA
Depois de uma chuva bem fininha, quando a terra não fica nem seca e nem molhada, como é que se diz que a terra fica?
20. ORVALHO / SERENO
De manhã cedo, a grama geralmente está molhada. Como chamam aquilo que molha a grama?

21. NEVOEIRO / CERRAÇÃO / NEBLINA

Muitas vezes, principalmente de manhã cedo, quase não se pode enxergar por causa de uma coisa parecida com fumaça, que cobre tudo. Como chamam isso?

22. AMANHACER

... a parte do dia quando começa a clarear?

ASTROS E TEMPO

23. NASCER (DO SOL)

O que é que acontece no céu de manhã cedo quando começa a clarear?

24. ALVORADA

... a claridade avermelhada do céu antes de _____ (cf. item 23)?

25. PÔR (DO SOL)

E o que acontece no céu no final da tarde?

26. CREPÚSCULO

... a claridade avermelhada que fica no céu depois do (cf. item 25)?

27. ENTARDECER

E quando o sol se põe?

28. ANOITECER

... o começo da noite?

29. ESTRELA MATUTINA / VÊNUS / ESTRELA DA MANHÃ / ESTRELA-D'ALVA

De manhã cedo, uma estrela brilha mais e é a última a desaparecer. Como chamam esta estrela?

30. ESTRELA VESPERTINA / VÊNUS / ESTRELA DA TARDE

De tardezinha, uma estrela aparece antes das outras, perto do horizonte, e brilha mais. Como chamam esta estrela?

31. ESTRELA CADENTE / ESTRELA FILANTE / METEORO / ZELAÇÃO

De noite, muitas vezes pode-se observar uma estrela que se desloca no céu, assim, (*mímica*) e faz um risco de luz. Como chamam isso?

32. MUDAR / CORRER UMA ESTRELA

E quando se vê uma _____ (cf. item 31), como é que se diz?

IDENTIFICAR OS VERBOS PARA EXPRESSAR O MOVIMENTO DA ESTRELA CADENTE.

33. VIA LÁCTEA / CAMINHO DE SANTIAGO

Numa noite bem estrelada, aparece uma banda ou faixa que fica no céu de fora a fora, onde tem muitas estrelas muito perto uma das outras. Como chamam essa banda ou faixa?

34. MESES DO ANO

Quais são os meses do ano?

35. MESES COM NOMES ESPECIAIS

Alguns desses meses têm outro nome, por exemplo, junho, julho, etc.?

36. ONTEM

Hoje é segunda-feira. E domingo, que dia foi?

37. ANTEONTEM

... o dia que foi antes desse dia? [E um dia para trás?]

38. ... o dia que foi antes de _____ (cf. item 37)?

ATIVIDADES AGROPASTORIS

39. TANGERINA / MEXERICA

... as frutas menores que a laranja, que se descascam com a mão, e, normalmente, deixam um cheiro na mão? Como elas são?

PEDIR PARA DESCREVER, PARA APURAR AS DIFERENÇAS ENTRE AS DESIGNAÇÕES CITADAS PELO INFORMANTE.

40. AMENDOIN

... o grão coberto por uma casquinha dura, que se come assado, cozido, torrado ou moído?

41. CAMOMILA

... umas florezinhas brancas com miolo amarelinho, ou florezinhas secas que se compram na farmácia ou no supermercado e servem para fazer chá amarelinho, cheiroso, bom para dor de barriga de nenê/bebê e até de adulto e também para acalmar? *Mostrar.*

42. PENCA

... cada parte que se corta do cacho da bananeira para pôr para madurar/amadurecer?

43. BANANA DUPLA / FELIPE / GÊMEAS

... duas bananas que nascem grudadas?

44. PARTE TERMINAL DO INFLORESCÊNCIA DA BANANEIRA / UMBIGO / CORAÇÃO

... a ponta roxa no cacho da banana?

45. ESPIGA

Quando se vai colher o milho, o que é que se tira do pé? [Quando se vai à feira comprar milho, compra-se o quê?]

46. SABUGO

Quando se tira da (cf. item 45) todos os grãos de milho, o que sobra?

47. SOCA / TOUCEIRA

Depois que se corta o pé de arroz ou de fumo, ainda fica uma pequena parte no chão. Como se chama essa parte?

48. GIRASSOL

... flor grande, amarela, redonda, com uma rodela de sementes no meio?

49. VAGEM DO FEIJÃO / BAINHA

Onde é que ficam os grãos de feijão, no pé, antes de serem colhidos?

50. MANDIOCA / AIPIM

... aquela raiz branca por dentro, coberta por uma casca marrom, que se cozinha para comer?

51. MANDIOCA

... uma raiz parecida com a (cf. item 50) que não serve para comer e se rala para fazer farinha (polvilho, goma)?

52. CARRINHO DE MÃO / CARRIOLA

... um veículo de uma roda, empurrado por uma pessoa, para pequenas cargas em trechos curtos?

53. HASTES DO CARRINHO DE MÃO
... as duas partes em que a pessoa segura para empurrar o (a) _____
(cf. item 52)?
54. CANGALHA / FORQUILHA
... a armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais (porco, terneiro / bezerro, carneiro, vaca), para não atravessarem a cerca?
55. CANGALHA
... a armação de madeira que se coloca no lombo do cavalo ou do burro para levar cestos ou cargas? *Mostrar gravura.*
56. CANGA
... a peça de madeira que vai no pescoço do boi, para puxar o carro ou o arado? *Mostrar gravura.*
57. JACÁ / BALAIO
... aqueles objetos de vime, de taquara, de cipós, trançado(s), para levar batatas (mandioca, macaxeira, aipim, etc.), no lombo do cavalo ou do burro?
58. BOLSA / BRUACA
E quando se usam objetos de couro, com tampa, para levar farinha, no lombo do cavalo ou do burro? *Mostrar gravura.*
59. BORREGO (DO NASCER ATÉ...)
... a cria da ovelha logo que nasce? E até que idade se dá esse nome?
60. PERDA DA CRIA
Como se diz quando a fêmea de um animal perde a cria?
61. TRABALHADOR DE ENXADA EM ROÇA ALHEIA
... o homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho?
62. PICADA / ATALHO ESTREITO
O que é que se abre com o facão, a foice para passar por um mato fechado?

63. TRILHO / CAMINHO / VEREDA / TRILHA

... o caminho, no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali?

FAUNA

64. URUBU

... a ave preta que come animal morto, podre?

65. COLIBRI / BEIJA-FLOR

... o passarinho bem pequeno, que bate muito rápido as asas, tem o bico comprido e fica parado no ar?

66. JOÃO-DE-BARRO

... a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa?

67. GALINHA-D'ANGOLA / GUINÉ / COCAR

... a ave de criação parecida com a galinha, de penas pretas com pintinhas brancas?

68. PAPAGAIO

... a ave de penas coloridas que, quando presa, pode aprender a falar?

69. SURA

... uma galinha sem rabo?

70. COTÓ

... um cachorro sem rabo?

71. GAMBÁ

... o bicho que solta um cheiro ruim quando se sente ameaçado?

72. PATAS DIANTEIRAS DO CAVALO

... as patas dianteiras do cavalo?

73. CRINA DO PESCOÇO

... o cabelo em cima do pescoço do cavalo?

74. CRINA DA CAUDA

... o cabelo comprido na traseira do cavalo?

75. LOMBO

... a parte do cavalo onde vai a sela?

76. ANCA / GARUPA / CADEIRA

... a parte larga atrás do _____ (cf. item 75)?

77. CHIFRE

O que o boi tem na cabeça?

78. BOI SEM CHIFRE

... o boi sem _____ (cf. item 77)?

79. CABRA SEM CHIFRE

... a cabra que não tem _____ (cf. item 77)?

80. ÚBERE

Em que parte da vaca fica o leite?

81. RABO

... a parte com que o boi espanta as moscas?

82. MANCO

... o animal que tem uma perna mais curta e que puxa de uma perna?

83. MOSCA VAREJEIRA

... um tipo de mosca grande, esverdeada, que faz um barulhão quando voa?

84. SANGUESSUGA

... um bichinho que se gruda nas pernas das pessoas quando elas entram num córrego ou banhado?

85. LIBÉLULA

... o inseto de corpo comprido e fino, com quatro asas bem transparentes, que voa e bate a parte traseira na água?

86. BICHO DE FRUTA

... aquele bichinho branco, enrugadinho, que dá em goiaba, em coco?

87. CORÓ

... aquele bicho que dá em esterco, em pau podre?

88. PERNINLONGO

... aquele inseto pequeno, de perninhas compridas, que canta no ouvido das pessoas, de noite? *Imitar o zumbido.*

CORPO HUMANO

89. PÁLPEBRAS / CAPELA DOS OLHOS

... esta parte que cobre o olho? *Apontar.*

90. CISCO

... alguma coisinha que cai no olho e fica incomodando?

91. CEGO DE UM OLHO

... a pessoa que só enxerga de um olho?

92. VESGO

... a pessoa que tem olhos voltados para direções diferentes?
Completar com um gesto de dedos.

93. MÍOPE

... a pessoa que não enxerga longe, e tem que usar óculos?

94. TERÇOL / VIÚVA

... a bolinha que nasce na _____ (cf. item 89), fica vermelha e incha?

95. CONJUNTIVITE / DOR D'ÓLHOS

... a inflamação no olho que faz com que o olho fique vermelho e amanheça grudado?

96. CATARATA

... aquela pele branca no olho que dá em pessoas mais idosas?

97. DENTES CANINOS / PRESAS

... esses dois dentes pontudos? *Apontar.*

98. DENTES DO SISO / DO JUÍZO

... os últimos dentes, que nascem depois de todos os outros, em geral quando a pessoa já é adulta?

99. DENTES MOLARES / DENTE QUEIRO

... esses dentes grandes no fundo da boca, vizinhos dos _____ (cf. item 98)? *Apontar.*

100. DESDENTADO / BANGUELA

... a pessoa que não tem dentes?

101. FANHOSO / FANHO

... a pessoa que parece falar pelo nariz?

102. MELECA / TATU

... a sujeirinha dura que se tira do nariz com o dedo?

103. SOLUÇO

... este barulhinho que se faz? *Soluçar.*

104. NUCA

... isto? *Apontar.*

105. POMO-DE-ADÃO / GOGÓ

... esta parte alta do pescoço do homem? *Apontar.*

106. CLAVÍCULA

... o osso que vai do pescoço até o ombro? *Apontar.*

107. CORCUNDA

... a pessoa que tem um calombo grande nas costas e fica assim (*mímica*)?

108. AXILA

... esta parte aqui? *Apontar.*

109. CHEIRO NAS AXILAS

... o mau cheiro embaixo dos braços?

110. CANHOTO

... a pessoa que come com a mão esquerda, faz tudo com essa mão?
Completar com o gesto.

111. SEIOS / PEITO

... a parte do corpo da mulher com que ela amamenta os filhos?

112. VOMITAR

Se uma pessoa come muito e sente que vai por/botar para fora o que comeu, se diz que vai o que?

113. ÚTERO

... a parte do corpo da mãe onde fica o nenê/bebê antes de nascer?

114. PERENETA

... a pessoa que não tem uma perna?

115. MANCO

... a pessoa que puxa de uma perna?

116. PESSOA DE PERNAS ARQUEADAS

... a pessoa de pernas curvas? *Mímica.*

117. RÓTULA / PATACA

... o osso redondo que fica na frente do joelho?

118. TORNOZELO

... isto? *Apontar.*

119. CALCANHAR

... isto? *Apontar.*

120. CÓCEGAS

Que sente uma criança quando se passa o dedo na sola do pé?
Mímica.

CICLOS DA VIDA

121. MENSTRUACÃO

As mulheres perdem sangue todos os meses. Como se chama isso?

122. ENTRAR NA MENOPAUSA

Numa certa idade acaba a / o _____ (cf. item 121). Quando isso acontece, se diz que a mulher _____.

123. PARTEIRA

... a mulher que ajuda a criança a nascer?

124. DAR À LUZ

Chama-se a _____ (cf. item 123) quando a mulher está pronta para _____.

125. GÊMEOS

... duas crianças que nasceram no mesmo parto?

126. ABORTO

Quando a mulher grávida perde o filho, se diz que ela teve _____.

127. ABORTAR

Quando a mulher fica grávida e, por algum motivo, não chega a ter a criança, se diz que ela _____?

128. AMA-DE-LEITE

Quando a mãe não tem leite e outra mulher amamenta a criança, como chamam essa mulher?

129. IRMÃO DE LEITE

O próprio filho da _____ (cf. item 128) e a criança que ela amamenta são o quê um do outro?

130. FILHO ADOTIVO

... a criança que não é filho verdadeiro do casal, mas que é criada por ele como se fosse?

131. FILHO MAIS MOÇO / CAÇULA

... o filho que nasceu por último?

132. MENINO / GURI / PIÁ

Criança pequenininha, a gente diz que é bebê. E quando ela tem de 5 a 10 anos, do sexo masculino?

133. MENINA

E se for do sexo feminino, como se chama?

134. MADRASTA

Quando um homem fica viúvo e casa de novo, o que a segunda mulher é dos filhos que ele já tinha?

135. FINADO / FALECIDO

Numa conversa, para falar de uma pessoa que já morreu, geralmente as pessoas não tratam pelo nome que tinha em vida. Como é que se referem a ela?

CONVÍVIO E COMPORTAMENTO SOCIAL

136. PESSOA TAGARELA

... a pessoa que fala demais?

137. PESSOA POUCO INTELIGENTE

... a pessoa que tem dificuldade de aprender as coisas?

138. PESSOA SOVINA

... a pessoa que não gosta de gastar seu dinheiro e, às vezes, até passa dificuldades para não gastar?

139. MAU PAGADOR

... a pessoa que deixa suas contas penduradas?

140. ASSASSINO PAGO

... a pessoa que é paga para matar alguém?

141. MARIDO ENGANADO

... o marido que a mulher passa para trás com outro homem?

142. PROSTITUTA

... a mulher que se vende para qualquer homem?

143. XARÁ

... a pessoa que tem o mesmo nome da gente?

144. BÊBADO (DESIGNAÇÕES)

Que nomes dão a uma pessoa que bebeu demais?

145. CIGARRO DE PALHA

Que nome dão ao cigarro que as pessoas faziam antigamente, enrolado à mão?

146. TOCO DE CIGARRO

... o resto de cigarro que se joga fora?

RELIGIÃO E CRENÇAS

147. DIABO

Deus está no céu e no inferno está _____?

148. FANTASMA

O que algumas pessoas dizem já ter visto, à noite, em cemitérios ou em casas, que se diz que é do outro mundo?

149. FEITIÇO

O que certas pessoas fazem para prejudicar alguém e botam, por exemplo, nas encruzilhadas?

150. AMULETO

... o objeto que algumas pessoas usam para dar sorte ou afastar males?

151. BENZENDEIRA

... uma mulher que tira o mau-olhado com rezas, geralmente com galho de planta?

152. CURANDEIRO

... a pessoa que trata de doenças através de ervas e plantas?

153. MEDALHA

... a chapinha de metal com um desenho de santo que as pessoas usam, geralmente no pescoço, presa numa corrente?

154. PRESÉPIO

No natal, monta-se um grupo de figuras representando o nascimento do menino Jesus. Como chamam isso?

JOGOS E DIVERSÕES INFANTIS

155. CAMBALHOTA

... a brincadeira em que se gira o corpo sobre a cabeça e acaba sentado? *Mímica*.

156. BOLINHA DE GUDE

... as coisinhas redondas de vidro com que os meninos gostam de brincar?

157. ESTILINGUE / SETRA / BODOGUE

... o brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha (*mímica*), que os meninos usam para matar passarinhos?

158. PAPAGAIO DE PAPEL / PIPA

... aquele brinquedo feito de varetas cobertas de papel que se empina no vento por meio de uma linha?

159. PIPA / ARRAIA

É um brinquedo parecido com o (a) _____ (*cf. item 158*), também feito de papel, mas sem varetas, que se empina ao vento por meio de uma linha?

160. ESCONDE-ESCONDE

... a brincadeira em que uma criança fecha os olhos, enquanto as outras correm para um lugar onde não são vistas e depois essa criança que fechou os olhos vai procurar as outras?

161. CABRA-CEGA

... a brincadeira em que uma criança, com os olhos vendados, tenta pegar as outras?

162. PEGA-PEGA

... uma brincadeira em que uma criança corre atrás das outras para tocar numa numa delas, antes que alcance um ponto combinado?

163. FERROLHO / SALVA / PICULA / PIQUE

... esse ponto combinado?

164. CHICOTE-QUEIMADO / LENÇO ATRÁS

... uma brincadeira em que as crianças ficam em círculo, enquanto uma outra vai passando com uma pedrinha, uma varinha, um lenço que deixa cair atrás de uma delas e esta pega a pedrinha, a varinha, o lenço e sai correndo para alcançar aquela que deixou cair?

165. GANGORRA

... uma tábua no meio, em cujas pontas sentam duas crianças e quando uma sobe, a outra desce? *Mímica*.

166. BALANÇO

... uma tábua, pendurada por meio de cordas, onde uma criança se senta e se move para frente e para trás? *Mímica*.

167. AMARELINHA

... a brincadeira em que as crianças riscam uma figura no chão, formada por quadrados numerados, jogam uma pedrinha (*mímica*) e vão pulando com uma perna só?
SOLICITAR DESCRIÇÃO DETALHADA.

HABITAÇÃO

168. TRAMELA

... aquela pincinha de madeira, que gira ao redor de um prego, para fechar porta, janela...?

169. VENEZIANA

Quando uma janela tem duas partes, como se chama a parte de fora que é formada de tirinhas horizontais que permitem a ventilação e a claridade? *Mostrar gravura.*

170. VASO SANITÁRIO / PATENTE

Quando se vai ao banheiro, onde é que a pessoa se senta para fazer as necessidades?

171. FULIGEM

... aquilo, preto, que se forma na chaminé, na parede ou no teto da cozinha, acima do fogão a lenha?

172. BORRALHO

... a cinza quente que fica dentro do fogão a lenha?

173. ISQUEIRO / BINGA

Para acender um cigarro, se usa fósforo ou _____?

174. LANTERNA

... aquele objeto que se usa para clarear no escuro e se leva na mão assim (*mímica*)?

175. INTERRUPTOR DE LUZ

Como se chama o objeto que fica nas paredes e serve para acender a lâmpada?

ALIMENTAÇÃO E COZINHA

176. CAFÉ DA MANHÃ

... a primeira refeição do dia, feita pela manhã?

177. GELÉIA

... a pasta feita de frutas para passar no pão, biscoito?

178. CARNE MOÍDA

... a carne depois de triturada na máquina?

179. CURAU / CANJICA

... uma papa cremosa feita com coco e milho verde ralado, polvilhada com canela?

180. CURAU

E essa mesma papa, com milho verde ralado, sem coco, como é que chama?

PEDIR PARA DESCRIVER COMO SE FAZ.

181. MUNGUNZÁ

... aquele alimento feito com grãos de milho branco, coco e canela?

182. AGURADENTE

... a bebida alcoólica feita de cana-de-açúcar?

183. EMPANTURRADO

Quando uma pessoa acha que comeu demais, ela diz: comi tanto que estou _____?

184. GLUTÃO

... uma pessoa que normalmente come demais?

185. BALA / CONFEITO / BOMBOM

... aquilo embrulhado em papel colorido que se chupa? *Mostrar.*

186. PÃO FRANCÊS

... isto? *Mostrar.*

187. PÃO BENGALA

... isto? *Mostrar.*

VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS

188. SUTIÃ

... a peça do vestuário que serve para segurar os seios?

189. CUECA

... roupa que o homem usa debaixo da calça?

190. CALCINHA

... a roupa que a mulher usa debaixo da saia?

191. ROUGE

... aquilo que as mulheres passam no rosto, nas bochechas, para ficarem mais rosadas?

192. GRAMPO (COM PRESSÃO) / ROMANA / MISSE

... um objeto fino de metal, para prender o cabelo? *Mostrar.*

193. DIADEMA/ ARCO / TIARA

... o objeto de metal ou de plástico que pega de um lado e de outro da cabeça e serve para prender os cabelos? *Mímica.*

VIDA URBANA

194. SINALEIRO / SEMÁFARO / SINAL

NA cidade, o que costuma ter em cruzamentos movimentados, com luz vermelha, verde e amarela?

195. LOMBADA / QUEBRA-MOLAS

... aquele morrinho atravessado no asfalto para os carros diminuírem a velocidade?

196. CALÇADA / PASSEIO

Na cidade, os automóveis andam no meio da rua e as pessoas nos dois lados, num caminho revestido de lajes ou ladrilhos. Como se chama este caminho?

197. MEIO-FIO

... o que separa o _____ (cf. item 196) da rua?

198. ROTATÓRIA / RÓTULA

... aquele trecho da rua ou da estrada que é circular, que os carros têm que contornar para evitar o cruzamento direto?

199. LOTE / TERRENO / DATA

... a área que é preciso ter ou comprar para se fazer uma casa na cidade?

200. ÔNIBUS URBANO

... a condução que leva mais ou menos quarenta passageiros e faz o percurso dentro da cidade?

201. ÔNIBUS INTERURBANO

... a condução que leva mais ou menos quarenta passageiros de uma cidade para outra?

202. BODEGA / BAR / BOTECO

... um lugar pequeno, com um balcão, onde os homens costumam ir beber _____ (cf. item 182) e onde também se pode comprar alguma outra coisa?

Relato de experiência pessoal

ANEXO C

PANORAMA HISTÓRICO-SOCIAL DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS DA PESQUISA

ESTADO DO PARÁ

O Estado do Pará⁶⁰ é segundo maior estado do país em extensão territorial, e possui, segundo o Censo do IBGE de 2010, 7.581.051 habitantes, totalizando 143 municípios.

A capital do Estado é a cidade de Belém localizada às margens da Baía do Guajará. A cidade foi fundada em 12 de janeiro de 1616, por Francisco Caldeira Castelo Branco. A localidade era habitada por índios Tupinambás. No local foi erguido um forte no intuito de conquistar terras e eliminar a presença de holandeses que se posicionavam na foz do Amazonas, em Gurupá.

O primeiro sistema de governo adotado no Brasil foi o de *Capitanias Hereditárias*, no Pará a administração foi feita por capitães-mores subordinados ao Governador Geral do Brasil. Belém era a sede da Capitania do Pará, que era uma das sete capitanias que compunham o território que hoje compreende o Estado do Pará.

O fim da era colonial se deu no governo de Souza Coutinho. Em sua gestão que foi criado o Círio de Nossa Senhora de Nazaré⁶¹, considerada hoje a maior festa religiosa do Brasil. Em 1815 as capitanias gerais foram transformadas em províncias, sendo que a Província do Pará continuou com a capital em Belém.

A transição do sistema colonial para o imperial culminou com o fim do pacto colonial. Um dos fatos mais importantes da história paraense e brasileira foi a adesão do Pará à independência, em função de ter sido a última província a aderir ao movimento emancipacionista brasileiro. Por isso a representação do Estado do Pará na bandeira nacional como a estrela em destaque acima da frase positivista “ordem e progresso”.

Com a morte de Dom João VI, assumiu a coroa portuguesa o Imperador Dom Pedro I, e ao trono brasileiro foi indicado o príncipe Dom Pedro de Alcântara de apenas 7 anos, permitindo que uma regência administrasse o Brasil em sua menoridade. Nesse momento estourou na Província do Grão-Pará o movimento revolucionário denominado Cabanagem. A Cabanagem foi a mais radical e violenta revolta do período das regências no Brasil, com caráter eminentemente popular, envolvendo facções da elite e a massa popular, formada por

⁶⁰ Os dados histórico-sociais do estado do Pará foram coletados no site do IBGE <www.ibge.gov.br> e em obras diversas, como “O Pará e seus municípios”, disponíveis na Biblioteca Artur Vianna (CENTUR).

⁶¹ Atividade religiosa que atrai anualmente, no período da festa, aproximadamente 2.000.000 de pessoas para Belém (Fonte: Dossiê IPHAN 1 – Círio de Nazaré).

índios, negros e mestiços, tendo por resultado a tomada do poder no Estado pelas classes populares, o que configura a singularidade desde levante. O movimento começou em 7 de janeiro de 1835 e terminou em 1840.

Um dos fatores de maior importância para a colonização da imensa extensão geográfica do Estado foi a construção da estrada de ferro Belém-Bragança, iniciada no governo do Visconde de Maracaju. No ano de 1896 foi publicada uma lei que autorizava o governador Lauro Sodré a proceder um programa de colonização com estímulo à imigração. No período de 1896 a 1900, verificou-se a entrada de 13.299 imigrantes de Portugal e da Espanha. O fator imigratório e a atração que a própria ferrovia exerceu sobre diversas camadas da população permitiram a fixação de grande fluxo de famílias nas proximidades dos trilhos de ferro, assim como propiciou o aumento de núcleos agrícolas. A inauguração da ferrovia aconteceu em 03 de maio de 1908. Graças à ferrovia, que favoreceu a agricultura, a colonização às suas margens sofreu menos com o declínio da produção da borracha. A ferrovia constituía importante papel na economia estadual, também porque era via de intermédio com o Estado do Maranhão.

Ao chegarem à Amazônia os espanhóis se depararam com a borracha-latex, extraída da seringueira – a *Hevea brasiliensis*. O produto era usado por nativos para brincar de bola e para untar suas vestes para se proteger da chuva. Não demorou para que se percebesse as propriedades do produto, que logo despertou interesse na Europa. Em 1839, o americano Charles Goodyer descobriu a vulcanização, processo que aumenta a resistência e a elasticidade da borracha, tornando-a insensível ao calor e ao frio. Países como Estados Unidos, Bélgica, Inglaterra, Espanha e Rússia se adiantaram e iniciaram o processo de industrialização do látex, produzindo luvas, mangueiras, pneus e outros materiais. Surgiu uma verdadeira corrida pelo produto o que ocasionou diversos fluxos migratórios para a Amazônia. A mão de obra de trabalho nos seringais, que era composta de caboclos e índios, recebeu entre os anos de 1877 e 1889 o reforço de pelo menos vinte mil nordestinos fugidos de uma avassaladora seca, após a abolição da escravatura milhares de negros livres se incorporaram às fileiras seringalistas.

A borracha determinou um período muito fausto na Amazônia. A Belém dos tempos áureos da borracha era a cidade dos palacetes neo-clássicos inspirados nos modelos europeus, em especial os franceses e portugueses. A rede urbana crescera tanto que Belém era a quarta cidade brasileira em população. A esse período fausto da economia do setor gomífero, que permaneceu até o final da primeira década do século XX, se deu o nome de *Belle Époque Paraense*. O desenvolvimento do setor foi interrompido a partir do advento da Primeira

Guerra Mundial.

Em 1891 tomou posse como primeiro governador constitucional do Estado do Pará, o engenheiro militar Lauro Sodré. Em seu governo ocorreu a invasão do Amapá por tropas francesas, mas a invasão foi repelida.

Com a revolução de 1964, assim como no Rio de Janeiro, tomou posse do governo uma junta militar, que dissolveu o congresso estadual. Assumiu o governo do Estado, como interventor José América de Almeida Barata que seria reeleito mais tarde após grandes conflitos políticos. O governo militar impulsionou a ocupação da Amazônia com a construção da rodovia transamazônica, uma obra “faraônica” que possui 4.977 km de comprimento, ligando Cabedelo, na Paraíba, a Benjamin Constant, no Amazonas, cortando sete Estados brasileiros: Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas. As obras da rodovia, bem como a implementação de diversos outros projetos nas áreas da agricultura, pecuária e mineração, propiciaram a migração de milhares de pessoas para as regiões sudoeste e sudeste do Estado, advindas de outras regiões do Brasil, especialmente da nordeste e centro-oeste.

MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA

Histórico

O povoamento da bacia do Itacaiúnas tem na formação do município um papel importante, porque apesar dessa região ter sido explorada pelos portugueses ainda no século XVI, permaneceu sem ocupação definitiva durante quase 300 anos. Somente a partir de 1892 é que, de fato, o espaço foi ocupado por colonizadores.

Em 1929, a cidade já se encontra iluminada por uma usina à lenha e em 17 de novembro de 1935 o primeiro avião pousa no aeroporto recém inaugurado na cidade. Nesse período, a cidade era composta por 450 casas e 1500 habitantes fixos.

Com a abertura da PA-70, em 1969, Marabá é ligada à rodovia Belém-Brasília. E em 1980 a cidade é assolada pela maior enchente da sua história. Já restaurada, em 1988 dá início aos preparativos para a instalação de indústrias siderúrgicas, para produção de ferro-gusa, negócio que veio trazer grandes benefícios e expansão para o município.

A denominação Marabá tem origem indígena e significa filho do prisioneiro ou estrangeiro, ou ainda o filho da índia com o branco.

Formação Administrativa

Elevado à categoria de vila com a denominação de Marabá, pela Lei Estadual n.º 1.278, de 27-02-1913, desmembrado de São João do Araguaia. Constituído do distrito sede. Instalado em 05-04-1913.

Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1-IX-1920, a vila aparece constituída de 2 distritos: Marabá e Lago Vermelho. Pela Lei Estadual n.º 2.116, de 03-11-1922, é extinto o município de São João do Araguaia, sendo seu território anexado a vila de Marabá. Sob a mesma Lei, o distrito de São João do Araguaia passou a denominar-se São João da Ponta.

Elevado à condição de cidade e sede do município com a denominação de Marabá, pela Lei Estadual n.º 2.207, de 27-10-1923. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 2 distritos: Marabá e São João da Ponta (ex-São João do Araguaia). Não figurando o distrito Lago Vermelho. Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o município aparece constituído de 3 distritos: Marabá, Santa Isabel e São João da Ponta.

Pelo Decreto-lei Estadual n.º 2.972, de 31-03-1938, o município de Marabá adquiriu os extintos distritos de Itupiranga e Jacundá. Pelo Decreto-lei Estadual n.º 3.131, de 31-10-1938, o distrito de Santa Isabel passou a denominar-se Santa Isabel do Araguaia. Sob o mesmo decreto acima citado, o distrito de São João da Ponta voltou a denominar-se São João do Araguaia e ainda são criados novamente os distritos de Itupiranga e Jacundá. No quadro fixado para, vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 5 distritos: Marabá, Itupiranga, Jacundá, Santa Isabel do Araguaia (ex-Santa Isabel) e São João do Araguaia (ex-São João da Ponta).

Pela Lei Estadual n.º 62, de 31-12-1947, é desmembrado do município de Marabá os distritos de Itupiranga e Jacundá, para constituir o novo município de Itupiranga. Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de 3 distritos: Marabá, Santa Isabel do Araguaia e São João do Araguaia. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960.

Pela Lei Estadual n.º 2.460, de 29-12-1961, são desmembrados do município de Marabá os distritos de São João do Araguaia e São Raimundo do Araguaia (ex-Santa Isabel do Araguaia), para formar o novo município de São João do Araguaia. Sob a mesma lei acima citada, é alterada a denominação do distrito de Santa Isabel do Araguaia, para São Raimundo do Araguaia.

Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

Fonte: Marabá (PA). Câmara. 2014. Disponível em: <http://www.maraba.pa.leg.br>. Acesso em: jan. 2014.

MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS/PA

Histórico

O território de Paragominas, uma das mais recentes unidades autônomas do Estado do Pará, localizado na zona fisiográfica Guajarina pertenceu, em tempos remotos, ao distrito-sede do município de São Domingos do Capim e ao distrito de Camiranga, em Vizeu. Os seus fundamentos históricos foram lançados em 1958, pelo desbravador Ariston Alves da Silva, quando após ter atravessado a bacia do Capim, através de picadas por ele abertas, ali estabeleceu-se com a primeira roça de arroz. Desconhece-se precisamente, a data da criação do núcleo populacional que originou atual cidade. Sabe-se, porém que fora formado por colonizadores goianos, mineiros, baianos e paulistas, logo depois dos trabalhos de demarcação e venda dos lotes de terra. Com a implantação da rodovia BR-010 que liga Belém a Brasília passando por Paragominas, o desenvolvimento da atividade pecuária naquela localidade foi agilizado, e, em pouco tempo, tornou-se a base econômica municipal.

Formação Administrativa

Elevado à categoria de município e distrito com a denominação Paragominas pela Lei Estadual n.º 3.225, de 04-01-1965, sendo desmembrado do município de São Domingos do Capim e Vizeu. Sede no atual distrito de Paragominas. Constituído do distrito sede. Instalado em 23-01-1965.

Em divisão territorial datada de 31-XII-1968 o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-I-1979. Pela Lei Estadual n.º 5.087, de 14-09-1983, é criado o distrito de Dom Eliseu e anexado ao município de Paragominas.

Em divisão territorial datada de 18-VIII-1988 o município é constituído de 2 distritos: Paragominas e Dom Eliseu. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1988. A Lei Estadual n.º 5.450, de 10-05-1988, desmembra do município de Paragominas o distrito de Dom Eliseu, elevado à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 1991 o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014.

Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>

MUNICÍPIO DE RONDON DO PARÁ/PA

Histórico

O município de Rondon do Pará teve origem em fins de 1962, com os trabalhos de demarcações das primeiras fazendas. Porém, o povoamento do atual efetivo do atual território somente ocorreu, em 1968, quando o Departamento de Estradas de Rodagens implantou ali o seu primeiro acampamento, dando início à abertura da rodovia PA-70. Nessa época, a localidade passou a ser conhecida por Candangolândia de Arinos Brazil. Após a criação do Projeto Rondon, pelo Governo Federal, Candangolândia prosperou e, em 1969, já contando com 1 posto de gasolina, uma farmácia e um açougue, passou a chamar-se Vila Rondon. Essa denominação, entretanto, perdurou até 1982, quando adquiriu categoria de município com o nome de Rondon do Pará.

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Rondon, pela lei estadual nº 4649, de 09-07-1976, subordinado ao município de São Domingos do Capim. Em divisão territorial datada de 1-I-1979, o distrito de Rondon figura no município de São Domingos do Capim. Elevado à categoria de município com a denominação de Rondon do Pará, pela lei estadual nº 5027, de 13-05-1982, desmembrado de São Domingos do Capim e Moju. Sede no antigo distrito de Rondon do Pará. Constituído de 2 distritos: Rondon do Pará e Goianésia o limite entre os distritos de Rondon do Pará e Goianésia é o paralelo de 4° 30' sul, ficando Rondon do Pará ao Sul do referido e o distrito de Goianésia ao norte. Instalado em 01-02-1983. Sob a mesma lei acima citado é criado o distrito de Goianésia.

Em divisão territorial datada de 18-VIII-1988, o município é constituído de 2 distritos: Rondon Pará e Goianésia. Pela lei estadual nº 5686, de 13-12-1991, desmembra do município de Rondon Pará o distrito de Goianésia. Elevado à categoria de município com a denominação de Goianésia do Para. Em divisão territorial datada de 1-VI-1995, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005.

Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>

MUNICÍPIO DE TUCURUÍ/PA

Histórico

Tucuruí está situado à margem do rio Tocantins, extremo de sua linha navegável, constituindo grande e movimentado entreposto comercial da região formada pelo Tocantins-Araguaia. De Tucuruí, subindo o rio, a navegação torna-se difícil e mesmo impraticável,

devido às grandes cachoeiras que obstruem o curso do rio, não fosse a perícia, o arrojo e a coragem dos pilotos regionais, que, em barcos-motores, especialmente construídos, fazem o tráfego até o estado de Goiás.

A povoação de Alcobaça foi fundada em 1781, pelo Governador José de Nápoles Telles de Menezes, com duplo caráter fiscal e militar sobre a navegação do rio Tocantins, como diz a corografia de Teodoro Braga.

Conforme relata o Tenente-Coronel João Roberto Ayres Carneiro, no seu livro "Itinerário da viagem de expedição exploradora e colonizadora ao Tocantins", em 1894 essa povoação fora completamente destruída pelo índio e tornada um deserto. Em 1870, o Governo provisório do Pará cria a freguesia de São Pedro, no de lugar Pederneiras, do município de Baião, onde então se localizava o principal núcleo populoso daquele trecho do Tocantins.

Em 1875, dá à Freguesia de São Pedro de Pederneiras, do Alto Tocantins, a denominação de São Pedro de Alcobaça, denominação essa que perdurou até 1943, quando, em 1943, surge a nova e atual denominação de Tucuruí, sendo desconhecida a origem política ou geográfica dessa palavra.

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Alcobaça, pela Lei Provincial n.º 661, de 31-10-1870, subordinado ao município de Baião. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911 o distrito de Alcobaça figura no município de Baião.

Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937. Pela Lei Estadual n.º 4505, de 30-12-1943, o distrito de Alcobaça passou a denominar-se Tucuruí. No quadro fixado para vigorar no período de 1939 a 1943 o distrito de Tucuruí permanece no município de Baião.

Elevado à categoria de município com a denominação de Tucuruí pela Lei Estadual n.º 62, de 31-12-1947, sendo desmembrado de Baião. Sede no antigo distrito de Tucuruí. Constituído do distrito sede. Instalado em 25-05-1948 Pela Lei Estadual n.º 158, de 31-12-1948, é criado o distrito de Remansão e anexado ao município de Tucuruí.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 2 distritos: Tucuruí e Remansão. Em divisão territorial datada de 1988 o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014.

Fonte: Tucuruí (PA). In: ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. v. 14. p. 478-481. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_14.pdf. Acesso em: ago. 2015.

MUNICÍPIO DE MOJU/PA

Histórico

A sede do município de Moju está situada à margem direita do rio do mesmo nome, abaixo da saída do canal de Igarapé-Miri, em terrenos doados por Antônio Dornelas de Sousa à Irmandade do Divino Espírito Santo, em julho de 1754.

Quando o bispo Dom Frei Miguel de Bulhões, em visita pastoral, hospedou-se no sítio desse cidadão, correspondendo aos desejos do povo, criou a freguesia sob a invocação do orago da Irmandade existente.

Decaiu o núcleo de povoado, após a sua primitiva criação em freguesia, ao ponto de ser completamente abandonado dos poderes públicos, desaparecendo inteiramente a categoria eclesiástica que lhe fora concedida, entrando esquecido para o período da Independência. Em 1839 obteve a atual sede municipal a categoria de freguesia novamente, com toda a jurisdição dos rios Acará e Moju.

A Lei n.º 279, de 28 de agosto de 1856, criou o município do Moju.

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Moju pela Lei Estadual n.º 14, de 09-09-1839, subordinado ao município de Igarapé-Miri. Elevado à categoria de vila com a denominação de Moju pelas Leis Provinciais n.º 279, de 28-08-1856, n.º 441, de 20-08-1864, e n.º 628, de 06-10-1870. Instalada em 05-08-1871.

A Lei Provincial n.º 839, de 19-04-1875, desmembra do município de Moju o distrito de Acará, elevado à categoria de município.

Pela Lei Provincial n.º 1307, de 28-11-1887, a vila é extinta, sendo seu território anexado ao município de Igarapé Miri.

Elevado novamente à categoria de vila com a denominação de Moju pela Lei n.º 1.399, de 05-10-1889.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911 o município é constituído do distrito sede.

Pelo Decreto Estadual n.º 6, de 04-11-1930, o município de Moju é extinto, sendo seu território anexado ao município de Belém.

Pelo Decreto Estadual n.º 78, de 27-12-1930, o distrito de Moju passou a pertencer ao município de Igarapé-Miri.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933 o distrito de Moju permanece no município de Igarapé-Miri.

Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Moju pela Lei Estadual n.º 8, de 31-10-1935.

Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937 o município aparece constituído de 3 distritos: Moju, Baixo e Cairari.

Pelo Decreto-lei Estadual n.º 2.972, de 31-03-1938, é extinto o distrito de Baixo, sendo seu território anexado ao distrito sede do município de Moju.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1960 o município é constituído de 2 distritos: Moju e Cairari. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014.

Fonte: Moju (PA). In: ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. v. 14. p. 416-419. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_14.pdf. Acesso em: ago. 2015.

ESTADO DO MARANHÃO

O Estado do Maranhão pertence á região nordeste do Brasil. Possui uma área territorial de 331.936,955. Segundo o Censo do IBGE de 2010, possui 6.574.789 habitantes, totalizando 217 municípios.

As Frentes de Ocupação do Espaço Maranhense

A primeira tentativa de ocupação do espaço maranhense deu-se quando o Brasil foi dividido em Capitânicas Hereditárias por obra de D. João III. Dividido em duas capitânicas, a região do Maranhão é entregue a Aires da Cunha e Fernando Álvares de Andrade, em 1535. Não há registros desse primeiro esforço de povoamento.

Em 1594 os franceses adentraram o território na zona do Golfão Maranhense, seguindo a mesma lógica econômica e políticas dos portugueses, baseada no povoamento periférico do território. É provável que o objetivo primeiro dos franceses com esta ocupação fosse a exploração da madeira e o estabelecimento de um posto avançado em direção ao mundo amazônico.

Os franceses haviam sido expulsos do Rio de Janeiro, onde tentaram fundar a colônia denominada de França Antártica. Um pouco mais tarde, em 1612, e com a chegada de reforços, eles fundam a cidade São Luís, além de construir fortes, iniciando uma nova colônia, agora denominada de França Equinocial. Meireles (2008: 45) descreve que “cuidaram então os franceses de, iniciando a catequese do silvícola, consolidar sua amizade, explorando os ressentimentos dos portugueses que, conquistando o Brasil, os haviam forçado a emigrar do sul; ao mesmo tempo faziam o reconhecimento da terra”.

A cobiça francesa por esta região decorreu da ausência portuguesa nesta parte do imenso litoral brasileiro, da existência de bons portos naturais e da proximidade destes com a Europa. Além disso, nesta época, Portugal encontrava-se incorporado pela Espanha à União Ibérica (1580-1640). Após diversas escaramuças, como a célebre batalha de Guaxenduba, os portugueses conseguem expulsar os franceses em 1615, estabelecendo-se definitivamente no território, principalmente após a criação, por ato régio, do Estado Colonial do Maranhão em 1618. Em seguida os portugueses iniciaram o processo de ocupação das terras do sertão, seguindo o curso dos grandes rios maranhenses, como o Itapecuru.

Reina, entre historiadores maranhenses, grande discórdia quanto ao sucesso da empreitada francesa. Para alguns ela foi superestimada, no início do século passado, como forma de proporcionar à decadente capital ludovicense uma aura aristocrática (LACRO, 2002; SOUSA, 2007). Os defensores dessa corrente apontam a arquitetura e a azulejaria

portuguesas, que existem em São Luís, como provas de que esta era uma cidade de origem portuguesa. Outra controvérsia refere-se à Guaxenduba, batalha vencida pelos portugueses, apesar de sua inferioridade bélica e de contingente. Atribuir tal feito a um milagre da Virgem Maria não convenceu os historiadores.

A ocupação das terras maranhenses, entretanto, prossegue conturbada. Em 1641 os holandeses ocupam a cidade de São Luís de onde serão expulsos três anos mais tarde. A partir daí torna-se um ponto de apoio dos portugueses à exploração da Amazônia e ao povoamento do Norte do país. As dificuldades eram tantas que em 1621 é instituída a divisão do Brasil em duas grandes porções: o Estado do Maranhão e Grão-Pará e o Estado do Brasil. O Estado do Maranhão compreendia desde o Ceará até o Amazonas (FURTADO, 1986; TROVÃO, 2010). Em 1682 é criada a Companhia Geral de Comércio do Maranhão, sediada em Belém, com o objetivo de fomentar a atividade econômica de exportação no norte do Brasil. Estas medidas, apesar de parciais, consolidam a posse do território e auxiliam a implantação de uma tímida economia de exportação. Entretanto, os privilégios de comércio cedidos a essa empresa, a cobiça e a má administração dos seus gestores geram insatisfações na população de colonos, que culminam com a Revolta de Bequimão, de consequências muito sérias, segundo Prado Junior (1983). A revolta, sufocada em 1684, é liderada por Manuel Bequimão, proprietário do maior engenho açucareiro do Maranhão, situado no vale do Mearim.

Furtado (1986) explica que as dificuldades dos colonos maranhenses eram muitas: solos inadequados para a cultura da cana-de-açúcar, isolamento e colonização tardia em relação ao restante do Brasil, além da desorganização administrativa e econômica num mercado já bastante concorrido como o do açúcar e do fumo. E as dificuldades prosseguem porque “em toda a segunda metade do século XVII e a primeira do seguinte, os colonos do chamado Estado do Maranhão lutaram tenazmente para sobreviver” (FURTADO, 1986, p. 67). A economia regride para subsistência e para a caça ao índio. Neste processo de interiorização, “os colonos foram conhecendo melhor a floresta e descobrindo suas potencialidades” (*op. cit.*).

Em meados do século XVIII a economia colonial do Brasil dividiu-se em três sistemas ou centros econômicos – “a faixa açucareira, a região mineira e o Maranhão (...). Dos três sistemas principais, o único que conheceu uma efetiva prosperidade no último quartel do século foi o Maranhão” (FURTADO, 1986:90). Com o auxílio do Marquês de Pombal é criada a Companhia Geral de Comércio do Maranhão e Grão-Pará (1755), que estimulará o cultivo do algodão. A cotonicultura subindo as margens do Itapecuru cobrirá principalmente a região de Caxias, trazendo consigo grande contingente de mão-de-obra africana, levando

Prado Junior (1983:82) a afirmar que o algodão “apesar de branco, tornará preto o Maranhão”. Prado Junior (op. cit) afirma também que é no Maranhão que o progresso da cotonicultura é mais expressivo e interessante porque esta região, até então a mais pobre da colônia, superaria todas as demais em riqueza nesta época.

Trovão e Feitosa (2006) e Trovão (2008) advogam a ideia de que o território maranhense foi efetivamente ocupado a partir de três frentes de povoamento, com origens e épocas diferentes: a corrente do litoral, a da pecuária ou dos criadores de gado e dos migrantes da seca. Originando-se em São Luís, a capital, essa frente segue em direção ao interior do estado pelos vales dos rios Itapecuru, Mearim e Grajaú, chegando até o município de Caxias, no leste do estado. A introdução das culturas da cana-de-açúcar e do arroz e a instalação de diversos engenhos açucareiros, como o de Manuel Bequimão, situado no vale do Mearim, marcam essa primeira etapa de povoamento do território maranhense.

Duas outras ramificações acompanharam o litoral: a do oeste, em direção à foz do Gurupi, instalou áreas de produção agrícola e gerou cidades como Cururupu e Alcântara. A ramificação do leste estimulou o desenvolvimento da pecuária, a exploração de salinas e a comunicação com outras províncias como Ceará e Pernambuco.

A segunda frente de ocupação do estado foi denominada de “pastoril”, ou dos criadores de gado. Ocorreu mais de um século depois da primeira. A separação entre a atividade açucareira e a pecuária na Zona da Mata estimulou o povoamento dos sertões nordestinos. Oriundos da Bahia e de Pernambuco, os vaqueiros sobem o rio São Francisco, atravessam os rios piauienses Gurguéia e Piauí e vão instalar-se na Região de Pastos Bons, iniciando a ocupação e o povoamento rarefeito do sul do Maranhão no século XVIII. Avançando um pouco mais, o gado ocupará o cerrado do centro sul do estado, chegando até a região de floresta equatorial, na atual microrregião de Imperatriz. Uma segunda frente pecuarista, oriunda do Ceará e Pernambuco, só conseguiu alcançar o baixo curso dos grandes rios maranhenses, criando um vazio demográfico entre uma corrente e outra.

Feitosa e Trovão (2006) e Trovão (2008), fazem referência a uma terceira frente denominada de “frente de expansão agrícola” por uns e/ou “corrente de fugitivos da seca” por outros. Originária do sertão nordestino, no início do século XX, esta frente acessa o território maranhense por três pontos: o porto de Tutóia, ou seja, por via marítima; por Teresina e Floriano, cidades dotadas de pontes sobre o rio Parnaíba. Trovão (2008) considera que os motivos que trouxeram os migrantes do leste para o oeste são de caráter repulsivo quando se trata do fenômeno periódico das secas ou de caráter atrativo quando são considerados fatores

tais como: a disponibilidade de terras devolutas, maior e melhor distribuição das chuvas, solos de boa fertilidade e a disponibilidade dos recursos florestais.

Além dos fatores naturais, deve-se considerar também a expressiva força de atração exercida pelos incentivos governamentais da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, que estimulou o povoamento dessa região. Expressivos são igualmente os incentivos proporcionados pelo Estado do Maranhão, que no governo de José Sarney (1966 – 1970) criou a COMARCO – Companhia Maranhense de Colonização. Esta empresa, apoiada em instrumentos legais, como a Lei de Terras, e de uma generosa política de incentivos fiscais, possibilitou a aquisição de vastas extensões de terras por preços simbólicos por parte de grandes grupos empresariais do país, como a Volkswagen e a Sharp.

Os conflitos de terras entre os pioneiros-posseiros e os empresários-pecuaristas tornarão essa região uma das mais violentas do país, fomentando um ciclo interminável de grilagem de terras. O vale do rio Pindaré, a partir dessas iniciativas, foi ocupado definitivamente, tornando-se uma frente de avanço da agricultura em moldes tradicionais, pela pré-Amazônia maranhense.

A respeito da ocupação do espaço agrário maranhense, muito já foi dito e ainda será. Como ponto de partida, recomenda-se a leitura das obras de dois geógrafos: Trovão[viii] (1989) trata da colonização do vale do Pindaré e Canedo (1993), num texto mais abrangente e fluido, avança até os anos de 1980.

A partir de 1980, o Maranhão inicia um processo de industrialização apoiado no setor metalúrgico e na exploração do grande projeto de Carajás, cujo minério é levado pela estrada de ferro que liga Carajás ao Porto de Itaqui em São Luís. Apoiada em incentivos, a Alcoa, uma das grandes empresas mundiais do alumínio, instala-se na ilha para se beneficiar da bauxita oriunda do vale do rio Trombetas, no Pará.

Nos últimos anos tem sido divulgada a proposta de transformar Bacabeira, uma pequena cidade próxima à ilha de São Luís, em polo siderúrgico e a possibilidade de instalação de uma refinaria de petróleo nas mesmas imediações. A escolha de cidades próximas à capital decorre da pressão da sociedade por respeito às questões ambientais, em decorrência dos impactos causados pela metalurgia do alumínio do Complexo Alcoa/Alumar que continua em expansão.

REFERÊNCIAS

- LACROIX, M. de L.L.A Fundação Francesa de São Luís e seus mitos. 2. ed. rev. e ampliada. São Luís: Lithograf, 2002.
- SOUSA, J.U.P. “Os estilhaços”: debate intelectual sobre a fundação francesa de São Luís do Maranhão. Outros Tempos, www.outrostempos.uema.br, vol. 04, 2007, p. 111-134.
- TROVÃO, J.R. Evolução político-administrativa do Estado do Maranhão. São Luís: IMESC, 2010.

PRADO JUNIOR, C. História econômica do Brasil. 28.ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. 21.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1986.
TROVÃO, J.R. O processo de ocupação do território maranhense. São Luís: IMESC, 2008. (Cadernos IMESC, 5)
TROVÃO, J.R. Ilha latifundiária na Amazônia Maranhense; estudo da expansão da fronteira agrícola no médio vale do Pindaré: o caso de Santa Inês. São Luis:UFMA/PPPG, 1989.
CANEDO, E. V. da S. O. de. Organização do espaço agrário maranhense até os anos 80: a distribuição da terra e atividades agrícolas. São Luís/MA: Ed. da autora 1993
Fonte: <http://geomorfologiacesc.blogspot.com.br/>

MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA/MA

Histórico

Pouco é sabido a respeito da origem do povoamento do município. Segundo tradição e das mais antigas, considera-se como fundador de Barra do Corda o honrado varão cearense Manoel Rodrigues de Melo Uchoa. Justamente nos anos que se seguiram à Independência, eram contínuas as sublevações que Melo Uchoa, por desgosto de família, veio a ter em Riachão, neste Estado.

Em suas viagens a São Luís fez ótimas relações de amizade, pela sua maneira educada e sincera, com cidadãos ilustres, entre os quais se destacava o Cônego Machado. Orientado pelo Cônego, seu íntimo amigo, foi aconselhado a que escolhesse um lugar entre a Chapada, hoje Grajaú, e Pastos Bons com o fim de intensificar a população, e, segundo outros, para fins políticos, certamente para evitar que os eleitores não percorressem grandes distâncias. Daí, a idéia de Melo Uchoa de viajar pelo sertão maranhense, em 1835. Imbuído de grande civismo, com todos os sacrifícios, inclusive da própria família, Melo Uchoa embrenha-se na mata, onde permanece por muito tempo sem dar notícias à família, acompanhado do seu escravo e, mais tarde, por alguns índios canelas, chamados "mateiros".

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Barra do Corda pela Lei Provincial n.º 368, de 24-07-1854, subordinado ao município de Chapada.

Elevado à categoria de vila com a denominação de Barra do Corda pela Lei Provincial n.º 342, de 31-05-1854, sendo desmembrado de Chapada. Sede na atual vila de Barra do Corda. Instalado em 28-05-1854.

Pela Lei Municipal de 06-06-1896 é criado o distrito de Curador e anexado ao município de Barra do Corda.

Pela Lei Municipal de 09-06-1907 foram criados os distritos de Axixá, Leandro e Papagaio e anexados ao município de Barra do Corda.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911 o município é constituído de 5 distritos: Barra do Corda, Axixá, Curador, Leandro e Papagaio.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933 o município é constituído do distrito sede, não figurando os distritos da divisão de 1911. Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937 o município aparece constituído de 2 distritos: Barra do Corda e Curador.

Pelo Decreto-lei Estadual n.º 820, de 31-12-1943, foi desmembrado de Barra do Corda o distrito de Curador, elevado à categoria de município.

No quadro fixado para vigorar no período de 1939 a 1943 o município é constituído do distrito sede.

Pela Lei Estadual n.º 269, de 31-12-1948, foram criados os distrito de Boa Esperança do Mearim, Leandro, Papagaio e Resplandes e anexados ao município de Barra do Corda. Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município de Barra do Corda é constituído de 5 distritos: Barra do Corda, Boa Esperança do Mearim, Leandro, Papagaio e Replandes. A Lei Estadual n.º 1.139, de 27-04-1954, desmembra do município de Barra do Corda o distrito de Boa Esperança do Mearim, elevado à categoria de município com a denominação de Esperantinópolis.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 4 distritos: Barra do Corda, Leandro, Papagaio e Resplandes.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 17-I-1991. A Lei Estadual n.º 6201, de 10-11-1994, desmembra do município de Barra do Corda o distrito de Resplandes, elevado à categoria de município com a denominação de Fernando Falcão.

Em divisão territorial datada de 1997 o município é constituído de 2 distritos: Barra do Corda e Papagaio.

Em divisão territorial datada de 2014 o município é constituído do distrito sede.

Fonte: Barra do Corda (MA). In: ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 15. p. 68-77. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_15.pdf. Acesso em: ago. 2015.

ANEXO D

Vogal média anterior em posições pretônica (realizações de [e] e [ɛ], [e] e [i])

O mapeamento da variação da vogal média anterior em posição pretônica (realização de [e] e [ɛ]) foi realizada a partir dos seguintes itens do questionários aplicados: 1. QFF: *terreno, pedaço (2), prateleira (3), televisão (4), tesoura (6), travesseiro (8), elétrico, energia (11), peneira (24), fervendo (27), cebola (29), elefante (49), remando (52), estrada (67), desvio, berada (69), peneu (72), seguro (74), real (76), devendo (78,) prefeito (83), escola (84), pernambucano (92), delegado (93), desconto (95), defesa (97), bermuda (98), advogado (100), questão (102), errado (106), pecado (109), perdão (110), pescoço (113), ferida (123), desmaio (126), fechecler (142), perfume (144), presente (145), perdida, percorando (150), perguntar (152) e esquerdo (158).*

Para o mapeamento do alçamento da vogal média anterior em posição pretônica (realização de [e] e [i]) foram tratados dados das seguintes questões: 1.QFF: *prateleira (3), travesseiro (8), afetosa (54), estrada (67), pneu (72), seguro (74), empregado (81), escola (84), mentira (106), ferida (123), desmaio (126), encontrar (151)*

Vogal média posterior em posições pretônica (realização de [o] e [ɔ])

O mapeamento da variação da vogal média posterior em posição pretônica (realização de [o] e [ɔ]) foi realizado a partir dos seguintes itens do questionários aplicados: 1. QFF: *torneira (12), tomate (30), botar (36), bonito (37), ovelha (41), borboleta (46), obrigado (79), colegas (85), borracha (87), correio (94), advogado (101), inocente (104), procissão (107), coroa (111), orelha (114), coração (119), joelho (122), sorriso (147), dormindo (148), assobio (149) e morreu (159)*

Palatalização de /l/ diante de [i]

O mapeamento da palatalização da consoante lateral dentoalveolar /l/ diante da vogal alta [i] foi realizada a partir dos seguintes itens do questionários aplicados: 1. QFF: *liquidificador (26), liquidação (95), família (130) e sandália (140).*

Variação do /R/ em coda silábica externa (presença versus ausência em nomes e verbos)

O mapeamento variação do /R/ em coda silábica externa como vibrante (tepe e retroflexa) e fricativa (velar e glotal) em nomes foi realizada a partir dos seguintes itens do

Questionário Fonético-Fonológico - QFF: *colher* (25), *liquidificador* (26), *colar* (61) e *mulher* (129).

Já os dados mostraram que em verbos a variação dos róticos /R/ em coda silábica externa realizam-se como vibrante (tepe e retroflexa) e fricativa (velar e glotal) bem como o apagamento dos róticos em coda silábica externa. O mapeamento se deu a partir dos seguintes itens do Questionário Fonético-Fonológico - QFF: *varrer* (18), *botar* (36), *montar* (43), *trabalhar* (80), *trabalhar* (80), *rasgar* (88), *beijar* (146), *encontrar* (151), *perguntar* (152) e *sair* (153).

Para as realizações dos róticos em coda silábica interna em nomes e verbos (presença *versus* ausência) foram tomados os seguintes itens: *torneira* (12), *gordura* (22), *fervendo* (27), *árvore* (39), *borboleta* (46), *tarde* (62), *catorze* (65), *pernambucano* (92), *certo* (105), *perdão* (110), *perfume* (144), *dormindo* (148), *perdida* (150), *perguntar* (152) e *esquerdo* (158).

Variação do /S/ em coda silábica externa e interna (realizações palatais)

O mapeamento da variação das realizações alveolares e palatais do /S/ em coda silábica interna foi realizado a partir dos seguintes itens do Questionário Fonético-Fonológico - QFF: *luz* (9), *fósforo* (15), *arroz* (21), *casca* (31), *três* (63), *dez* (64), *estrada* (67), *desvio* (69), *reais* (76), *escola* (84), *colegas* (85), *giz* (86), *rasgar* (88), *questão* (102), *pescoço* (113), *costas* (120), *caspa* (124), *desmaio* (126), *voz* (137), *paz* (155), *mesma* (156), *hóspede* (157) e *esquerdo* (158). As realizações em coda silábica externa foram mapeadas a partir dos plurais de respostas válidas: *casas* (1), *prateleiras* (3), *lâmpadas* (10), *árvores* (39), *cavalos* (42), *placas* (70), *companheiros* (100), *questões* (102) e *presentes* (145).

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO FONÉTICO-FONOLÓGICO COMPLEMENTAR

1. **CHUVA**
Aquele água que cai do céu. **E na sua língua, como se diz?**
2. **CHORAR**
Quando uma pessoa está triste e saem lágrimas de seus olhos se diz que a pessoa está... **E na sua língua, como se diz?**
3. **CACHIMBO**
Aquele instrumento que serve para fumar mas não é cigarro. **E na sua língua, como se diz?**
4. **CAIXA D'ÁGUA**
Aquele reservatório de água que fica bem alto. **E na sua língua, como se diz?**
5. **PEIXE**
Aquele animal que a gente pesca no rio. **E na sua língua, como se diz?**
6. **BICHO**
Quando a pulga entra no pé vira o que? **E na sua língua, como se diz?**
7. **JACARÉ**
Aquele bicho que vive no rio e tem a boca bem grande, como peixe e até gente. **E na sua língua, como se diz?**
8. **GENRO**
O pai da esposa é o sogro. E o marido, o que é que ele é do sogro?
9. **JOELHO**
... esta parte. *Apontar.*
10. **CAJUEIRO**
A árvore que dá uma fruta amarela que mancha a roupa, cuja castanha a gente assa para comer. **E na sua língua, como se diz?**
11. **CANJICA**
Aquele mingau feito com milho verde e coco. **E na sua língua, como se diz?**

12. PAJÉ

Na aldeia tem um homem que cura através de rezas e cantos. **E na sua língua, como se diz?**

13. BEIJAR

Dar um abraço é abraçar. E fazer assim (*mímica*)?

14. DORMIR

De noite a gente deita na cama ou na rede para que? **E na sua língua, como se diz?**

15. DENTE

E isto? *Apontar*.

16. ALDEIA

Como se chama o lugar onde moram muitos índios? **E na sua língua, como se diz?**

17. GORDURA

A carne de porco não é magra porque tem _____.

18. FERIDA

Quando alguém cai e arranca uma parte da pele do braço, do joelho, forma o quê?

19. FÍGADO

... o órgão que fica aqui (*apontar*), que adocece se a pessoa bebe demais, se teve uma malária?

20. BEIJAR

Dar um abraço é abraçar. E fazer assim (*mímica*)?

21. BOCA

Como se chama isso (*apontar*)? **E na sua língua, como se diz?**

22. CABELO

E isso aqui (*apontar*)? **E na sua língua, como se diz?**

23. CABEÇA

E isso tudo aqui (*apontar*)? **E na sua língua, como se diz?**

24. **COBRA**

Aquele animal que anda assim (fazer um gesto serpenteando) e que tem veneno na mordida? **E na sua língua, como se diz?**

25. **RABO**

E o que o cavalo tem atrás? **E na sua língua, como se diz?**

26. **FAZENDA**

... uma propriedade grande onde se cria gado, se planta café, cacau ou...

27. **FUMAÇA**

... aquilo que sai do fogo, em fogo de lenha, de carvão, e que, em uma fábrica, sai pela chaminé?

28. **CAFÉ/CAFEZINHO**

Aquela bebida preta e quente que a gente toma de manhã? (*esperar resposta*). E se você vai tomar só um pouquinho de tarde ou à noite? **E na sua língua, como se diz?**

29. **TARRAFA**

Aquela rede de pescar redonda que o pescador joga no rio e puxa na mesma hora? **E na sua língua, como se diz?**

30. **CASA**

Qual é o tipo de moradia mais comum aqui na região?

31. **COZINHA**

A parte da casa onde se faz a comida, não é a sala nem o quarto. **E na sua língua, como se diz?**

32. **PISAR**

Qual o nome desse gesto (*pisar com força*)? **E na sua língua, como se diz?**

33. **ANZOL**

Aquele pedaço de metal curvado que a gente põe na ponta da linha e joga no rio para pescar? **E na sua língua, como se diz?**

34. MERENDA

Aquela comida que distribuem para as crianças no intervalo das aulas na escola. **E na sua língua, como se diz?**

35. MIÇANGA

Aquelas bolinhas coloridas com um furo no meio que servem pra fazer colar, pulseira e outros artesanatos? **E na sua língua, como se diz?**

36. DANÇAR

Nos dias de festa na aldeia todos se juntam para cantar e ... **E na sua língua, como se diz?**

37. CANSADO

Quando a pessoa trabalha muito, faz muita força em algum momento é preciso parar porque já está... **E na sua língua, como se diz?**

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO SOCIOLINGUÍSTICO

BILINGUÍSMO DOS PARTICIPANTES DA ENTREVISTA
--

1. Quanto ao _____ (L1), qual é o grau de bilinguismo dos entrevistados?

1.1 Fala:

a) bem b) razoável c) mal

1.2 Entende:

a) bem b) razoável c) mal

1.3 Lê:

a) bem b) razoável c) mal

1.4 Escreve:

a) bem b) razoável c) mal

1.5 Canta:

a) bem b) razoável c) mal

1.6 Imita:

a) bem b) razoável c) mal

1.7 Xinga:

a) bem b) razoável c) mal

1.8 Reza:

a) bem b) razoável c) mal

1.9 Pensa:

a) bem b) razoável c) mal

1.10 Sonha:

a) bem b) razoável c) mal

2. Como aprendeu a falar _____ (L1)?

a) família b) escola c) eventos religiosos d) trabalho e) contato f) outros

3. Com quem você fala _____ (L1)?

a) avós b) pais c) irmãos d) parentes e) vizinhos f) amigos g) outros

4. Em que locais e situações você fala _____ (L1)?

a) Em casa b) na igreja c) nas festas d) na rua e) em reuniões f) outros

5. Quanto ao **PORTUGUÊS**, qual é o grau de bilinguismo dos entrevistados?

5.1 Fala:

a) bem b) razoável c) mal

5.2 Entende:

a) bem b) razoável c) mal

5.3 Lê:

a) bem b) razoável c) mal

5.4 Escreve:

a) bem b) razoável c)mal

5.5 Canta:

a) bem b) razoável c)mal

5.6 Imita:

a) bem b) razoável c)mal

5.7 Xinga:

a) bem b) razoável c)mal

5.8 Reza:

a) bem b) razoável c)mal

5.9 Pensa:

a) bem b) razoável c)mal

5.10 Sonha:

a) bem b) razoável c)mal

6. Como aprendeu a falar PORTUGUÊS?

b) família b) escola c) eventos religiosos d) trabalho e) contato f) outros

7. Com quem você fala PORTUGUÊS?

b) avós b) pais c) irmãos d) parentes e) vizinhos f) amigos g) outros

8. Em que locais e situações você fala PORTUGUÊS?

b) Em casa b) na igreja c) nas festas d) na rua e) em reuniões f) outros

9. Quais línguas o senhor(a) fala?**10. O senhor(a) entende outra língua que não fala? Quais?****11. Qual língua o senhor(a) aprendeu primeiro? E qual foi a segunda? Quantos anos tinha?****12. Todas as pessoas daqui falam português? Quem? (Sugerir após resposta espontânea) – bilinguismo na comunidade**

- Avô, Avó, Pai, Mãe, Irmãos, Tios, Primos, Amigos, Vizinhos, Professores, Religiosos, Outros

13. Em quais situações o senhor(a) utiliza outra língua diferente do português e do _____. (Dizer o nome da língua indígena)?**14. Quais línguas são faladas em sua família?****15. Quais línguas o senhor(a) escreve?**

BILINGUÍSMO NA COMUNIDADE

- 16.** Todas as pessoas daqui falam _____ (L1)?
a) avô b) avó c) pai d) mãe e) irmãos f) tios
g) primos h) amigos i) vizinhos j) professores l) religiosos m)
outros
- 17.** Quando vem uma visita, que língua(s) você(s) usa(m)? E se a visita fala só o português ou só o _____ (L1)?
- 18.** Que línguas são faladas na comunidade?
- 19.** Como você [o (a) senhor (a)] avalia o _____ (L1) em termos de língua falada no lugar?
a) legal b) grosseira c) Bonita d) errada e) engraçada f)
outros
Por que?
- 20.** O que o senhor (a) espera que o governo faça para preservar a língua da comunidade?
- 21.** E o que a comunidade tem feito para preservá-la?

APÊNDICE C

EXPOSIÇÃO EM FOTO-FILMAGEM

A exposição “Olhares de um Inquiridor do Atlas Línguístico do Português em Áreas Indígenas - ALiPAI” segue como apêndice nesta tese, com os seguintes objetivos:

- a) ilustrar por meio de registro de imagens, o espaço geossociolinguístico das cinco comunidades-alvo desta pesquisa.
- b) socializar com a comunidade acadêmica da UFPA e de outras instituições os resultados da pesquisa realizada nas áreas indígenas investigadas: Alto Rio Guamá (Tembé); Sororó (Suruí Aikewára); Trocará (Asuriní do Tocantins); Nova Jacundá (Guaraní Mbyá) e Cachoeira (Guajajára);
- c) estimular os discentes, tanto da graduação, quanto da pós-graduação, a conhecer e integrarem-se nas atividades de pesquisa desenvolvidas no âmbito do Projeto GeoLinTerm e em outros projetos de temática indígena do Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL) da UFPA.

A mostra inclui registros em fotografia, vídeo e artesanato (arte plumária e utensílios) que constituem parte do *corpus* coletado, e representam o olhar do pesquisador sobre o perfil geossociolinguístico das comunidades visitadas.

A exposição realiza-se, também, em cumprimento do plano de trabalho proposto no projeto “Mapeamento Geossociolinguístico do Português em Áreas Indígenas do Pará e Maranhão”, financiado pelo CNPq, que previu o registro em fotografia e filmagem das incursões a campo para coleta de dados.

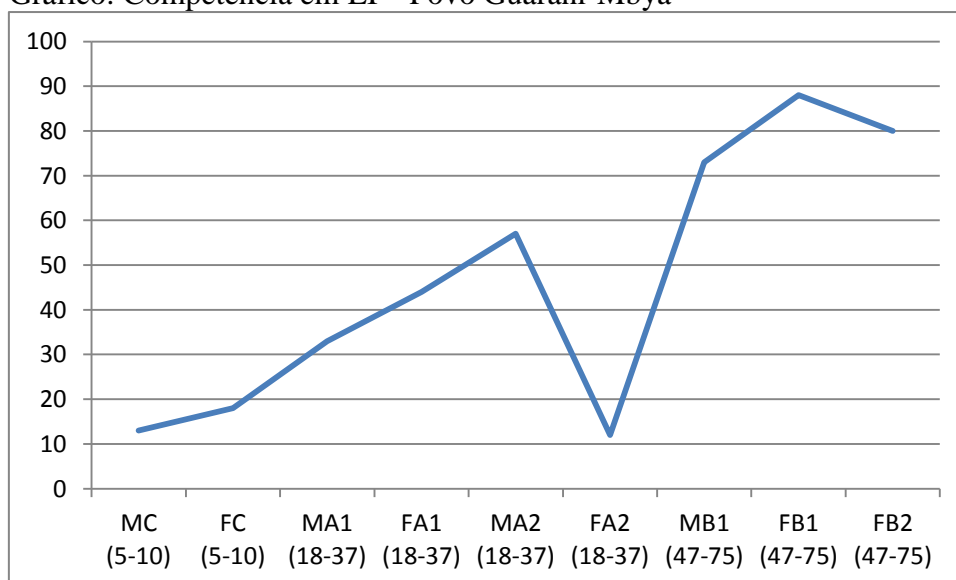
APÊNDICE D

QUANTIFICAÇÃO RESPOSTAS AO QFF APLICADO/COMPETÊNCIA EM LI⁶²

GUARANÍ MBYÁ

	MC	FC	MA1	FA1	MA2	FA2	MB1	FB1	MB2	FB2
SIM	14	17	50	63	83	18	109	116		123
NÃO	90	76	101	81	63	126	41	16		31
TOT	104	93	151	144	146	144	150	132		154
%S	13.46	18.27	33.11	43.75	56.84	12.5	72.66	87.87		79.87
%N	86.53	81.72	66.88	56.25	43.15	87.5	27.33	12.12		20.12
%SAr	13	18	33	44	57	12	73	88		80
%NAr	87	82	67	56	43	88	27	12		20

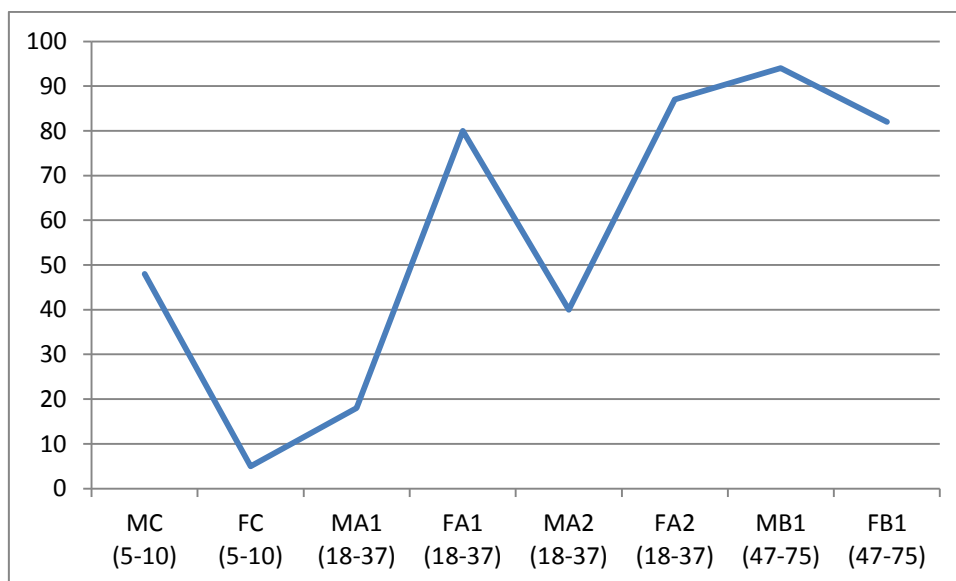
Gráfico: Competência em LI – Povo Guarani-Mbya



⁶² Obs.: Os gráficos representam as respostas obtidas em LI em oposição as não obtidas para cada questão válida, isto é, quando o colaborador deu a resposta em LP e a sua correspondente em LI, ou quando o colaborador deu somente a resposta em LI por não saber a correspondente em LP. Quando o colaborador não deu resposta em LP por não entender a pergunta, ou por não conhecer o referente, a resposta em LI não ocorre por consequência.

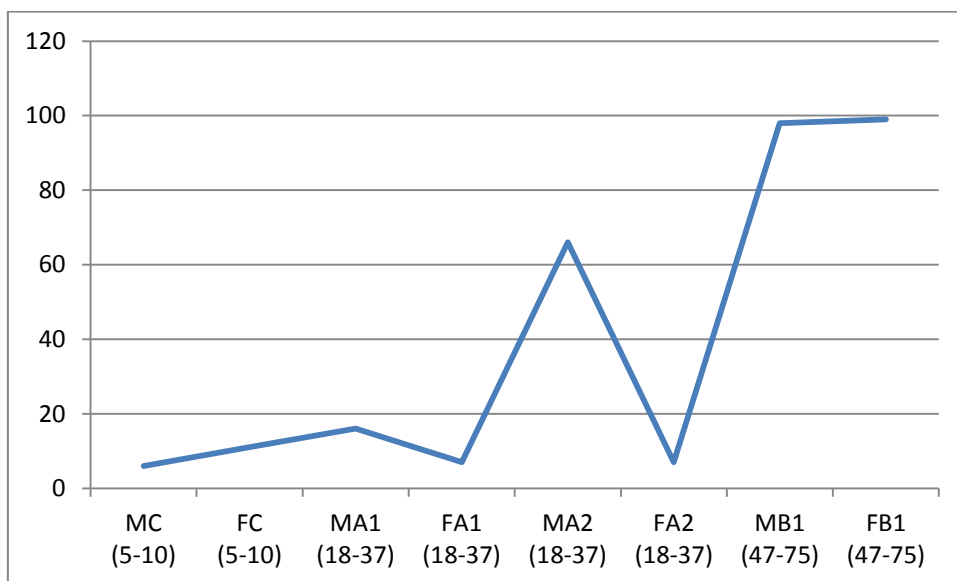
GUAJAJÁRA

	MC	FC	MA1	FA1	MA2	FA2	MB1	FB1	MB2	FB2
SIM	41	5	27	116	63	135	133	122		
NÃO	43	95	126	28	94	21	8	26		
TOT	84	100	153	144	157	156	141	148		
%S	48	5	18	80	40	87	94	82		
%N	51	95	82	20	60	13	6	18		



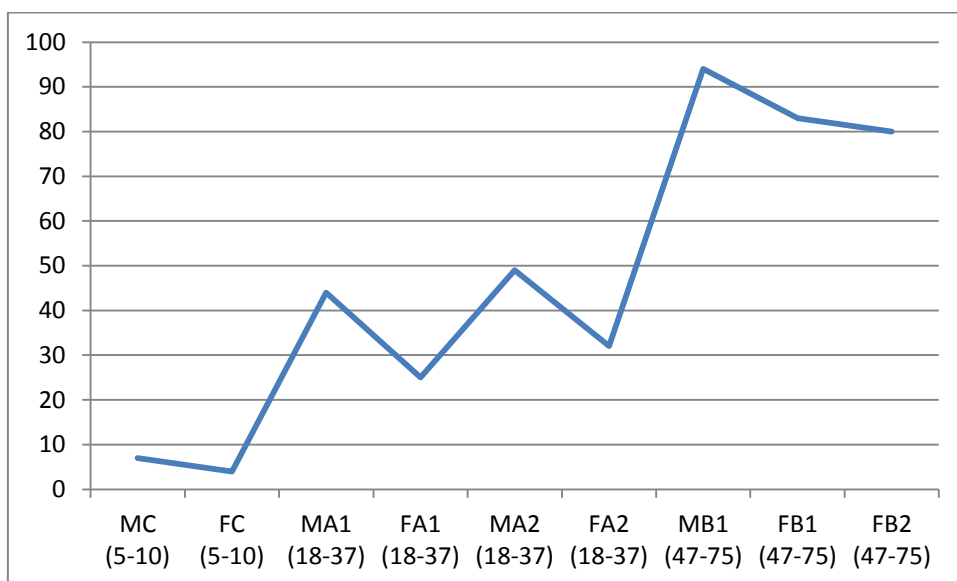
ASURINÍ DO TOCANTINS

	MC	FC	MA1	FA1	MA2	FA2	MB1	FB1	MB2	FB2
SIM	5	7	20	9	91	10	122	90		
NÃO	81	56	105	119	46	136	2	1		
TOT	86	63	125	128	137	146	124	91		
%S	6	11	16	7	66	7	98	99		
%N	94	89	84	93	34	93	2	1		



SURUÍ AIKEWÁRA

	MC	FC	MA1	FA1	MA2	FA2	MB1	FB1	MB2	FB2
SIM	4	2	63	40	73	44	138	125		
NÃO	50	52	80	117	77	92	9	25		
TOT	54	54	143	157	150	136	147	150		
%S	7	4	44	25	49	32	94	83		
%N	93	96	56	75	51	68	6	17		



TEMBÉ

	MC	FC	MA1	FA1	MA2	FA2	MB1	FB1	MB2	FB2
SIM	7	8	67	44	144	133	95	108		
NÃO	20	22	78	108	7	6	26	12		
TOT	27	30	145	152	151	139	121	120		
%S	26	27	46	29	95	96	79	90		
%N	74	73	54	71	5	4	21	10		

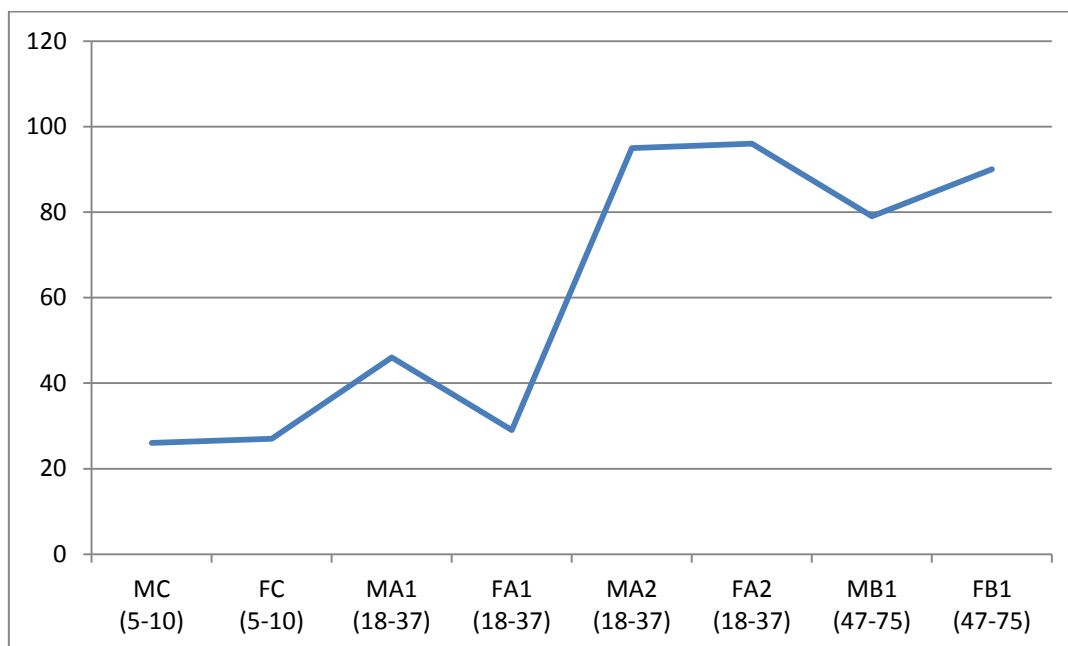


GRÁFICO SINÓTICO